



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Isabela Bolorini Jara

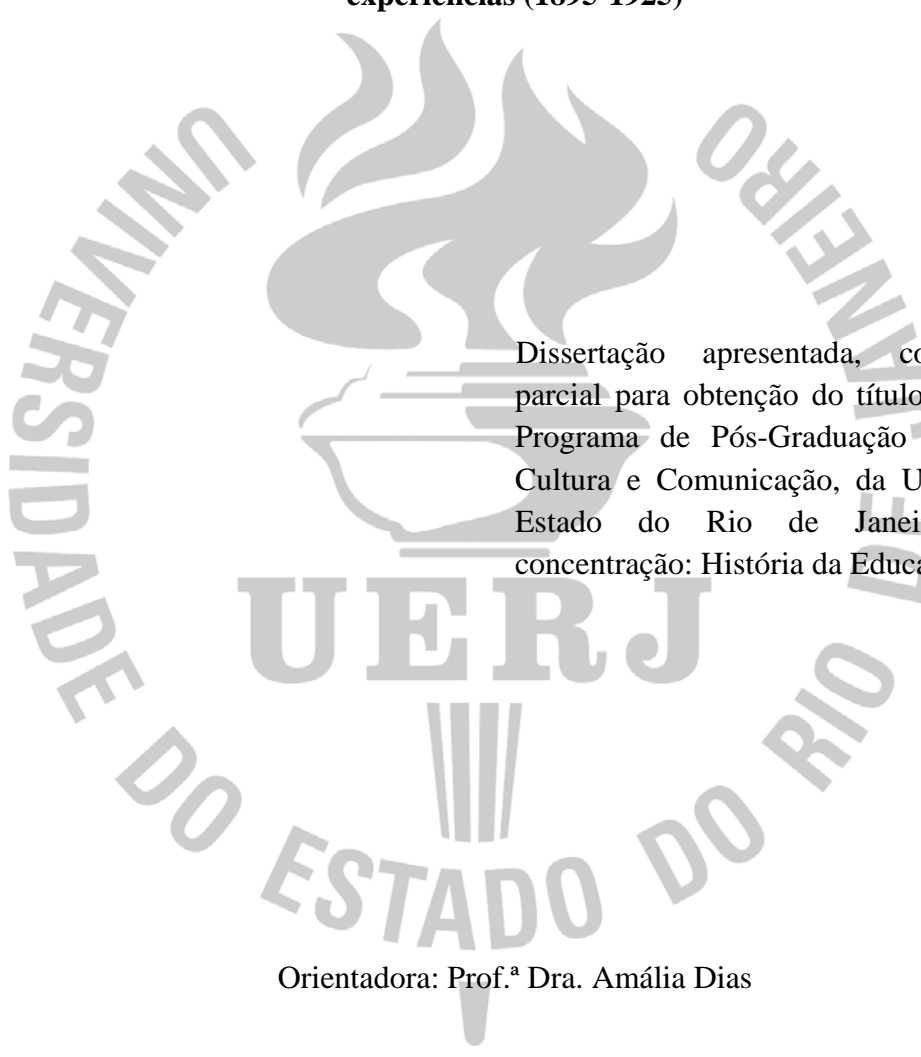
**O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguazu: funcionarização,
agências e experiências (1895-1925)**

Duque de Caxias

2017

Isabela Bolorini Jara

O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguazu: funcionarização, agências e experiências (1895-1925)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Amália Dias

Duque de Caxias

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA

J37 Jara, Isabela Bolorini.

O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguçu: funcionarização
agências e experiências (1895-1925) /Isabela Bolorini Jara. - 2017.
229 f.

Orientadora: Prof. ^a Dra. Amália Dias.
Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Direito.

1. Instrução e estudo - Teses. 2. Educação e Estado – Teses. 3. Corpo
docente – Teses. I. Dias, Amália. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 373

Bibliotecária: Angélica Ribeiro CRB7/6121

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Isabela Bolorini Jara

O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguazu: funcionarização, agências e experiências (1895-1925)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Aprovada em

Banca examinadora:

Prof. ^a Dra. Amália Dias (Orientadora)

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. ^a Dra. Angélica Borges

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dra. Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2017

DEDICATÓRIA

A meu bebê, que foi gerado em meu ventre enquanto esse estudo era gerado em minha mente. Sua presença em mim nos últimos meses encheu meu coração de alegria e novo ânimo.

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o momento de agradecer! E como é bom relembrar todos aqueles que, de alguma forma, facilitaram o percurso através de apoio incondicional, com palavras de incentivo nos momentos em que fraquejamos e chegamos a duvidar que seria possível, com oferecimentos desinteressados de bibliografias, fontes, leituras críticas... Essa dissertação é fruto da participação de todos vocês, família, amigos, professores.

Em primeiro lugar, meu agradecimento é a Deus, presença constante em minha vida, meu melhor e mais fiel amigo. Se cheguei até aqui, é porque fui amparada e conduzida por Tuas mãos. Se tenho todos esses agradecimentos a fazer, é porque o Senhor me proporcionou esses belos encontros de vida.

O que dizer de Amália Dias, a orientadora mais diva de todas? Ela não é apenas a nossa diva, tampouco é apenas uma orientadora de competência ímpar. Mais que tudo isso, Amália é humana, amiga, compreensiva. E como compartilha o que tem e sabe com prazer! Te agradeço muito por tudo o que, de bom coração, me ensinou, pelos momentos nos quais, mais do que orientação, me ofereceu apoio e carinho. Vou levar a você e seu exemplo pra sempre em meu coração.

Às queridas professoras Claudia Alves e Angélica Borges, que durante a banca de qualificação ofereceram-me, além de sugestões de bibliografias e fontes, novas possibilidades para a pesquisa com tanta generosidade. A leitura competente que fizeram do meu projeto é, com certeza, responsável por boa parte dos acertos que este trabalho venha a apresentar. Às igualmente queridas, professoras Libania Nacif Xavier, Alessandra Schueler e Irma Rizzini, que, através das disciplinas que ofereceram e das quais tive o prazer de participar, enriqueceram meus conhecimentos da história da educação através dos debates e leituras propostos. Alessandra Schueler, obrigada por me oferecer, assim que lhe perguntei, uma longa lista de sugestões de bibliografia.

O grupo de pesquisa do qual faço parte na FEBF, o EHELO, é um lugar privilegiado para direcionar meus agradecimentos. Nas discussões propostas neste grupo, essa pesquisa cresceu, se desenvolveu, ganhou novas feições. EHELO é isso: companheirismo, generosidade, amizade. Gente que ama a história da educação da Baixada, que pesquisa com competência, amor e militância. À maravilhosa Paulinha, muito obrigada pela amizade oferecida, pela afeição gratuita, pelas longas conversas que eram capazes de me fazer esquecer momentaneamente as preocupações da pesquisa. À veterana, solidária e linda

“doutora” Eliana, por compartilhar, além de modelos de slides e formatações de textos, sua experiência e, principalmente, amizade. Você é dessa qualidade de pessoas que são difíceis de encontrar. Vinícius, Angélica, Vivian, Marcia, Andressa, Kássia, muito obrigada pela parceria na produção da história da educação da Baixada Fluminense.

À turma do mestrado 2016, que apesar de todas as dificuldades encontradas no caminho tem provado que é possível resistir ao desmonte que os governos estão tentando realizar na universidade pública. A estes caros companheiros, que têm produzido pesquisa a despeito da falta de pagamento de bolsas e de infraestrutura, muito obrigada pelo exemplo. Em especial à querida Tamara, por ser um verdadeiro presente do mestrado na FEBF pra minha vida, sempre me fazendo sorrir, mantendo contato constante nestes últimos momentos da pesquisa que, pelo isolamento da escrita, poderiam até ser mais solitários, mas (que bom!), você não permite. Do mesmo modo aos professores da FEBF, que mesmo em meio às condições precárias que se encontram enquanto funcionários públicos do estado, não deixam de realizar um competente trabalho. Graças a vocês, professores, alunos, funcionários que a UERJ resiste e persiste em ser uma das melhores do Brasil.

Lidiane, Denísia, Luciana, Keli, Leila, amigas que o magistério me deu há mais de dez anos e cuja amizade extrapolou os muros da escola. Torceram por mim, acreditaram e vibraram com minhas conquistas. Não tenho como agradecer por todo esse apoio e pela compreensão pelas minhas ausências em função das leituras, pesquisa e escrita. Vocês são as melhores!

Aos amigos da Escola Municipal Roraima e do Ciep Henfil, que tanto se alegraram pela minha aprovação no mestrado, depois se entristeceram porque se deram conta de que isso acarretaria minha ausência nas escolas por algum tempo, mas, então voltaram a se alegrar porque entenderam que “os fins justificam os meios”. Vocês são, com certeza, parte da inspiração para esse estudo, meus queridos. Vera Leite, você foi fundamental!

E, por fim, à minha amada família. Minha irmã Andréa, amiga da vida inteira, minha principal cúmplice, sempre interessada pelos meus estudos, ouvinte atenta às minhas descobertas da pesquisa, te agradeço muito, maninha! Minha mãe... Como te agradecer, dona Vera? Você que tem feito tudo o possível para facilitar minha vida nesse momento em que tenho passado por tantas adversidades. Que se interessa em saber sobre meus estudos, que ouve com emoção as trajetórias dos professores e professoras que pesquiso. Meu pai... Enrique Omar, sempre orgulhoso ao falar de mim e de minhas conquistas, que colabora até através do silêncio respeitoso que mantém enquanto estou escrevendo, que se pudesse me acompanharia em todos os congressos e seminários só pra me observar e dizer que me saí

muito bem. E meu marido, Paulo César, o homem que tem me dado amor, compreensão, carinho, cuidado. Avalio que não tem sido fácil para você. Afinal, quando não estou ocupada lendo, pesquisando e escrevendo, e tento me dedicar a passar mais tempo contigo, acabo conversando exatamente sobre meu estudo, sobre as descobertas. E você sempre ouve com interesse e paciência, me anima dizendo que esse trabalho ainda vai ser muito conhecido. A vocês, família, meu amor e gratidão.

Apesar da longa lista de agradecimentos, é provável que tenha omitido alguns nomes, mas, por favor, relevem, o “esquecimento” não se deve à falta de importância de vocês, mas sim a um misto de cansaço e de entusiasmo e ansiedade por estar chegando ao fim dessa trajetória.

RESUMO

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguazu: funcionarização, agências e experiências (1895-1925)*. 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

O presente trabalho debruçou-se sobre o processo de funcionarização pelo qual passou um grupo de professoras e professores primários públicos do estado fluminense, que regiam escolas em Iguazu nos anos de 1895 e 1898. Este processo foi averiguado por meio das experiências vivenciadas em suas trajetórias profissionais, em cruzamento com o aparato normativo que, nesse período, regulava a instrução pública. O acervo documental foi constituído de legislações de instrução pública, mensagens dos presidentes de estado lidas anualmente à Assembleia, relatórios dos diretores de instrução pública e dos periódicos da época. Através dessa operação teórico-metodológica, procuramos vislumbrar como o Estado forjava-se, através das regulamentações em torno da instrução pública, ao mesmo tempo em que forjava a profissionalização e funcionarização do magistério. Por outro lado, através de suas agências e experiências, igualmente este professorado se encontrava em um processo de “fazer-se”, através do qual também “fazia” o Estado. Nesse sentido, o referencial teórico adotado dialogou com Nóvoa (1991), Thompson (1981; 1987), Gramsci (2001; 2007). Este estudo demonstrou as constantes tentativas de intervenção e controle estatais, na busca pelo estabelecimento de uma instrução que atendesse às demandas materiais e ideológicas que se pretendiam hegemônicas neste período. Em contrapartida, identificamos nesse grupo de docentes experiências de agências e resistências que demonstram como estes sujeitos históricos apropriavam-se da condição de funcionários públicos, e exerciam direitos garantidos por esta condição. Suas vivências externas ao ofício da docência também foram consideradas durante a pesquisa como parte de seu “fazer-se” magistério. Partindo de um constante dimensionar e redimensionar o objeto de estudo, o foco ora posicionava-se sobre o estado fluminense, ora voltava-se para Iguazu, na tentativa de apontar como nessa região específica estavam se processando os projetos estatais de instrução pública e as experiências docentes. Para isso, consideramos a história local como constituinte das possibilidades de fazer-se Estado e fazer-se magistério.

Palavras-chave: Funcionarização docente. Instrução. Iguazu. Estado.

ABSTRACT

JARA, Isabela Bolorini. *The “making” State and the “making” teacher in Iguaçú: civilization, agencies and experiences (1895-1925)*. 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

The present work dealt with the process of functionalization through which a group of primary teachers and public teachers from the state of Rio de Janeiro, who ruled schools in Iguaçú in the years 1895 and 1898. This process was investigated through the experiences lived in its trajectories professionals, in conjunction with the normative apparatus that, during this period, regulated public education. The documentary collection consisted of legislations of public instruction, messages of the presidents of state read annually to the Assembly, reports of the directors of public instruction and the periodicals of the time. Through this theoretical-methodological operation, we tried to glimpse how the State was forged, through the regulations around public education, at the same time as it forged the professionalization and functioning of the teaching profession. On the other hand, through his agencies and experiences, this teacher was also in a process of "making himself", through which he also "made" the State. In this sense, the adopted theoretical framework dialogues with Nóvoa (1991), Thompson (1981, 1987), Gramsci (2001; 2007). This study demonstrated the constant attempts of state intervention and control, in the search for the establishment of an instruction that would meet the material and ideological demands that were intended hegemonic in this period. On the other hand, we identified in this group of teachers experiences of agencies and resistance that demonstrate how these historical subjects appropriated the condition of civil servants, and exercised rights guaranteed by this condition. His experiences outside the teaching profession were also considered during the research as part of his "making-of" teaching. Starting from a constant dimensioning and resizing of the object of study, the focus was now on the state of Rio de Janeiro, and then returned to Iguaçú, in an attempt to point out how, in this specific region, public education projects and experiences were being processed teachers. For this, we consider local history as a constituent of the possibilities of becoming a state and becoming a teacher.

Keywords: Teacher functionalization. Instruction. Iguaçú. State.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Reformas de instrução pública ocorridas no período compreendido entre 1893 e 1919:.....	66
Quadro 2 – Legislações de reforma da instrução (1893-1919) e respectivas categorias docentes e regras para admissão.....	78
Quadro 3 – Categorias docentes determinadas pelas leis de reforma da instrução pública (1893-1919).....	84
Quadro 4 – Vencimentos do magistério, de acordo com as categorias docentes (1893-1919)	86
Quadro 5 – Professoras e professores primários estaduais efetivos em exercício em Iguazu no ano 1895	111
Quadro 6 – Professoras e professores primários estaduais em exercício em Iguazu em 1925	111
Quadro 7 – Professoras e professores primários estaduais em exercício em Iguazu em 1898 e suas respectivas escolas	113
Quadro 8 – Escolas primárias mantidas pelo município em Iguazu em 1896.....	115
Quadro 9 – Quantitativo de docentes nos anos 1895, 1896, 1898, 1903, 1914 e 1925 regendo em Iguazu, distinguidos por gênero	120
Quadro 10 – Professoras e professores que trabalharam em Iguazu em 1895 e em 1898.....	124
Quadro 11 – Relação dos docentes iguaçuanos, categorias, experiências de formação/habilitação e ano de nomeação como efetivos	137
Quadro 12 – Ano e motivos das remoções para/de Iguazu e tempo de permanência dos professores efetivos de 1895 e de 1898 no município.....	148
Quadro 13 – Situação dos professores efetivos após as reorganizações do quadro, ocorridas em 1904 e 1914	158
Quadro 14 – Licenças concedidas e negadas no período de 1890 a 1920.....	168
Quadro 15 – Informações sobre jubilação/fim de carreira dos professores efetivos pesquisados	178

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FAZER-SE ESTADO FAZENDO O MAGISTÉRIO: REGULAÇÃO DO ENSINO E FUNCIONARIZAÇÃO DOCENTE (1893-1925)	23
1.1 A instrução pública e o magistério nas mensagens dos presidentes de Estado	25
1.1.1 <u>A organização dos serviços de inspeção</u>	48
1.2 Funcionarização docente na (reformada) instrução pública fluminense.....	62
1.2.1 <u>Formação docente e regras para admissão no magistério estadual</u>	68
1.2.2 <u>Categorias docentes: antiguidade, merecimento e vencimentos</u>	79
2 FAZER-SE MAGISTÉRIO FAZENDO O ESTADO EM IGUAÇU: EXPERIÊNCIAS E AGÊNCIAS NAS TRAJETÓRIAS DOCENTES	90
2.1 O ruralismo e os projetos de Estado, sociedade e instrução em Iguaçu	92
2.1.1 <u>Iguaçu e as confluências entre urbano e rural</u>	99
2.2 “Fazer-se” magistério em Iguaçu	117
2.2.1 <u>A feminização do magistério nos quadros de professores efetivos iguaçuanos</u>	118
2.2.2 <u>Experiências de habilitação/formação para o magistério</u>	124
2.2.3 <u>Iguaçu: um lugar de passagem?</u>	139
3 OS “TROPEIROS” DA INSTRUÇÃO: O FAZER-SE MAGISTÉRIO ALÉM DE IGUAÇU	150
3.1 Licenças: para “tratar de sua saúde” ou para “tratar de seus interesses”.....	162
3.2 Professoras e professores em fim de carreira: os percursos da jubilação	172
3.3 Na escola, na família, na igreja, na associação: redes de sociabilidade e campos de ação docente	180
3.4 “Distinto professor”, “distinta professora”: a docência respeitada e admirada	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS:	204

INTRODUÇÃO

Em 1999 me formei professora pelo Curso Normal no Colégio Estadual Dr. Alfredo Backer¹. Nesta escola, onde passei a maior parte de minha vida escolar, tive contato com excelentes professores, os quais despertaram em mim o desejo de seguir seus passos e tornar-me professora. Por isso, quando, no ano seguinte ao da conclusão do curso normal, ingressei no magistério, lecionando para uma turma de primeiro ano do ciclo de alfabetização, não o estava fazendo por uma simples falta de opção, como tantos outros alegam fazer. Naquele momento, eu estava confirmando uma escolha, a qual envolvia ideais de transformação da sociedade através da educação.

Quase concomitante à minha inserção no magistério foi o ingresso na graduação de licenciatura em História na UFRJ, que ocorreu no ano seguinte. As leituras feitas e o conhecimento construído ao longo da graduação fomentaram em mim a necessidade de estreitar mais a relação entre os saberes acadêmicos apreendidos nos bancos universitários e minha prática profissional. Esse processo culminou com o curso de pós-graduação em História do Brasil, no qual, ao estudar as relações de gênero no país no século XIX, chamaram-me muita atenção os papéis sociais das mulheres neste período. Conseqüentemente, com o magistério tão entranhado em minhas escolhas, curiosa por saber a história de minha profissão, das mulheres que ingressaram no magistério público primário, iniciei os estudos sobre este tema. Estes resultaram numa monografia que situava as professoras primárias no contexto histórico de meados até fins do século XIX. Contudo, aquele era um trabalho que observava a questão sob o prisma das discussões de gênero. Concluí-o sentindo que faltava algo mais.

Ao longo dos dezessete anos decorridos desde meu início na carreira como professora, tenho presenciado mudanças consideráveis nas relações que permeiam o processo educacional no ambiente escolar – entre comunidade-escola, docentes-discentes. Algumas questões me eram muito caras, como por exemplo, a maioria esmagadora de mulheres exercendo esta função e o olhar de estranhamento lançado pela maior parte da comunidade escolar aos raros colegas do sexo masculino que exerciam a mesma função, como se fosse algo totalmente inacreditável. O desprestígio da profissão também era algo que sempre me incomodou, e que ficava claro quando, ao ser questionada acerca da minha profissão e responder que era professora, as pessoas usualmente comentavam coisas do tipo: “Corajosa, hein!” ou

¹ O Colégio Estadual Dr. Alfredo Backer situa-se em Imbariê, Duque de Caxias, Baixada Fluminense.

“Coitada!” e endossavam essas exclamações alegando que esta é uma profissão para a qual é necessária muita paciência, pois “tomar conta” de criança não é fácil. Também os modos como o poder público tem se relacionado com a categoria dos professores primários ao longo do tempo, as lutas travadas por estes através de greves e outras formas de resistência nas salas de aula, se consituíam em tema de interesse para pesquisa que não foram nem de perto respondidos pela pesquisa feita para a monografia, já que o enfoque era outro.

Partindo destas inquietações historiográficas e profissionais é que começou a se formar o presente estudo. De acordo com Hobsbawm, os intelectuais engajados são aqueles com maior tendência a interessar-se por estudar suas causas (HOBBSAWM, 1998). Assim sendo, justifica-se que uma professora primária que leciona em um município da Baixada Fluminense esteja interessada em estudar parte da história da profissão docente em sua região. Neste sentido, esta pesquisa objetivava o estudo dos professores primários que atuaram na região de Iguaçu, na Baixada Fluminense, durante a Primeira República.

Essas escolhas passaram por critérios que iam desde o engajamento definido por Hobsbawm até a inconformidade com certo silêncio historiográfico em relação ao objeto de estudo. Os estudos sobre história da educação no Estado do Rio de Janeiro tratam, em sua maioria, da cidade do Rio de Janeiro, provavelmente por ser esta região mais abundante em fontes documentais. Quando se trata da Baixada Fluminense, o número de estudos produzidos é bastante reduzido.

A Baixada Fluminense, além de abrigar a escola onde leciono, é também o lugar no qual fui criada e onde vivo. Contudo, nossa pesquisa não se pautou apenas no interesse pessoal por esta região e pela história da profissão docente juntamente com a intenção de tentar contribuir para os estudos da história da educação local, pois o ingresso no mestrado ampliou nossa percepção do objeto. Encontramos em Dias (2014), a ideia de “fazer-se Estado” fazendo a instrução e seus agentes. Em função disso, percebemos a possibilidade de relacionar o estudo da profissão docente com a história local, compreendendo esta relação em sua interface com o processo de “fazer-se Estado”. Assim, ao estabelecermos uma relação entre profissão docente e história local, estamos assumindo uma posição de análise, através da qual vislumbramos não apenas a história da profissão docente na região da Baixada Fluminense, mas procuramos refletir sobre essa história de forma dialógica com o estudo do Estado recém-republicano fluminense.

Deste modo, a escolha por Iguaçu, para além de ser um esforço de preenchimento de uma lacuna historiográfica, aponta também para uma opção metodológica. Assim,

metodologicamente, foi recortada esta região. Faria Filho apresenta os usos devidos de uma história regional para o estudo em História da Educação:

[...] o regional seria uma das maneiras pelas quais eu busco entender e dar inteligibilidade a objetos que, em outras escalas e de acordo com minhas pretensões (ou possibilidades), não dariam o resultado que espero alcançar. A pretensão não seria de circunscrever um objeto a uma região e mostrar a forma como ele se realiza ali, em sua particularidade, mas qual inteligibilidade é possível produzir para aquele fenômeno quando me disponho a “observá-lo” de determinada posição, ou escala, em sua universalidade (FARIA FILHO, 2009, p. 65 apud: DIAS, 2014, p. 27)

A utilização de uma história regional a partir de Iguazu é explicada pelo fato de, nessa região, ser possível vislumbrar tanto o urbano quanto o rural, partindo de seu distrito-sede para suas cercanias. É interessante notar como, em Iguazu, mesmo em uma escala menor, há possibilidade de verificar como se deu a relação do poder estatal com os professores tanto de zona urbana quanto com os de zona rural. Este fato é importante, pois de acordo com a bibliografia utilizada (SCHUELER, 2010; CARNEIRO, 2010), o processo de profissionalização docente tendia a ser diferente para os professores rurais e urbanos.

Além disso, identificamos a existência de um projeto ruralista colocado em marcha no estado do Rio de Janeiro. Mendonça define o ruralismo como “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre divergentes” (1997, p. 26). O projeto ruralista atendia, portanto, aos interesses das elites agrícolas, que tencionavam a recuperação econômica do estado através de um recrudescimento da atividade agrícola.

Tal movimento acabou se desdobrando num projeto educacional para as regiões rurais. Nas reformas educacionais empreendidas neste período é nítida a tendência a segregar o ensino rural, como se o alunado destas escolas estivesse fatalmente fadado ao mundo agrícola. Seu tempo de estudo era reduzido para que pudessem ajudar na lavoura. O ensino nas escolas rurais deveria ser profissionalizante, no sentido de prepará-los para a lida na lavoura. Afinal, eles possuíam “vocaçãõ natural” (SCHUELER, 2010, p. 542) para este trabalho.

Partindo do entendimento da penetração ruralista no debate educacional fluminense, é possível interrogar sobre a repercussão destas disputas sobre o magistério e sua alocação em escolas rurais ou urbanas. Em Iguazu, as diferenças estruturais existentes no vasto e diversificado município refletiam nas diferentes formas escolares que se estabeleceram no território iguaçuano ao longo do período aqui estudado.

Concluindo, a escolha por uma história regional mais como um suporte teórico e metodológico do que como recorte temático foi bem defendida por Dias:

Nesse sentido, pensar a história da educação e a história regional envolve refletir sobre as conexões entre o local e o global, o particular e o geral, a parte e o todo, de forma que se trata mais de uma postura metodológica do que um recorte temático (DIAS, 2014, p. 30).

Em termos de método, o que nos propusemos a fazer foi observar como, nesta escala local, se deu esta relação entre professores públicos primários e Estado, percebendo os diferentes vieses desta relação em função das noções de urbano e rural da época. Para além disso, perceber como as legislações que eram direcionadas ao global eram sentidas, aceitas ou rejeitadas nesse espaço local e como as ações realizadas neste espaço em particular reverberavam (se reverberavam) no todo.

Ao fazer o recorte em torno da questão da profissão docente, nos deparamos com um profundo silêncio, que, a nosso ver, precisa ser contornado. O período escolhido é o da Primeira República, pois este tem sido consagrado por boa parte dos historiadores da educação como um momento de mudança de olhar do poder público para a instrução primária. Embora não seja consensual que a República inaugurou um novo tempo para o ensino no Brasil, é inegável que, ao menos em termos de discurso, os republicanos almejavam mudanças, até mesmo com o intuito de legitimar seu regime perante a sociedade.

Diante disso, nosso recorte ficou entre os anos de 1895 e 1925. O marco inicial foi determinado pelo “Quadro de antiguidade dos professores efetivos do estado do Rio de Janeiro, em 1895”, publicado no Jornal do Comercio de 14 de fevereiro de 1896 (p. 4), do qual extraímos os nomes dos professores e professoras que estavam lotados em escolas de Iguazu. Trata-se de 12 professores primários efetivos de Iguazu, elencados por tempo de serviço, em ordem decrescente, para efeitos de aposentadoria, prioridade em remoções de uma escola para outra, além de mudança no valor do vencimento de acordo com tempo de exercício efetivo do magistério estadual. Além dos nomes dos professores, constam os municípios e localidades onde atuavam, além de seu tempo de serviço e data de nomeação para o cargo.

Entretanto, apesar da pesquisa ter como recorte temporal inicial o ano de 1895, em alguns momentos recuamos um pouco este período, em função de evidências tanto das trajetórias quanto de legislações que eram anteriores a esse ano, mas que nos ajudavam a compreender as experiências vivenciadas por esses e essas docentes a partir deste ano. Assim, em alguns casos, foi necessário retroceder a análise aos anos imperiais, para averiguar registros de formação e ingresso de alguns professores com mais tempo de serviço, por exemplo.

O recorte temporal final escolhido para este trabalho pauta-se também nas trajetórias dos professores. Foi escolhido o ano de 1925 por conta do quadro de distribuição de escolas estaduais no município de Iguazu em 1925, extraído do trabalho de Amalia Dias (2014, p. 154-155), com base no quadro de “Classificação de Escolas”, publicado em 9 de abril de 1925, no jornal *Correio da Lavoura*. Este quadro foi o último registro com nomes de professores em atuação em Iguazu que encontramos para o período da Primeira República. Os nomes de docentes que constam nesse quadro não serviram de fio condutor para nossa pesquisa (como aconteceu com os de 1895), mas a análise relacional desses quadros foi bastante valiosa para o estudo que se desenvolveu. Ao cotejar as informações de ambos os quadros, pudemos perceber mudanças e permanências ocorridas na escolarização e no professorado iguaçuano ao longo dessas três décadas que decorreram desde a elaboração de um à de outro quadro.

Em relação ao ano que determina o recorte temporal final, em alguns momentos também foi necessário avançar um pouco no tempo, em busca de informações funcionais destes professores, tais como licenças, remoções e jubilações, a fim de conhecer alguns aspectos importantes à compreensão de suas trajetórias.

A pesquisa das trajetórias pautou-se, sobretudo, nos dados recolhidos através de busca nominal no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Ao pesquisarmos esse período de 30 anos, outros quadros com nomes de professores e suas respectivas escolas foram encontrados no *Jornal do Comércio* (para os anos de 1896 e 1914), além dos que encontramos nos documentos produzidos pela sociedade política, como o relatório do diretor de instrução pública de 1898 (MONTEIRO, 1898, anexos), no qual constam os professores, suas escolas, tempo de serviço e data de nomeação, e o quadro anexo à mensagem do presidente de estado de 1904 (PEÇANHA, 1904), com a nova distribuição dos professores pelas escolas do estado fluminense. Todos esses quadros encontrados foram, em algum momento utilizados, para demonstrar mudanças e permanências no professorado iguaçuano. Porém, o de 1898, apesar de separado por apenas 3 anos do quadro de 1895, apresentava uma lista de 15 nomes bastante diversa do quadro anterior, tendo em comum apenas os nomes de 5 professores. Em função disso, animamo-nos a pesquisar as trajetórias destes 10 docentes que haviam ingressado em Iguazu entre 1895 e 1898. Assim, o fio condutor da pesquisa são as trajetórias de 22 professores e professoras que estavam exercendo a docência em Iguazu nesta década inicial do período republicano.

Os professores em questão foram investigados a partir de questões que passavam pela formação destes docentes, pelas formas de ingresso e seleção para o magistério público, sua

trajetória profissional (tempo de serviço, escolas nas quais trabalhou), seus salários, o exercício de direitos, tais como licenças e aposentadoria, além das maneiras como esses professores se inseriam na comunidade na qual trabalhavam. Trabalhamos com o conceito de “funcionarização” (NÓVOA, 1991), através do qual se percebe que a profissionalização docente é um processo histórico, perpassado por etapas. Estas etapas dizem respeito à legitimação, por parte do Estado, da profissão docente, através da concessão de licenças para o exercício do magistério, da exigência de uma formação específica para o ofício, bem como da organização associativa desta categoria profissional. Em outras palavras, é o processo no qual o professor torna-se funcionário estatal e começa a se organizar enquanto categoria.

Para o presente estudo, pensamos, inicialmente, nas questões locais, até para compreender qual o tipo de inserção da escola e de seus sujeitos sociais na Iguazu deste período de Primeira República. Além disso, tentamos compreender o contexto político mais geral deste momento – os anos iniciais da República – relacionando-o com os projetos de instrução primária pública, para melhor avaliar o papel do magistério primário fluminense neste contexto. Por fim, tentamos vislumbrar, através de periódicos da época e de documentos oficiais, as representações da escola e do professor primário perante a sociedade, de modo geral, não limitando-nos ao que os agentes governamentais diziam a respeito destes elementos.

Assim, partimos da análise de documentos, como relatórios de diretores de instrução pública, mensagens de governadores do Estado, bem como de periódicos da época e bibliografia já produzida de temas que cercam o deste estudo, para tentar perceber como se davam as relações entre o governo estadual e os professores primários que atuavam nesta região, na condição de funcionários públicos.

Estas considerações são importantes, pois explicitam que a metodologia aqui adotada, ao estudarmos grupos de professores, não necessariamente significa que pretendemos dar conta de toda a classe de professores primários de Iguazu, mas que, ao debruçarmo-nos sobre as experiências e agências destes sujeitos, podemos encontrá-los compartilhando vivências com outros atores sociais, fazendo, assim, parte de uma rede. Contudo, o aparecimento de certas regularidades nas experiências destes professores, mesmo em meio a suas singularidades, pode apontar para um padrão de experiências de funcionarização em Iguazu e no estado fluminense.

Outra questão metodológica a ser evidenciada é a maneira como estes nomes dos professores foram utilizados como fio condutor do presente estudo. Não se trata, portanto, da construção da história de vida desses sujeitos, mesmo porque não cremos que o relato de uma

história de vida carregue em si mesmo um sentido coerente e lógico. Ao contrário, a trajetória desses professores faz sentido à análise apenas se relacionada ao contexto no qual estava inserida e que aqui nos interessa, que é o da funcionarização dos professores primários estaduais que atuavam em Iguazu. Evocando Pierre Bourdieu:

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados como o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1998, p. 190).

Partindo dessas considerações, podemos afirmar que as experiências de funcionarização destes professores só contribuem para o estudo que aqui nos propusemos se forem vislumbradas de modo relacional e dialógico com a sociedade e projetos nos quais estavam inseridos.

Sendo o nome “um ponto fixo num mundo que se move” (ZIFF, 1960 apud BOURDIEU, 1998, p. 186), foi o nome destes professores um dos indícios seguidos dentro de um contexto de leis, reformas, projetos hegemônicos e vivências múltiplas, que, embora singulares, faziam parte de uma conjuntura histórica. Carlo Ginzburg afirma que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador uma imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1991, p. 175). Assim, deixa clara a maneira como o estudo dos casos particulares pode oferecer ao pesquisador em história possibilidades de análise da realidade que os cerca, compõe e é por eles também produzida.

Não se tratou, portanto, de acompanhar a trajetória de vida desses professores, mas sim de perceber nessas trajetórias, indícios que apontassem para experiências e agências dos mesmos na condição de funcionários públicos estatais. O estudo não é, pois, de relatos de suas histórias de vida, mas é norteado por marcas e impressões que as experiências de funcionarização estatal produziram neles e que podem contribuir para a compreensão deste processo de profissionalização docente no Estado republicano.

Para além da trajetória profissional destes professores, através de um jogo de escalas (REVEL, 1998), relacionando local e global, buscamos evidenciar a experiência de funcionarização dos professores em relação ao Estado e, ao mesmo tempo, compreender as nuances que esta mesma experiência apresentava no território de Iguazu. Sendo orientados pelos caminhos que os nomes destes professores nos levaram a percorrer, buscamos alinhar as formas como Estado e professores se forjavam em projetos que, embora não fossem os

mesmos, estavam diretamente relacionados e nutriam-se um do outro, não necessariamente numa correlação igualitária de forças.

O entendimento de Thompson (1981) de que a estrutura (econômica, social, religiosa, cultural) não necessariamente determina a ação humana, antes a condiciona e, portanto, não impede a ação criativa dos homens, os quais podem, assim, fazer sua própria história, é primordial para a análise que aqui se pretende fazer. Ao situarmos os professores públicos primários de Iguazu durante a Primeira República enquanto agentes de um projeto de educação que visava a transmissão de uma cultura agrícola com vias à modernização, que interessava às elites daquela sociedade, não podemos imaginar que estes sujeitos fossem meros reprodutores deste projeto.

Partindo desse modelo analítico, podemos ver nos professores primários que constituem nosso objeto a condição de agentes históricos que, em função de suas vivências pessoais e concepções particulares, no coletivo, formavam uma classe de professores que, através de meios diversos, se posicionava e resistia às tentativas de intervenção estatal, apropriando-se ou ressignificando os projetos de profissionalização, funcionarização e de instrução pública que lhes eram propostos pelo governo.

Por fim, a noção de experiência, no pensamento legado por Thompson, é compreendida por Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010) como “[...] própria de indivíduos singulares e é incompatível com os cálculos que reduz homens e mulheres a insumos [...]”. Ela “[...] se funda no ser sensível, que está em tensão permanente com as estruturas econômicas, políticas e sociais sintetizadas na cultura [...]” (p. 84). A preocupação com a experiência é o que leva Thompson a estudar os homens e mulheres simples, a perceber nas operações sociais do cotidiano objeto de estudo para o campo da historiografia, pois compreende que estas, quando percebidas dentro de uma perspectiva de classe, são o que movimenta a história. A experiência surgiria, assim, como elemento mediador das tensões entre a cultura e as ações individuais.

No caso do presente estudo, o conceito de experiência (THOMPSON, 1981) é importante, no sentido em que considera como válidas para a construção da análise as experiências que os sujeitos (os professores primários, por exemplo) estabeleciam para além das questões escolares. Deste modo, temas como participações em associações, inserções em outras instituições além da escola que, a princípio, poderiam não ser consideradas relevantes para o estudo destes profissionais enquanto funcionários públicos estatais passam a ser valorizados, pois mesmo que não estejam diretamente relacionados ao objeto, podem ser

bastante elucidativos das vivências destes professores e, por conseguinte, de sua experiência enquanto funcionário público estatal.

Se, por um lado, nos apoiamos numa abordagem thompsoniana para compreender a categoria profissional dos professores primários, por outro, nos baseamos na concepção gramsciana de Estado ampliado para pensar o Estado e suas respectivas agências (GRAMSCI, 2001; 2007).

Ao estabelecer que o Estado é formado pela sociedade política e pela sociedade civil, sendo assim, integral, Antonio Gramsci inaugura uma nova possibilidade dentro do marxismo, a de admitir espaço para o consenso. Em outras palavras, a dominação de uma classe pela outra não é exercida tão somente pela violência ou pela coerção, ela é conquistada pelo estabelecimento de consenso.

Enquanto a sociedade política diz respeito aos “aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem”, ou seja, trata-se do Estado em seu sentido restrito, a sociedade civil é mais abrangente. Gramsci contempla diversos setores sociais através do conceito de sociedade civil, tratando-se este último do “conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros”. Este conceito abarca vários grupos, tais como sindicatos, imprensa, igrejas, associações, partidos e escolas, em torno dos quais “se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados” (MENDONÇA, 2014, p. 35).

Neste sentido, o Estado é neste estudo compreendido enquanto sociedade política, importando-nos perceber como as agências de poder estatais, aqui representadas pelo governo do estado e seu órgão administrativo da Educação, a Diretoria de Instrução Pública, atuavam na relação com o professorado público primário. Mas, a partir da percepção gramsciana de um Estado ampliado, nos é possível vislumbrar como outros setores da sociedade estavam engajados nas disputas de poder, disputas essas ocorridas no interior da chamada sociedade civil. Com isso, se quer dizer que não pressupomos aqui uma vontade absoluta do poder estatal, que é passivamente aceita pela classe trabalhadora (a dos professores primários). Embora compreendamos que “o Estado atua para manter as condições de dominação da classe trabalhadora pela burguesia no mundo capitalista” (MENDONÇA, 2014, p. 33), não podemos, por isso, acreditar que as ações deste Estado não são, em certa medida, perpassadas pelas demandas de alguns destes setores da sociedade civil, que podem ter, até mesmo, interesses antagônicos aos do poder estatal.

Especificamente no caso do presente objeto de estudo, embora o Estado fosse dirigido por interesses dos setores agrários, o que se configurou como processo de escolarização nas áreas rurais e sua respectiva relação com os professores primários, não diz respeito apenas ao projeto de organização social destas frações de classe dominante. Antes, representa o resultado de embates e disputas de poder, nos quais, em alguns momentos, as ações empreendidas pelo poder público poderiam, em decorrência destas disputas e na tentativa de alcançar o consenso, serem modificadas.

É, portanto, a partir dessas compreensões e concepções que tentamos vislumbrar como se processou a funcionarização docente durante as primeiras décadas republicanas, em relação aos professores primários estaduais que estavam exercendo o magistério em Iguçu. Através do cruzamento de informações fornecidas pelas trajetórias dos professores que norteiam esta pesquisa com as informações presentes nos documentos oficiais (relatórios, legislações e discursos), tentamos explicitar os modos como o Estado e a categoria docente engajavam-se nos processos de instrução pública que estavam em curso. Mais do que isso, como ambos forjavam-se, num processo no qual o “fazer-se” de um estava diretamente relacionado com o “fazer-se” do outro.

Assim, no primeiro capítulo, buscamos, inicialmente, contextualizar o Estado do Rio de Janeiro em sua conjuntura econômica, social e política, relacionando esse panorama com os projetos estatais de instrução pública (expressos, sobretudo, nas mensagens dos presidentes de estado, nos relatórios dos diretores de instrução pública e nas legislações da época), com ênfase nas questões referentes à carreira docente. Tentamos, então, compor como estava organizada a estrutura de agências estaduais de educação. Além disso, foi pontuado como, nestes documentos oficiais, estão colocadas as regras para admissão no magistério primário estadual, a formação exigida para tal, os salários dos professores, as regras para aposentadoria, o funcionamento dos serviços de inspeção escolar, as penalidades previstas para os docentes. Enfim, nosso esforço foi o de mapear como o Estado estava regulando o ensino e normatizando a carreira docente.

De posse deste panorama, no segundo capítulo, identificamos o projeto ruralista posto em curso no estado fluminense e seus desdobramentos na instrução pública. Focalizamos a análise para Iguçu. Além de situar esta região no contexto estadual, bem como os meios como o ruralismo se manifestou na mesma, identificamos a historicidade de seus processos de escolarização, de sua população e dos aspectos urbanos e rurais presentes no território iguaçuano. Por fim, analisamos alguns quadros de professores exercendo o magistério em Iguçu ao longo da Primeira República e as informações neles contidas, para tentar

compreender os projetos estatais de escolarização nessa região. Estes quadros de professores e professoras entre os anos 1895 e 1925 nos permitiram identificar a feminização do magistério nesta região, assim como acontecera em todo o estado fluminense. Assim, problematizamos neste segundo capítulo o processo da feminização, tentando destacar possíveis motivações e embates que permearam este processo.

Neste segundo capítulo, nosso o fio condutor da análise foram as trajetórias dos docentes que constam nos quadros de 1895 e de 1898. Através dos indícios por elas deixados, pudemos vislumbrar agências e experiências presentes no processo de funcionarização docente, tais como sua formação/habilitação e as formas de ingresso no magistério público estadual. Por fim, pretendemos estabelecer os modos de inserção desses professores na sociedade local, através do tempo de permanência na região, se seu ingresso e saída do município de Iguazu foram voluntários ou determinados pelo Estado.

Como estes professores não se limitaram ao município de Iguazu, apresentando, aliás, trajetórias com muita itinerância por diversos municípios do estado fluminense, construímos um terceiro capítulo, no qual avaliamos as experiências desses profissionais para além de Iguazu. Através dos registros nos jornais da época, localizamos as formas como estes profissionais buscaram exercer seus direitos de funcionários públicos, requerendo pagamento de gratificações, de salários atrasados, solicitando remoções para escolas que melhor lhes conviessem ou até mesmo abandonando o emprego e retornando posteriormente. Demonstramos também a possibilidade da formação de redes entre esses professores, principalmente os que trabalhavam em escolas menos distantes entre si, por ocasião dos exames finais realizados nas escolas, cujos rituais eram constantemente descritos nos jornais da época. Havia uma banca examinadora composta por professores de escolas do entorno. Estes exames mostram-se um momento privilegiado de diálogo entre os professores da escola examinada e dos que ali iam compor a banca. Além disso, encontramos professoras que estudaram juntas na escola normal, professoras que juntas prestaram concurso para admissão ao magistério público e famílias compostas de professores, o que nos permitiu avaliar a possibilidade de redes pautadas não apenas no profissional, podendo estar atreladas a questões afetivas, mas que, ainda assim, poderiam ser determinantes no “fazer-se” do professorado.

Além disso, em alguns casos encontramos professores vivenciando experiências de associativismo docente ou mesmo a inserção destes em outros tipos de formas associativas, como as beneficentes e religiosas. Estes indícios favorecerem a hipótese de que o magistério estava se organizando não apenas enquanto categoria profissional, mas enquanto parte de uma

sociedade. Deste modo, seu campo de ação era ampliado para além dos limites da escola onde regiam.

Ao longo do trabalho que segue, nosso esforço foi, portanto, o de identificar elementos que nos ajudassem a delinear o processo de fazer-se Estado e fazer-se magistério, ressaltando através da análise dos dados recolhidos, os pontos de convergência, de disputas e os que se tangenciavam em ambos os processos.

1 FAZER-SE ESTADO FAZENDO O MAGISTÉRIO: REGULAÇÃO DO ENSINO E FUNCIONARIZAÇÃO DOCENTE (1893-1925)

[...] toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; e a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem ‘atual’ à sua época.

(Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, vol. 2, p. 62)

É partindo do entendimento gramsciano de que a educação é um processo pelo qual se pretende moldar o outro, adequá-lo a determinados projetos de sociedade, que iremos refletir sobre as formas de regulação do ensino e do magistério primário, operadas em âmbito estadual no Rio de Janeiro. Contudo, nossa principal preocupação é perceber como esses projetos foram encaminhados em Iguazu e, conseqüentemente, como reverberaram nos docentes que aí estiveram em exercício neste período. Para além disso, buscaremos, neste capítulo, compreender como o Estado, tornado republicano em fins do século XIX, apoiou-se na educação para constituir-se enquanto tal. É bom ressaltar que, ao nos referirmos ao Estado, não o estamos compreendendo como um sujeito em si mesmo, um amálgama homogêneo, dotado de vida e vontade próprias. Ao contrário, interessa-nos identificar as dinâmicas e tensões que perpassam as coletividades que compõem e se intrarrelacionam na construção dos organismos estatais. Assim, “o essencial para a análise do Estado e das políticas públicas é tomá-las enquanto resultado do embate entre frações de classe distintas, em disputa pela inscrição de seus projetos junto as agências de Estado” (MENDONÇA, 2007, p. 16).

Iniciamos a reflexão explicitando que existe um debate historiográfico em torno do uso da proclamação da República como marco temporal para pesquisas no tema da história da educação (SCHUELER; MAGALDI, 2008). Este debate deve-se a uma crítica à crença de que a República tenha inaugurado um novo tempo na educação, como se durante o período imperial e o colonial nada de novo ou progressista tivesse ocorrido. Segundo Nagle, este tipo de marco temporal seria de certo modo ingênuo, na medida em que reproduz o discurso da própria elite republicana da época, de que o período anterior representava o atraso, o obsoleto (NAGLE, 1974 apud SCHUELER; MAGALDI, 2008). Desta forma, pode-se compreender que “a escola primária brasileira não foi uma invenção republicana, tampouco uma novidade *fin-de-siècle*” (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p. 37).

Não se quer aqui negar a existência de empreendimentos no que se refere à educação nos períodos que antecederam a República. Ao contrário, desenvolveu-se durante o Império um processo histórico de construção da escola e, conseqüentemente, de seus sujeitos. Inclusive, muito do que era “imperial” foi mantido ao longo deste período de Primeira República. Em virtude dessa compreensão é que não pretendemos utilizar a proclamação da República como marco inicial para pensar as regulamentações educacionais. Nossa intenção é muito mais a de perceber como esse estado republicano, que se estava constituindo, desenvolveu os debates sobre educação, quais investimentos, mesmo que em termos de discurso, foram feitos em torno do ensino escolar.

Consentida pela população, num processo que passou pela inabilidade cada vez maior da monarquia em lidar com as novas demandas sociais e pelo ideal de uma sociedade mais justa através do republicanismo (MELLO, 2007), a República foi proclamada no Brasil em 1889. Contudo, mesmo que não houvesse, de acordo com Mello, rejeição popular ao regime, foi necessária a tecedura de diversos códigos e ideologias que o representassem e que pudessem ser internalizados por esta população, para incorporação deste ideário pelo povo, resultando assim em novas formas de pensar e agir, coerentes com as expectativas do novo governo.

Neste contexto de criação de símbolos e propagação dos mesmos, não há como excluir a escola e o professor enquanto potenciais agentes desta empreitada. A educação é presença constante nos debates das autoridades governamentais e algumas mudanças ocorrem em torno do sistema de ensino.

Este entusiasmo pela educação condensava expectativas diversas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo que contamina a produção intelectual do período. Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los (CARVALHO, 1989, p. 9).

Em outras palavras, a educação estava, ainda que no campo do discurso, na pauta estatal, como parte de um projeto político que, inclusive, se desdobrava em outros setores também, mas que, ao fim e ao cabo, representava o “fazer-se Estado” do governo republicano.

Ao voltarmos o olhar para a sociedade política da Primeira República sob uma perspectiva gramsciana, podemos afirmar que a escola, enquanto parte da sociedade civil, estaria, dentro deste projeto de “fazer-se Estado”, sendo vista como aparelho de hegemonia,

“isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2007, p. 225).

A citação de Gramsci acima pode ser sintetizada para o caso da recém-proclamada República brasileira e sua relação com a instrução primária através da assertiva de Souza (1998):

A escola primária Republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria (SOUZA, 1998, p. 241).

É a partir desse entendimento que passaremos agora ao estudo de como se configurava a situação política, econômica e social do estado do Rio de Janeiro neste período e como isso reverberou nos projetos de instrução pública fluminense, com o objetivo de entendermos o contexto histórico no qual ocorria a funcionarização do magistério público estadual.

1.1 A instrução pública e o magistério nas mensagens dos presidentes de Estado

É importante compreendermos como se deu a transição do regime imperial para o republicano, pois este período não se refere apenas a uma mudança no sistema de governo, mas expressa a conformação de toda uma conjuntura política, econômica e social que estava diretamente relacionada com os rumos que a educação tomou no estado fluminense.

A economia da Província do Rio de Janeiro esteve voltada, durante boa parte do século XIX, para o cultivo e exportação do café. De acordo com Ferreira (1989), “a produção cafeeira fluminense chegou ao apogeu em 1881, com a cifra de 2.600.000 sacas”. Ainda de acordo com a autora, esse crescimento econômico fez-se sentir também na administração e na sociedade da província, gerando novas vilas e cidades no entorno do café. Tais localidades eram “dominadas por grupos detentores de grandes fortunas, dos quais saiu a parte mais expressiva de uma elite que exerceu importantes papéis políticos durante a segunda metade do século XIX” (FERREIRA, 1989, p. 28). Ocupando lugar secundário em relação à economia provincial, a produção açucareira conseguiu manter-se ativa ao longo do século XIX através do mercado interno, fornecendo, em especial, para a cidade do Rio de Janeiro (FERREIRA, 1994).

Contudo, de acordo com Ferreira (1989), durante a segunda metade do século XIX, com a proibição do tráfico negreiro, é que se inicia a crise desses dois principais pilares da economia fluminense (fundamentados, sobretudo, na exploração do trabalho escravo), em função do encarecimento da mão de obra. Além disso, a ascendente produção exportadora de café de São Paulo (concorrendo com o café fluminense) e a disputa pelo mercado interno com Pernambuco e Bahia para escoamento da produção açucareira contribuíram para o agravamento da crise econômica da província do Rio de Janeiro. A abolição da escravatura, em 1888, culminou este processo de dificuldade financeira de ambos os setores da agricultura fluminense. Ferreira (1994) chega a declarar que o Rio de Janeiro havia enfrentado “uma crise séria e duradoura, que não tem a ver com a noção de decadência, mas que se refere a um conjunto de dificuldades para superar os entraves colocados pela crise do escravismo” (FERREIRA, 1994, p. 35).

Desestabilização econômica e cenário político estavam imbricados na passagem do império ao regime republicano. As elites políticas fluminenses, que durante boa parte do período imperial gozavam de privilégios junto à Coroa, muito em função de sua confortável situação econômica e da proximidade geográfica em relação à Corte, viram as bases de sua forte representatividade política serem abaladas com o avanço do movimento abolicionista, bem como do republicanismo. Como ressaltamos através de Ferreira (1994), a economia da província estava baseada na exploração de mão de obra escrava e, em função disso, a manutenção do sistema escravista ou uma mudança lenta deste para o trabalho livre estavam na pauta de boa parte dos representantes políticos do Rio de Janeiro.

Embora a escravidão tenha sido, após um longo processo, abolida pelo regime monárquico mais em função da conjuntura de libertações concedidas por proprietários e das maciças fugas empreendidas por escravos, numa postura de rendição ao cenário que já se desenhava em várias regiões do Império, ela causou grande descontentamento das oligarquias fluminenses em relação à monarquia (CAVAZOTTI, 2003).

Para além disso, havia um movimento de crítica à monarquia entre alguns grupos, não apenas no Rio de Janeiro, mas em outros estados do Império. “Catolicismo, ecletismo, romantismo, escravidão, regime de privilégios, prestígio das instituições — eis os pilares da Monarquia no Brasil. Contra esses alicerces, semearam os livres-pensadores uma nova cultura” (MELLO, 2007, p. 94). Dentre os grupos insatisfeitos com o regime, estavam alguns jovens intelectuais civis e a “mocidade militar”, que não viam no regime monárquico uma representação de seus anseios e necessidades. Calcados na concepção de modernidade e progresso, partindo dos ideais positivistas e liberais, imbuídos de patriotismo, consideravam-

se em melhores condições intelectuais do que as elites vigentes para dar novos rumos à nação. Entretanto, as estruturas de poder sob o domínio da Coroa estavam já estabelecidas e, nelas, não havia lugar para esses grupos (MELLO, 2007). Com relação à participação dos militares no movimento republicano, Cláudia Alves, a partir do exame da “Revista do Exército Brasileiro”, demonstra como se estava formando, em finais do século XIX, uma cultura militar permeada pelo cientificismo, pela valorização do avanço tecnológico. A autora identifica no conteúdo da revista um Exército que postula para si a responsabilidade de “garantir a paz entre as nações, zelar pela ordem social, educar os cidadãos semeando o patriotismo, consolidar o avanço das nações” (ALVES, 2002, p. 90). Era essa, pois, a composição do movimento republicano que estava em andamento.

A abolição da escravatura, bem como a nova tabela de impostos sobre indústrias e profissões, em 1888, ampliou a tensão entre deputados e vereadores do Rio de Janeiro e o governo central (FERREIRA, 1989). Em função da insatisfação com estas medidas, cresceu entre os antigos conservadores fluminenses o número de opositores ao governo, alinhados ao republicanismo. Foi, portanto, em virtude da agregação dos fazendeiros fluminenses que o movimento republicano ganhou maior representatividade na Província do Rio de Janeiro. Esse processo de adesão culminou na formação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1888, no qual figuravam os “republicanos ‘históricos’, pioneiros do movimento na fase propagandística” e os “republicanos ‘do 13 de maio’, como eram conhecidos os chefes políticos que haviam deixado as fileiras monarquistas após a Abolição” (FERREIRA, 1989, p. 37). Como se pode notar, o partido que se constituiu republicano no Rio de Janeiro tinha como especificidade a existência de duas vertentes em seu interior: uma composta essencialmente por profissionais liberais e oficiais militares com sérias críticas ao poder monárquico, e outra, formada pelos grandes fazendeiros, cujos interesses situavam-se em uma retomada do poder através da descentralização (FERREIRA, 1989).

Esta conjuntura é importante na presente análise, pois muito do que se constituiu como projeto de Estado e de educação fluminenses no início da República estruturou-se em consonância com esta elite política que combinava ideais de “modernidade” e “progresso” com elementos pertencentes aos interesses políticos e econômicos das já conhecidas oligarquias agrícolas do Rio de Janeiro.

Passaremos, agora, à análise de determinados registros produzidos pelas autoridades estatais, tendo como principal norteadora a referência à instrução pública e aos professores primários. Documentos como as mensagens que eram submetidas pelo presidente do Estado à

Assembleia podem ser bastante reveladores acerca dos discursos e representações sobre o professor primário nesse contexto de valorização da escolarização para o cumprimento de um projeto de sociedade.

As mensagens dos presidentes de Estado caracterizavam-se por ser um momento no qual se prestava contas do que havia sido realizado em vários setores da administração pública, tais como na instrução pública, na agricultura, na indústria, no judiciário, nas finanças, dentre tantos outros. Além de dar conta do que já fora feito, apresentavam-se, nessa ocasião, projetos a serem empreendidos nessas áreas. Por esse motivo, elas podem ser entendidas com o discurso sobre o plano de governo sendo colocado em ação, e, portanto, um espaço muito propício para a instrumentalização dos dados sobre instrução com o fim de deixar registrada uma gestão exitosa. Em função disso, é sempre com desconfiança dos dados nelas apresentados, conferindo-os com outros documentos e bibliografia, que passamos à análise dos discursos constantes nesses relatórios oficiais, a fim de perceber as múltiplas visões sobre a instrução e o professor primário.

É importante ressaltarmos que estas mensagens eram produzidas no interior de determinadas conjunturas (políticas, econômicas, sociais, culturais). Assim sendo, em alguns momentos, traremos uma breve síntese dos acontecimentos que julgamos importantes para situar a leitura de tais documentos.

A atuação de Francisco Portella² na presidência do estado fluminense (1889-1891) foi bastante insatisfatória para algumas autoridades políticas estaduais. Sua postura de submissão e alinhamento ao governo central, em detrimento das demandas das elites políticas locais gerou muito descontentamento. Com a renúncia de seu principal ancoradouro, o presidente da República Deodoro da Fonseca, em 23 de novembro de 1891, Portella viu-se sem base de apoio (FERREIRA, 1989). Além do difícil momento que passava dentro do próprio estado, com o levante de greves de operários pelos baixos salários, a insatisfação dos mais variados setores sociais por conta da crise econômica e da carência de gêneros alimentícios, vivenciava uma relação bastante desgastada com as elites políticas locais, ficando numa situação de

² Nascido em 22 de julho de 1833, no estado do Piauí, Francisco Portella estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Depois de formado, mudou-se para a cidade de Campos, onde atuou como médico. Foi nesta cidade onde ingressou na vida política, defendendo a causa abolicionista e a República. Em 1878, foi eleito deputado provincial, defendendo a abolição imediata da escravidão. Nos anos de 1880, 1884 e 1886 foi eleito membro do Conselho Municipal de Campos. No ano de 1888, foi presidente do Congresso Agrícola de Campos, no qual se produziu uma moção, pedindo ao governo imperial o fim da escravidão. Foi também um dos fundadores do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro, o qual fora criado durante o Congresso Republicano Provincial realizado em 13 de novembro de 1888, na capital do Império. Com a proclamação da República, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo provisório, e, por indicação do então ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiuva, Portella foi nomeado ao cargo de presidente do estado do Rio de Janeiro (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV)

muita fragilidade. Apesar disso, tentou manter-se no poder e solicitou auxílio do presidente Floriano Peixoto, que não atendeu seu pedido. O clima dentro do estado fluminense era de intensificação oposicionista, com apoio velado do presidente Floriano e, ao ver-se sem apoio, Portella renunciou ao cargo em 10 de dezembro. Como seus sucessores legais decidiram não ocupar o cargo, o presidente, após acordo com Porciúncula (principal nome da oposição fluminense) nomeou Carlos Balthazar da Silveira³ (FERREIRA, 1989).

A nomeação de um governador de acordo com os interesses dos republicanos “históricos” em aliança com os moderados denotou o quadro que se estava desenhando. O poder no estado fluminense voltava às mãos das oligarquias, daqueles que, desde a proclamação da República, estavam relativamente afastados do jogo político. Na condição de detentores do poder, começaram a reorganizar a máquina pública, trazendo de volta a seus postos os funcionários do período imperial, que após o 15 de novembro haviam sido afastados (FERREIRA, 1989), na clara demonstração de que, pretendiam, tudo voltaria a ser como antes. Dentre os funcionários que retornaram a seus antigos cargos, estavam alguns professores. Ao verificarmos a mensagem do governador Carlos Balthazar, lida à Assembleia Constituinte em 1 de março de 1892, deparamo-nos com a seguinte afirmação: “Reformei a instrução pública, dispensando o pessoal que não tinha as habilitações legais para o exercício do magistério e substituí-o pelos competentes” (SILVEIRA, 1892, p. 7, 8). A substituição dos docentes, que, de acordo com a mensagem do governador, pautava-se em critérios de habilitação, desqualificando os professores que haviam sido admitidos pelo governo portelista, na verdade, relacionava-se a um objetivo mais amplo, a parte de uma estratégia de reafirmação do deslocamento do poder para as mãos de seu grupo. Os professores “competentes” eram a representação de que a instrução pública estava, agora, sendo tratada com eficiência.

A votação para a nova Constituinte do estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 1892, elegeu a chapa do governo, com José Thomaz da Porciúncula⁴, apoiado pelo governo, eleito Presidente da Assembleia. Após promulgação de uma nova Constituição fluminense,

³ Baiano, nascido em 06 de junho de 1843, Carlos Balthazar da Silveira era militar da Marinha, na qual atingiu o posto de capitão de mar e guerra em 1883. Durante os anos de 1888 e 1889, foi presidente do Clube Naval. Embora durante o Império tenha sido membro do Conselho do Imperador, após a proclamação da República aderiu ao novo regime. Nos primeiros anos republicanos seria novamente promovido: em 1890, a contra-almirante e, no ano seguinte, chegaria ao posto de chefe do Estado-Maior da Armada nacional. Neste mesmo ano, fora nomeado para o cargo de presidente do estado fluminense (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

⁴ José Thomaz da Porciúncula estudara no Colégio Pedro II e se formou na Faculdade de Medicina em 1878. Passou, então, a clinicar em Petrópolis. Foi filiado ao Clube Republicano durante o período imperial. Antes de eleito presidente do estado fluminense, já havia atuado como deputado provincial no período de 1884-1885 (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

anulando a de 1891 que fora assinada por Portella, foram realizadas eleições para a presidência do estado. Por voto popular, Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro (FERREIRA, 1989).

Em menos de três meses, Porciúncula fazia leitura de sua mensagem à Assembleia. A primeira referência que fazia à Instrução Pública é a de que esta carecia de uma reforma. O problema por ele encontrado, que deixava a instrução pública “por tal fôrma decadente, tão abaixo do grão de civilização dos fluminenses, tão acanhada para corresponder às exigencias deste culto Estado” situava-se nos professores, que não eram capacitados: “Póde-se dizer, sem o menor exagero, que não possuíamos escolas, porque a incapacidade de grande numero de professores afugentava os alumnos e a dependencia em que se debatia o magisterio preparado atrophiava-lhe o estímulo” (PORCIÚNCULA, 1892, p.17). Ele faz, então, menção às mudanças operadas por seu “illustre antecessor”. Como medida para resolver tal problema, ele confirma ter readmitido os professores antigos, “habilitados pela antiga Escola Normal, nas cadeiras de que haviam sido despojados” e afastado os que “leccionavam por simples titulo de habilitação ou nomeação”, até que fossem avaliados por exames “de cunho de seriedade” (PORCIÚNCULA, 1892, p. 17,18)

Porciúncula passa, então, a falar da necessidade de elevar-se o salário dos docentes, permitindo-lhes ter uma vida mais autônoma e tranquila. A formação de novos professores para preenchimento das muitas cadeiras existentes no magistério fluminense também estava em pauta. Além disso, sugeria que a Assembleia determinasse o sistema de ensino que melhor atendesse a necessidade do alunado em consonância com a capacidade dos professores. Também esclarecia que, independente do que fosse decidido pela Assembleia acerca dos gastos com a instrução pública (se de exclusividade do governo estadual, se em conjunto com as municipalidades), que se evitasse o fechamento de escolas por ter de entregar as casas em função do aumento dos alugueis, já que o Estado não possuía prédios próprios. (PORCIÚNCULA, 1892, p. 18,19)

A fala de Porciúncula tem um forte tom de tentativa de regulação do ensino e da profissão docente e demonstra o quanto a instrução pública estava presente nos debates e embates do poder público. E, assim como prognosticado na Mensagem à Assembleia, no ano seguinte, em 1893, foi promulgada a Lei n.º 41, de 28 de janeiro, que estabelecia reformas no ensino do estado do Rio de Janeiro.

Em mensagem lida à Assembleia em 1894, Porciúncula insistia na carência de professores diplomados para regerem as escolas primárias (cujo número havia crescido, segundo ele) e, na tentativa de sanar essa deficiência, propunha a criação de mais uma escola

normal no estado, para auxiliar “no preparo de pessoal idoneo para o magisterio”. Além disso, solicitava que fosse revista a distribuição das escolas do estado, conforme decreto de 20 de dezembro do ano anterior, alegando que a demora na realização desta tarefa se dava em função do atraso do repasse das informações pelos Conselhos Municipais. Demonstrava também preocupação em relação à baixa de matrículas no ensino secundário, mais precisamente no Liceu de Humanidades de Niterói, fato que, acreditava ele, devia-se à cobrança de taxa de admissão e ao programa de séries anuais, os quais deveriam, ambos os possíveis motivos, ser suprimidos para melhor contribuir para o ensino secundário (PORCIÚNCULA, 1894, p. 16).

É importante ressaltar que, em função da federalização, com a mudança nas regras de distribuição das receitas recolhidas através de impostos desde 1891, destinando-se maior percentual para os estados administrarem com mais autonomia (conforme tanto almejavam as elites fluminenses), o Rio de Janeiro ficou em uma situação mais confortável economicamente (FERREIRA, 1989). Assim sendo, os investimentos na instrução pública que ora descrevemos devem-se, de modo geral, a este soerguimento financeiro do estado fluminense aliado à crença republicana de que a instrução pública era “o mais decisivo instrumento de aceleração histórica” (NAGLE, 1974, p. 100 apud ECAR, 2011, p. 53).

Sucessor e aliado de Porciúncula, Joaquim Maurício de Abreu⁵, que governou o estado entre os anos de 1895 e 1897, deu continuidade à sua política de conciliação dos interesses das elites locais, com o apoio do governo central, mantendo um clima de relativa estabilidade, sem que, contudo, isso possa ser entendido como ausência de conflitos. Este tipo de governabilidade foi recorrente em quase todos os estados brasileiros, e propiciaram certo equilíbrio no jogo político, conforme nos afirmam Ferreira e Pinto (2006):

Como resultado concreto deste modelo vigente durante grande parte da Primeira República os conflitos políticos, embora não eliminados, foram minimizados e as sucessões presidenciais marcadas por disputas controladas, sendo o candidato da situação aquele que a priori tinha garantida sua eleição salvo alguns momentos excepcionais (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 5).

O exemplo mais emblemático de conflito ocorrido no Rio de Janeiro neste período talvez seja a Revolta da Armada, a qual foi, inclusive, responsável pela mudança da capital estadual de Niterói para Petrópolis, em 1894, pela necessidade de afastamento dos conflitos (PORCIÚNCULA, 1894). De acordo com Ecar (2011), esta mudança, na verdade, estava mais

⁵ Um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, Joaquim Maurício de Abreu. Após formado em medicina, em 1876, retornou a Sapucaia, sua cidade natal, onde dedicou-se à medicina e à política. Foi vereador algumas vezes, chegando à presidência da Câmara Municipal no ano de 1887 (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

relacionada com a intenção de criar uma imagem de capital estadual mais “civilizada”, distante de conflitos, mais “moderna”, digna do estado que se estava construindo. Esta mudança não ocorreu sem gerar insatisfação e tensões, principalmente em Campos e Vassouras, que almejavam abrigar a capital estadual. Em Campos, aliás, chegou-se a falar em criação do estado Campista, o que não teve consequências maiores, mas sinalizava para o alto nível de insatisfação local (FERREIRA, 1989).

Os professores não diplomados eram novamente tópico importante da mensagem, dos quais se falava que seriam obrigados a prestar, dentro de determinado prazo, os exames da Escola Normal, a fim de tornarem-se efetivos:

Os professores provisórios, cujo numero é quasi igual ao dos effectivos, nomeados sem prova ou exame pelo qual se ajuíze de suas aptidões scientificas e pedagógicas, devem ser obrigados a prestar, dentro de determinado prazo, exame das disciplinas do curso das Escolas Normaes e assim conquistar o respectivo diploma, a Lei e o Regulamento que organisaram o ensino publico permitem a esta classe de professores a prestação de exames, independente de frequência, para o fim de obterem o competente diploma, mas até o presente nem um delles se utilisou dessa faculdade (ABREU, 1896, p. 9,10).

No ano seguinte, o presidente do estado fluminense renovava o discurso de que era necessário tomar medidas para que “a elevada verba consignada á instrucção primária” fosse bem aproveitada. Reitera a necessidade da divisão do ensino primário em dois graus, mais uma vez alegando que, nas áreas rurais, os alunos frequentavam a escola o tempo necessário apenas para aprender a ler, escrever e contar, ou seja, o suficiente para serem empregados na lavoura ou no comércio. Deste modo, “para ministrar o ensino de tão resumido programma é bastante a habilitação, em exames das matérias que os compõem, dos candidatos ao professorado rural” (ABREU, 1897, p. 38, 39). Com isso, pretendia ele remediar a carência de professores diplomados pela Escola Normal. Como se pode ver, a diferenciação estava presente entre urbano e rural, valorizando um em detrimento do outro.

A despeito dos altos valores que Joaquim Maurício de Abreu afirmou ter investido, Schueler (2010) encontrou nos Relatórios da Diretoria de Instrução Pública a descrição de diversos problemas envolvendo a condição da escolarização e da administração do ensino no Estado. Permanecia a questão da falta de escolas com prédios adequados, assim como de professores para as regiões mais distantes; os delegados e inspetores regionais não estavam sendo remunerados, além da baixa frequência escolar. Outro ponto bastante explicitado foi o das débeis condições higiênicas e pedagógicas das escolas fluminenses. Era sinalizada por professores a precariedade do espaço escolar e das acomodações para suas famílias, bem como a falta de espaço para receber os alunos, além das condições insalubres nas quais ficavam as crianças, tomando águas impuras, expostas a pântanos contaminados com

materiais orgânicos. Em função da falta de higiene e frequência é que algumas escolas do interior do estado foram fechadas (SCHUELER, 2010). Em vista de tantos problemas encontrados na instrução pública, meses após a leitura dessa mensagem, o presidente estadual assinou a lei de reforma da instrução n. 376, de 23 de dezembro de 1897.

A relativa estabilidade e clima conciliatório mantidos pelos governos Porciúncula e Maurício de Abreu sofreram abalo quando, em 1898, Alberto Torres⁶, assim que tomou posse do cargo de presidente do estado, tomou partido do grupo de oposição campista em detrimento do Partido Republicano Fluminense/PRF, pelo qual, aliás, havia sido eleito. Afastado do PRF, em seguida, formou o Partido Republicano do Rio de Janeiro. Esta situação desgastou bastante o PRF, do qual afluíram alguns políticos para seguir Alberto Torres.

Ao observar as mensagens de Alberto Torres à Assembleia Constituinte durante seu governo (1898-1900), pouco se fala sobre a instrução pública, afirmando que, em função da redução da verba destinada a este setor, não fora possível cumprir na íntegra com as determinações da lei 376, de 1897. É recorrente em suas mensagens o tema das dificuldades financeiras pelas quais o estado passava e a necessidade de economia por parte do governo. Ao referir-se ao setor da instrução pública, Alberto Torres, diferentemente de seus antecessores, utiliza a expressão “educação” em lugar de “instrução”. Na mensagem do ano 1899, ele limitou-se a falar sobre a instrução secundária, enaltecendo a inauguração do Gymnasio Fluminense, em Petrópolis, e transcrevendo o discurso que proferiu naquele dia. Este voltava-se diretamente ao diretor e aos professores do estabelecimento.

Mesmo que seu discurso se direcionasse a professores secundários e não aos primários, a colocação do presidente do Estado é bastante reveladora, no sentido em que mostra-nos o que, para ele, seria a função social do magistério. Além de enfatizar a grande responsabilidade assumida por aqueles docentes ao regerem em tal instituto, afirmou que quando os havia escolhido para tal empreitada, “sabia que nomeava homens aptos e homens bons, como é preciso que sejam os que se destinam a ter a seu cargo o futuro da mocidade” (TORRES, 1899, p. 26). Grande era, de acordo com Torres, a responsabilidade dos professores, que para assumi-la deveriam ser homens aptos e bons. Vale o registro de parte de seu discurso, para identificarmos como, exatamente, estes professores iriam atuar. Não tratava-se exclusivamente de instruir, mas sim de “educar”:

⁶ Filho do vice-presidente de estado de Porciúncula (Manuel Martins Torres) Alberto de Seixas Martins Torres, apesar de ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, não chegou a concluir o curso, e, em 1882, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Ali se envolveu com o movimento abolicionista e na criação de jornais republicanos. Reprovado pela faculdade, concluiu os estudos e diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. De retorno ao Rio de Janeiro, atuou como advogado e jornalista (LEMOS, Renato. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

Disse-vos ao começar que considero este estabelecimento sobretudo como um Instituto de *educação*; e quero repetir esta palavra e assinalal-a especialmente. Educar é a primeira, a mais imperiosa das necessidades do nosso paiz. Educar, estabelecendo o equilíbrio indispensável entre o desenvolvimento physico, moral e intellectual de cada individuo; educar, para desenvolver e corrigir as faculdades naturaes do homem brasileiro; educar, para aperfeiçoar os estímulos e rectificar os defeitos com que as condições da herança e do meio modelam os filhos da nossa terra; educar, emfim, para fazer a cultura do sentimento, do espírito e do character nacional, de fórma a constituir com a unidade das idéas e dos moveis moraes e intelletcuaes, a mais solida fôrça da Patria (TORRES, 1899, p. 28, grifo do autor)

Alberto Torres mantinha muito dos ideais republicanos, e seu discurso de inauguração desta instituição de ensino secundário foi uma clara confirmação da crença no poder da educação para “civilizar”, “modernizar”, “higienizar” as novas gerações e, conseqüentemente, a pátria. A ideia de eugenia também perpassa seu discurso. Além disso, era através da educação que, acreditava ele, se despertaria o sentimento patriótico e o civismo. E o professorado era, portanto, o principal encarregado desta “missão”.

No ano seguinte, novamente a instrução pública passaria por mudanças, desta vez através do Decreto n.º 588, de 25 de janeiro de 1900, que regulamentava a lei 376, de 1897, em virtude de disputas e da instabilidade política no governo do estado. Mais uma vez, é mantida a organização hierarquizante, a partir da localização geográfica das escolas.

Por este decreto, as escolas rurais deveriam ter um programa elementar, restringindo conteúdos e com redução de uma hora de aula, a fim de que os alunos pudessem ajudar seus pais na lavoura. Já nas escolas urbanas, o curso primário foi dividido em três séries. Schueler explica que as disciplinas dessas escolas primárias urbanas eram as mesmas dos cursos médio e superior:

(...) português e instrução moral e cívica; aritmética, inclusive metrologia; geografia, principalmente corografia do Brasil, e noções de história pátria; lições de coisas e noções concretas de ciências físicas e naturais; caligrafia e desenho; trabalhos de agulha, corte de roupa branca e noções de economia doméstica (para meninas); música e ginástica. (SCHUELER, 2010, p. 541)

Mesmo em meio às reformas no campo da instrução primária, continuavam nas mensagens dos presidentes do estado as críticas às condições das escolas. Eram evidenciados problemas, como a falta de prédios, espaços inadequados para seu funcionamento, assim como os altos custos dos aluguéis e, finalmente, pela baixa frequência escolar, mais vivenciada pelas escolas singulares, distritais e rurais, que eram, por assim dizer, ampla maioria no Estado (SCHUELER, 2010).

Considerado por Marieta Ferreira como o conciliador, Quintino Bocaiúva⁷ (1901-1903), cuja candidatura fora apoiada tanto pelo PRF quanto pelo PRRJ tinha diante de si um quadro de animosidade entre as principais figuras políticas fluminenses e a crise econômica que havia se abatido sobre o estado desde os últimos anos. Para tentar lidar com os problemas que se colocavam diante de si, Bocaiúva frequentemente recorria a seu amigo pessoal, Nilo Peçanha, figura que, aliás, vinha crescendo na cena política fluminense. A principal disputa política ocorrida durante seu governo girou em torno da transferência da capital estadual de volta a Niterói, a qual gerou dissidências no interior do próprio partido. Sua mensagem à Assembleia de 1902 demonstra claramente sua preferência pela “tradicional” e “histórica” cidade de Niterói como capital para o estado. Este posicionamento corrobora a influência de Nilo Peçanha sobre os rumos do estado, já que ele era um dos principais apoiadores do retorno da capital para Niterói, o que se concretizou meses depois (FERREIRA, 1989).

Em 1903, a tônica da mensagem de Bocaiúva é a de que o estado “deplorável” da instrução pública devia-se em grande medida à terrível crise econômica pela qual passava o estado, a qual, segundo Ferreira (1989) só se agravou ao longo de seu governo. Ele admite que não estava pagando os vencimentos dos professores. Assim, “nada se pôde exigir daquelles a quem não se paga” (BOCAIÚVA, 1903, p. 10). Também havia fechado muitos grupos escolares por falta de prédios que os abrigassem. Nesse sentido, havia menos escolas que professores, os quais ficavam em disponibilidade. Ele acrescenta que o empobrecimento era geral no estado, de modo que tampouco os alunos frequentavam a escola. Sua opinião era de que as reformas efetuadas não haviam dado resultados, que o ensino precisava ser mais prático que teórico. Bocaiúva arremata sugerindo que a responsabilidade pela instrução primária ficasse a cargo dos municípios, deixando ao governo estadual apenas a promoção do ensino profissional, do qual se beneficiaria mais o estado: “Acredito que nas circumstancias actuaes o *provimento* da instrucção pública primária deve ficar inteiramente a cargo das Camaras Municipaes (...) Ao Estado caberá então promover o ensino profissional com o qual gastará menos e obterá melhores resultados para o benefício comum” (BOCAIÚVA, 1903, p. 11). Mais uma vez, a Instrução Pública (ou a ausência dela) comparece no discurso das autoridades por seu caráter deficitário, como entrave ao progresso do estado. Os professores

⁷ Durante o período imperial, Quintino Bocaiúva trabalhou como teatrólogo e jornalista. Apoiador da imigração como alternativa ao escravismo e federalista, aproximou-se do republicanismo, sendo um dos fundadores do Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro. Além de redator de artigos de propaganda republicana, Bocaiúva também realizava conferências para expansão do movimento republicano (LEMOS, Renato. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

são retratados pela difícil situação em que se encontravam, sem salários, sem escolas para reger, em situação “penosa e pungente” (BOCAIUVA, 1903, p. 11).

O período que antecedeu as eleições de 1903 foi marcado pelos debates em torno da reforma política, elaborada por Nilo Peçanha⁸ e seus aliados, a qual propunha, em linhas gerais, a ampliação do mandato do presidente de estado de três para quatro anos, fortalecendo o Executivo, através da centralização administrativa, enquanto reduzia a participação do Legislativo e do Judiciário. Medida de destaque nesta proposta era a que reduzia a autonomia municipal, concentrando o poder no prefeito (que nos municípios que contassem com verba estadual para serviços de infraestrutura seriam indicados pelo presidente estadual), em detrimento dos vereadores, que perderiam consideravelmente suas possibilidades de intervenção na administração local. Embora tenha sido eleito sem grandes oposições, não foi sem debates e resistências que ele conseguiu a aprovação da reforma, o que demonstra que não havia uma coesão em sua base de apoio (FERREIRA, 1989).

Foi com postura austera que Nilo Peçanha governou o estado, “buscando adesões através da cooptação ou, quando necessário, da coerção” (FERREIRA, 1994, p. 22). Além das mudanças na política estadual, Nilo promoveu consideráveis mudanças na arrecadação dos impostos, deslocando alguns que eram destinados às municipalidades para o governo estadual, em função da grave crise pela qual o estado passava (FERREIRA, 1994). De acordo com Ferreira (1994, p.22):

A administração nilista seria marcada por um severo programa de saneamento das finanças públicas que visava a reduzir os gastos do estado e a ampliar a receita através de modificações no sistema tributário, e ainda pela implementação de um conjunto de medidas destinadas a incentivar a produção.

É recorrente sua assertiva de que, a despeito dos cortes financeiros realizados em várias áreas de sua administração, a instrução pública não havia sido prejudicada. Ao falar na reforma que tanto necessitava este setor, ele diz que começou por acabar com os cargos de indicação política. De acordo com ele, de fato, havia destituído “um grande número de professores, sem concurso e sem diploma das Escolas Normas”. Para ocupar seus lugares foram nomeados “os que tinham curso regular e completo nos institutos superiores do Estado”. Além disso, sob o pretexto de preencher as cadeiras das escolas do interior do

⁸ Oriundo de família tradicional na política de Campos, Nilo Peçanha iniciou os estudos de Direito em São Paulo, mas os concluiu em Recife. Ao retornar para Campos, envolveu-se na política através do movimento abolicionista e do republicanismo. Em 1890, elegeu-se deputado pelo estado do Rio de Janeiro, pelo Partido Republicano, sendo reeleito em 1894 e 1897. Foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro para o período de 1903-1907. Em 1906, elegeu-se vice-presidente da República na chapa do mineiro Afonso Pena. Com a morte deste último em 1909, Nilo Peçanha assumiu a presidência pelos 17 meses que ainda restavam de mandato de sua chapa. Em 1914, elegeu-se, novamente, a presidente do estado fluminense (FERREIRA, Marieta de Moraes, In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

estado, fez nova redistribuição dos professores estaduais, removendo muitos professores “das mais importantes cidades” para as zonas rurais, pois “sentiu que era de seu dever levar a instrução para o interior acudindo a sérias exigências da população escolar” (PEÇANHA, 1904, p. 9).

Voltou também a cobrar taxa de matrícula na Escola Normal, o que, de acordo com ele, não fez reduzir o número de matrículas. Ao contrário, elas haviam aumentado, já que os cargos de professores já não seriam mais de indicação política e a formação pelas escolas normais seria obrigatória. Por fim, afirma ter eximido os municípios da responsabilidade de arcar com o pagamento dos alugueis dos prédios escolares, tornando essa obrigação do governo estadual (PEÇANHA, 1904). Quanto a este último ponto, na mensagem do ano seguinte, Nilo Peçanha torna mais explícita sua motivação ao retirar dos municípios essa responsabilidade: “Tambem não parecia conveniente que as municipalidades tivessem qualquer parcella de intervenção ou de autoridade nesse departamento do Estado” (PEÇANHA, 1905, p. 7). Em outras palavras, ele preferia arcar com as despesas a ter os políticos municipais envolvendo-se nas questões da instrução, intervindo ou exercendo autoridade neste setor, em função de estar financiando parte de suas despesas. Falou mais alto sua característica centralizadora.

Em mensagem de 1906, Nilo Peçanha relata números demonstrando a ampliação da quantidade de alunos matriculados. Segundo ele, antes das mudanças praticadas em seu governo, o total de matrículas era de 9.183, com frequência média de 7.360. Após tais mudanças, houve elevação de matrículas para 15.657, com frequência média de 10.866. Em 1906, a matrícula já chegava a 17.964 e a frequência média a 11.813.⁹ (PEÇANHA, 1906, p. 9).

É interessante notar o quanto os assuntos políticos reverberavam na instrução pública, neste caso, mais especificamente, nos professores. Em sua necessidade de minimizar o poder de mando das autoridades locais (como vereadores, por exemplo, que até então tinham autonomia para fazer nomeações para cargos de confiança), Nilo Peçanha declarou estar proibida a nomeação de professores por “interesses políticos”, demitindo, assim, muitos que estavam trabalhando nesta condição (PEÇANHA, 1904). Esta necessidade leva-nos a refletir sobre o peso da figura do professor nas localidades onde regia e o quanto, talvez, o apoio político desses sujeitos àqueles que lhes haviam nomeado poderia interferir nos pleitos eleitorais.

⁹ Nilo Peçanha não especifica se esse número refere-se apenas a escolas primárias ou se representa o quantitativo total de escolas estaduais (primárias+secundárias).

Embora tenha sido eleito com o apoio de Nilo Peçanha, Alfredo Backer¹⁰ (1907-1910) decidiu governar de forma mais autônoma. O estado, embora com as medidas austeras de Nilo tenha passado por um desagravamento da crise econômica, ainda se encontrava em consideráveis dificuldades financeiras. E durante o governo de Backer, mais uma vez, político e econômico imbricavam-se. A essa época, Nilo Peçanha já exercia a função de vice-presidente da República, e não estava satisfeito com a postura pouco subordinada de Backer. As tensões na política fluminense exacerbaram-se quando foi feita a proposta de uma sobretaxa ao café, em troca da qual São Paulo se comprometeria a, mediante ao recebimento do empréstimo do Governo Federal através do Banco Central, comprar os melhores grãos produzidos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Não houve muita adesão a essa ideia por parte dos cafeicultores. Contudo, como estava interessado na receita advinda da sobretaxa, Backer aceitou o acordo que, ao fim e ao cabo, pouco foi útil para os cafeicultores, já que o empréstimo do Governo Federal representava uma quantia ínfima, e São Paulo comprou pouca quantidade do café fluminense. A partir daí cresceu a pressão para que a sobretaxa fosse suprimida. O grupo nilista foi o principal articulador dessa oposição. O processo que se seguiu foi de supressão e posterior regulamentação da sobretaxa, no qual estava envolvido também o gradativo fortalecimento de Backer frente ao Governo Federal (FERREIRA, 1989).

Essas dissensões políticas entre Backer e Nilo Peçanha não transparecem no que se refere à instrução pública. Inclusive, ele afirma que “o Governo transacto corrigiu alguns delles (dos defeitos da instrução pública) e o acerto das providencias tomadas está evidenciado pelo augmento progressivo da frequência escolar” (BACKER, 1907, p. 11). O tema dos professores diplomados também estava em pauta e ele fazia questão de afirmar que, das 389 escolas primárias, 369 eram regidas por professores “diplomados ou a estes equiparados”, enquanto em apenas 20 atuavam interinos (BACKER, 1907, p. 12). Percebemos que, independente do posicionamento político, estes governantes estavam alinhados quando o assunto era a instrução pública.

Ao dirigir-se à Assembleia em 1908, Backer, afirma que “a instrução pública é o assumpto que mais pede a vossa atenção”. Seu tom de concordância com as propostas do antecessor é mantido, com a ênfase em um plano de ensino mais simples, “tendo em vista o meio onde se dá o ensino”. Também ratifica a necessidade de uma reforma na instrução

¹⁰ Alfredo Backer, após formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornou a Macaé (sua cidade natal), onde além de clinicar, envolveu-se na política. Entre 1891 e 1905, foi eleito deputado por quatro vezes. Por oferecer seu apoio a Nilo Peçanha na sucessão a Bocaiúva, quando Peçanha foi eleito, Backer foi nomeado secretário-geral do governo (DIAS, Sonia, In: *Dicionário histórico-biográfico a Primeira República*. CPDOC/FGV).

pública, a qual, por sua vez, estaria muito aquém do que se esperava. Tal reforma deveria ocorrer no sentido de oferecer “o ensino profissional, principalmente agrícola” (BACKER, 1908, p. 9).

Em 1909, embora a instrução pública estivesse “ainda muito longe do que é de desejar”, Backer afirmava que “este ramo do serviço público” se referia “aos vitais interesses do Estado e à sua grandeza e prosperidade futuras” (BACKER, 1909, p. 13). Mais uma vez, a instrução pública representada pelo atraso, pela carência, por não ser o que deveria. Afinal, de acordo com ele e outros governantes desta época, era ela a responsável pelo engrandecimento e prosperidade da pátria.

Muito ligada à conjuntura política federal, na qual Nilo Peçanha havia sido empossado presidente da República em função da morte de Afonso Pena, em 1909, a eleição de Francisco Chaves de Oliveira Botelho¹¹ para a presidência do Rio de Janeiro foi reflexo do fortalecimento do grupo nilista no estado, não sem que antes houvesse pleito com os partidários de Backer. O governo de Oliveira Botelho seria, então, um prolongamento do governo de Nilo Peçanha, dando “continuidade aos programas econômico e financeiro iniciados na gestão de Nilo Peçanha” (FERREIRA, 1989, p. 176). De acordo com Ferreira (1989), o governador Oliveira Botelho, mal assumiu o cargo, anulou decretos e resoluções que haviam sido expedidos por seu antecessor no ano anterior, iniciando uma série de acusações e pedidos de esclarecimentos sobre medidas e orçamentos praticados por Backer. Diante das reações dos correligionários deste último, iniciou-se um processo de “demissões por parte do governo, além da deposição de algumas câmaras de vereadores” (FERREIRA, 1989, p. 177).

Essa oposição acirrada a seu antecessor e o tom de denúncia a este se fazia sentir em sua mensagem à Assembleia, em 1911: “Era desolador o estado em que encontrei a instrução pública, reflectindo, aliás com fidelidade, a anarchia geral da Administração” (BOTELHO, 1911, p. 20). Seus questionamentos são os mais variados. Ele evidencia os jogos políticos locais que, invariavelmente, determinavam o fechamento de escolas por interesses pessoais, prejudicando professores e alunos:

Os pobres professores, bem o sabeis, eram sacrificados á politicagem de severamente punidos de qualquer veicidade de resistência. Não raro a supressão de

¹¹ Em 1890, Francisco Chaves de Oliveira Botelho formava-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Passou, então, a clinicar em Resende, no Rio de Janeiro, onde iniciou sua carreira política, primeiro como vereador e, posteriormente, como presidente da Câmara Municipal. Pelo Partido Republicano, foi eleito, em 1901, deputado estadual, sendo reeleito em 1903. Em 1905, chegou a ser presidente da ALERJ. Após isso, foi eleito também deputado federal (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

escola numa localidade era a resposta a alguma derrota eleitoral, ou reflectia as relações do professor ou professora com políticos da oposição, ou, simplesmente, a malquerença do chefe situacionista. Mesmo assim, por honra da classe, devo dizer, muitos não se curvaram, preferindo remoções a humilhações. Outros, constrangidos, resignaram-se; e os restantes, por *accommodaticios*, aceitaram a situação que lhes era imposta, e que ninguém dirá fosse de molde a despertar nobres estímulos. E assim agonizava a instrução... (BOTELHO, 1911, p. 20)

Também os parques investimentos realizados em prol do custeio e da obtenção de materiais e livros escolares eram questionados. Além disso, havia subvencionado o ensino em locais onde não houvesse escola primária pública ou que houvesse, mas sem professor, até o limite de 30 alunos, pelos quais o Estado pagaria o valor de 3\$000, cada um. Houve também a instalação de 26 escolas complementares¹² na Capital e nas principais cidades, que atendiam a matrícula de 4124 alunos, dos quais 3.465 frequentavam; além da existência de 385 escolas singulares, as quais frequentavam 14.009 alunos, tendo nelas matriculados 19.512. Por fim, sob sua gestão, a instrução primária sofreu algumas alterações em função de nova reforma, através do Decreto n. 1200, de 7 de fevereiro de 1911. Nesta mensagem, menciona as alterações feitas por essa reforma, principalmente no que diz respeito à inspeção, que fora “entregue a professores dos mais distintos, submetidos, não obstante, ao cadinho do concurso (...)”. De acordo com ele, “taes disposições evidenciam a preocupação de garantir aos professores aquella independência que devem ter os *preceptores da mocidade, aos quaes o Estado incumbe a elevada missão de formar o caracter das novas gerações*” (BOTELHO, 1911, p. 21, grifo nosso).

As afirmativas de Oliveira Botelho são bastante elucidativas para nós. Demonstram aquilo que já pontuamos através da mensagem de Nilo Peçanha, em relação ao envolvimento de professores em questões políticas e o quanto os desdobramentos dessa relação poderiam interferir no processo de escolarização em determinadas localidades. Ademais, o professor, segundo ele, carregava consigo grande responsabilidade, era dele a missão de formar, moldar o caráter dos jovens, dos que representavam o futuro.

Em 1912, Oliveira Botelho se vangloriava dos números crescentes de alunos matriculados nas escolas (estaduais, municipais e subvencionadas). Segundo seus dados, a esta época, calculava-se, havia cerca de 145.000 crianças em idade escolar no estado. Dessas, 37.450 estavam matriculadas nessas escolas, o que daria um percentual de 25,8% (BOTELHO, 1912, p. 15). Contudo, dessas 37.450 crianças, apenas 24.052 realmente frequentavam a escola. Este percentual de 16,58% o então presidente de estado não fez

¹² O curso elementar estava organizado em três séries, enquanto o complementar, em duas séries. Contudo, as escolas complementares eram as que continham o curso completo, ou seja, tanto o elementar quanto o complementar, com um total de 5 séries.

questão de calcular, o qual ilustra que, mesmo que algumas famílias demonstrassem o interesse de matricularem seus filhos, nem todos, em função dos mais variados fatores, conseguiam mantê-los na escola, o que resultava em número ainda extremamente alto de crianças fora da escola, e, provavelmente, não alfabetizadas. Quanto aos professores, das 370 escolas públicas elementares, em 326 regiam professores efetivos e 44 estavam sob regência interina. Em relação às 28 escolas complementares, eram regidas por 28 professores, auxiliados por 145 adjuntos¹³. Dentre os 28 professores de escolas complementares, 5 estavam regendo interinamente (BOTELHO, 1912, p. 20,21).

Para solucionar o problema das escolas para as quais os professores diplomados não queriam ir, Oliveira Botelho aponta a subvenção escolar, o que, faria “desaparecer do quadro geral de escolas públicas as que, não sendo requeridas por professores diplomados, não devem ser entregues á regência de pessoal sem preparo profissional para a execução cabal dos respectivos programmas de estudos” (BOTELHO, 1912, p. 19).

Em 1913, o presidente do estado sugeria o “aproveitamento, como professores ruraes de 2ª classe, e como professores adjuntos das escolas complementares do interior, dos alumnos de escolas complementares que concluíssem o curso, obtendo diploma”. Oliveira Botelho expõe suas motivações para a proposição desta medida:

Luta o Governo com as maiores difficuldades para prover as escolas ruraes, em regra recusadas pelos diplomados das nossas escolas normaes, redundando na privação do ensino publico a muitas localidades de elevada população escolar. Desenvolvido, como é, o programa de ensino das escolas complementares, os alumnos por ellas diplomados, uma vez que adquirissem a pratica de ensino durante um anno, poderiam reger, com vantagem, as escolas ruraes, cujo programma é elementar, cabendo-lhes também a nomeação para adjuntos de escolas complementares, em via de regra installadas em cidades de certa importância, onde, mesmo assim, se recusam a servir as normalistas (BOTELHO, 1913, p. 17)

Se em 1912, a solução para a carência de professores diplomados nas áreas de interior estava na subvenção do ensino, no ano seguinte, ela se encontrava na admissão de alunos concluintes das escolas complementares. Independente da solução apontada, o que extraímos dessas informações é que faltavam professores diplomados interessados em trabalhar nas zonas rurais. Oito anos após Nilo Peçanha ter reorganizado o quadro do magistério, removendo professores de cidades para áreas rurais, com a intenção de prover as escolas dessas regiões, vemos que o problema continuava.

Em todas as mensagens lidas à Assembleia, Oliveira Botelho fazia questão de fazer um retrospecto do antes e durante seu governo. Através de uma série de números (valores,

¹³ De acordo com o decreto 1200, de 1911, os professores adjuntos deviam ser diplomados pelas escolas normais do estado ou por ele habilitadas.

quantitativos), buscava comprovar que sua gestão ampliou o orçamento voltado à instrução pública e que isso reverberou em aumento na quantidade de escolas existentes no estado, de alunos matriculados e de professores em exercício. Apresentamos os números exibidos por ele: dos 564 institutos de ensino primário que funcionavam em 1914, 29 eram públicos complementares, 377 públicos elementares e 158 elementares subvencionados. A frequência desses institutos somava 20.426 alunos, em contraposição aos 11.106 alunos que frequentavam as 376 escolas mantidas pelos cofres públicos do estado em 1910 (BOTELHO, 1914, p.53, 54).

Os gastos com a instrução pública, além do pagamento de salários aos professores e de alugueis de prédios escolares, destinaram-se, sobretudo, à compra de mobiliário (mesas, cadeiras, carteiras, quadros-negros, armários), os quais, sublinhava ele, não eram recebidos pelas escolas desde 1900 (BOTELHO, 1914).

O começo da disputa em torno das eleições para o governo estadual em 1914 foi marcado pela cisão entre Oliveira Botelho e Nilo Peçanha. Ao passo que o primeiro havia decidido apoiar a candidatura de Feliciano Sodré, por indicação de Hermes da Fonseca, o segundo negou-se a aceitar intervenção externa ao estado e lançou sua própria candidatura. Feliciano Sodré recebeu apoio das oposições ao nilismo. Para conquistar a vitória nesta disputa contra governos estadual e federal (que neste momento estavam alinhados), Nilo Peçanha realizou uma verdadeira campanha política “cuja intensidade comprova a importância do voto, mesmo na República Velha, para a legitimação do poder das diferentes facções oligárquicas” (FERREIRA, 1989, p. 196). De acordo com Ferreira (1989), apesar de sua campanha ter se voltado para o povo, realizando-se em praças públicas, estações de trem, teatros e outros locais de concentração popular, seu projeto de governo nunca apontou para reformas sociais, sendo (apesar da formatação distinta da campanha) representante, ainda, de interesses oligárquicos.

Em 31 de dezembro de 1914, Nilo Peçanha, após longa querela com seus opositores, que também alegavam ter ganhado a eleição, assumia a presidência do estado fluminense mediante a anuência do presidente de República, Venceslau Brás. Este apoio, segundo Ferreira (1989), provavelmente não se devia apenas ao reconhecimento da importância política de Nilo Peçanha, mas também a interesses políticos na esfera federal, pois Sodré era apoiado pelo gaúcho Pinheiro Machado, a quem Venceslau Brás tinha interesse de enfraquecer, com o intuito de restabelecer o eixo Minas – São Paulo (FERREIRA, 1989).

Apesar desses embates políticos iniciais, Nilo Peçanha governou com certa estabilidade interna, mantendo sua aliança com o governo federal. Entendendo seu mandato

como governador como uma prévia para a eleição à presidência da República, sua aspiração antiga, Nilo Peçanha caracterizou-se pelo centralismo do poder, estabelecendo mudanças na máquina político-administrativa, principalmente com a criação de novas prefeituras, das quais opositoristas eram varridos (FERREIRA, 1989).

De acordo com Ferreira (1989), o estado fluminense encontrava-se em caótica situação financeira, com uma dívida externa de soma considerável. Com a intenção de sanar essa dívida e demonstrar habilidade administrativa, Nilo Peçanha manteve sua postura de diminuição de gastos com o orçamento do estado, cortando investimentos em projetos de saúde pública, infraestrutura e educação.

A instrução pública era, segundo ele, um “importante ramo do serviço publico, merecedor sempre de particular desvelo da Administração”, devendo receber toda a atenção do governo, principalmente, “em relação ao provimento das escolas por professores diplomados” e ao aumento da matrícula escolar (PEÇANHA, 1915, p. 43). No ano seguinte, ele expressava novamente a importância da instrução pública, “o mais poderoso elemento de felicidade do povo”, que por isso, vinha merecendo “os especiaes cuidados do Governo”. Assim, o que o Rio de Janeiro precisava era de “muitas e sobretudo de boas escolas, afim de bem podermos preparar a grandeza da Pátria e riqueza do Estado” (PEÇANHA, 1916, p. 43).

Quanto ao professorado, a preocupação externada por Nilo Peçanha em sua mensagem de 1916 era relativa às regras para jubilação, que, de acordo com ele, deveriam diferir das regras para os demais funcionários do serviço público. Aos professores, que “cumpriram o seu dever e que encaneceram na dignificante tarefa de educar”, seria acertada a jubilação com todos os vencimentos após 30 anos de serviço, e com o ordenado, ao fim de 25 anos de exercício do magistério. Afinal:

O professor mantém durante todo o dia, seu espírito em tensão, sempre activo e vigilante para impor a disciplina, ao mesmo tempo que tem de transmitir as lições, diversificando-as para poder accommodal-as á comprehensão dos differentes alumnos. Fala durante todo o dia escolar, respira um ar que nem sempre é o conveniente aos pulmões, pelo grande numero de alumnos em contraste com a exiguidade das dimensões da sala escolar. O exercício mental a que se entrega, as causas que actuaem sobre seu systema nervoso, tornam-n’o no fim de um certo numero de annos, um superexcitado e afinal um esgotado. Um professor *e principalmente uma professora* (...) bem merece dos poderes publicos o descanso ao lado do premio de seu *glorioso labor* (PEÇANHA, 1916, p. 23, 24, grifo nosso).

A citação é longa, mas tão importante, pelos elementos que apresenta, que consideramos válido apresentá-la na íntegra. A primeira coisa que salta aos olhos neste trecho é a descrição do trabalho dos professores e das condições de exercício do mesmo. A riqueza de detalhes permite-nos imaginar que sua opinião favorável à jubilação com regras diferenciadas para o magistério provém de um verdadeiro conhecimento do trabalho docente.

Provavelmente os relatórios que chegaram até ele para elaboração de tal texto, foram produzidos por alguém que, de fato, era conhecedor do cotidiano dos professores. Outra questão é a ênfase dada à “professora”, como se o fato de serem mulheres fizesse com que as professoras, ainda mais do que os homens, merecessem ser jubiladas com tempo menor que os demais funcionários. Por fim, a identificação do magistério como “glorioso labor”, numa clara tentativa de valorização dessa profissão. Essa linha de raciocínio fazia muito sentido num discurso em que a educação era muito valorizada também, afinal “tanto vale a escola quanto vale o mestre que a dirige” (PEÇANHA, 1916, p. 24).

Em suas mensagens à Assembleia, o presidente de estado demonstra as maneiras pelas quais conseguiu economizar, por exemplo, com os alugueis dos prédios escolares. Através das câmaras municipais, negociou com os proprietários e conseguiu reduzir os valores, o que lhe permitiu uma economia de 20%. A necessidade de construção de edifícios escolares era sinalizada, já que a maioria era alugada, o que, a seu ver, era o mesmo que imprópria ao ensino. Entretanto, para ajuda nessa empreitada contava com a “patriótica iniciativa” de particulares, como por exemplo, havia ocorrido em Miracema e São Gonçalo, onde locais construíram prédios “higiênicos” para a instalação de grupos escolares. Além disso, apresentava detalhadamente números de escolas, alunos e professores, através dos quais sinaliza uma ascendência em todos, demonstrando, ainda, que a matrícula de alunos no interior do estado havia subido cerca de 60%. Por fim, problematizava o ensino subvencionado que, embora tivesse sido uma boa proposta, havia se desvirtuado, servindo de aparelho político, através do qual o ensino fora subvencionado a “indivíduos incompetentes que muitas vezes nem residiam nos municípios para os quais foram subvencionados”. Por isso, Nilo Peçanha havia acabado com estes professores, aos quais chamou de “improvisados” (PEÇANHA, 1915, p. 44).

Sua gestão como presidente do estado foi encurtada em função da nomeação ao Ministério das Relações Exteriores, em 1917. De seus três vices, um já havia morrido e o outro veio a falecer no mês seguinte, restando a Agnelo Gerard Collet¹⁴ a ocupação da cadeira vaga. Este, por sua vez, deu seguimento às medidas empreendidas por seu antecessor em relação à instrução pública. Em mensagem à Assembleia, lida em 1917, ele afirmava que “as consequências econômicas do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da instrução pública,

¹⁴ Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia, Agnelo Collet lá clinicava. Porém, em 1894, quando mudou-se para São Fidelis, no Rio de Janeiro, além da medicina, ocupou-se também da política. Eleito várias vezes vereador, chegou a ocupar a presidência da Câmara Municipal. Pelo Partido Republicano, foi eleito deputado estadual (VASCONCELLOS, Claudio Beserra de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

serão tão vastas e tão valiosas como as suas consequências moraes e sociaes” (COLLET, 1917, p. 9). Ou seja, a instrução pública, à medida que fosse aperfeiçoada, seria a responsável por benefícios econômicos, morais e sociais. De fato, colocações como esta e algumas que já explicitamos demonstram o “entusiasmo com a educação” que se vivia naqueles tempos.

Há, ainda, um detalhe em sua mensagem de 1918, que chamou-nos a atenção. Agnelo Collet diz que, “mesmo dentro das aperturas financeiras”, mandou comprar livros de leitura para as crianças pobres, bem como o material necessário para o ensino intuitivo nos grupos escolares (COLLET, 1918, p. 10, 11). Por esta afirmação, verificamos que havia um método de ensino previsto para ser aplicado nos grupos escolares. E era de tanto interesse estatal que se mantivesse o ensino conforme suas determinações que, mesmo em tempos de necessária economia, foi desprendida alguma verba para aquisição do material necessário a esse ensino. Isso evidencia a necessidade do Estado de intervir diretamente no ensino, na instrução, tentando determinar, inclusive, os modos de ensinar.

Foi a partir da década de 1920 que recrudesciu a abertura de grupos escolares no interior fluminense, iniciativa esta que foi, inclusive, patrocinada em alguns casos, pelos mais abastados destas regiões, com a doação de terrenos ou dinheiro para as obras. Sob a administração de Raul Veiga¹⁵ (1918-1922), houve a expansão dos grupos escolares, assim como das escolas de ensino profissional (SCHUELER, 2010). Tais ações de valorização ao ensino profissional remetem-nos à política de Nilo Peçanha e de seus aliados, que invariavelmente enfatizavam a importância do ensino profissional, voltado a preparar a população mais pobre para o trabalho, especialmente o agrícola.

De acordo com as mensagens de Raul da Veiga à Assembleia, a instrução pública, que era a “solução definitiva da chamada questão social”, carecia de melhorias, com as quais ele se estava comprometendo (VEIGA, 1919, p. 23). De acordo com Rui Fernandes, a “questão social”, evocada por Raul da Veiga como algo a ser solucionado, referia-se a greves e manifestações do movimento sindical. Nesta mensagem de 1919, ele conclamava a Assembleia a legislar sobre essa situação (FERNANDES, 2009).

Além disso, a ênfase na necessidade do ensino profissional, tão ligada à política nilista, estava presente em seu discurso. Durante seu governo foi reorganizada a Instrução Pública, através do Decreto 1.723, em 29 de dezembro de 1919. Como se pode notar, o ensino

¹⁵ Filho de pai médico e com família materna cafeicultora, com grandes propriedades, Raul Veiga formou-se em engenharia civil em 1899. Trabalhou como engenheiro na Comissão de Saneamento de 1904 e 1905, em Niterói. A partir daí, aproximou-se do grupo político nilista. Foi eleito deputado estadual e várias vezes reeleito deputado federal, com apoio de Nilo Peçanha (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

estava sendo regulado com a prerrogativa de uma intervenção cada vez maior do Estado na instrução pública e seus sujeitos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a).

É interessante a alusão de Raul da Veiga de que a instrução pública poderia ser a solução contra movimentos e manifestações sociais. Isso demonstra um ideal de educação capaz de transformar a “desordem” em “ordem”, de moldar mentalidades, de “civilizar”. Sua crença no poder da instrução pública como forma de aprimoramento da nação pode ser expressa na seguinte frase: “Será preparando novas gerações de brasileiros que honraremos os nossos maiores; fundando escolas e combatendo o analfabetismo, teremos pois, penso, prestado um dos maiores serviços ao nosso país” (VEIGA, 1920, p. 26, 27).

Até aqui podemos notar uma preponderância do grupo nilista na política do estado fluminense. Entretanto, o pleito eleitoral de 1922 iria alterar o fluxo dos acontecimentos. A Reação Republicana lançou a candidatura de Nilo Peçanha ao cargo de presidente da República, em coligação com os chefes políticos de outros “estados de segunda grandeza”, como Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Essa candidatura pretendia a quebra do domínio político de São Paulo e Minas Gerais, com a elevação destes outros três estados ao poder central. Entretanto, embora a Resistência Republicana tenha contado com estratégias de campanha alicerçadas na mídia e em comícios públicos, o que prevaleceu foi a velha lógica oligarca, que dominara as eleições até então realizadas e deu, então, a vitória a Arthur Bernardes, candidato da situação. O que se sucedeu a isso foi uma política de perseguição e alijamento político aos participantes da Resistência Republicana (FERNANDES, 2009).

Esse episódio influenciou profundamente o quadro político que se desenharia no estado fluminense a partir de então. Na disputa pelo governo estadual, após algumas querelas em torno do reconhecimento da vitória de um ou outro candidato, o estado sofreu intervenção federal, a qual fez com que o grupo nilista fosse abafado. Com a organização de novas eleições, houve apresentação de candidatura única, a de Feliciano Sodré¹⁶, em torno de quem estavam organizadas as oposições ao nilismo. Assim, emergia outro grupo político no estado fluminense. Mais uma vez, a mudança no governo gerou novas reformas educacionais.

Em mensagem lida à Assembleia em 1924, Sodré afirmava ter intensificado a inspeção escolar. Para ele, a deficiência da instrução pública até ali não estava nos professores ou prédios escolares, mas sim na inspeção: “No Estado há escolas e professores, mas, a inspeção

¹⁶ Feliciano Sodré era militar do Exército, bacharelado em matemática e ciências físicas pela Escola Militar da Praia Vermelha, em 1907. Ao trabalhar com tentente-engenheiro na construção do forte de Macaé, estruturou-se politicamente neste município, sendo eleito deputado estadual pelo Partido Republicano em 1909. Em 1911, após renunciar ao cargo de deputado, assumiu a prefeitura de Niterói, nomeado por Oliveira Botelho. Sua administração foi marcada por obras de remodelação da cidade e saneamento urbano (LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV).

era falha”. Assim, de acordo com a mensagem, pela nova reforma, o serviço de inspeção fora ampliado. Afinal, “a assídua fiscalização permitir(ia) avaliar do encaminhamento do ensino e dar(ia) ao Estado o índice da competência dos mestres, da sua dedicação na ingente e patriótica luta contra a ignorancia (...)” (SODRÉ, 1924, p. 44). Apesar de outras divergências entre nilistas e oposicionistas, como era o caso de Sodré, os discursos, quando se tratava de instrução pública eram muito semelhantes, como se pode ver.

Embora o protagonismo tenha oscilado em determinados momentos na cena política fluminense (cabendo, na maior parte do tempo, ao grupo nilista) em função de diferenças políticas, em geral, esses presidentes de Estado representavam os interesses das elites locais. E, ao fim e ao cabo, estavam, todos eles, interessados em uma retomada da posição de prestígio do estado fluminense perante a federação. Entretanto, com esta posição já ocupada e mantida ao longo do período por São Paulo e Minas Gerais, coube ao Rio de Janeiro a categoria de “estado de segunda grandeza”.

Diante desse panorama do contexto político e econômico fluminense ao longo das primeiras décadas republicanas, podemos perceber como, independente dos debates e embates que estivessem transitando no seio da sociedade política ou de uma situação econômica mais ou menos estável, a instrução pública estava sempre na pauta estatal. Apreendida enquanto aparelho de hegemonia do Estado, que neste momento representava, em linhas gerais, os interesses das elites agrárias, a instrução pública recebia *status* de lugar privilegiado para se alcançar a “modernidade”, a “civilização” da sociedade brasileira. Os interesses que determinavam esse movimento, relacionados com a manutenção de dominação das oligarquias sobre os demais setores sociais, alimentaram-se das ideias que estavam em voga na intelectualidade da época, a saber, os “modernos” ideais positivistas e cientificistas.

Embora cada vertente do jogo do poder político apresentasse seus próprios projetos educacionais, o cerne deles era, via de regra, o mesmo: a educação como redentora da nação. É a partir desta compreensão que podemos entender a postura de tutela estatal sobre a instrução pública, as tentativas do governo do Estado de intervir neste setor, com propostas que, em geral, muito se assemelhavam, seja por meio da inspeção, da divisão desta em modalidades; da organização do espaço das escolas, ou ainda através da intervenção no trabalho docente, dizendo qual o programa a ser seguido, a maneira de ensiná-lo e quais recursos utilizar, enfim, um conjunto de ações reguladoras do ensino estadual.

Quanto aos professores, as possibilidades de representação desta categoria são múltiplas. Quando em inconformidade com as regras que o Estado tenta impor (como os não diplomados, por exemplo), são responsabilizados pelos problemas apresentados na instrução

pública. Todavia, se o que está em perspectiva é o projeto de “redenção da nação”, eles são os obreiros desta tão nobre missão, são valorizados enquanto tal (no discurso), são a representação do Estado nas localidades às quais atendem, trazendo a “civilização”, garantindo a “grandeza da Pátria e a riqueza do Estado”. Entretanto, invariavelmente, tornavam-se peças de xadrez nas mãos dos que governavam o jogo político, sendo admitidos, demitidos e readmitidos de acordo com a sorte ou revés dos governantes e de suas respectivas políticas e projetos empreendidos. Não se quer, com isso, dizer que estes sujeitos eram passivos. Ao contrário, mesmo através dos documentos produzidos por quem pretendia governá-los (relatórios, leis, mensagens), pudemos perceber, nas entrelinhas, as possibilidades de agências e resistências destas mulheres e homens que encampavam a instrução pública.

1.1.1 A organização dos serviços de inspeção

À medida que o Estado fluminense se forjava, criando ou eliminando cargos no serviço público, ele (re)organizava também a administração pública e seus serviços. O setor de Instrução Pública não ficou alheio a esse processo. Ao longo dos anos, a estrutura organizativa estatal para este setor do serviço público sofreu algumas alterações, criaram-se secretarias, conselhos, diretorias, diferentes formas de inspeção. Estas tentativas de organizar a Instrução Pública representavam a intenção de controle e intervenção do poder público nesse setor.

Em 1890, para efeito do serviço de inspeção escolar, o estado fora dividido em 12 circunscrições, para cada uma das quais haveria um inspetor geral responsável, nomeado pelo governo, recebendo gratificação anual de 4:000\$ (o quádruplo do salário dos professores efetivos neste mesmo ano). Além da atribuição de, ao menos, quatro vezes durante o ano escolar, fiscalizar e visitar as escolas e estabelecimentos de instrução pública e particular (primária ou secundária), os inspetores gerais compunham o Conselho de Instrução, sendo este último presidido pelo diretor de instrução. O Conselho era dividido em três seções, cada uma delas sendo responsável por temas específicos (mantendo a organização que já estava estabelecida por um regulamento de 1876¹⁷). As conferências das seções, bem como as do Conselho, deveriam contar com a presença da maior parte de seus membros e, quando o

¹⁷ Estas informações foram recolhidas do texto do decreto 71, de 1890. Infelizmente o decreto não explicita quais e como funcionariam estas três seções. Para identificar essas informações seria necessário recorrer ao regulamento de 1876 (citado neste decreto), contudo, não conseguimos acessá-lo.

diretor de instrução não pudesse estar presente, o lugar de presidente seria ocupado pelo “inspector mais velho” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890)¹⁸.

Três anos mais tarde, com o governo sob a presidência de José Tomaz da Porciúncula, a lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893, determinava nova organização do ensino no Estado. Esta lei criava a Diretoria da Instrução Pública (cujas atribuições continuavam sendo as mesmas do regulamento de 1876), subordinada à Secretaria do Interior e Justiça. A inspeção do ensino seria exercida pelo Conselho Superior e pelos conselhos municipais de instrução. Este Conselho era composto pelos seguintes membros, listados hierarquicamente, de forma decrescente: a) o Secretário do Interior; b) o Diretor da Instrução; c) o Diretor da Escola Normal e do Liceu da Capital; d) dois professores da Escola Normal e do Liceu da Capital, eleitos anualmente pelos seus colegas; e) um professor de escola primária da Capital, eleito do mesmo modo. O Conselho Superior, presidido pelo Secretário do Interior e, na sua ausência, pelo Diretor da Instrução, tinha caráter deliberativo, consultando e decidindo sobre quaisquer assuntos relacionados à instrução pública (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893).

A lei n. 41 (1893) também determinava que, em cada município, deveria haver um conselho municipal escolar, composto dos seguintes membros: a) o Presidente da Câmara Municipal; b) um professor de escola primária do município, eleito anualmente pelos colegas; c) um delegado nomeado pelo governo. Apenas na capital estadual não haveria conselho municipal, pois esta função seria exercida pelo Conselho Superior. O Presidente da Câmara Municipal exerceria a função de presidente do conselho municipal. Caberia a este conselho designar um delegado para cada distrito do município. Em “caso de impedimento repentino do professor”, o delegado distrital tinha autonomia para conceder até 5 cinco dias de licença e o conselho municipal, até 15 dias. Tais ações deveriam ser imediatamente remetidas ao Conselho Superior. Caso não fosse por motivo de doença, a licença seria concedida sempre sem vencimentos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893).

Além da elaboração do programa de ensino, o Conselho Superior também tinha a função de aplicar as penas disciplinares impostas aos professores, aos alunos e aos responsáveis que não cumprissem com a obrigatoriedade do ensino às crianças e adolescentes em idade escolar. De acordo com a lei, o Presidente do Estado poderia aplicar todas as

¹⁸ Esta organização era determinada pelo decreto n. 70, de 15 de abril de 1890. O interessante sobre este decreto é que a data de sua assinatura é a mesma em que o então governador Francisco Portella estava sendo excluído do diretório central do partido republicano (FERREIRA, 1989). Os outros dois decretos assinados por ele neste mesmo dia (71 e 72) são também referentes à instrução pública (criação de 12 distritos escolares e criação do Liceu de Humanidades de Niterói). Se, por um lado, ele estava sofrendo a ofensiva da oposição através de sua exclusão do diretório estadual, por outro, ele exercia e confirmava sua autoridade de governador, legislando sobre tema tão caro aos discursos republicanos, como o da educação.

penalidades previstas; o Diretor da Instrução poderia aplicar as penas de advertência, repreensão e multa; os conselhos municipais e os delegados distritais, de instrução, advertência e repreensão. A pena de eliminação do professor do quadro somente poderia ser imputada mediante processo perante o Conselho Superior, no qual deveriam ser apresentados documentos e depoimentos de testemunhas que fundamentassem a acusação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893).

O texto da lei não menciona salários e gratificações específicas para os que estavam exercendo a função de inspecionar o ensino. Em relatório feito no ano de 1896, o diretor de instrução pública recriaria essa lei de 1893 justamente por colocar no serviço de inspeção pessoas que não recebiam para exercê-lo:

Sem aptidão e sem remuneração não há contar com resultado satisfactorio de nenhum serviço. (...) A despeito da boa vontade de algumas auctoridades encarregadas do trabalho da inspeção escolar, do esforço aqui e alli patrioticamente empregado em prol da causa do ensino, a importância da função, a sua complexidade, o apresto de conhecimentos que reclama, tudo obstava a um cumprimento regular de deveres. Relewa não esquecer a gratuidade do cargo, cujo desempenho de attribuições, para ser satisfactorio, sobre consumir largo tempo, força quasi sempre a despesas e não pequenas, com repetidas viagens (OLIVEIRA, 1896, p. 4)

Como se pode ver, estava sistematizada uma estrutura organizativa que, contudo, não contava com a presença do cargo específico de inspetor, como ocorria em 1890, apesar de acrescentar uma série de novos agentes nesse serviço. Esse quadro seria reconfigurado em 1896.

Sucessor e aliado de Porciúncula, Joaquim Maurício de Abreu, que governou o estado entre os anos de 1895 e 1897, assinou a lei n. 277, de 10 de fevereiro de 1896, que criava, assim como fora em 1890, 12 circunscrições escolares; extinguiu os conselhos municipais de instrução, e criava os cargos de inspetores gerais de ensino (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1896).

Os inspetores gerais de ensino tomariam a seu cargo as atribuições que, até então, eram de responsabilidade dos conselhos municipais. Para cada uma das circunscrições, seria nomeado, por concurso, um inspetor geral. O concurso constaria de provas escritas, oral e prática. As escritas e a oral versavam sobre: a) Pedagogia (principalmente organização pedagógica); b) Higiene escolar; c) Legislação e administração (leis, decretos e regulamentos do estado sobre instrução pública); d) Estatística escolar. A prova prática consistia em realizar inspeção de uma escola, com posterior exposição verbal (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1896).

O rol de conhecimentos exigidos nas provas escritas e oral denotava o perfil do cargo de inspetor geral de ensino: em condições de auxiliar e inspecionar a parte pedagógica, de fiscalizar as condições de higiene dos prédios escolares, ter os conhecimentos necessários para atuar nas questões legais referentes à instrução pública e realizar um serviço que, neste momento, era tão importante ao poder público: a estatística escolar (acompanhar a frequência dos alunos para poder atuar, se necessário, na redistribuição da rede de escolas, sugerindo fechamento, transferência ou criação destas). Havendo ausência de algum inspetor, este seria substituído pelos inspetores das circunscrições adjacentes, e sua gratificação seria repartida entre os substitutos. Os inspetores gerais de ensino deveriam residir na circunscrição onde atuavam, embora fosse facultado ao Estado removê-los, se necessário. Ao contrário do serviço de inspeção gratuito praticado até então, a lei 277 determinava o pagamento de ordenado e gratificações. Além do ordenado de seis contos de réis, receberiam mais três contos de réis de gratificação e trânsito livre nas linhas férreas, fluviais e marítimas dentro de sua circunscrição. Deveriam ter dedicação exclusiva ao cargo, sendo-lhes proibido exercerem qualquer outro cargo, fosse na União, no estado ou no município (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1896).

Por essa lei, o cargo de delegado distrital teria sua nomenclatura modificada para inspetor distrital. Sua nomeação e demissão ficariam a cargo dos inspetores gerais de ensino. Além disso, caberia aos inspetores gerais ao menos uma visita trimestral às escolas de sua circunscrição, bem como a confecção de um relatório anual sobre tudo o que nela ocorresse, o qual deveria ser remetido ao Diretor de Instrução. Este último também poderia solicitar-lhe outros relatórios, caso julgasse necessário. Se cometessem alguma falta no exercício da sua função, os inspetores gerais poderiam ser multados pelo Diretor da Instrução em até 100\$ (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1896). Como se pode ver, quem fiscalizava e sancionava também era fiscalizado e sujeito a sanções.

Em relação a essa lei de reforma do sistema de inspeção escolar, em relatório concluído em 31 de julho deste mesmo ano, o diretor de instrução pública enaltecia a iniciativa de admitir para o cargo de inspetor “individuo de capacidade intellectual e moral provadas, sem interesse algum na política das localidades”. Segundo ele, isso não traria “sómente proveitos incalculáveis para a instrução” como também havia de ser “um factor poderoso de moralidade administrativa” (OLIVEIRA, 1896, p. 3). Por esta fala, ficava clara a intenção estatal de desvincular o serviço de inspeção dos poderes locais, atrelando-o a funcionários estaduais.

No ano seguinte, em 1897, a lei n. 376, que dizia reorganizar a instrução pública e a diretoria de instrução, na verdade, alterava pouco da estrutura que já existia. A novidade era que esta lei instituía uma carreira docente, com diferentes salários para as diferentes categorias¹⁹. Embora o cargo de inspetor geral de ensino não constasse entre as categorias descritas, o texto da lei dizia que ele seria equivalente ao cargo de diretor de grupo escolar (porém com ordenado e gratificação maiores). Os demais cargos da diretoria de instrução pública também passariam a pertencer à carreira do magistério, “sendo classificados nas categorias a que corresponderem pela correlação hierárquica” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 200). Havia, entretanto, a ressalva de que, no caso de substituição dos funcionários que já estivessem trabalhando na Diretoria, só seriam classificados no quadro do magistério os que fossem professores públicos. A nomeação para a função de Diretor da Instrução continuaria sendo feita livremente pelo governo (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897).

Diante dessas informações podemos concluir que os cargos da diretoria de instrução pública até então não eram identificados como magistério, eram algo a parte. A partir daí essas funções passaram a ser entendidas como parte da carreira docente. Inclusive, colocava-se o precedente de que, para obter classificação no quadro do magistério, era necessário que os cargos da diretoria fossem ocupados por professores públicos.

Em 1898, em seu relatório, o diretor de instrução pública Luiz Monteiro, reclamaria da atuação dos inspetores gerais de ensino, que, embora fizessem (de forma breve) as visitas escolares e remetessem a ele os termos de visita às escolas públicas, apontando “os defeitos observados na execução das leis, regulamentos e programmas de ensino”, não combatiam “as causas de que elles resulta(va)m” (MONTEIRO, 1898, p. 8). Faltava ação, para além da inspeção. Ele argumentava que em um estado com 48 municípios, as 12 circunscrições em que fora dividido, contando, cada uma, com dois, três e até seis municípios (de acordo com sua extensão), a fiscalização não se fazia convenientemente, havendo apenas um inspetor para cada circunscrição. Suas queixas estendiam-se aos inspetores distritais, os quais não eram, efetivamente, funcionários do Estado, não recebendo, assim, salário. De acordo com Luiz Monteiro, o “caracter em que funciona a autoridade districtal, de facto todo officioso” não estava de acordo com “a obrigação que ella contrae ao aceitar a missão que lhe é confiada”.

¹⁹ As categorias docentes instituídas pela lei 376, de 1897, eram as seguintes: professor de escola primária rural; professor de escola primária de vila ou cidade; professor de escola modelo; diretor de grupo escolar; diretor de escola normal.

Ele culpabilizava a própria lei 376, que não estabelecia responsabilidades definidas para estes auxiliares de inspeção (MONTEIRO, 1898, p. 10).

O decreto 588, de 1900, que reformava a instrução pública do estado, tem seu regulamento precedido pelo relatório do diretor de instrução pública daquele ano, José Bernardino Paranhos da Silva (relatório este que ali estava para justificar as alterações feitas pela reforma, já que esta fora preparada por ele próprio). Neste relatório, sobre o Conselho Superior, encontramos a seguinte afirmativa:

Nobilima [sic] é a sua função, como vem prescripta na presente reforma. Tem a investidura grave e importantíssima do julgamento de seus pares, nas mais liberas condições de defesa aos accusados, e cabaes elementos para interferência fecunda e proveitosa no impulsionamento das escolas publicas, e na regularisação do ensino normal e secundário (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 334)

Constatada a importante missão julgadora do Conselho, produzindo, através dela, a interferência necessária à melhoria do ensino, é apresentado argumento para confirmar que a provisão via concurso para o cargo de inspetor de ensino era a melhor opção de todas as experimentadas até então. “Se é verdade que nem sempre podem ser apuradas legítimas vocações, é indiscutível que pela verificação do saber pedagógico, em concurso sempre se conseguem bons elementos”. Além disso, a fiscalização sendo realizada gratuitamente, por pessoas alheias à Instrução Pública, não poderia sofrer “sancção penal, da responsabilidade por faltas, abusos e omissões” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 336).

Outro aspecto importante encontrado neste relatório é o de que a reforma que ora era apresentada fora ditada pela “imperiosa necessidade de restricção de despesa”. Em seguida, o diretor de instrução avaliava que “a supressão de escolas inúteis, a instituição do ensino mixto, importando em sensível diminuição dos institutos primários, minorou notavelmente o trabalho de fiscalização em muitos municípios do Estado” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 337). De acordo com o diretor de instrução, em função dessa redução no número de escolas, o trabalho dos inspetores ficaria facilitado. Por isso, segundo ele, “a diminuição feita na remuneração [dos inspetores] estabelecida pela reforma, perde qualquer caracter odioso ou injusto que lhe queiram emprestar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 337). Além dessa, outra mudança também estava prevista, com o aumento no número de visitas às escolas, cuja frequência passaria de trimestral a bimestral (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 339). Deste modo, embora tenha reduzido o número de escolas a serem visitadas, isso não necessariamente significou redução na quantidade de trabalho da inspeção, já que houve aumento na quantidade de visitas a serem feitas nas escolas mantidas. Por fim, o cargo

de inspetor distrital fora extinto, medida que, segundo o autor do relatório, representava “antes um benefício que um mal”, pois retirava da função pessoas que, apesar de toda a boa vontade e zelo, não eram, de fato, funcionários.

O texto do decreto 588 de 1900 apresentava detalhadamente as atribuições de cada um dos elementos que compunham o quadro organizacional da direção e inspeção da instrução pública. A começar pelo Presidente do estado, através do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, a quem competia a “direção suprema do ensino” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 391). Além dele, o Conselho Superior contava com os seguintes membros: a) O Diretor da Inspeção Pública; b) os Inspectores Gerais do Ensino; c) uma lente da Escola Normal; d) um lente ou professor do Ginásio Fluminense; e) em lente ou professor do Liceu; f) um diretor de Grupo Escolar; g) um professor público primário. Era feita a ressalva de que os cinco últimos membros teriam função temporária, atuando nela durante um biênio, após o qual seriam substituídos. Os representantes da Escola Normal, do Ginásio Fluminense e do Liceu seriam eleitos pelas respectivas congregações. Já os demais seriam escolhidos livremente pelo Governo.

As funções do Conselho Superior não se alteravam muito em relação às legislações anteriores (administração, fiscalização, elaboração de programas de ensino, planejamento, estavam entre suas atribuições). Os membros do Conselho somente poderiam faltar às sessões com justificativa plausível, sem a qual perderiam o direito a seus vencimentos. As reuniões do Conselho deveriam acontecer trimestralmente, porém poderia haver reuniões extraordinárias, caso convocadas pelo Secretário do Interior. Aqueles que residissem fora da Capital receberiam, além de seus vencimentos o valor da passagem mais o de uma estadia (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900).

A fiscalização e inspeção do ensino seriam realizadas pelos Inspectores Gerais e pelos Inspectores Regionais (juntamente com os diretores de Grupo Escolar). Os primeiros serviriam na Diretoria de Instrução Pública, devendo residir na Capital do estado. Os Inspectores Regionais teriam exercício nas circunscrições escolares que lhes fossem designadas pelo Governo através do Diretor de Instrução. Dentre as atribuições dos Inspectores Gerais, estavam a inspeção de estabelecimentos de ensino, de acordo com instruções da Diretoria e a instauração de todos os processos disciplinares contra os membros do magistério público do estado, além da organização da estatística escolar do estado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900).

Os Inspectores Regionais e os Diretores de Grupo Escola fariam o trabalho de inspeção escolar. É extensa a lista de atribuições desses elementos. Além do dever de visitar

bimestralmente as escolas de sua circunscrição, atentando para questões inerentes à estatística, ao pedagógico e à higiene, produzindo, sempre, um termo de visita para relatar tudo o que fora observado, deviam estimular a frequência dos alunos às escolas. Era de sua responsabilidade também conceder licença, até quinze dias no ano letivo, aos professores públicos, fazendo a devida comunicação ao Diretor, a fim de providenciar a sua substituição. Também poderiam justificar até duas faltas no mês, por motivo de doença, dos professores de sua circunscrição, além de “admoestar, reprehender e suspender até oito dias, no máximo, os professores públicos por faltas cometidas, levando-as ao conhecimento do Director da Instrucção” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 409).

De acordo com os documentos e bibliografia consultados, foi apenas onze anos depois que a instrução pública sofreu mudanças na legislação, através da qual as nomenclaturas de secretarias, repartições e cargos se alteraram. O decreto 1200, de 1911, dizia que a direção do ensino cabia ao Presidente do Estado, por intermédio do Secretário Geral. Subordinado a ele estava o Inspetor da Instrução Pública, cuja função era “dirigir, fiscalizar e inspecionar o ensino primário, profissional e secundário”, sendo, para tanto, auxiliado pelo Conselho Superior de Instrução e pelos Inspectores e Delegados Escolares. As funções do Inspetor de Instrução eram compatíveis com as do antigo Diretor de Instrução (aparentemente foi alterada apenas a nomenclatura do cargo). O Conselho Superior de Instrução era composto pelos seguintes membros: a) Secretário Geral do Estado; b) Inspetor da Instrução Pública; c) Um Inspetor escolar; d) Três professores da Capital do Estado; e) Um lente ou um Diretor de Escola Normal. Com exceção do Secretário Geral e do Inspetor de Instrução, os demais membros seriam livremente escolhidos pelo Governo e atuariam no conselho durante o período de dois anos, podendo ser reconduzidos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 220).

De acordo com o decreto 1200, os Inspectores Escolares seriam escolhidos dentre os professores públicos do estado. Sua nomeação dependeria da comprovação de exercício do magistério por, pelo menos, dez anos, além do merecimento. Este último seria averiguado através das “notas obtidas no curso normal, maior numero de alumnos diplomados em escola sob sua regencia, menor numero de licenças sem ser por motivo de moléstia, menor numero de remoções a pedido, commissões do Governo estadual e as notas do registro geral do professorado”. Além desses critérios, os candidatos também passariam por uma prova de dissertação escrita, através da qual se apuraria sua capacidade profissional (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 238). Servindo por dois anos nesta função, caso não fossem reconduzidos, voltariam ao exercício das cadeiras que regiam. Já os delegados escolares

poderiam ser nomeados livremente pelo Governo. Não se diz no decreto que estes seriam escolhidos dentre os professores, nem se dá qualquer outra informação sobre uma formação específica para esta função. As atribuições de ambas as categorias de inspetores são bastante similares às das autoridades de inspeção de tempos anteriores. Fiscalizar, cuidar da estatística das escolas, produzir relatórios a serem remetidos a seus superiores. O decreto não menciona o número de circunscrições, mas diz que os Inspectores de Ensino seriam em número de cinco. A fiscalização às escolas, realizada pelos delegados escolares, deveriam levar em conta aspectos estatísticos, higiênicos e pedagógicos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911).

Como percebemos este modelo de inspeção aproximava-se mais do que era realizado em 1893 do que do sistema de inspeção praticado após a lei 376 de 1897. Pelo decreto 1200, vemos a ocorrência de concursos bienais para inspetores de ensino (caso não fossem todos os que estavam em exercício da função reconduzidos). Entretanto, o processo de concurso dependia mais de fatores subjetivos aos examinadores (como a avaliação de uma prova de dissertação) e da comprovação de vida funcional adequada aos princípios de merecimento do Estado. O processo seletivo para supervisores que fora pensado anos antes não levava em consideração a realização de serviço público anteriormente, tendo como principal instrumento de avaliação os exames orais e escritos em diversas disciplinas, além da prova prática de inspeção em uma escola.

Em 1919, o presidente do estado, Raul da Veiga, assinava o decreto n. 1721, pelo qual os diversos setores do serviço público estadual ficariam reunidos na Secretaria Geral do Estado. A esta secretaria estavam subordinados nove departamentos administrativos, dentre eles o da Diretoria Geral de Instrução Pública, a qual abrangeria os estabelecimentos de ensino primário, secundário, normal e profissional. De acordo com o decreto, o pessoal desta diretoria estava assim distribuído: a) 1 Diretor Geral; b) 5 inspetores escolares; c) 1 chefe de seção; d) 1 primeiro oficial; e) 2 segundos oficiais; f) 4 terceiros oficiais; g) 1 porteiro; h) 2 subcontínuos. As funções desta repartição relacionavam-se à execução das legislações de instrução; à prestação de contas dos assuntos inerentes à instrução; à direção e inspeção do ensino primário, secundário, normal e profissional (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a).

Na mesma data (29 de dezembro de 1919) fora assinado o decreto n. 1723, reformando os serviços de instrução pública. Por ele, ficavam mais detalhadas as atribuições do diretor de instrução e das autoridades de inspeção. O cargo de diretor geral seria de livre nomeação do governo e deveria recair “em pessoa que tenha revelado conhecimentos especiaes dos assumptos pedagógicos”. Em síntese, os 33 artigos do regulamento que tratavam das funções

do diretor geral diziam que era de sua responsabilidade a administração dos funcionários sob seu comando (controle de frequência, proposição de admissão, exoneração e jubramento), dos prédios escolares (assinatura de contratos de alugueis) e dos materiais escolares (compra e distribuição). Deveria também resolver as requisições de inspetores gerais e delegados de ensino, bem como prestar auxílio a esses últimos no exercício de seu cargo. A distribuição do custeio para as escolas, de acordo com a frequência informada pelos mapas, também estava entre suas atribuições. Ainda esperava-se dele que desse parecer ao governo dos assuntos referentes à instrução; que confeccionasse um relatório anual a ser entregue ao Secretario Geral, um mês e meio antes da abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa, com um balanço do ano anterior e fazendo sugestões de medidas a serem tomadas na instrução (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919b, p. 6).

Por este decreto, o estado fora dividido em 3 circunscrições para efeito de inspeção. Os inspetores gerais de ensino, em suas respectivas circunscrições, junto com os delegados escolares, em seus devidos municípios, representavam as autoridades de inspeção no estado. Os inspetores gerais, cuja nomeação seria também de livre escolha do governo, deveriam ser, “escolhidos de preferência entre os professores públicos” (p. 6). Era dever seu visitar todas as escolas públicas de sua circunscrição, a fim de verificar: o número de matrículas e frequência; o estado da escrituração das escolas (livros de matrícula, ponto, inventário, etc.); as condições materiais e higiênicas dos prédios escolares e do material de ensino; os livros adotados nas escolas e sua adequação com os programas de ensino e normas pedagógicas; se era regular a distribuição dos matriculados pelos cursos, séries e classes e se era observado o tempo letivo, de acordo com os regulamentos. Também se esperava que os inspetores gerais verificassem se os professores cumpriam os programas de ensino, e, caso notasse, por parte destes, falta de compreensão do “espírito do programma”, deveriam dar-lhes instrução, “mostrando praticamente qual a sua verdadeira execução”. Exigir à observância ao canto dos “hymnos patrioticos e moraes sempre ao iniciar o dia lectivo” também era uma de suas incumbências (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919b, p. 6, 7).

Além das escolas públicas, os estabelecimentos de ensino particulares também deveriam ser visitados. Aí seria observado se os programas contavam com o ensino de Língua Portuguesa, Geografia e História do Brasil (verificando se além da presença desses elementos no programa, eles, de fato, eram ensinados); se as comunicações necessárias para o registro geral dos estabelecimentos particulares haviam sido feitas dentro do prazo, e, por fim, as condições higiênicas do prédio escolar e do pessoal docente e discente (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919b).

Os inspetores gerais possuíam autonomia para “advertir, reprehender e suspender até 8 dias, no máximo, os seus subordinados, por faltas cometidas levando-as ao conhecimento do Diretor Geral de Instrução” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919b, p. 7). Além da fiscalização às questões burocráticas, o inspetor geral também deveria intervir pedagogicamente:

Assistir em cada viagem de inspecção a uma sessão completa de cada grupo que inspeccionar, reunindo, depois, o director e professores com o fim de chamar a atenção dos inconvenientes que tiver notado durante as aulas, expondo-lhes os processos que de preferencia devem empregar no ensino (RIO DE JANEIRO, 1919b, p. 7)

Como dissemos, haveria 3 circunscrições no estado (número que poderia ser alterado, caso necessário fosse) e 5 inspetores gerais, sobre os quais o regulamento informava que deveriam servir nas circunscrições a que fossem designados, não devendo, contudo, permanecer na mesma circunscrição. A designação seria feita pelo Diretor Geral e as inspeções, alternadas entre os inspetores. Era vedado aos inspetores gerais hospedarem-se na residência do professor ou na escola. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a).

O cargo de delegado escolar seria ocupado pelos promotores públicos e respectivos adjuntos. “Ao Promotor será abonada a quantia de 840\$ por anno, sendo 720\$ a titulo de gratificação especial e 120\$ para socorrer ás despesas de expediente e correspondência postal”. Quanto ao adjunto, perceberia valores inferiores aos do promotor: “a quantia de 600\$, também annuaes, dividida para os mesmos effeitos, respectivamente, 480\$ e 120\$000” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 7). Suas atribuições estavam bastante pormenorizadas no regulamento: em cada uma das escolas da sede do município, deveria fazer, pelo menos, uma visita mensal de inspecção, e nas demais escolas, no mínimo, duas vezes por semestre. Atestar a frequência dos professores, após verificada a exatidão do mapa mensal de frequência. Quando do impedimento dos professores efetivos, nomear (ou dispensar, conforme o caso) professores substitutos “escolhidos entre pessoas idôneas”. Indicar e contratar (com autorização do Diretor Geral de Instrução) os prédios escolares. Dar posse aos professores públicos em seu município, autenticando o inventário do material escolar. Distribuir e verificar se o material (didático ou não) distribuído supre as necessidades das escolas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 7).

Ao delegado escolar também era permitido conceder licença de até 15 dias ao ano, mediante atestado médico, além de justificar 3 faltas no mês “por motivo de moléstia”. Seu

raio de ação chegava até a promoção, em acordo com os professores, de “festas escolares nas grandes datas nacionais” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 7, 8).

Como se pode ver, o regulamento de 1919 centrava a organização da agência de ensino em três principais figuras: o Diretor Geral de Instrução, os inspetores gerais e os delegados escolares. Seu trabalho era de cunho altamente administrativo e burocrático, com a feitura de relatórios por cada uma dessas figuras, a serem apresentados a seus superiores imediatos, até que as informações chegassem ao Secretário Geral. Entretanto, as atribuições desses sujeitos estendiam-se ao pedagógico, embora nem sempre se tratassem de professores, apesar da preferência a que esses cargos fossem por eles ocupados. Mesmo os delegados escolares, que eram promotores públicos e seus adjuntos, estavam autorizados a opinarem em questões pedagógicas, como a promoção de festas escolares. Outro fato interessante de se notar é que as cobranças em relação às escolas particulares eram bem mais suaves, se comparadas com as feitas aos estabelecimentos de ensino públicos.

Ao longo desse período de três décadas, podemos perceber como as agências e sujeitos da administração da instrução pública estiveram intimamente relacionadas à inspeção. A ideia de que regular o ensino e o magistério passava pela fiscalização e, se necessário, penalização perpassou todas as construções e reconstruções de um sistema organizacional do ensino. A afirmativa do Diretor de Instrução, Sr. Alberto de Oliveira, em seu relatório de 1896 é bastante elucidativa desta ideia de organização do ensino ancorada na inspeção: “Elemento reputado fundamental em todo o systema educativo, a inspeção, se só nominalmente existe ou se, frouxa, descuidada e sem critério se exerce, tudo estaciona, senão retrográda, esterilisa-se, senão se desorganiza e desfaz” (OLIVEIRA, 1896, p. 4).

Entendemos que as leis são campo, sobretudo, de embates. Assim, podemos perceber através delas as agências e resistências daqueles que são legislados. A assertiva de Marx (2005, p. 50), orienta a argumento que segue: “O homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem”. Essa necessidade constante de fiscalização e penalização pode ser interpretada como a tentativa de controle de situações que escapavam ao esperado. A averiguação da frequência, da aplicação dos programas de ensino e das formas de ensinar demonstra que as faltas e o ensino através de métodos e currículos diferentes dos determinados poderiam acontecer. Era necessário fiscalizar. Não apenas isso. Penalizar era, também, um recurso viável dentro dessa lógica.

Thompson (1987, p. 358) salienta que “as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder”. É importante ressaltar que, em todas essas leis, estava previsto que, quando

penalizado, o professor tinha o direito de recorrer à autoridade maior da instrução, da qual receberia o veredito final, demonstrando, assim, a possibilidade de agências destes sujeitos dentro da própria estrutura de controle a que estavam submetidos.

Apesar de podermos perceber certo refinamento nas formas de controle e intervenção (com previsão de ações fiscalizadoras cada vez mais detalhadas) à medida que o tempo avança, o cerne da questão se mantém: a lógica de um Estado que se forja enquanto tal através, também, de um projeto de instrução pública que parte do princípio da vigilância. É importante ressaltarmos que essa vigilância não estava atrelada apenas aos interesses de controle sobre o magistério, mas estava imbricada com a tentativa de organizar uma rede de ensino, de colocar em marcha determinados projetos de instrução pública.

Como podemos examinar, o “fazer-se” do Estado republicano recém-inaugurado dava-se, sobretudo, através de suas agências e estruturas de organização e controle, dentre as quais se inseriam as da instrução pública. Escolas públicas, conselhos superiores, secretarias, serviços de inspeção e os funcionários que existiam em função destas agências e instituições representavam a tentativa de corporificação do Estado no território que se tentava governar. No entanto, estas constantes alterações na conformação de tais agências, para além de apontar para certo refinamento das formas de exercício do controle e organização das instâncias públicas, pode sugerir que estas tentativas de instituir e vigiar eram, na verdade, falhas. Essas mudanças constantes dos regulamentos, denotando, assim a ineficiência de cada dos que ficavam ultrapassados, não é característica apenas do período aqui estudado. Amália Dias (2014) observa fenômeno similar décadas mais tarde (seu estudo pauta-se no período compreendido entre os anos 1916 e 1950). A autora afirma que “as recorrentes reformas no aparelho burocrático revelam concomitantemente o esforço em produzir mecanismos de controle do funcionamento das escolas e, contraditoriamente, o insucesso das tentativas” (DIAS, 2014, p. 251). Para além da contradição presente neste ir e vir de regulamentos, Dias oferece-nos uma reflexão que pode ser aplicada também ao presente estudo:

A construção de um aparato normativo não antecede, mas sim integra, compõe e constitui a escolarização da sociedade. Os serviços de inspeção, enquanto procuravam fiscalizar, contabilizar e mapear a distribuição de escolas, alunos, professores, conteúdos e métodos viabilizavam a participação da ação pública no desenvolvimento dos processos de escolarização. No mesmo movimento, a mobilização, o aperfeiçoamento, o acúmulo de experiências dentro do aparelho estatal vai ampliando e definindo as esferas de atuação do estado, colaborando para a própria afirmação do Estado republicano. Construção do governo e escolarização foram escalas congruentes (DIAS, 2014, p. 251).

Quanto ao sistema de inspeção da primeira década republicana no estado fluminense, a leitura dos relatórios do diretor de instrução pública dos anos de 1896, 1897 e 1898²⁰ permite-nos verificar como este se processava. Os dois primeiros foram feitos pelo Sr. Alberto de Oliveira, com destino ao Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, Bacharel Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda. No ano de 1898, com a transição do governo estadual de Joaquim Maurício de Abreu para Alberto Torres, alteram-se também os ocupantes dos cargos de secretário do interior e diretor de instrução, que passam a ser ocupados, respectivamente por Martinho Alvares da Silva Campos e Luiz Alves Monteiro.

Embora a tônica dada a determinados assuntos variasse de acordo com o governante em exercício, a estrutura dos relatórios é bastante similar e revela a preocupação com a estatística (quantitativos de escolas, matrículas, frequência, professores), sempre atrelada aos municípios, o que demonstra o recolhimento dessas informações através da inspeção realizada localmente. Ademais, são apresentados balanços da situação da instrução pública, a organização do ensino (primário, secundário, normal e profissional), os problemas enfrentados ao longo do ano e planos que se pretendiam capazes de realizar ajustes na instrução. Informações de nomeações, exonerações e licenças de professores, além de abertura, fechamento e transferência de escolas também compõem os três relatórios a que tivemos acesso.

Ao lermos as mensagens dos presidentes de estado referentes ao mesmo ano desses relatórios, encontramos os mesmos dados, além de posicionamentos e projetos similares aos esboçados pelos diretores de instrução pública nos relatórios. Afinal, os presidentes de estado usavam os relatórios para consubstanciar suas mensagens. Eram justamente essas informações coletadas junto aos municípios (e a posterior interpretação dada a eles) que orientavam projetos de reformas, novos regulamentos, etc.. Vemos, então, uma cadeia organizativa, cuja base (estabelecida em atores sociais os mais diversos ao longo do tempo, inclusive professores) oferecia à cúpula administrativa os elementos que, somados aos ideais e projetos pensados para a instrução, eram determinantes para os rumos que se tencionava dar a ela. Independente das diferentes formas organizativas, os ideais de “civilização”, “modernidade”, “higiene” e “patriotismo” podiam ser vistos nas entrelinhas das legislações que estabeleciam essas novas organizações, revelando, assim, os projetos de nação que reverberavam na

²⁰ Obtivemos acesso parcial ao conteúdo destes três relatórios, pois não tivemos contato com o documento original, e sim com imagens digitalizadas dos mesmos. Tais imagens foram digitalizadas e gentilmente fornecidas para Amália Dias por Renata Toledo Pereira, que as utilizou na dissertação “Nos trilhos do progresso: a expansão do ensino primário em Maricá na Primeira República (1889-1926)” (TOLEDO, 2015). O arquivo onde poderíamos encontrar e manusear os originais (Setor “Presidência do Estado” do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) estava em manutenção durante o período em que procedemos a pesquisa.

instrução pública. Todavia, para além destes projetos, os documentos construídos pelos mais variados agentes de inspeção ao longo do período aqui estudado eram perpassados por demandas locais, por questões pessoais, como simpatias e antipatias, por conformidade ou inconformidade com o poder estatal. Os agentes de inspeção, embora na condição de representantes da sociedade política, poderiam, em determinados momentos, identificar-se com interesses antagônicos aos dessa, incorporando-os, assim, aos documentos oficiais que produziam.

A forte presença de uma organização hierárquica, na qual os mais altos cargos são ocupados por pessoas nomeadas livremente pelo governo, esteve presente nas mais diversas formas organizacionais. Em outras palavras, os professores e diretores escolares (principais alvos deste sistema de inspeção) precisavam estar sob tutela do Estado, para garantia de que os projetos de educação deste (que constituíam, também, o projeto de constituição de si mesmo) pudessem ser empreendidos. O que não pode nos escapar à análise é que, na dialética entre Estado e sociedade, a correlação de forças entre ambos engendrava os projetos de “fazer-se” enquanto governo, ligado, em certa medida, às demandas de diversos agentes sociais envolvidos nessa rede de organização do ensino.

Ao explorarmos o tema da inspeção e das várias conformações organizativas das agências de educação estaduais, estamos percorrendo também o caminho pelo qual se foi conformando a profissão docente dentro do fazer-se do Estado republicano. As diversas feições dos aparelhos de organização e controle do Estado sobre a educação permitem-nos perceber as expectativas deste Estado sobre o magistério ao longo do tempo. Para além disso, as variadas formas de penalização impostas aos professores nas legislações, dão-nos também pistas sobre possíveis agências e resistências dos docentes dentro deste processo. Assim, a compreensão de como funcionava o sistema de inspeção da instrução pública não se justifica por si só, mas por configurar-se como ambiente privilegiado de visibilização dos embates, negociações e concessões existentes na relação Estado x professores públicos primários. O processo de constituição da inspeção de ensino é, também, o processo de forja do magistério público primário.

1.2 Funcionarização docente na (reformada) instrução pública fluminense

Até agora, apresentamos uma visão das diretrizes gerais dos governos estaduais em relação ao ensino público primário e sua inspeção, da qual se pode depreender que foram diversas as tentativas de intervenção das autoridades governamentais na escola, o que implicava em interferências na prática docente também. Como vimos, cada vez mais a autonomia do professor era colocada em xeque, fosse pela fiscalização dos inspetores públicos ou pelas mudanças nos programas de ensino. Esse movimento de intervenção estatal, burocratizando a docência, legitimando esta categoria profissional, ao mesmo tempo em que a tem na condição de funcionários, foi explicado por Antonio Nóvoa (1991), que identificou na Europa, durante a formação dos estados modernos, a gênese do processo de profissionalização docente. Esse processo resumir-se-ia na passagem dos professores de uma espécie de artesãos de ofício para a condição de funcionários públicos.

O processo de profissionalização docente é, assim, permeado por avanços e recuos, e, de acordo com a análise de Antonio Nóvoa (1991), atravessado por etapas que não necessariamente se sucedem cronologicamente, mas que, em conjunto, historicamente permitiram que a docência se configurasse como profissão. Os aspectos que, imbricados, concorreram para este processo de profissionalização docente são: exercício da profissão como ocupação principal; a concessão, por parte das autoridades públicas, de uma licença para o exercício docente, dando-lhe, assim suporte legal; criação de instituições voltadas para a formação específica do profissional docente, e, por fim, a organização coletiva, por meio das diversas formas associativas de professores. Logo, para Nóvoa (1991) o processo de profissionalização docente está atrelado à funcionarização do magistério. À medida que o professor, na formação dos estados modernos na Europa, passava à condição de funcionário público, o ofício do ensino passava a ser burocratizado, regulado e, por fim, legitimado.

É importante ressaltarmos que não pressupomos que é a República que inaugura o processo de profissionalização docente no Brasil. Há, inclusive, trabalhos que examinam esse processo durante o período imperial. Alessandra Schueler, por exemplo, (2005) nos mostra como, em meados do século XIX, por meio de medidas estatais que procuravam intervir, sobretudo, na questão da formação docente na Corte Imperial, foi possível uma lenta e gradual ascensão dos docentes “de mestres-escolas a professores públicos”²¹. De acordo com a autora, a valorização de uma formação específica para o professor primário, através de um espaço privilegiado, como a Escola Normal, em detrimento da formação pela prática, implicava na profissionalização dos docentes.

²¹ A expressão entre aspas refere-se ao título que nomeia o artigo de Schueler do qual ora tratamos: “De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial”.

Se retomarmos Nóvoa (1991), podemos afirmar que, à medida que o Estado passa a regular o magistério, instituindo normas para concessão de licença e exigindo formação específica para exercício da docência – legitimando, assim, a profissão – ele passa, também, a intervir no trabalho docente. Tereza Cardoso, apoiada nos estudos de Nóvoa (1987, 1991) afirma que:

(...) pode-se considerar o processo de *funcionarização* como um projeto que é sustentado tanto pelos docentes como pelo Estado, mas por razões diversas e até, em certa medida, contraditórias: os primeiros buscam constituir corpo administrativo autônomo e hierarquizado; o segundo procura garantir o controle da instituição escolar (CARDOSO, 2014, p. 63)

Podemos dizer, então, que este é um processo que, a despeito de agências e resistências, é nutrido tanto por Estado quanto por professores, numa correlação de forças que, não necessariamente, é igualitária.

Schueler (2005) destaca como o Regulamento de 1854 demonstrava a intervenção do governo nas diversas interfaces do trabalho docente. Fosse pelo estabelecimento de regras para o ingresso no magistério público, fosse pelos saberes exigidos para tal exercício, ou até mesmo pelo padrão de conduta cobrado dos candidatos ao preenchimento das vagas de professor, o Estado Imperial estava demonstrando que o professorado estava na pauta do governo. Mais do que isso, mostrava que, na condição de funcionário do Estado, o professor estava sob sua tutela, devendo, portanto, corresponder a suas expectativas.

Através dos mecanismos de formação, recrutamento e controle, o Estado foi gradativamente promovendo a estatização da docência, ao mesmo tempo em que buscou conferir um novo estatuto sócio-profissional aos antigos mestres-escolas, então lentamente transformados em professores públicos (SCHUELER, 2005, p. 348).

Partindo também do Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 1854, Angélica Borges (2008) mostra-nos como o serviço de inspeção, regulado por essa lei, fazia parte de um processo de institucionalização do ensino público imperial, no qual estavam envolvidos variados atores sociais, pertencentes a outras esferas da sociedade (saúde, igreja, militares). Em seu trabalho, podemos perceber como estava em andamento um projeto “civilizatório” da sociedade, do qual o ensino e a inspeção deste, por parte dos aparelhos de fiscalização do Estado, faziam parte.

Borges (2008), além de mostrar-nos o funcionamento do dispositivo de inspeção, oferece-nos também a visão das agências dos professores primários, os “fiscalizados”. Diante das determinações acerca da formação para o exercício docente, bem como da reafirmação de certas normas de conduta para o professor, muito ligadas à moralidade, a autora mostra-nos

como os professores primários “procuravam expor suas idéias e argumentos em torno de determinadas questões, reclamando pela melhoria do ensino, das casas das escolas, da falta de materiais e mobília adequados” (BORGES, 2008, p. 230). É interessante notar que suas formas de resistência não se limitavam ao enfrentamento das questões colocadas pelo regulamento e que afetavam diretamente sua autonomia profissional, mas articulavam-se a questões mais abrangentes, a uma defesa de melhores condições de trabalho.

Trabalhos como o de Schueler (2005) e o de Borges (2008) permitem-nos perceber a docência como ponto de relevância para os projetos de sociedade estatais durante o período imperial, recebendo, assim estatutos de profissão. Por outro lado, vemos o quanto o lugar de “funcionários públicos” permitia às professoras e aos professores certas agências e resistências. Assim sendo, partindo do entendimento de que já no período imperial podemos perceber ações estatais que implicaram na legitimação da profissão docente, podemos, pois, passar ao estudo de como, durante a Primeira República, através de leis e regulamentos específicos da instrução pública, o governo estadual fluminense realizava tentativas de intervir no professorado, além de como este professorado estava organizado.

Quando falamos em *tentativas* de intervenção, é porque reconhecemos que nestas relações de poder existe espaço para agências e resistências. O fato de certas deliberações estarem determinadas em lei pelo poder estatal, não necessariamente significa que, na outra ponta, foram colocadas em prática, ou talvez fossem atendidas em parte. O processo de profissionalização docente pressupõe isso, um ganhar e perder que se complementam, que são interdependentes. Ganha-se legitimação e reconhecimento quando, por exemplo, atrela-se ao professor a responsabilidade por elevar o padrão de vida do homem rural, porém, por outro, perde-se autonomia, quando este mesmo discurso determina o que deve ser feito por este professor para alcançar tal propósito. Porém, nesta relação paradoxal, há brechas nas quais se pode flexibilizar um pouco tanto as perdas quanto os ganhos, onde nada é absoluto.

Tentaremos, então, identificar como se configurava a profissão no contexto de estado do Rio de Janeiro, no início do governo republicano, em relação aos professores públicos primários. Nosso esforço é, portanto, o de perceber como, através da correlação entre Estado e professores primários estaduais, estava constituída a profissão docente. Para tanto, tentaremos identificar nas legislações de ensino, nuances que cercavam o processo de funcionarização do magistério, transitando, portanto, entre direitos e deveres. As legislações educacionais são entendidas aqui como:

(...) síntese de múltiplas determinações, porque ela(s) foi(foram) consequência de e/ou, nela(s) estão presentes utopias, sonhos, desejos, projetos políticos, interesses pessoais e de grupos, direitos e deveres dos cidadãos ou categorias profissionais,

planos de carreiras, preconceitos, inclusões/exclusões, enfim, todas as contradições da sociedade (CASTANHA, 2011, p. 326).

Se, por um lado, esse processo de *funcionarização* abria espaço para o Estado tentar intervir e controlar os profissionais docentes, por outro, concedia a esta categoria certos direitos. Quando, em 1893, foi assinada a lei n. 41 que reformava a instrução pública e garantia alguns direitos aos professores, estes foram enfatizados pela imprensa, que na condição de aparelho de hegemonia, manifestou-se analisando esta lei como a representação do interesse governamental pela causa da instrução pública. Sendo assim, deveria refletir em melhor aproveitamento do trabalho docente. A matéria intitulada “Ensino Público”, do jornal “O Fluminense”, afirmava que os professores deveriam ter um empenho ainda mais acentuados do que o de costume “para corresponderem ao modo por que os poderes publicos os tem tratado” (ENSINO Publico, *O Fluminense*, 05 maio 1893, p. 1). A citação do jornal que segue é bastante emblemática:

A missão é árdua mas possível e, quando for perfeita, estará vitorioso o ensino do povo. O professor é tudo nessa propaganda e hoje se deve exigir que elle o seja, porque o poder público o cercou de garantias, lhe deu melhores meios de vida e o encarregou mais de perto da propaganda em favor da instrucção (ENSINO PÚBLICO, *O Fluminense*, 05 maio 1893, p. 1).

Côncios das diversas possibilidades de representação e apropriações das legislações educacionais para nosso objeto de análise, iremos, então, tentar identificar, nas principais leis de instrução pública deste período ²² que nos foram possíveis acionar, como se foi organizando o magistério primário, através de formas e critérios para seleção e ingresso, categorias docentes, salários e gratificações. Além dos direitos, como licenças e jubilações, os deveres e as penalizações previstas quando do seu não cumprimento também fazem parte da análise.

Apresentamos abaixo um quadro com as principais reformas educacionais no período entre 1893 e 1925, com os nomes dos governadores que as assinaram e breve síntese com os aspectos mais gerais de cada lei.

Quadro 1- Reformas de instrução pública ocorridas no período compreendido entre 1893 e 1919²³:

²² A identificação destas leis de instrução pública como principais para este período foi feita levando-se em consideração a referência a elas, tanto na bibliografia especializada sobre o assunto, quanto na documentação consultada ao longo da pesquisa (mensagens de presidente de estado, relatórios de diretores de instrução e jornais).

²³ Os resumos das leis e decretos foram feitos a partir da leitura dos textos originais, encontrados na seção de Legislação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Os períodos nos quais os presidentes do estado

Número da legislação e data de publicação	Presidente do estado em exercício	Como organizava o ensino primário
Lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893	José Thomaz da Porciúncula (30 de maio de 1892 a 30 de dezembro de 1894)	Determinava que houvesse, pelo menos, uma escola para cada sexo em cada distrito municipal, podendo ser urbanas ou rurais. A lei estabelecia ainda as matérias a serem ministradas na instrução primária, cujo ensino era de caráter obrigatório.
Lei n. 376, de 23 de dezembro de 1897	Joaquim Maurício de Abreu (31 de dezembro de 1894 a 30 de dezembro de 1897)	Esta lei estabelecia a criação de grupos escolares e escolas modelo, dentre outras questões referentes à formação e concurso para docentes.
Decreto n.º 588, de 25 de janeiro de 1900	Alberto de Seixas Martins Torres (31 de dezembro de 1897 a 30 de dezembro de 1900)	O ensino primário era, então, dividido em três cursos, que correspondiam a modalidades de escolas diferentes: para as escolas rurais, o curso elementar; para as de perímetro urbano de vilas ou cidades, o curso médio, e para os grupos escolares e escolas modelo, o curso superior.
Decreto n. 1200, de 7 de fevereiro de 1911	Francisco Chaves de Oliveira Botelho (31 de dezembro de 1910 a 30 de dezembro de 1914)	Tratava, assim como o anterior, da organização das escolas primárias, que seriam, agora, divididas em apenas duas modalidades, escolas elementares e escolas complementares. A última delas funcionaria apenas nos grupos escolares e nas escolas-modelo.
Decreto n. 1723, de 29 de dezembro de 1919	Raul de Moraes Veiga (31 de dezembro de 1918 a 30 de dezembro de 1922)	A classificação das escolas primárias era feita em “isoladas”, “grupos escolares” e “escolas noturnas”, nas quais se oferecia o ensino elementar, primário e complementar. As modalidades de ensino eram determinadas pela localização geográfica da escola (elementar para as escolas rurais; primário para as escolas de vila, de cidade ou outra localidade populosa; complementar apenas para cidades mais populosas, anexado às de ensino primário).

Fonte: Leis de Instrução Pública n. 41/1893 e 376/1897, decretos n. 588/1900, 1200/1911 e 1723/1919

Essas constantes ações estatais através das reformas de ensino representam tentativas de organizar uma rede regular de escolas primárias, de criar regras, fiscalizar o trabalho exercido. Esse movimento de intervenção governamental na educação pode ser entendido como parte constituinte do projeto do governo estadual de ampliação de suas possibilidades na política e economia nacionais. A instrução pública pode ser entendida, assim, como vitrine do governo para demonstrar que sua administração era competente, que seu estado, por fim, caminhava bem. Tratava-se, pois, do “fazer-se Estado fazendo escolas” (DIAS, 2014) fluminense. Portanto, pode-se compreender a (reformada) escola republicana como uma

constante tentativa do governo de atuar na instrução pública, não apenas para exercício do poder sobre esta instituição e seus sujeitos, ou ainda como forma de manter as estruturas sociais vigentes, mas, também, para demarcar lugar num cenário em que ostentar um estado escolarizado e, principalmente, alfabetizado, era sinônimo de modernização.

De posse das impressões mais gerais dessas leis na instrução pública, vamos ver como o magistério estava sendo regulado através delas. Para isso, cruzaremos as informações contidas nas leis e decretos com o conteúdo de alguns relatórios da diretoria de instrução.

1.2.1 Formação docente e regras para admissão no magistério estadual

Uma forma de o Estado determinar quem estava ou não apto a exercer o magistério está relacionada aos modos de seleção e ingresso na profissão. A este respeito, Dias, adotando o modelo de análise da profissão docente de Antonio Novoa, afirma que “a regulamentação das formas de ingresso na carreira é um dos principais dispositivos que configuram um campo profissional, pois são instituídos os requisitos e as exigências que instituem o perfil de quem pode exercer o ofício” (DIAS, 2008, p. 183).

Ao longo da Primeira República, os critérios para a admissão no magistério primário fluminense vão ficando cada vez mais ligados a uma formação específica, através da escola normal. Como vimos em Schueler (2005), já no período imperial, esta questão estava na pauta do poder público.

O decreto n. 70, de 1890, dizia que:

Só poderão ser pelo governo nomeados professores effectivos para as escolas primárias do Estado, os cidadãos brasileiros de vida honesta, maiores de 21 annos e as senhoras de reconhecida honestidade, casadas, viúvas ou solteiras maiores de 18 annos: 1º Que provarem capacidade profissional com:

I. diploma de professor passado pela escola normal da Capital Federal ou deste Estado;

II. título de empregado público das repartições do Estado obtido por concurso;

III. certificado de aprovação nas respectivas matérias, obtida em exames prestados perante as commissões de exames da capital federal, ou nos lycêos deste Estado ou perante commissões ad hoc nomeadas pelo director de instrução (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890, p. 83).

Além destas provas de “capacidade profissional”, outros critérios também estavam estabelecidos, como ter sido professor provisório no magistério estadual ou de escola subvencionada pelo Estado, ou até mesmo professor de escola particular que conseguisse comprovar o bom aproveitamento de seus alunos, ou ainda ter servido na guerra ou ter sido oficial na polícia do Estado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890, p. 83).

Se no Decreto n. 70, de 1890, os requisitos para ingresso no magistério primário estadual eram bastante abrangentes, com as leis de instrução pública que vieram posteriormente, esses critérios passaram a ficar mais limitados e a formação pela escola normal passou a ser fator prioritário para admissão ao magistério público fluminense. Ao menos, no aparato legislativo.

A respeito da formação em instituições específicas, alguns trabalhos produzidos recentemente endossam a ideia de que este era um período de entusiasmo estatal pela formação dos professores via Escola Normal.²⁴ Embora desde o período imperial já houvesse o interesse pela formação dos professores através desta instituição – datando deste período, inclusive, a construção das primeiras escolas normais – a República reforçou e intensificou este ideário. Em função disso, muitas escolas normais foram inauguradas pelos estados brasileiros neste período e não raros eram os debates em torno de como deveria ser a formação por elas ofertada (ECAR, 2011). Em trabalho sobre a Escola Normal do Distrito Federal, Uekane (2016) afirma que esta “estava inserida tanto em um conjunto de discussões sobre o projeto de educação pública que seria desenvolvido, quanto em um contexto de construção do Distrito Federal, instância administrativa diferenciada dos estados republicanos” (UEKANE, 2016, p. 28). Daí se pode perceber que, no período por nós estudado, ter formação pela Escola Normal não representava tão somente possuir uma bagagem de conhecimentos pedagógicos, mas principalmente, estar inserido num contexto mais amplo de formação para uma determinada instrução pública.

De acordo com o artigo 29 da lei n. 41, de 1893, só poderiam ser nomeados efetivos os professores que tivessem curso completo da Escola Normal. Contudo, neste mesmo artigo, abre-se o precedente para que os provisórios (os que não fossem formados por esta instituição) se habilitassem através de exames prestados na Escola Normal, das disciplinas aí lecionadas em todos os anos, sem necessitarem de matrícula e frequência à mesma, para, então, tornarem-se efetivos.

Evidenciava-se o caráter realmente provisório desses professores não diplomados e não licenciados, que seriam “nomeados pelo Governo” para reger as escolas “*enquanto* não houvesse candidato diplomado”. Por este texto, percebe-se que os professores provisórios eram encarados como um paliativo, até que houvesse “professores diplomados em numero

²⁴ Em relação à Escola Normal do Distrito Federal, ver Uekane (2016); sobre a Escola Normal de Niterói, ver Ecar (2011); Martinez (2012) escreve sobre a Escola Normal de Campos. Todos estes trabalhos ambientam-se nas primeiras décadas republicanas e tentam situar os projetos educacionais colocados em marcha através do processo de formação dos docentes num projeto mais amplo de instrução primária.

correspondente ao das escolas publicas” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 19, grifo nosso).

A formação era, pois, um fator preponderante para a dessemelhança entre uma relação de maior ou menor vínculo profissional estabelecida entre Estado e seus professores. Esta situação corrobora aquilo que Nóvoa (1991) aponta como um dos fatores definidores do processo de profissionalização docente: o domínio, por parte do professor, de uma série de conhecimentos oferecidos por instituição de formação específica, nesse caso, a Escola Normal.

Em pesquisa na imprensa periódica sobre notícias relativas a “concurso de professor primário” no período de 1890 a 1899, encontramos, algumas referências sobre concurso para professores. Por exemplo, dentre os meses de abril e junho de 1893, vimos noticiados dias e resultados dos exames do concurso realizado na Escola Normal da capital do estado para provimento de vagas de professor primário, o qual estava previsto na lei n. 41, deste mesmo ano (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 29). Os candidatos eram divididos em grupos e realizavam provas orais e escritas de matérias como Português, Aritmética, Geografia e Corografia do Brasil, Moral e Cívica e História do Brasil. Cada prova era realizada em um dia diferente e os resultados eram apresentados como: “aprovado plenamente” ou “aprovado simplesmente”.²⁵ Este tipo de avaliação se assemelhava com a que era aplicada aos alunos da Escola Normal, para os quais, ao final do ano letivo, eram assinalados os conceitos “aprovado simplesmente”, “aprovado plenamente” ou “aprovado com distinção” (ECAR, 2011, p. 155)

De acordo com Ecar (2011), este tipo de exame aplicado a pessoas estranhas ao quadro de professores provavelmente guardava relação com o que era submetido aos professores que já exerciam o magistério estadual, porém possuíam apenas a “formação pela prática, não escolarizada” (ECAR, 2011, p. 151)²⁶. De fato, ao fazermos uma busca no jornal “O Fluminense” por notícias sobre concurso para professores primários, encontramos o pedido de uma professora substituta, D. Rosa Cassalho, para ser inscrita no concurso de habilitação para o magistério público primário (SECRETARIA de Interior e Justiça, *O Fluminense*, 01 mar.1893, p. 1). Seu requerimento fora despachado em 27 de fevereiro de 1893.

²⁵ Utilizamos apenas algumas das notícias impressas sobre o concurso. Estas se encontram no jornal *O Fluminense* (26/04/1893), intitulado “Escola Normal da Capital”; no *Jornal do Comércio* (02/05/1893; 13/05/1893), sob o título “Escola Normal da Capital do Estado do Rio”; no *Diário de Notícias* (02/05/1893), intitulado “Escola Normal”, e no *Jornal do Brasil* (15/06/1893; 19/06/1893; 23/06/1893), com o título “Concurso de Professores Primários”.

²⁶ No trabalho de Ariadne Ecar não está precisado o ano em que este tipo de exame fora aplicado, mas pela semelhança com o que ora descrevemos, acreditamos que sejam coevos.

Como já foi dito acima, os provisórios que se submetessem aos exames da Escola Normal e neles fossem aprovados seriam efetivados, passariam a gozar dos mesmos direitos que os efetivos. A respeito desta possibilidade, Ecar (2011, p. 151) afirma que:

Permitir que os professores primários em exercício fizessem apenas os exames finais seria uma forma de promover o Estado, no sentido de que sua ação poderia ser lida como um projeto de futuro para a sociedade fluminense. Ao mesmo tempo em que estaria oportunizando a legalidade aos docentes que já desempenhavam o magistério, sem exigir que eles cursassem a escola normal, seria uma forma de se aproximar dos professores, controlando-os.

Diante de uma lei (n. 41, de 1893) que, ao mesmo tempo em que criava a Escola Normal, abria concurso para aqueles que não tivessem formação, houve quem se posicionasse em favor da formação profissional pelas vias da escolarização específica. Em 18 de março de 1893, estampava a primeira página do jornal “O Fluminense”, sob o título “Escola Normal”, a notícia, bastante festiva, de que a Escola Normal de Niterói iria voltar ao funcionamento, já havendo, inclusive, cerca de cem pessoas inscritas para os exames admissionais à instituição. Entre elogios à “bella e útil instituição” e àqueles que lutaram para que ela fosse reaberta e aos que nela se empenhariam, tanto alunos quanto professores, o redator fazia questão de afirmar o quanto a Escola Normal era desejada pela sociedade. Caso contrário, não haveria interesse dos candidatos a normalistas, tendo em vista, neste mesmo período, estar aberta a inscrição para concurso de professores efetivos. A esta afirmação, o autor do artigo completa:

É mais fácil, mais commodo e menos dispendioso estudar três ou quatro mezes, prestar o concurso, tirar o diploma respectivo e tomar immediatamente uma cadeira, do que sujeitar-se a um curso regular de três annos, a exames finaes de certa importância e aos azares, a que se pode ficar exposto (ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, 18 mar. 1893, p. 1).

Uma curiosidade sobre o concurso é que dele também participavam alunos da Escola Normal. Em artigo anterior, no mesmo jornal *O Fluminense*, também intitulado “Escola Normal”, consta a informação de que “muitos normalistas, mesmo do 1º e 2º annos deixaram a escola e inscreviam-se em concursos entrando para o magistério primário antes mesmo que seus colegas do 3º anno” (ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, 29 nov. 1892, p. 1). Provavelmente, estes aguardavam apenas ter a idade mínima exigida para fazer o concurso. Quando chegavam a ela, deixavam a escola e iam, sendo aprovados, compor o quadro de professores primários do estado.

Outro aspecto muito relevante sobre os concursos é que eles produziam receita para o governo. De acordo com artigo publicado no jornal *O Fluminense*, que se referia a concurso de habilitação para professores primários, ocorrido em 1892, os candidatos pagavam algumas taxas para poderem participar. O autor do artigo reivindica o pagamento de uma gratificação

extra para os professores que compunham as mesas examinadoras e demais funcionários envolvidos no concurso (já que, em função destes exames, que duraram pouco mais de três meses, estavam trabalhando horas além das que deviam cumprir ordinariamente). Ele justifica este pagamento sob o argumento de que havia meios financeiros para tal, já que:

(...) os títulos de habilitação produziram cerca de 612\$000; o pagamento de impostos chamados emolumentos dos títulos de nomeação devem dar 4:760\$000, os sellos das petições e documentos produziram cerca de 130\$000, o que tudo reunido dará mais de 6:000\$000, sem falar no que o governo poupou durante os três meses do concurso, pagando professores interinos em lugar dos concorrentes, economia que se eleva a 13:260\$000 nos tres mezes (PRO JUSTICIA, *O Fluminense*, 27 ago. 1892, p. 1).

Por esta tão minuciosa descrição das taxas pelas quais deveriam pagar os candidatos aprovados para retirarem seus títulos de habilitação, além da economia com a folha de pagamento, somos tentados a afirmar que os concursos para habilitação no magistério primário eram um negócio vantajoso.

Retomando o concurso de 1893, na semana que antecedia seu término, o jornal *O Fluminense* publicava um artigo, sob o título “Concurso”, no qual o redator lamenta o fato de, dentre os cem candidatos inscritos, apenas 35 terem conseguido chegar ao seu final. Segundo ele, a causa deste malogro teria sido o excessivo rigor aplicado em relação aos exames (pois se o candidato ficasse reprovado em apenas uma das muitas provas realizadas, já seria eliminado), além da excessiva quantidade de matérias cobradas no concurso (pois para ele, apenas seriam necessários exames de Português, Aritmética e Pedagogia, “matérias mais essências a um professor primário”). O texto segue apontando as implicações negativas desta situação para o ensino, já que, em função do alto índice de candidatos considerados inabilitados, muitas vagas acabariam sendo ocupadas por professores sem concurso, sem fazer uma prova que fosse.

Sob a justificativa de que seria uma injustiça negar as vagas aos candidatos que fizeram os exames e até haviam conseguido ser aprovados em alguns, e oferecê-las a outros que não participariam de qualquer tipo de avaliação, o texto é encerrado com a sugestão de que se fizessem novos exames com os que foram eliminados ao longo do concurso, para, dentre os melhores, seleccionar os novos professores primários (CONCURSO, *O Fluminense*, 01 jul. 1893, p. 1). Se esta sugestão foi aceita ou não, não nos foi possível descobrir pelos jornais consultados. Contudo, estas informações são importantes, pois explicitam a possibilidade de ingresso na carreira docente de pessoas sem qualquer tipo de habilitação ou certificação. Estes, provavelmente, seriam enquadrados na categoria de provisórios.

No ano de 1892, fora feito no estado fluminense um concurso para habilitação de professores primários (PRO JUSTICIA, *O Fluminense*, 27 ago. 1892, p. 1), e no ano de 1893 realizou-se novo concurso com o mesmo fim (CONCURSO, *O Fluminense*, 01 jul. 1893, p. 1). Apesar das tentativas de eliminar os professores sem formação ou habilitação do quadro do magistério estadual, eles permaneciam lá. Afinal, não dependia apenas dos desejos estatais a resolução do “problema”. Ela estava intimamente ligada às agências de indivíduos que tinham seus próprios projetos, dos quais, nem sempre, habilitar-se pela escola normal fazia parte.

Até agora vimos a existência de concursos para, na tentativa de suprir a carência de diplomados pela escola normal, ao menos, habilitar os professores primários. Entretanto, embora a lei 41 (1893) nos desse margem a que interpretássemos que os normalistas diplomados não necessitavam realizar provas para ingresso no magistério, essa informação não estava explícita. É apenas com o decreto 236, de 31 de outubro de 1895 (que regulamentava as escolas normais do estado), que esta condição se clarifica. Em seu artigo 8º estava estabelecido que: “O alumno que terminar o curso normal, receberá o diploma de professor publico primário” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1985, p. 224). Enfatizamos, contudo, que o curso normal em questão é o ministrado pelas escolas normais estaduais. Não temos informações sobre a existência de escolas normais particulares neste período. Mas, havia Escola Normal no Distrito Federal e os alunos por lá formados não estavam, aparentemente, isentos de provas de habilitação até então.

Em 1897, a lei n. 376 estabelecia algumas alterações nas normas de ingresso e manutenção das cadeiras dos professores provisórios. Segundo esta lei, os professores diplomados pela Escola Normal da Capital Federal poderiam reger, sem passar por concurso, as escolas primárias rurais durante três anos, após os quais poderiam ser admitidos em definitivo pelo Governo como professores efetivos, dependendo de atestação da inspeção de ensino e da proposição do diretor de instrução. Vemos, então, mais uma possibilidade de admissão ao magistério primário fluminense, que determinava um itinerário de contratação específico para os concluintes do curso normal de uma escola que não era regida pelas autoridades de ensino estaduais. Esta determinação da lei 376 fora, obviamente, pautada na proposta feita pelo diretor de instrução, Alberto de Oliveira, em seu relatório datado de 31 de julho de 1897 (OLIVEIRA, 1897). Ao constatar que as esperanças de prover todas as cadeiras públicas estaduais com diplomados pelas Escolas Normais estaduais não seriam nem tão cedo satisfeitas (tendo em vista o baixo número de matrículas nestas), ele sugere outra possibilidade, que não apenas contentar-se com o professor provisório: “As Escolas Normaes

da Capital Federal dispõem de um programma amplo a assegurar o preparo exigido para a carreira do magistério e não ha pôr em duvida o modo satisfactorio como ahi, pela aptidão dos respectivos professores, se pratica o ensino” (OLIVEIRA, 1897, p. 9). Ele, então, detalha como seria colocada em prática essa contratação:

(...) permitir que os professores diplomados por essas Escolas Normaes possam ser nomeados para reger escolas primarias do Estado, com direito aos vencimentos de professor de primeira classe; a inclusão de seus nomes no quadro dos effectivos e as vantagens a estes conferidas, convindo, entretanto, só se deem mediante a condicional da reconducção ao fim de dous annos, sendo-lhes, então, contados para todos os effectos legais o tempo de effectivo exercicio no Estado (OLIVEIRA, 1897, p. 9).

Apesar de fazer a proposta, o próprio diretor de instrução não acreditava mostrar-se muito profícua, tendo em vista que acreditava que não fosse grande naquele momento, nem no futuro, “o numero de professores diplomados da Capital Federal, aos quaes possa (pudesse) convir, assim, um lugar no magistério do Estado” (OLIVEIRA, 1897, p 9). Essa última colocação do Sr. Alberto de Oliveira pode ser bastante reveladora no que se refere ao fato de o magistério estadual ser pouco sedutor para os formados oriundos do Distrito Federal. As possíveis razões para esse desinteresse em lecionar em escolas do governo estadual poderiam residir na distância entre a Capital Federal e alguns municípios do estado. Poderia referir-se talvez a salários e gratificações melhores no Distrito Federal do que no estado, ou ainda a condições menos satisfatórias de trabalho no segundo, se comparadas às do primeiro. Fosse como fosse, por esses trechos, podemos ver que a proposta foi aceita pelas autoridades governamentais e colocada com formato um pouco diferente quando transformada em lei.

A mesma lei 376 (1897) determinava que os provisórios que estivessem em exercício deveriam passar por um concurso de habilitação perante as comissões das escolas normais, dentro do prazo de um ano, para se manterem, como interinos, na cadeira em que regiam. Após esse concurso, eles teriam prazo de quatro anos para “se habilitarem em exame no curso completo das escolas normaes, independentemente de frequência”. Aqueles que fossem reprovados no concurso ou em algum dos exames das escolas normais, ou até mesmo deixassem de fazer tais exames, perderiam, de acordo com a lei, as cadeiras em que regiam como provisórios (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 202).

A lei n. 41, de 1893, já apontava para a provisoriedade dos professores primários não diplomados. A lei 376 (1897) reforçava a intenção governamental de que seus professores primários provisórios tivessem seus conhecimentos avaliados e nivelados (através de exames) aos dos oriundos da escola normal. Se em 1893, devido ao baixo índice de aprovação no concurso para professores primários, foram admitidas pessoas sem habilitação específica para

preenchimento das cadeiras vagas, em 1897, através da lei 376, exigia-se que os que haviam ingressado no magistério primário estadual desta maneira fossem avaliados e, posteriormente, reavaliados para, enfim, serem efetivados. Essa exigência denota a perspectiva de extinguir, mesmo que a longo prazo, a categoria de provisórios do quadro dos professores públicos primários fluminenses.

Três anos mais tarde, com o decreto 588, assinado em 25 de janeiro de 1900, que versava sobre a reforma da instrução pública do estado, mantinha-se a exigência de titulação pela escola normal para ingresso na condição de professor efetivo. Havia, entretanto, a ressalva de que aqueles que não iniciassem “a carreira logo após a conclusão dos seus estudos na Escola Normal” teriam de “provar moralidade” para serem admitidos ao professorado público. A lei também proibia os que tivessem “sofrido de prisão celular” e os que tivessem “sido exonerados por conveniência da moralidade” de serem nomeados para o magistério (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 555).

A condição para que os oriundos da Escola Normal da Capital Federal fossem admitidos sem carência de concurso foi mantida, nos mesmos termos de antes. A contratação de professores provisórios também estava prevista nesse decreto por meio de concurso, conforme já previa a lei 376 (1897). Entretanto, “os diplomados pelos institutos de ensino secundário e pelos cursos superiores da União e dos Estados e pelos grupos escolares tendo a idade legal” poderiam ser admitidos como provisórios sem necessitar de concurso. Após nomeados, os professores provisórios deveriam, dentro do prazo de quatro anos, “se habilitar em exame no curso completo do ensino normal do Estado independente de frequência”. Os que não prestassem os exames ou fossem por eles inabilitados ou ficassem reprovados em mais de uma disciplina, perderiam as cadeiras que regiam (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 560).

Em 1900, portanto, para ocupar o cargo de professor provisório, havia outra possibilidade de ingresso, além do concurso: a comprovação de uma escolaridade mínima, determinada por lei. Entretanto, tal qual se estabelecia em 1897, posteriormente (desta vez, o prazo era ampliado para quatro anos) seria cobrado tanto de uns quanto de outros que fizessem os exames do curso normal para manutenção de suas cadeiras.

Quando, em 1911, foi assinado o decreto n. 1200, foi mantida a proibição de que pessoas que tivessem sido aprisionadas por crimes ou exoneradas por imoralidade de serem admitidos ao magistério público. De igual modo, manteve-se também a exigência da diplomação pela escola normal como pressuposto para admissão, desta vez ao cargo de professor adjunto (o menor na hierarquia docente). Anualmente, seria feito, durante 15 dias,

concurso para provimento das vagas de adjuntos e outras que fossem criadas. O concurso consistiria na avaliação, por parte do Conselho Superior, das notas obtidas nos exames do curso normal, fazendo-se, a partir daí, uma relação, por merecimento, para proceder às nomeações. Em todo o texto que trata do professorado público, o decreto não menciona professores provisórios ou qualquer outra categoria sem habilitação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 236-24).

A julgar pelas determinações do decreto de 1911, poderíamos imaginar que, por fim, todo o quadro do magistério primário estadual já fosse habilitado. Contudo, oito anos mais tarde, encontraríamos professores na condição de não diplomados, através do decreto que regulamentava a instrução pública.

O decreto 1723, do ano 1919, diferentemente dos anteriores, iniciava o texto sobre o professorado público determinando quem não poderia exercê-lo: além das duas situações previstas nas leis anteriores (pessoas que tivessem sofrido prisão celular e pessoas que tivessem sido exoneradas por imoralidade) acrescentava os que tivessem “moléstia contagiosa ou repulsiva, ou que impeça (impedisse) por qualquer modo o exercício do magistério” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 8).

Após esclarecer quem eram os impedidos de regerem escolas estaduais, o decreto dizia que a nomeação para o cargo de professor (de escola urbana ou rural) recairia sobre os professores diplomados pelas escolas normais do Estado ou nas que por ele fossem reconhecidas. Anualmente a Diretoria da Instrução Pública abria concurso para preenchimento das vagas verificadas e dos novos cargos criados. O cargo de diretor de grupo escolar seria provido por concurso interno, entre os professores com mais de 10 anos de exercício. Para o cargo de professor, o concurso seria aberto inicialmente por 10 dias para pedidos de remoção, sendo após isso aberto por mais 10 dias para adjuntas que requeressem promoção; não havendo requerentes prorrogar-se-ia o prazo por mais 10 dias, para requerentes ao primeiro provimento. Por fim, para as vagas de adjuntas, seria aberto concurso por 20 dias, dos quais os 10 primeiros seriam para as requerentes à remoção e, não as havendo, os outros 10, para os que requisassem primeiro provimento. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 8).

O concurso para o cargo de professor e de adjuntas não se referia à prestação de exames perante as bancas da escola normal, conforme acontecia em 1897. Assemelhava-se mais com o modelo de concurso do qual falava o decreto 1200, de 1911. A avaliação e classificação dos inscritos seriam feitas a partir do critério de “merecimento”. Seria tirada a

média das notas obtidas pelo requerente no curso normal²⁷. Contudo, o professor que obtivesse distinção em todas as matérias do curso normal, seria nomeado, independente de concurso. Logo, os cargos de professor (mesmo professor adjunto, que era a categoria docente inferior dentro da hierarquia do magistério, segundo esta lei) estavam, de acordo com este decreto, destinados apenas aos que tivessem cursado a escola normal. As vagas que fossem verificadas ao longo do ano letivo, após o período do concurso, poderiam “ser providas interinamente, preferindo-se por professoras normalistas do Estado, até a abertura do novo concurso”. Mesmo para provisão interina, a preferência estava colocada sobre as cursistas da escola normal. Os que fossem substitutos de professores receberiam gratificação correspondente ao professor. Entretanto, se a licença fosse sem vencimentos, o substituto, caso fosse diplomado pelas escolas normais do estado, receberia os vencimentos integrais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 8).

Os professores que não fossem diplomados seriam contratados pelo prazo máximo de um ano letivo, havendo, porém, a possibilidade de serem nomeados, “a juízo do Governo, mas sómente para escolas e grupos de outros municípios”. Havia, contudo, a ressalva de que os interinos não diplomados não receberiam vencimentos durante as férias (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a, p. 9).

O texto do decreto é bastante contraditório, no sentido em que afirma que tanto professores quanto adjuntos deveriam ser diplomados pela escola normal, ao mesmo tempo em que admite o ingresso de pessoas sem essa diplomação pelo período de um ano, podendo, inclusive, serem nomeados “a juízo do Governo”. Se em 1911, a lei de reforma da instrução não mencionava a existência de pessoas inabilitadas pela escola normal no quadro do magistério, em 1919, o regulamento da instrução demonstrava que eles ainda eram uma possibilidade. Além disso, sua continuidade no quadro não dependia de qualquer avaliação, aparentemente. Ao menos, isso não estava especificado em lei. A decisão pela manutenção desses professores no magistério público se daria por decisão do Governo.

Como se pode perceber, a formação docente pela escola normal foi um ideal perseguido pelos sucessivos governos no estado fluminense. As formas de tentar remediar essa “falha” que, durante boa parte do período em questão, atingiu a maioria dos professores primários, foram diversas. A mais comum era a habilitação através de exames. Entretanto, a despeito de tais medidas, o número de pessoas interessadas em ingressar na Escola Normal ou em condições de serem aprovadas em exames de habilitação era muito pequeno diante da demanda que existia no estado neste momento. Assim, restava ao poder estatal adaptar-se às

²⁷ A média era o quociente obtido pela divisão do número de pontos pelo número de exames.

circunstâncias e admitir no magistério, mesmo em dissonância com seus projetos de instrução pública, pessoas sem comprovação de formação específica prévia. Entretanto, esta “rendição” a uma realidade que escapava ao seu controle não era total, derivando daí as diferenças que demonstraremos, na próxima seção, na relação estabelecida com provisórios e efetivos, habilitados e não habilitados, numa clara tentativa de legitimar apenas o que estava de acordo com o projeto estatal de profissionalização docente.

Abaixo, sintetizamos as informações desta seção em um quadro:

Quadro 2- Legislações de reforma da instrução (1893-1919) e respectivas categorias docentes e regras para admissão

Lei de reforma da instrução	Regras para ingresso/admissão ao magistério público estadual
Lei n. 41, de 1893	Formação pela escola normal como pressuposto para ingresso no professorado na condição de efetivo. Para aqueles que não possuíam essa formação (os provisórios) havia a possibilidade de efetivarem-se mediante submissão e aprovação nos exames desta escola.
Lei n. 376, de 1897	Formação pela escola normal como pressuposto para ingresso no professorado. Aqueles que já estivessem regendo cadeiras sem que tivessem essa formação deveriam prestar concurso para manterem-se provisoriamente, necessitando, depois, habilitarem-se nos exames da escola normal, para tornarem-se efetivos. Caso contrário, perderiam as cadeiras que regiam.
Decreto 588, de 1900	Formação pela escola normal como pressuposto para ingresso no professorado, devendo o candidato ingressar imediatamente após a conclusão do curso (caso contrário, deveria comprovar moralidade). Além disso,

	<p>havia a possibilidade de pessoas sem formação por esta instituição ingressarem como provisórios, através de concursos ou de comprovação de escolaridade (em grupo escolar, institutos de ensino secundário ou de cursos superiores), necessitando depois submeter-se a exames da escola normal para permanência no quadro.</p>
Decreto 1200, de 1911	<p>Formação pela escola normal como pressuposto para ingresso na condição de professor. O decreto não menciona a possibilidade de professores sem esta formação. Haveria concursos para provimento das vagas de professor, baseando-se nas notas dos exames realizados durante o curso da escola normal.</p>
Decreto 1723, de 1919	<p>Formação pela escola normal como pressuposto para ingresso na condição de professor. Haveria concurso para provimento das vagas de professor, o qual se baseava nas notas obtidas na escola normal. Entretanto, havia a possibilidade de não formados por esta instituição ingressarem no magistério público interinamente por período de um ano. Estes últimos poderiam, inclusive, ser nomeados pelo Governo, para regerem em escolas de outros municípios.</p>

Fontes: Lei n. 41 (1893), lei n. 376 (1897), decreto n. 588 (1900), decreto 1200 (1911), decreto 1723 (1919).

1.2.2 Categorias docentes: antiguidade, merecimento e vencimentos

Conforme vimos anteriormente, em 1893 o professorado fluminense era classificado, oficialmente, em duas categorias: os efetivos e os provisórios. Além de definir as duas classes

de professores primários existentes no estado fluminense neste momento e quais os critérios para que os docentes se enquadrassem em uma ou em outra, a lei n. 41 também especificava as distinções, no que se refere aos benefícios desses docentes. Para os efetivos, eram elencados alguns direitos, tais como o da inamovibilidade e o da vitaliciedade, dos quais estavam excluídos os provisórios. Os efetivos também tinham direito de pedirem transferência para outra escola que estivesse vaga, recurso no qual tinham prioridade em relação aos provisórios. Os professores efetivos estavam divididos em três classes (1^a, 2^a ou 3^a), de acordo com o tempo de serviço prestado ao magistério estadual (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 20).

Em seu artigo 71, a lei 41 de 1893 também estabelecia que “os professores provisórios e vitalícios não diplomados pela Escola Normal, que até o dia 15 de novembro de 1889 contavam mais de sete anos de exercício effectivo nas escolas públicas do Estado, gozar(iam) as vantagens e regalias conferidas por esta lei aos effectivos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 28). Além destes, os que tivessem sido aprovados no concurso de habilitação para professores realizado no Liceu de Humanidades em 1892 também se beneficiariam dos direitos (“vantagens” e “regalias”) dos efetivos.

Assim sendo, os principais aspectos de distinção entre efetivos e provisórios eram a formação via Escola Normal, o tempo de serviço prestado no cargo de professor primário estadual ou a posse de licença concedida pelo Estado, habilitando o docente para exercício do magistério. Estas distinções reverberavam em diferentes relações profissionais travadas entre Estado e professores. Os professores efetivos possuíam *status* de funcionário público, enquanto os provisórios, não.

A diferença entre provisórios e efetivos passava também pelos vencimentos que recebiam. Enquanto os primeiros recebiam 1:200\$ anualmente, os efetivos recebiam salário em função da classe à qual pertenciam. Estavam divididos em três classes, de acordo com o tempo de serviço (até 10 anos de efetivo exercício de magistério estadual, seria considerado professor de 1^a classe; entre 10 e 20 anos de serviço, professor de 2^a classe; acima de 20 anos de magistério, professor de 3^a classe). O vencimento anual dos efetivos estava assim determinado: 2:000\$ para os de 1^a classe; 2:400\$ para os de 2^a classe, e 3:000\$ para os de 3^a classe. Logo, em 1893, a ascensão de uma categoria a outra era estabelecida segundo dois critérios: de provisório a efetivo, pelo critério de formação (era necessário habilitar-se). Uma vez efetivado, a elevação de uma classe a outra era determinada pelo tempo de serviço prestado no magistério, ou seja, pela antiguidade (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893).

Em 1897, com a instituição da carreira docente através da lei n. 376, as classes de professores efetivos (1^a, 2^a ou 3^a) eram extintas e novas categorias foram criadas: a) professor de escola primária rural; b) professor de escola primária de vila ou cidade; c) professor de escola modelo; d) diretor de grupo escolar; e) diretor de escola normal. Nas escolas-modelo, além do professor, seria nomeado um adjunto dentre os professores rurais. A divisão em categorias não levava mais em conta o tempo de exercício do magistério. O escalonamento era dado, a princípio, pela localização geográfica da escola onde atuava o professor. Em seguida, pela estrutura escolar, para, então, passar à ocupação de cargos superiores dentro de uma hierarquia da carreira (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 200).

Quanto à categoria de provisórios, embora não estivesse sequer elencada junto com as cinco detalhadas acima, ela ainda era uma possibilidade, pois, como vimos no tópico anterior, por essa lei, eles deveriam realizar exames para manterem-se no cargo e, posteriormente, submeterem-se aos exames da escola normal para, então, serem efetivados. Os salários pagos dentro desses níveis da carreira docente, variavam muito de uma categoria para a outra, indo desde os 1:800\$000 pagos aos provisórios até os 9:200\$000 pagos ao diretor de escola normal. Os salários dos efetivos giravam entre 2:400\$000 (professor de escola primária rural) e 5:600\$000 (diretor de grupo escolar). Como se vê, a distinção não passava apenas pela localidade ou nível da escola, mas refletiam-se nos salários pagos aos professores (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 205).

Quando dizemos que os níveis dentro da hierarquia docente não estavam dados pela antiguidade, mas sim por outros critérios, o fazemos em comparação com a classificação que era feita até então, por tempo de serviço. Entretanto, os critérios para ocupação das cadeiras de professor de escola rural, ou de vila, ou ainda de grupo escolar, referiam-se, de acordo com a lei, ao merecimento e à antiguidade. Já a promoção aos cargos de diretor de grupo escolar e de diretor de escola normal, só ocorreriam por “merecimento”. Entretanto, o texto da lei não clarificava como seria efetivamente avaliado o “merecimento”, nem quanto tempo era necessário exercer o magistério em determinada categoria para poder ser promovido a outra. Isso só seria explicitado três anos mais tarde, ao menos, no conjunto das fontes que tivemos acesso.

O decreto 588, de 1900, que regulamentava a lei 376 de 1897, e a alterava em alguns aspectos, de acordo com os ajustes julgados necessários ao longo dos anos decorridos, mantinha as mesmas categorias docentes que foram determinadas pela antiga lei. Inclusive, não apenas as categorias eram mantidas, mas seus respectivos salários também permaneciam

inalterados, mesmo após os 3 anos decorridos desde a lei 376 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900).

Em relação aos provisórios, estes não poderiam reger escolas de perímetro urbano de cidade ou vila. Já os demais, seriam promovidos, de acordo com a “antiguidade” e o “merecimento”. Este último seria avaliado pelo Conselho Superior em função das notas do professor no registro geral do professorado²⁸; dos termos de inspeção; do número de alunos habilitados nas escolas onde os professores regiam no triênio anterior, e, por fim, da frequência média nas escolas sob sua regência no mesmo triênio. O decreto não determina um tempo mínimo de exercício para regência nestas categorias, contudo a antiguidade era um pré-requisito. Já a promoção aos cargos de diretor de grupo escolar e de escola modelo se daria apenas em função do merecimento (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 555).

Com a assinatura do decreto 1200, em 1911, foram criadas novas categorias e subdivisões destas na classe docente. São elas: a) professor adjunto; b) professor de 2ª classe; c) professor de 1ª classe; d) inspetor escolar. Diferentemente do que ocorria em 1893, o professor de 2ª classe estava, na hierarquia do magistério, abaixo do professor de 1ª classe. O professor adjunto era o professor diplomado pela escola normal, recém-formado. Sua promoção ao cargo de 2ª classe dependia do exercício do magistério durante dois anos, “com aproveitamento para o ensino, a juízo do Conselho Superior”. Já a promoção deste último à categoria de 1ª classe só seria possível após 20 anos de exercício do magistério (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911).

Este decreto trazia em seus artigos 61, 62 e 63 ressalvas importantes para o presente trabalho. Dizia que, para reger as escolas da Capital do Estado, os professores deveriam ter, no mínimo, 20 anos de efetivo exercício do magistério público do estado. Para regência nas “cidades”²⁹ de Campos, Petrópolis, Nova Friburgo, Maxambomba e da vila de São Gonçalo, era necessário possuir mais de dez anos de magistério público estadual (em cidade ou zona rural) ou mais de cinco anos consecutivos regendo em zona rural. Para ocupar as cadeiras das demais cidades do estado, era necessário o exercício, por 5 anos, do magistério ou três anos consecutivos em zona rural. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 240). Esse adendo revela-nos um pouco do que Maxambomba, distrito-sede do município de Iguazu, representava na conjuntura estadual neste momento. Não se tratava, portanto, de uma

²⁸ Quanto ao Registro Geral do Professorado, nas legislações consultadas e nos periódicos da época encontramos apenas referências a ele, sem que, contudo, houvesse uma explicação sobre o que, de fato, se tratava esse registro.

²⁹ A palavra “cidades” foi grafada entre aspas para demonstrar que foi utilizada a mesma expressão que consta no documento original, uma vez que, de acordo com bibliografias e outros documentos da época, não fica claro se a região de Maxambomba, por exemplo, era nesse momento nomeada como cidade.

“cidade” desinteressante para o professorado estadual. Ao contrário, estava equiparada a outros centros, como Campos e Petrópolis, ao menos em relação à instrução pública. Inclusive, era “privilégio”, do qual desfrutavam apenas aqueles que estivessem havia considerável tempo exercendo o magistério, estar lotado nesta cidade. Além disso, podemos supor que os professores recém-admitidos eram todos lotados em área rural, tendo em vista que para assumir cadeiras em cidades, era necessária primeiramente a regência por três anos em escola rural. Ao menos, por lei, era essa a determinação.

Em 1919, há uma redução na quantidade de categorias docentes para o magistério primário: a) professores adjuntos; b) professores de escola isolada, rural e urbana; c) diretores de grupo escolar. A distinção se dá em função do cargo ocupado dentro da hierarquia do magistério. O texto do decreto 1723 não define qual seria, na prática, a distinção entre professores adjuntos e professores de escolas isoladas rurais ou urbanas. Entretanto, em artigo do jornal “O Fluminense”, que tecia severas críticas a essa reforma, encontramos a informação de que as professoras adjuntas seriam aquelas que trabalhavam em grupos escolares, não tendo, portanto, a responsabilidade da escola a seu cargo, já que esta era dos diretores e diretoras de grupo escolar. Já os professores de escolas isoladas (fossem urbanas ou rurais) eram os responsáveis pelas escolas que regiam, não havendo diretor designado para tais escolas. Uma das críticas desse artigo à reforma era o fato de o salário determinado para as adjuntas ser baixíssimo: “A alumna diplomada de nossos Institutos Normaes que não dispuser da casa dos paes ou de outros parentes que a amparem, não poderá certamente aceitar o cargo de adjunta [...]” (OS PROFESSORES vão reclamar, O Fluminense, 23 jan. 1920, p.1). Ou seja, não se tratava da professora de escola isolada, que residia na escola ou, conforme o caso, recebia do governo o valor do aluguel de sua casa. Era uma professora que se deslocava de casa para escola e, de acordo com esse artigo, seu salário não bastaria para arcar com as despesas de moradia e deslocamento.

Pelo decreto 1723 deste ano, havia possibilidade de admissão de professores interinos (que poderiam ser, ou não, diplomados pela escola normal). Às vagas de diretor de grupo escolar poderiam concorrer apenas os professores com mais de dez anos de exercício, tendo como critério de escolha o merecimento. No concurso para o cargo de diretor de grupo escolar, o merecimento pautava-se em:

- a) as notas obtidas no curso normal, aquilatado pelo maior coeficiente obtido pela divisão do numero de pontos pelo numero de exames;
- b) o maior numero de alunos diplomados em escola sob sua regência;
- c) o menor numero de licenças, sem ser por motivo de moléstia;
- d) o menor numero de remoções a seu pedido;
- e) o maior tempo de serviço em zona rural;

- f) quaisquer comissões de carácter pedagógico
 g) as notas do registro geral do professor (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 8,9)

Quanto às vagas de diretor de grupo escolar na Capital, Petrópolis, Campos e São Gonçalo, estas seriam disputadas por concurso entre professores em exercício, bem como as de professor de escola isolada urbana desses locais seriam disputadas entre professoras adjuntas em exercício. O diretor da Escola Normal e dois diretores de grupo escolar comporiam uma comissão, perante a qual se daria o concurso para provimento dessas vagas. Tal concurso compunha-se de três partes: prova escrita, com tema sorteado no momento da prova (sendo uma questão de psicologia e uma de pedagogia); prova prática de duração de meia hora (com tema e matéria sorteados na véspera); média das notas obtidas no curso normal. A classificação se daria a partir da média geral obtida nos exames com a média geral das notas do diploma. As notas seriam dadas de 0 a 12 e estariam desclassificados os concorrentes com média final inferior a 6 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a).

Deste modo, listamos no quadro abaixo as categorias docentes determinadas pelas legislações das quais tratamos, a fim de visualizarmos como estas sofreram alterações ao longo do tempo e dos governos que se sucederam.

Quadro 3- Categorias docentes determinadas pelas leis de reforma da instrução pública (1893-1919)

Legislação de reforma da instrução pública	Categorias docentes previstas pela legislação
Lei n. 41, de 1893	<ul style="list-style-type: none"> • professor provisório • professor efetivo de 1ª classe • professor efetivo de 2ª classe • professor efetivo de 3ª classe
Lei n. 376, de 1897 e Decreto 588 de 1900	<ul style="list-style-type: none"> • professor provisório • professor de escola primária rural • professor de escola primária de vila ou cidade • professor de escola-modelo • diretor de grupo escolar
Decreto 1200, de 1911	<ul style="list-style-type: none"> • professor adjunto • professor efetivo de 2ª classe • professor efetivo de 1ª classe
Decreto 1723, de 1919	<ul style="list-style-type: none"> • professor adjunto • professor de escola isolada, rural ou urbana • diretor de grupo escolar

Fonte: Leis n. 41 (1893), 376 (1897) e decretos n. 588 (1900), 1200 (1911) e 1723 (1919)

Ao analisarmos o quadro 3 (p. 84), podemos observar como, à medida que foram se sucedendo as legislações de ensino, as nomenclaturas dos cargos do magistério foram sendo alteradas. Em alguns momentos, categorizados por sua formação; em outros, pelo tempo de serviço; em outros, pelos locais onde regiam, importa-nos aqui explicitar o quanto essas várias possibilidades de “dar nome” ao professor eram carregadas de sentidos, representações, valores. O “fazer-se” do Estado envolvia o “fazer-se” do magistério. Conhecer as várias possibilidades de categorias docentes é também conhecer as diversas normas, requisitos e “privilégios” inerentes a elas. Assim como vimos um refinamento nas formas de organização das agências de administração e inspeção do ensino, encontramos nos cargos de professores primários certo refinamento nas formas de avaliar seu “merecimento”, o qual determinaria sua alocação aqui ou acolá.

Ajustando as lentes do jogo de escalas (REVEL, 1998), somos capazes de perceber também o estado fluminense que se está formando, quais cidades estão sendo valorizadas, desejadas como lugar para trabalhar e viver e, por isso, tendo o acesso a elas mais dificultado. Em contrapartida, aquelas de designação compulsória (as de zonas rurais) remetem-nos à ideia de preterição por parte do professorado, lugar de onde se desejaria sair assim que fosse completado o tempo mínimo estabelecido de serviço. As categorias docentes foram, cada vez mais, se identificando com o delineado geográfico estadual. O *status* do professorado, sua posição na hierarquia docente pautava-se no lugar físico onde estava atuando. Aos mais experientes, mais bem pontuados na escola normal, mais “exemplares” na condição de funcionários públicos, os postos mais altos, as escolas mais bem localizadas, dentro de uma lógica onde o urbano é melhor que o rural.

Se evocarmos o modelo explicativo de Nóvoa (1991) para o processo histórico de profissionalização docente, vemos que, além das etapas pelas quais o professorado passa durante sua funcionarização (que envolvem as condições de formação e a licença concedida pelo Estado), há um eixo estruturante desse processo, que é o chamado “estatuto socioeconômico”. De acordo com Nóvoa, à medida que se funcionariza, a docência adquire um *status* de certa relevância social, que, entretanto, é contraditório, pois não se encaixa na categoria de intelectual, mas precisa ser detentora de certos conhecimentos; não é burguesa, mas também não é necessariamente “povo”, ocupando, assim, uma camada intermediária. Neste processo, a questão de remuneração do ofício é também indicativa da condição de funcionários públicos. A ascendente relevância social vincula-se ao pagamento de um salário (nem sempre representativo do valor social da profissão) determinado pelo Estado. Partindo

desta compreensão, é que passamos, então, a analisar as remunerações pagas pelo Estado fluminense ao professorado primário.

Como vimos, de fato, houve, em determinados discursos emitidos pela sociedade política, tendências à valorização do magistério enquanto veículo propulsor das mudanças sociais esperadas para o Brasil republicano. Resultam daí os discursos sobre os professores “vocacionados”, do magistério como “missão”. Como percebemos, ao longo do tempo, o estatuto social do professor foi sendo aprimorado, categorizado de acordo com o que se priorizava nos variados momentos para a instrução pública. Contudo, pretendemos observar agora como, em termos econômicos, estes discursos reverberavam na carreira docente. Se esta “valorização” da docência enquanto profissão significava reconhecimento na remuneração, se o “estatuto socioeconômico” do professorado público fluminense estava minimamente equilibrado. Para isso, vamos verificar como estavam sendo remuneradas as várias categorias docentes vistas até aqui. Sintetizamos as informações de variação salarial ao longo do período trabalhado nesta seção na tabela abaixo:

Quadro 4- Vencimentos do magistério, de acordo com as categorias docentes (1893-1919)*

Categorias docentes	Vencimento anual (total de ordenado+gratificação)				
	1893	1897	1900	1911	1919
Provisório	1:200\$	1:800\$000	1:800\$000	*****	*****
Efetivo de 1ª classe	2:000\$	*****	*****	2:600\$000	*****
Efetivo de 2ª classe	2:400\$	*****	*****	2:000\$000	*****
Efetivo de 3ª classe	3:000\$	*****	*****	*****	*****
Professor de escola rural	*****	2:400\$000	2:400\$000	*****	*****
Professor de escola de villa	*****	3:000\$000	3:000\$000	*****	*****
Professor de escola modelo	*****	4:000\$000	4:000\$000	*****	*****
Diretor de grupo escolar	*****	5:600\$000	5:600\$000	*****	*****
Diretor de escola normal	*****	9:200\$000	9:200\$000	*****	*****
Professor adjunto das escolas complementares da capital, Campos e Petrópolis (e São	*****	*****	*****	1:200\$000	1:200\$000

Gonçalo, em 1919)					
Professor adjunto das demais cidades	*****	*****	*****	1:500\$000	1:500\$000
Professor de escola isolada, rural ou urbana (com menos de 20 anos de exercício)	*****	*****	*****	*****	2:000\$000
Professor de escola isolada, rural ou urbana (com mais de 20 anos de serviço)	*****	*****	*****	*****	2:600\$000
Diretor de Grupo Escolar (exceto os da Capital, Petrópolis e Campos) com menos de 20 anos de exercício	*****	*****	*****	*****	2:300\$000
Diretor de Grupo Escolar (exceto os da Capital, Petrópolis e Campos) com mais de 20 anos de serviço	*****	*****	*****	*****	2:600\$000
Diretor de grupo escolar na Capital, Petrópolis e Campos	*****	*****	*****	*****	2:600\$000

Fonte: Leis n. 41 (1893), 376 (1897) e decretos n. 588 (1900), 1200 (1911) e 1723 (1919)

* Os espaços preenchidos com ***** referem-se a categorias que não constam na legislação de instrução pública do ano a que se refere.

Como as categorias variam com o tempo, tornou-se um pouco difícil avaliar se há ou não uma valorização dos salários dos professores primários. As categorias que se mantiveram em determinados períodos, mantiveram também os valores dos vencimentos (com exceção dos provisórios, que em 1897 tiveram aumento de 600\$000. Na tentativa de avaliar se houve ou não melhorias nos salários docentes, tiramos uma média dos salários pagos aos professores nos anos pontuados pelas leis de instrução pública. Somamos os valores por ano e dividimos pela quantidade de categorias existentes no respectivo ano. Apenas o cargo de diretor de

escola normal fora excluído do cálculo, tendo em vista que este cargo fora ocupado, durante algum tempo, apenas por uma pessoa, quando muito, por três consecutivamente (já que além da Escola Normal da Capital, foram criadas apenas mais duas, a de Campos e a de Barra Mansa no estado neste período).

As médias salariais foram as seguintes: em 1893, o valor de 2:150\$000; em 1897 e 1900, o valor de 2:800\$000; em 1911, o valor de 1:825\$000 e, por fim, em 1919, o valor de 2:114\$000. Essa média não pretende demonstrar quanto o Estado gastava com seus professores, já que não temos a informação de quantos professores de cada categoria havia em determinados momentos. Entretanto, entendemos que ela nos permite ter ao menos uma ideia, até porque, não temos pretensão de comparar o salário com as condições de cada período, do custo de vida. E a constatação a que chegamos é que não houve valorização salarial. Ao contrário, dentro dessa média, os salários mostram-se mais baixos em 1919 do que em 1893. Ao longo de 26 anos, podemos dizer que os salários dos professores primários mantiveram-se praticamente inalterados, apresentando discreta melhoria em 1897 e decaindo bastante em 1911. Por exemplo, se formos comparar apenas os dois extremos, em 1893, o salário mais alto pago a professores primários era de 3:000\$000, enquanto em 1919, o valor mais alto pago a um cargo do professorado era de 2:600\$000. Se formos verificar pelos valores mais baixos pagos nestes períodos encontramos situação semelhante. Em 1893, o professor provisório (sem habilitação para o magistério) recebia 1:200\$000 de remuneração, exatamente o mesmo valor que, em 1919, o professor adjunto das escolas complementares da capital, Petrópolis e São Gonçalo (que, por lei, deveria ser diplomado pela escola normal) receberia. Com isso, vemos que, independente do acirramento das cobranças em relação à formação e execução exemplar de suas atribuições, esse aumento no nível de exigências não reverberou em aumento salarial.

Reforçando essa análise, encontramos no jornal “O Fluminense” de janeiro de 1920, um artigo intitulado “Os professores vão reclamar”, que questionava, dentre outras questões relativas à reforma do decreto 1723 (1919), justamente os baixos salários pagos ao professorado. O artigo toca no assunto comparando os valores dos vencimentos dos cargos do magistério primário com outros:

A recente reforma da instrução não atendeu absolutamente aos interesses dessa classe tão digna de amparo e de garantias capazes de estimulá-los sempre em sua árdua e nobre missão. Ao passo que uma mestra de lavagem e engomagem e arranjos domésticos auferem 200\$000 mensais, um director de grupo ganha apenas 191\$000³⁰! É uma injustiça clamorosa que requer uma reparação urgente [...] sendo

³⁰ Ahamos necessário explicar que os valores de vencimentos constantes no quadro 4 (p.) referem-se aos ganhos anuais do professorado. Portanto, o valor de 2:300\$000 constante no quadro como vencimento dos diretores de grupo escolares com menos de 20 anos de exercício, ao ser dividido pelos 12 meses do ano, dá-nos

que com o mestre da secção de bambu da Escola de Jardinagem e Horticultura, é mais flagrante ainda a disparidade entre os seus vencimentos e os do alludido Director do Grupo Escolar, pois o primeiro ganha 250\$000 por mês enquanto o infeliz encarregado da direcção de um estabelecimento de ensino como ode que se trata, com a grande somma de responsabilidades decorrentes de suas espinhosas e dignas funcções, só foi contemplado com a miséria de 191\$000! (OS PROFESSORES vão reclamar, *O Fluminense*, 23 jan. 1920, p. 1).

Como podemos ver, dentro da conjuntura salarial de 1920, os vencimentos propostos pelo decreto para o professorado primário estavam muito aquém do que se poderia esperar para aqueles e aquelas que exerciam tão “árdua e nobre missão”. A comparação com outros salários de funções também pertencentes à instrução pública revela-nos um pouco da diferenciação existente entre a valorização da instrução primária e dos demais segmentos da instrução pública. Aparentemente, os cargos da instrução primária eram desvalorizados em relação aos outros da instrução pública. Deste modo, havia certo desequilíbrio no “estatuto socioeconômico” dos professores e das professoras primárias do estado fluminense.

Até agora, identificamos o processo de fazer-se do Estado republicano na dialética com a instrução pública e, conseqüentemente, com seu professorado. Através de leis e regulamentos, pudemos entrar em contato com a conformação da profissão docente no estado fluminense. Interessa-nos, a partir de agora, tentar contar esta história através das trajetórias de mulheres e homens que exerceram o magistério público primário. Ambicionamos, à medida que as fontes nos permitam, conhecer como as experiências dessas professoras e professores puderam interferir na forma de magistério que se constituiu nesse período. Para além de um magistério que se faz enquanto parte do projeto de “fazer-se” do Estado, pretendemos vislumbrar o “fazer-se” do magistério que, talvez não na mesma medida em que é determinado pelo Estado, também determina o Estado que se forja.

um quociente de 191\$666, confirmando, assim, a informação do artigo do jornal “O Fluminense” em relação aos valores pagos a estes profissionais.

2. FAZER-SE MAGISTÉRIO FAZENDO O ESTADO EM IGUAÇU: EXPERIÊNCIAS E AGÊNCIAS NAS TRAJETÓRIAS DOCENTES

Antonina Pessoa de Mello fora aluna premiada na Imperial Sociedade Amante da Instrução³¹ no ano de 1871 (IMPERIAL Sociedade Amante da Instrução, *Diario do Rio de Janeiro*, 01 out. 1871, p. 2). Nesta instituição de ensino, que era financiada pela sociedade civil, com “apadrinhamento” da família real, Antonina recebera, além do ensino das primeiras letras, lições de Gramática Francesa, Taquigrafia e aulas de Música (RANGEL, 2013). Entre os anos de 1884 e 1888, Antonina figurou como professora e diretora de escola particular feminina em Vassouras (COLLEGIO N. S. da Conceição, *O Vassourense*, 09 mar. 1884, p. 4; COLLEGIO de Meninas, *O Vassourense*, 04 dez. 1887, p. 4, COLLEGIO N. S. da Conceição, *O Vassourense*, 15 jan. 1888, p. 3). Em 1891, ela ingressava no magistério público primário, regendo a cadeira de Freguesia das Neves, em Macaé (ESTADO do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 11 jan. 1891, p. 2). No ano seguinte, participava do concurso de habilitação para o magistério estadual e, sendo aprovada, passou a ser efetiva no quadro (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 19 jul. 1892, p. 4). A partir de então, sua trajetória profissional como professora primária estadual tem início e seus percursos não são nada lineares. Ao mesmo tempo em que era muito elogiada por seu trabalho docente, aparentando ser querida pelas comunidades nas quais lecionava, a professora Antonina demonstrava certa itinerância, com considerável número de transferências de uma escola para outra, pelos mais variados municípios do estado fluminense. É assim que, em 1897, ela pedia remoção da escola de Resende para a 9ª escola mista de Iguaçu (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 14 set. 1897, p. 3), aí permanecendo até 1899, quando fora eliminada do quadro do magistério público (ESTADO do Rio, *O Paiz*, 24 nov. 1899, p. 2). Em 1900, ela já consta novamente como professora pública do estado, sendo nomeada para escola em Parati (INSTRUCÇÃO PUBLICA, *O Fluminense*, 16 fev. 1900, p. 3). Durante sua trajetória, tentou por duas vezes o concurso para a cadeira de trabalhos de agulha da escola normal de Niterói, sem, entretanto, obter êxito (ESCOLA Normal de Nitherohy, *Jornal do Commercio*, 10 jul.

³¹ A Sociedade Amante da Instrução foi fundada em 1829, por um grupo de 10 jovens rapazes, em sua maioria sem fortuna, que tinham em comum o objetivo de trocarem conhecimentos entre si. Inicialmente, sob o nome de Sociedade Jovial e Instrutiva. Contudo, com o passar do tempo passou a congregar cada vez mais associados pertencentes à elite imperial. Seu nome mudara, bem como seu objetivo, que passara a ser o de instruir crianças pobres e/ou órfãs (Rangel, 2013).

1895, p. 4; ESCOLA Normal de Niterohy, *Jornal do Commercio*, 02 abr. 1896, p. 3). Pelos lugares onde passou demonstrou certo engajamento nos eventos católicos, cantando em solenidades, organizando festas (PELO INTERIOR, *O Fluminense*, 22 jul. 1905, p. 2). Não chegou a jubilar-se, vindo a falecer em 1915, ano em que regia escola em Magé (O FLUMINENSE, 23 jul. 1915, p. 2).

Este é o recorte de apenas uma das muitas trajetórias docentes que, em algum momento, se cruzaram com o processo de escolarização em Iguazu. Para compor este estava se organizando em relação à instrução pública e ao seu professorado, a partir de agora, o foco da análise passa para os docentes, para como estavam constituindo-se enquanto categoria profissional.

Esta análise será feita com base nas trajetórias profissionais de um grupo de professoras e professores primários que exerceram a docência em Iguazu, cujos nomes foram encontrados em quadros que apresentavam escolas e os nomes de seus respectivos professores e professoras. Os primeiros nomes por nós pesquisados constam no “Quadro das escolas do Rio de Janeiro em 31 de julho de 1898, compreendendo os professores, prédios onde ellas funcionam e respectivos proprietários” (MONTEIRO, 1898, anexos), até então o primeiro registro de nomes de docentes para o período republicano por nós encontrado. Dentre os professores primários estaduais listados neste quadro, 15 exerciam o magistério em Iguazu. Começamos, então, a pesquisa no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, pelos seus nomes, a fim de encontrar registros que consubstanciassem nosso estudo. Foi justamente neste momento do percurso de pesquisa que encontramos, no “Jornal do Commercio” de 14 de fevereiro de 1896, os nomes dos professores estaduais efetivos, que estavam em exercício em 31 de dezembro de 1895 (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de janeiro de 1893 para os efeitos do art. 32 da referida lei, *Jornal do Commercio*, p. 4). Neste quadro, constam os nomes de 12 professores efetivos atuando em Iguazu. Desses, apenas cinco nomes se repetem no quadro de 1898. Esta mudança considerável de professores naquela região em período de apenas três anos aguçou nossa curiosidade histórica e, em função, disso, passamos a pesquisar também os nomes destas professoras e professores que, em 1895, regiam cadeiras em Iguazu. Deste modo, o presente capítulo tem como fio condutor as trajetórias destes 22 homens e mulheres (os 12 que constam no quadro de 1895, adicionados dos 10 novos nomes que aparecem no quadro de 1898), neste momento inicial de regime republicano (1895-1898), que fizeram parte dos processos de escolarização de Iguazu

e, com suas experiências e agências, podem elucidar para nós como se deu o processo de “fazer-se” do magistério fluminense nesse período.

Vejam, então, em qual conjuntura se deu a funcionarização destes docentes, entendendo as motivações que levaram à escolarização desta região e à conseqüente arregimentação de homens e mulheres para tal empreitada. Esta contextualização inicial é necessária para entendermos variações de quantitativos de professoras e professores ao longo do tempo e do espaço iguaçuano, bem como para percebermos de qual “missão” estariam estes encarregados.

Para tanto, inicialmente, vamos tentar situar o projeto ruralista no estado fluminense e seus desdobramentos não apenas na sociedade política, como também nos processos de escolarização via instrução pública. A partir daí, com um ajuste nas escalas (REVEL, 1998), focaremos em Iguaçu e nas inserções do ruralismo na escolarização da região, tentando perceber, para isso, a pluralidade do território iguaçuano, que apresentava concomitantemente feições urbanas e rurais. Essas diferenciações, como veremos, foram decisivas nos modos de escolarização que se processaram em Iguaçu. Esta parte da análise nos permitirá explicitarmos um pouco da história do território onde trabalhavam os docentes que pesquisamos, bem como os diferentes usos das paisagens rurais e urbanas nesta região. Iguaçu, como veremos, configurou-se como espaço privilegiado de visualização das normas do governo em relação à instrução pública, à função social da escola, à difusão ou escassez de sua distribuição e do tipo de escolas pelos territórios, já que estas questões eram orientadas em função dos aspectos rurais ou urbanos do território. Desta forma, os docentes que ora pesquisamos, mesmo estando lotados em Iguaçu, iriam atuar em diferentes contextos.

Uma vez compreendida a relação do território com as políticas de instrução pública implementadas nesta região, passaremos, então, à análise das trajetórias docentes, privilegiando as informações que nos permitam identificar esses homens e mulheres docentes em Iguaçu. Suas experiências enquanto profissionais nos ajudarão não apenas a elucidar as possibilidades de vivências docentes em Iguaçu, como também a compor, de maneira mais geral, a experiência de ser funcionário público do estado fluminense. Confrontaremos os dados apresentados ao longo do capítulo anterior, como os discursos dos governos e as legislações com os dados coletados a partir de suas trajetórias, a fim de percebermos as várias maneiras de “fazer-se” magistério neste momento.

2.1 O ruralismo e os projetos de Estado, sociedade e instrução em Iguaçu

Quando foi proclamada a República, as elites fluminenses tencionavam reaver seus “tempos de glória” e, para tanto, organizaram-se em busca de um consenso, de um projeto de recuperação política e econômica (FERREIRA, 1994). Apesar de manter dentro do seu território a sede governamental – Distrito Federal – o Rio de Janeiro não foi capaz de manter a “primazia política e econômica” de épocas anteriores em relação aos demais estados. São Paulo e Minas Gerais, gradativamente, foram ocupando lugar de destaque tanto na economia quanto nas determinações políticas republicanas. Movidos por uma tentativa de resgate de seu posto de centralidade, os governantes do Rio de Janeiro ocuparam-se em criar projetos políticos e econômicos. De acordo com Rui Fernandes (2009, p.18):

Os projetos políticos visando promover o soerguimento fluminense apostavam na tradição agrarista da região. Considerava-se que apenas o campo e as atividades agropastoris seriam capazes de superar a crise econômica vivida e dar o sustentáculo às aspirações de retorno à antiga situação política em que os políticos fluminenses estavam no centro das decisões da política nacional.

Ao diferenciar o Distrito Federal do estado do Rio de Janeiro, o autor afirma que enquanto o primeiro era um “centro urbano, comercial, financeiro, industrial e operário”, o segundo caracterizava-se por ser “iminentemente rural, agrário e campesino” (FERNANDES, 2009, p. 21).

Nessa perspectiva é importante situar o projeto ruralista colocado em ação no estado. Mendonça (1997) define o ruralismo como “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre convergentes” (p. 26). O projeto ruralista atendia, portanto, aos interesses das elites agrárias, que tencionavam a recuperação econômica do estado através de um recrudescimento da atividade agrícola. Para tanto, as elites agrárias fabricaram o discurso da “crise”, pautado principalmente na abolição da escravidão, aliado ao da “vocação agrícola” do Brasil, inscrevendo seus interesses como sendo os de todo o país. Desta forma, esperava-se ter suas demandas atendidas pela sociedade política.

Perseguindo esse ideal ruralista é que se desenvolveram políticas de investimento dos governos estaduais ao longo da Primeira República. A agricultura fora durante esse período vista como principal meio de soerguimento econômico estadual, em detrimento de outros setores, como a indústria, por exemplo. A frase retirada do artigo publicado no “Almanach Agrícola Fluminense”, em 1898, ilustra muito bem essa concepção: “A industria transforma, porém a agricultura produz; é pois para ella que se deve voltar a intelligencia humana; sem

trabalho, sem esforço, a terra , *‘essa boa mãe’*, nada nos dará!” (VERT, 1898, p. 52, grifo do autor).

Os empreendimentos estatais em torno da causa agrícola podem ser percebidos em trechos das mensagens lidas à Assembleia por boa parte dos presidentes de estado que governaram o Rio de Janeiro no período por nós estudado. Em 1892, José Thomaz da Porciúncula, após caracterizar uma difícil situação para a agricultura fluminense, devido, segundo ele, à carência de mão de obra, propõe:

Amparar o que ainda existe e promover o aproveitamento de terrenos não explorados ou que apesar de abandonados podem prestar-se a gêneros de cultura diversa, eis quanto, parece-me, exige a classe agrícola para salvar seus avultados capitaes, *quasi a riqueza do Estado* (PORCIÚNCULA, 1892, p. 19, grifo nosso).

Como identificava o capital dos proprietários agrícolas como sendo praticamente “a riqueza do Estado”, o poder público propunha investimentos neste setor. O texto da mensagem continua e o presidente do estado fluminense afirma: “Para acudir a males de tanta gravidade não podem nem devem ser regateadas despesas por maiores que sejam” (PORCIÚNCULA, 1892, p. 20). Esta afirmação referia-se tanto aos gastos dos proprietários rurais quanto a possíveis despesas com as quais o Estado tivesse que arcar.

Em 1895, pela lei n. 260, assinada em 27 de dezembro, foram criados três centros agrícolas, um na zona cafeeira; o segundo na região açucareira de Campos, e o terceiro na região serrana, entre Petrópolis e Teresópolis. Na mensagem do presidente de estado Joaquim Mauricio de Abreu, em 1896, ele afirmava já ter adquirido uma fazenda em Barra do Piraí, (a Vargem Alegre), para funcionamento do primeiro Centro Agrícola. Segundo ele, “já se ach(va)m (na fazenda) os instrumentos empregados nos trabalhos modernos de preparação do solo, estrumação e semeiadura; e, dentro em pouco, receber(i)a os aparelhos para os laboratórios de physyca, chimica e sciencias naturaes”. A direção do centro estava sob a responsabilidade do engenheiro Arthur Thiré³² (ABREU, 1896, p. 32). O local escolhido para abertura do primeiro Centro Agrícola, a zona cafeeira, evidencia uma prioridade do Estado em suprir as carências deste tipo de cultura. Os instrumentos para trabalhos “modernos”, bem como a aquisição de aparelhos para laboratórios denotam a modernização agrícola objetivada pelas autoridades políticas. De acordo com a mensagem do ano seguinte, o Centro Agrícola fornecia adubos químicos aos lavradores, além de empréstimo de “instrumentos aratorios dos mais aperfeiçoados”, que eram acompanhados pelo “pessoal competente do Centro para

³² Arthur Thiré (1853-1924), engenheiro de minas, formou-se na Escola Politécnica de Paris. Foi lente da Escola de Minas, em Ouro Preto, assumindo a cadeira de Mecânica (CARVALHO, 2014).

ministrar aos interessados as explicações necessárias sobre o manejo desses aparelhos” (ABREU, 1897, p. 64).

Alberto Torres (1897-1900), sucessor de Joaquim Maurício de Abreu (1894-1897), assumiu o governo do estado em meio a uma cisão política e ao agravamento da crise econômica, com a queda vertiginosa do preço do café, que ainda era a principal cultura fluminense. Segundo Marieta Ferreira, Alberto Torres propôs soluções inovadoras para o problema, “como a difusão da pequena propriedade, o aproveitamento do trabalhador nacional e a diversificação agrícola” (1989, p. 103).

Além desses exemplos, poderíamos citar vários outros, de diferentes governantes estaduais ao longo da Primeira República. Contudo, pelo exposto até aqui, nos é possível ver o delineado de um projeto ruralista, de investimento na atividade agro-pastoril no estado fluminense. Sonia Regina de Mendonça, ao fazer a relação entre Estado e educação rural no Brasil, nos mostra como os projetos para superação da “crise da agricultura” variaram nas diferentes regiões do país, de acordo com nuances que se apresentavam em cada uma. Nesse sentido, entidades patronais foram criadas, objetivando a resolução dos problemas. No estado do Rio de Janeiro, foi criada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1897. Os proprietários rurais associados à SNA “defendiam a diversificação da agricultura e a criação de um Ministério da Agricultura como soluções alternativas” (MENDONÇA, 2007, p.22).

Tal movimento acabou se desdobrando num projeto educacional. De acordo com Sonia Regina de Mendonça, em função da abolição da escravidão, a “crise” agrícola passa a ser explicada não mais pela “Natureza”, deslocando-se a causa para “o tipo de trabalhador rural, egresso da escravidão”. Com isso, a estrutura agrária era preservada (já que o problema era externo a ela: o trabalhador rural), e medidas intervencionistas para sanar esse obstáculo ao soerguimento agrícola foram gestadas, de modo a “intervir, ‘pedagogicamente’, junto ao atrasado homem do campo” (MENDONÇA, 2007, p. 23). Enquanto no estado de São Paulo, por exemplo, foi desenvolvido um projeto imigrantista para recrutar trabalhadores rurais, no Rio de Janeiro e demais estados representados pela SNA se “postularia uma solução menos dispendiosa para o problema da mão-de-obra no campo: a utilização do ‘trabalhador nacional’, a ser construído a partir da intervenção estatal, via Educação” (MENDONÇA, 2007, p. 22).

Os interesses agrícolas, em coadunação com o “entusiasmo pela educação” republicano, refletindo-se em projetos de instrução, também ecoaram nas mensagens dos presidentes do estado, nos relatórios dos diretores de instrução pública e nas reformas educacionais. Os interesses esboçados nestes documentos apontavam para a necessidade de

alfabetizar e instruir as populações rurais, contudo essa instrução deveria conter o essencial para que este alunado, ao concluir sua escolarização, estivesse preparado para o trabalho na lavoura. Para além dos ideais de progresso via educação, os projetos das elites políticas em escolarizar o meio rural passavam pelo interesse de preparar o trabalhador para a lida no campo. Nesse sentido, foram muitas as propostas de ensino agrícola ou profissionalizante. Estas medidas determinaram a diferenciação da forma escolar no meio urbano e no meio rural.

No interior destes debates em torno da importância de uma educação agrícola, também ganharam relevância as formas hierárquicas que se estabeleciam no campo a partir da modernização das técnicas agrícolas. Com uma educação que formasse mão de obra especializada (como técnicos e agrônomos), ficava a necessidade de registrar os níveis hierárquicos de conhecimento dentro do ofício campesino. Em artigo sobre a “Agricultura Moderna” do “Almanach Agrícola Fluminense”, o autor esclarece:

Por esforço, cumpre não entender simplesmente o trabalho do arador que lavra seus campos, mas também, e em maior grau ainda, o esforço intellectual. Esta segunda parte é sobretudo o que constitue o programma de todos os nossos engenheiros agronomos. Nossos pais diziam que era preciso aos nossos agricultores braços fortes... isto parecia sufficiente; nós hoje dizemos, clamamos a quem quer que seja: *é preciso braço e cabeça*, é preciso saber ajudar a Natureza, é preciso acudir ás suas necessidades (VERT, 1898, p. 52, grifo do autor)

É interessante notar que o trabalhador rural, o “arador que lavra seus campos”, o “braço”, a quem se destinava o ofício era o homem do campo, pois se partia do pressuposto que, por já conhecer a prática do ofício estaria “naturalmente” preparado para ele. Ocupando a posição de “cabeça”, cuja importância era de “maior grau” numa hierarquia de trabalho agrícola, está o trabalho especializado, obviamente destinado àqueles que tinham condições de cursar Engenharia Agrônoma. Contudo, mesmo não sendo tão importante (de acordo com esta visão) quanto o trabalho intelectual, para realizar o trabalho braçal, na nova conjuntura, era necessário que este homem do campo recebesse instrução nos moldes almejados pelo Estado, numa inserção no movimento ruralista.

No relatório de Alberto de Oliveira, diretor de Instrução Pública, produzido no ano de 1896, encontramos a seguinte problematização:

Mas como organizar um programma de ensino pratico, proveitoso, correspondendo ás necessidades geraes, por um lado ás das classes cujos filhos mal aspiram conhecer as “primeiras letras” e saem da escola para o commercio do interior, para a lavoura, para a officina, e por outro lado ás das classes mais favorecidas, que visam robustecer a intelligencia dos filhos com instrucção mais completa, com o aperfeçoamento das noções adquiridas na escola primaria? (OLIVEIRA, 1896, p. 26)

A solução que ele apresentava para este “problema” era a criação de escolas de primeiro e de segundo grau, de caráter elementar e complementar, respectivamente. As primeiras seriam destinadas aos filhos da “classe laboriosa”, que, via de regra abandonariam os estudos após a sua conclusão (ou até mesmo antes dela). As segundas, de acordo com o diretor de instrução, absorveriam os filhos das famílias mais abastadas, que obteriam aí o preparo necessário para o ingresso no ensino secundário (OLIVEIRA, 1896, p. 26). Esta proposta seria, algum tempo depois, colocada em prática, porém com formato um pouco diferente, como vimos no capítulo anterior. O que nos interessa aqui, contudo, é que o ensino primário elementar seria oferecido nas áreas rurais, enquanto as escolas de ensino complementar situar-se-iam em áreas mais urbanizadas.

Neste mesmo ano, o presidente do estado Joaquim Maurício de Abreu, em mensagem à Assembleia, expressava sua insatisfação com o baixo retorno da instrução pública em relação aos altos investimentos (cerca de um quinto da receita do estado) neste “mais potente e moralizador instrumento de civilização: a instrução”. Alegava que, embora tivessem sido criadas mais escolas, ampliando, assim, o número desses estabelecimentos de ensino no estado, isso não havia reverberado em ampliação significativa do número de alunos que os frequentassem. Segundo o presidente de estado, em “escolas localizadas em pontos de comprovada população escolar”, frequentemente o ensino era suspenso por falta de frequência. Ele situava o problema no fato de a maioria da população viver em áreas rurais, afastadas dos centros e com dificuldades de transporte, e, além disso, as crianças necessitarem ajudar suas famílias na lavoura. Com a intenção de solucionar esse problema, ele contava com a revisão a ser feita pelo serviço de inspeção escolar, através da qual seria possível fazer nova distribuição das escolas pelo estado. Dentre suas colocações sobre a instrução pública, Joaquim Maurício de Abreu sugere a divisão das escolas em dois graus, já que a maioria dos alunos não frequentava mais do que dois anos a escola, período no qual adquiriam “apenas as noções rudimentares proporcionaes á sua condição e futuro destino social” (ABREU, 1896, p. 8). Como se pode perceber, suas propostas estavam em consonância com as de seu diretor de instrução. Ao alunado do campo, destinado à vida no campo, apenas o básico para exercício de seu trabalho era o suficiente.

Quando, em 1902, Quintino Bocaiuva dirigiu-se à Assembleia através de sua mensagem anual, afirmou que era apenas em função da precariedade econômica estadual que não propunha nova reforma da instrução pública, já que, para ele, era “ineficiente o regimen actual e estabelecido em condições pouco harmônicas com o meio social em que ele tem(tinha) de operar. Os resultados obtidos não compensa(va)m absolutamente os sacrifícios

feitos” (BOCAIÚVA, 1902, p. 15). Este presidente de estado também demonstrava insatisfação com o grande número de pessoas em idade escolar que não frequentavam a escola, além daqueles que a frequentavam apenas por tempo suficiente para adquirir “os primeiros rudimentos da instrução pública”, o que resultava, a despeito de todos os esforços empreendidos, em “uma população semi-analfabeta”. Concluía dizendo que, se neste curto período que os alunos frequentavam a escola, lhes fosse oferecido ensino profissionalizante, que lhes permitisse “ganhar a sua subsistência na agricultura ou nos officios mechanicos, haveria certa compensação”. Sua argumentação baseava-se em artigo lido na revista “A Lavoura”, no qual se lia “Sem ser uma escola profissional, a escola primária deve preparar o menino para a pratica de um officio, de uma profissão”. A citação que Bocaiúva faz do artigo por ele lido é a seguinte: “Na escola primária devem preparar-se os futuros agricultores, os agricultores de amanhã, ensinando-se-lhes as noções fundamentaes das sciencias phisicas e naturaes que tem todos os dias sua applicação nas culturas, na criação dos gados, na arte do lavrador”. Este era, segundo Bocaiúva, o “ideal”. Contudo as condições em que se encontrava a instrução pública inviabilizavam essas mudanças (BOCAIÚVA, 1902, p. 16).

Nilo Peçanha (1903-1906) foi um ruralista que exerceu os mais importantes cargos públicos para o projeto ruralista fluminense. Sem desconsiderar as duas principais culturas do estado, o café e o açúcar, o governador procurou fortalecer e incentivar novas culturas, pois, para ele, a solução para a crise econômica residia justamente na diversificação agrícola (FERREIRA, 1994). Nas mensagens enviadas à Assembleia, no tocante à instrução pública, Nilo Peçanha reforça essa preocupação com a agricultura, enfatizando a necessidade da criação de escolas profissionais e agrícolas, com o fim de, assim, se formar “não um povo de letrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores” (PEÇANHA, 1904, p. 10).

Oliveira Botelho (1910-1914), assim como Nilo Peçanha e outros, levantava a bandeira do ensino agrícola. Sugeriu que ao lado das escolas complementares no interior, fosse instalado um “aprendizado agrícola” para que os meninos pudessem “aprender a laborar a terra e a familiarizar-se com o manejo dos instrumentos agrários”. Também para as meninas seria muito produtivo um ensino profissional, não apenas limitado aos trabalhos de agulha, mas “na pratica dos arranjos de uma casa, ensinando-se-lhes a technica dos modernos aparelhos que permitem lavar e engomar com perfeição, a arte culinaria, a criação de aves domesticas e tudo mais que possa contribuir para formar mulheres laboriosas e honestas” (BOTELHO, 1911, p. 23).

Ressaltamos ainda, de acordo com Schueler (2010), que durante o período em que o ex-presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, assumiu a presidência da República,

foi empreendida no estado a criação de escolas profissionais. Esta iniciativa representava muito daquilo que, desde a época em que esteve à frente do governo estadual no Rio de Janeiro (1903-1906), foi uma das preocupações externadas por Nilo Peçanha: a “propagação de uma educação que atendesse aos interesses da maioria da população do Estado, que habitava o campo e o interior, e que possuía como *vocação natural* o trabalho agrícola.” (SCHUELER, 2010, p. 542, grifo da autora). Assim, a escola primária, aliada ao ensino agrícola e profissional, abrangendo também o ensino técnico para profissões comerciais e industriais, era vista como de alta necessidade para o Rio de Janeiro. Oliveira Botelho corrobora esta concepção afirmando que os cursos profissionais “constituem a verdadeira educação do povo” (BOTELHO, 1913, p. 17).

Os discursos pontuados acima representam apenas uma amostragem do que se pode perceber ao longo das três primeiras décadas republicanas no Rio de Janeiro. Marieta Ferreira (1989), em “A República na velha Província”, apresenta um quadro de muitas e acirradas disputas no interior da política estadual fluminense, com embates e conflitos políticos ocorrendo ao longo deste período de Primeira República. Contudo, independente das oposições que se processavam no jogo político, a dinâmica de uma valorização agrícola e, mais do que isso, de um ensino voltado para esse fim era mantida.

Ao vermos as mensagens dos presidentes de estado, fica nítida a tendência a segregar o ensino rural, como se o alunado destas escolas estivesse fatalmente fadado ao mundo agrícola. Seu tempo de estudo era reduzido para que pudessem ajudar na lavoura. O ensino nas escolas rurais deveria ser profissionalizante, no sentido de prepará-los para a lida no campo. Afinal, dizia-se, eles possuíam “vocação natural” para este trabalho.

Diante do exposto até aqui, podemos afirmar que o ruralismo, em termos de projetos de organização da economia, da política e da instrução, é uma chave de leitura para a compreensão do estado fluminense. Iguaçu, com suas especificidades, foi palco das distinções operadas entre urbano e rural, por contar com ambas as realidades em seu vasto território, conforme veremos na próxima seção. Deste modo, o ruralismo relaciona-se com as formas escolares que se desenvolveram no território iguaçuano.

2.1.1 Iguaçu e as confluências entre urbano e rural

O espaço se torna a materialidade do acúmulo das relações travadas através do tempo e da vivência.

(Oliveira, 2007, p. 94)

Localizada em território banhado por rios, de relativa proximidade com o Distrito Federal e cortado pela Estrada Real do Comércio e, posteriormente, pela linha férrea, Iguazu guarda em sua história e nos usos econômicos, políticos e sociais de seu território importantes aspectos para se compreender as lógicas que orientaram os processos de escolarização que aí foram empreendidas.

Os processos de escolarização ocorridos em Iguazu já foram tema de pesquisa acadêmica, tanto para o período imperial (GUEDES, 2012), quanto para o período republicano (DIAS, 2014). Ao nos determos sobre o estudo de Guedes, no qual a autora relaciona os processos de escolarização ocorridos em Iguazu com a própria história do município, entre os anos de 1833 e 1858, vemos que neste período imperial já havia um esforço do poder estatal em regular o ensino público. Criando escolas na região (mesmo que sob intervenção dos poderes locais), nomeando professores para nelas regerem, o governo imperial estava, de certo modo, determinando formas de controle e manutenção da ordem. Desta forma, o estudo dos processos de escolarização em Iguazu neste período ajuda a compor o quadro da sociedade local, bem como dos projetos de governo para a região.

Fundada em 1833, a Vila de Iguazu exerceu papel de relevo dentre os séculos XVIII e XIX devido a seus caminhos e rios pelos quais se transportava o ouro vindo das Minas Gerais, ou pelos quais se fazia o escoamento de outras mercadorias entre a Província do Rio de Janeiro e o restante do país, como o café, por exemplo. Esse fluxo constante de mercadores e seus produtos fez nascerem algumas vilas e cidadelas em torno dos rios, que se nutriam desse tráfego fluvial e dos caminhos de terra firme abertos, ao mesmo tempo em que nutriam aos que trafegavam (RODRIGUES, 2006). Em função disso, pode-se dizer que, até meados do século XIX, a organização espacial e a dinâmica desta localidade estavam condicionadas aos portos fluviais e suas ligações com as estradas. De acordo com Oliveira (2007, p. 97), “além das Igrejas, a Câmara, a delegacia, as grandes fazendas, o comércio, os cemitérios, entre outros, se posicionavam no entorno do porto”.

Nielson Bezerra (2008), ao fazer um estudo sobre as formas de escravidão operadas no Recôncavo do Rio de Janeiro³³ entre 1833 e 1888, revela-nos um território que combinava

³³ Embora este parágrafo baseie-se no trabalho de Nielson Bezerra datado de 2008, foi em “Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX”, de 2010, que encontramos a explicação teórico-metodológica para a utilização da expressão “Recôncavo do Rio de Janeiro”. Nomeia-se como “Recôncavo do Rio de Janeiro” ou “Recôncavo da Guanabara” a região atualmente conhecida como Baixada Fluminense. Como a nomenclatura “Baixada Fluminense” fora cunhada durante o século XX, período no qual a região apresentava uma feição estrutural e social diversa do período por ele estudado, Bezerra opta por nomeá-la em seu estudo com base em suas características geográficas (BEZERRA, 2010).

características rurais – em função das grandes e pequenas propriedades de produção agrícola – e urbanas – sobretudo por sua função de entreposto, no qual o trânsito de mercadorias, pessoas e ideias era constante. Em função disso, o autor caracteriza o recôncavo fluminense como sendo uma região de “confluências” (econômicas, sociais e culturais). Rural e urbano coexistiam numa relação dialógica, num espaço onde se processavam produção agrícola, comércio, transporte e abastecimento da Corte. Iguazu, que ocupava boa parte desta área de recôncavo, abrigava em seu território estas “confluências”, expressão que tomamos de empréstimo para nomear esta seção.

Arriscamo-nos a afirmar que, em termos de escolarização, Iguazu também se caracterizou pela confluência entre público e privado. Empreendimentos particulares eram chancelados pelo poder estatal, enquanto a escola pública era, em sua maioria, regida por professores particulares locais, pessoas “aprovadas” pela sociedade local. Jordania Guedes (2012) salienta a ocorrência, em Iguazu, de “iniciativas privadas” e de “escolas privadas”, correspondendo, respectivamente, a professores que lecionavam em sua própria casa ou que davam aulas particulares e a escolas oficiais, reconhecidas pelo governo. No período de 1850 a 1859, por exemplo, foi possível que a autora mapeasse a existência de 11 escolas/iniciativas privadas. É interessante ressaltar que o fato de serem de caráter privado não isentou essas escolas/iniciativas da fiscalização do Estado imperial. De acordo com a autora, era necessária, por lei, a esses professores e escolas a concessão de uma licença do poder público para o exercício do magistério.

Em relação às escolas públicas de primeiras letras, entre os anos de 1837 e 1856, elas totalizavam 5 em Iguazu, das quais 4 eram de meninos e 1, de meninas. Estavam localizadas em Piedade do Iguassú (uma para cada sexo), Marapicú, Merity e Jacutinga (GUEDES, 2012, p. 66). Em relatório provincial de 1851, Guedes (2012, p.67) encontra um total de 166 alunos distribuídos por essas escolas. As duas com maior número de alunos (38, cada) são as das freguesias de Piedade e de Merity. A escola que contava com menor número de alunos era a de Jacutinga, com 23. A faixa etária desses alunos girava em torno dos 6 aos 15 anos, com maior concentração entre crianças de 9 a 11 anos.

Dos professores que Jordânia Guedes conseguiu mapear atuando nas escolas públicas durante esse período, um era formado pela Escola Normal e os demais, foram admitidos pela experiência comprovada em aulas particulares e por atestados de moralidade. Fato curioso ressaltado pela autora é o que se refere ao professor Augusto Costa Barreto, que atuava em Merity. De acordo com a documentação utilizada, este docente não possuía formação específica para o magistério, e, ao solicitar a admissão em 1851, esta fora permitida por se

tratar de professor com comprovada experiência em aulas particulares. Além disso, fora liberado da obrigatoriedade de prestar exames de habilitação por sua idade avançada e o inconveniente que seria, em função disso, seu deslocamento até a capital do estado. Quando sua esposa Maria Augusta Costa Barreto solicita licença para lecionar particularmente em 1855, seu pedido é deferido, também com a isenção de prestação de prova de capacidade. Guedes avalia, em função dessas circunstâncias, que a família Costa Barreto gozava “de alguns privilégios referentes ao exercício do magistério e da prestação de contas pelo serviço” (2012, p. 83).

Importante também é ressaltar que a freguesia de Jacutinga, que contava com menor número de alunos matriculados na escola pública, era, por sua vez, a que possuía maior número de escolas particulares. De acordo com Guedes (2012), esse fato se explicaria como uma forma de os particulares atenderem as demandas existentes em função da carência deixada pelo poder público. Além disso, era nesta região que se concentrava, segundo a autora, o segundo maior contingente de pretos e pardos livres de Iguaçú. Esta freguesia abrigava também o Quilombo do Bomba, um dos maiores daquele século. O nome do quilombo referia-se a Maxambomba, lugar em cujas terras localizava-se. Neste momento, Maxambomba compunha o território de Jacutinga. Porém, alguns acontecimentos resultariam em sua elevação ao posto de freguesia.

Em função de inconvenientes relativos à navegabilidade, como por exemplo, o baixo nível dos rios em tempos de seca ou da dependência da maré em alguns trechos da viagem, o tráfego fluvial tornava-se pouco eficiente, ainda mais se comparado às estradas de ferro. Para potencializar o transporte, principalmente do café, que ocupava lugar de destaque no mercado exportador, foi inaugurada, em 1854, a Estrada de Ferro Mauá, que unia o fundo da Baía de Guanabara à Raiz da Serra. Após quatro anos, em 1858, era inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando a Freguesia de Santana, na Corte, a Maxambomba e Queimados, ambas em território iguaçuano (RODRIGUES, 2006). A extensão desta última estrada de ferro fora ampliada, gradativamente, chegando a Ouro Preto (MG) em 1888 (MATTOS, 1995). Aliada à ocorrência de surtos de malária e cólera que levavam a óbito muitos iguaçuanos, a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II acabaria por gerar um esvaziamento do núcleo administrativo da Vila de Iguaçú, já que esta última localizava-se distante dos trilhos desta ferrovia e o transporte de mercadorias passava a ser feito, preferencialmente, através deles. Desenvolveu-se um núcleo urbano considerável no entorno da linha férrea ao longo do território de Maxambomba. Rodrigues (2006) afirma que foi em

razão da estrada de ferro que a cidade do Rio de Janeiro expandiu-se para essa região, aglutinando-se a população onde houvesse as paradas de estação do trem.³⁴

Jordania Guedes ressalta que a construção desta estrada de ferro alterou não apenas a configuração da concentração da população iguaçuana, que passou a convergir para o entorno das estações do trem. O deslocamento da população para as margens da linha férrea fez deslocar para aí também as escolas, tanto públicas quanto particulares. “Com o surgimento de novas pequenas localidades, novas escolas surgem formando um mosaico educacional, o que não significou maiores investimentos na área” (GUEDES, 2012, p. 86).

Em 1891, Francisco Portella, então presidente do estado, elevou Maxambomba à categoria de vila, transferindo de Vila de Iguazu para aí a sede do município de Iguazu (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Decreto n. 204, 1 mai 1891). No mesmo ano, Maxambomba fora elevada à categoria de cidade (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Decreto 263, 19 jun 1891). Em 1893, todo o município é mencionado como Maxambomba, na Carta do Estado do Rio de Janeiro, sendo, então, composto por seis distritos: Santo Antonio da Jacutinga (1º), Marapicu (2º), Piedade (3º), Meriti (4º), Santana das Palmeiras (5º), Pilar (6º) (Forte, 1933, p. 18). Ao longo das próximas décadas, esse quadro passaria por consideráveis mudanças.

Indícios encontrados nos jornais “Gazeta de Notícias”, “Jornal do Commercio” e “O Tempo”, do ano de 1891, denotam disputas em torno do processo de mudança da sede de Villa de Iguazu para Maxambomba. A população de Queimados (localidade fronteira com a nova sede do município), em telegrama, felicitava e agradecia ao governador Portella “pela acertada transferência da Villa de Iguassu para Maxambomba”. A reação da população de Queimados era assim descrita: “Há grande regosijo, população aqui em festejos” (TELEGRAMMAS, *Gazeta de Noticias*, 06 mai 1891, p. 2).

Em contrapartida, uma semana depois, os habitantes da Vila de Iguazu manifestavam seu “desagrado” com a transferência da sede. Alegavam que a nova localização ficava no extremo do município, sendo “commoda só para os moradores desse lugar e de Queimados”. Como argumento para a manutenção da antiga sede na vila, alegava-se que sua localização dentro do município era melhor, pois se encontrava no centro dele. Ademais, a antiga Vila de

³⁴ Esse processo de urbanização das áreas que cercavam a linha do trem foi também evidenciado por Miyasaka (2011) com relação a Inhaúma, na região suburbana do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, a política do “bota-abaxo” da administração Pereira Passos (que havia demolido cortiços e outros tipos de habitações coletivas sob a insígnia da higiene e modernização da cidade do Rio de Janeiro), empreendida a partir de 1903, fez com que muitas pessoas que ficaram desabrigadas procurassem nos subúrbios onde morar. Boa parte desse êxodo populacional foi conduzida pelos trilhos do trem. É provável que, neste momento, muitos desses egressos da cidade do Rio de Janeiro tenham encontrado em Iguazu lugar de habitação.

Iguaçu era “servida pela estrada de ferro do Rio d’Ouro³⁵, com dois trens diários de ida e volta que atravessão grandes e bonitos terrenos”, cortando boa parte do território iguassuano, com algumas estações neste município. A argumentação seguia a linha de raciocínio de que a comunicação no interior do município era melhor propiciada por esta ferrovia (que tinha estação em Iguaçu e não em Maxambomba). Por fim, concluía-se que o governador havia dado “esse passo por mal informado e talvez por pessoas que tenham interesse na mudança da sede desta Villa”, mas que se voltasse atrás e mantivesse a sede em seu lugar de origem estaria fazendo “justiça á maioria dos habitantes deste município”. O artigo vem assinado como “Iguassuanos” (IGUASSÚ, *Jornal do Commercio*, 13 mai 1891, p. 4).

Sete meses depois, em meio ao turbulento cenário político vivenciado pelo estado fluminense, que culminaria na renúncia do governador Portella, o jornal “O Tempo” resgatava, em tom de ironia, um artigo do jornal “O Patyense”, de 17 de maio, que tinha, então, a clara intenção de enaltecer o então governador Portella. O artigo é longo e, dentre outras coisas, alegava que “a eleição do Sr. Dr. Portella era devida e prevista”. Em tom de gratidão pelas benesses praticadas pelo governador em Paty do Alferes, afirmava-se:

Se nas centenas de medidas lançadas pelo Sr. Dr. Portella algumas vezes nota-se certa incoherencia, a *intenção*, não há duvidar, era sempre *boa*; apenas, recebendo informações menos verídicas, era victima da malignidade alheia. O recente acto de transposição da villa de Iguassú para Maxambomba, é um desses. Quando, patrocinada por nomes respeitáveis, appareceu a ideia de fazer-se alguma cousa por Iguassú, tentar por novos processos fazel-a reviver, o governador fugiu ao reclamo; no emtanto, fez a mudança da villa para um logar que, sendo estação da estrada de ferro Central³⁶, há mais de vinte e cinco annos, nunca teve elementos para desenvolver-se, produzindo hoje tijolos e manipanços eleitoraes (ESTADO do Rio de Janeiro, *O Tempo*, 8 dez 1891, p. 3).

Estes três artigos, em conjunto, nos mostram que, embora tenha agradado a alguns a decisão de mudança da sede administrativa do município, não houve consenso em relação a isso. Ao contrário, para outros, a decisão fora tomada sem levar em conta a dinâmica municipal. De acordo com os “iguazuanos”, se a questão era a presença da linha férrea, pela Vila de Iguaçu passava uma que, aliás, cortava boa parte do município. Pelos trechos lidos, a transferência da sede do município fora feita levando-se em consideração fatores externos a ele, privilegiando a localidade por onde passava a ferrovia que se conectava com São Paulo e Minas Gerais, por onde se escoava a produção. A crítica feita até mesmo pelos que tinham a

³⁵ A Estrada de Ferro Rio do Ouro foi construída para cuidar dos reservatórios e do abastecimento de parte da cidade do Rio de Janeiro e foi aberta ao tráfego de passageiros em 1883. De acordo com o “Almanak da Gazeta de Notícias para 1892”, por suas 20 estações, que iam do Caju (na Capital) até Tinguá, transitavam trens mistos (com passageiros e carga), de passageiros e de passeio (que circulavam apenas aos domingos e feriados). O trajeto entre a estação do Caju e a de Iguaçu durava pouco mais de 3 horas.

³⁶ Com a proclamação da República, a Estrada de Ferro D. Pedro II passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil.

intenção de elogiar o governador afirmava que, ao invés de promover o soerguimento da Villa de Iguaçú, fazê-la “reviver”, Portella “fugiu ao reclamo”, preferindo, antes, transferir a sede municipal para um povoado, segundo o redator, sem grandes atrativos além da estação do trem, no qual além de tijolos, fabricavam-se eleitores. Apesar de todas as contrariedades, Maxambomba passou a abrigar a sede do município, sob o título de cidade, contando com o contingente populacional que para lá havia convergido ao longo dos mais de vinte anos de presença da ferrovia.

Embora Pereira (1977) tenha situado no café a principal produção agrícola de Iguaçú no século XIX, estudos posteriores demonstraram uma variedade de agropastoris sendo produzidos em território iguaçuano, seja com vias ao abastecimento interno, seja para exportação. Soares (1962), Bezerra (2010) e Machado (2014), por exemplo, evidenciaram a forte presença de engenhos de farinha na região ao longo do oitocentos, sendo esta também produzida para exportação. Além desta, outras culturas agrícolas eram praticadas em Iguaçú.

Em 1898, o presidente do estado, Alberto Torres, conforme vimos, já falava sobre a necessidade da diversificação agrícola como tentativa de recuperação econômica estadual. Entretanto, foi Nilo Peçanha, poucos anos depois, quando em seu primeiro mandato como presidente do estado, quem de fato gerou políticas de fomento à diversificação agrícola, sem que com isso, tivesse negligenciado o café e o açúcar, que, aliás, representavam também os interesses das oligarquias atuantes no estado até então. Dentre suas principais ações nesse sentido, “Nilo financiou equipamentos agrícolas, doou mudas e sementes, criou imposto para importação de produtos que eram produzidos no estado. Estas foram algumas das medidas executadas com o objetivo de revitalizar e pluralizar a produção agrícola fluminense” (SOUTO, 2015, p. 4). Foi justamente nesse processo que se incentivou o cultivo bem como o mercado citricultor. Desta feita, a laranja passou a ser o principal produto de alguns distritos de Iguaçú, como o distrito sede, por exemplo. A esse respeito, Souza (2016, p.173) afirma:

A citricultura conquista a cidade de Nova Iguaçú, onde todas as características profícuas para o estabelecimento da laranja se encontravam. Essa cultura encontrou nas terras de Nova Iguaçú muitas características desejáveis para seu desenvolvimento em larga escala comercial. O solo com características próprias para o cultivo dos Citros, com textura mais arenosa do que argilosa, o relevo plano facilitando o trabalho nos tratamentos culturais e na colheita, além de propiciar menor erosão de matéria orgânica, temperaturas agradáveis para as laranjeiras produzirem seus açúcares da energia solar em quantidades excelentes, e um índice pluviométrico que colaborava para o bom enchimento dos frutos, trazendo uma coloração, sabor e aroma inigualáveis. Essas características dispostas contaram muito para o sucesso de tal empreendimento, tornando a fruta de grande aceitação no mercado.

Durante sua curta presença na presidência da República (1909-1910), Nilo Peçanha manteve a atuação de incentivo àquela que afirmava ser a *vocação natural* do estado

fluminense: a agricultura. Por meio de acordos firmados de modo a ampliar o mercado externo, reiniciou a exportação de laranjas tanto para Buenos Aires quanto para Montevideu, em 1910. A preponderância do comércio exportador da laranja de Iguazu alcançaria seu ápice entre as décadas de 1920 e 1940, entretanto, em 1915, a cultura da laranja já ocupava lugar central na produção agrícola de Iguazu. A mudança de nome do distrito sede de “Maxambomba” para “Nova Iguassú”, em 1916, com a antiga sede do município passando a ser identificada como “Iguazu Velho”, sinalizava esse novo momento pelo qual passava a cidade, com a formação de uma nova elite rural, assentada sobre a citricultura (DIAS, 2014).

Outra medida empreendida por Nilo Peçanha no período em que assumiu o governo federal foi o saneamento da região. Em dezembro de 1909, foi criada a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, que tinha como objetivo não apenas sanear a região, mas também desapropriar terrenos que estivessem em déficit em relação ao pagamento de impostos e, posteriormente repartir em terrenos menores essas terras e vendê-las, recuperando, assim, a verba investida. Com isso, pretendia-se povoar a área para sua utilização agrícola. Nas palavras de Souto (2015, p.7):

O discurso que a Comissão ratificava era que o dessecamento das terras da baixada, tão próximas a capital federal, faria a produção agrícola novamente florescer e colaboraria para o retorno do estado figurar entre os grandes produtores nacionais. As terras da Baixada Fluminense foram descritas como muito propícias a lavoura, tanto as áreas recém enxutas como nas mais secas, uma vez que a região era muito chuvosa.

O tema do saneamento na região que compõe a Baixada já estava, aliás, colocado desde a primeira metade do século anterior. Em estudo sobre os impactos das políticas agrárias e de saneamento da Baixada Fluminense, Marluvia Santos (2016) demonstra como já no período imperial fora constituída uma comissão, em 1833, com este mesmo propósito. Neste estudo, a autora identifica como o poder público delegava a particulares esta tarefa, subsidiando seu trabalho e oferecendo-lhes vários benefícios. Ao fim, as expectativas de saneamento nunca eram atendidas na íntegra, permanecendo uma série de problemas que acarretavam prejuízos à higiene e saúde local. Com a República, estas questões são ainda mais enfatizadas.

Dias (2014) identifica esses esforços de saneamento para a região da Baixada como parte do projeto ruralista colocado em ação pelo governo republicano: “O saneamento rural foi utilizado como ferramenta de intervenção, para a recuperação de regiões insalubres, pretendendo torná-las habitáveis e produtivas economicamente, além de gerar melhorias nas condições de saúde das populações” (DIAS, 2014, p. 74).

A necessidade, nunca plenamente satisfeita, de sanear a região fez que, em 1919, o governo estadual passasse a intervir mais diretamente em Iguazu. Em reforma orquestrada por Nilo Peçanha em 1903, os municípios que recebessem verba do governo estadual para serviços de saneamento, com instalação de rede de águas e esgoto, teriam que criar prefeituras, cujo prefeito deveria ser indicado pelo governo do estado. Em função da necessidade de sanear Iguazu foi que, em 26 de novembro de 1919, fora criada a prefeitura, o que não ocorreu sem conflitos, já que essa medida ia diretamente de encontro com os interesses das elites locais, que não queriam perder para o governo estadual suas possibilidades de intervenção através da Câmara Municipal³⁷ (DIAS, 2014).

Entretanto, a despeito dos interesses contrários, a fim de que Iguazu também passasse pelo processo de “modernização” tão caro aos republicanos, foi nomeado o médico sanitaria Dr. Mário Pinnoti para o cargo de prefeito. Este enfrentou forte resistência do coronel Ernesto França Soares, que até então exercia poder legislativo e executivo (traduzindo bem o que fora o coronelismo durante Primeira República). Apesar de as elites políticas locais concordarem com a necessidade do saneamento, seu maior interesse era não perder sua autonomia municipal, ao serem subjugados pelo poder do governo estadual, na figura do prefeito por ele escolhido. Por conta disso, o coronel abriu ação judicial requerendo novamente o poder executivo. Em junho de 1920, seu objetivo foi alcançado e ele retomou seu antigo lugar. Entretanto, isso resultou na paralisação dos trabalhos de saneamento que vinham sendo empreendidos pelo governo estadual (DIAS, 2014).

A reboque destes debates e tensões que aconteciam em função de interesses econômicos e políticos, o grosso da população iguaçuana ia padecendo com as mazelas impostas pelas doenças oriundas da falta de saneamento. Essa população, em sua maioria, era representada por trabalhadores rurais. Bezerra (2012), em “A cor da Baixada” lança luz sobre componentes dessa população que até então haviam sido sublimados pela historiografia. Além de ex-escravos que, mesmo após a abolição, por “enraizamento no local”, mantiveram-se nesta região, ele identifica também os africanos livres, que, apesar de livres, ficavam durante 14 anos sob a tutela do Estado, e mesmo após esse período permaneceram, eles e seus descendentes, na região do Recôncavo da Guanabara. Além desses homens e mulheres negros que já se encontravam nesta área, Costa (2011) identifica um movimento de migração de ex-

³⁷ Sobre o processo de criação da prefeitura de Iguazu, ver a dissertação de mestrado de Adriano dos Santos Moraes (2016): “Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguazu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República”.

cativos e descendentes de escravos entre 1910 e 1930, vindo do Vale do Paraíba para a região da Baixada Fluminense.

Machado (2014) apoia-se nos estudos de Bezerra, ao questionar a primazia dada por Pereira (1977) aos grandes fazendeiros da região, alguns dos quais inclusive haviam chegado ao baronato no período imperial, eclipsando, assim, esta outra camada (muito mais numerosa) da população. Além disso, Machado (2014) indaga se, de fato, a ocupação fundiária da terra era feita apenas através das grandes propriedades, já que em pesquisas anteriores encontrou a presença de arrendatários de terras e sitiantes ao longo do território iguaçuano durante a segunda metade do século XIX. Como se pode ver, a população que ocupava o território de Iguazu e nele imprimia sua cultura e forjava os mais variados tipos de relações sociais, com suas agências e experiências, era diversificada.

Amália Dias (2016), em trabalho sobre fotos de escolas primárias de Iguazu tiradas no ano de 1933, recupera parte desse debate historiográfico sobre a população iguaçuana, para, então, analisar as fotografias. De acordo com a autora, “o perfil racial da população escolar atesta a presença da população negra na região” (DIAS, 2016, p. 11), corroborando assim estudos anteriores que abordaram a questão (GUEDES, 2009, 2012). A autora afirma que dentre os presentes nas fotografias tiradas em 1933, possivelmente estão:

egressos do cativo e seus descendentes, migrados de regiões do Vale do Paraíba ou que já habitavam Nova Iguazu, os descendentes da população dos libertos, os filhos de migrantes europeus, nordestinos, mineiros. Acrescentem-se os filhos descendentes de quilombolas, de taberneiros, dos jornaleiros, dos barqueiros, das comunidades de senzala, das mulheres que lidavam com o trabalho doméstico, dos apanhadores de laranja, dos embaladores e artesãos das caixas de condicionamento do fruto (DIAS, 2016, p. 18)

Para além de identificar a origem social dos sujeitos escolares através das fotografias, Dias (2016) reflete sobre a relação urbano/rural na configuração do município de Iguazu, avaliando que há uma diversidade das formas produtivas na região, com atividades agrícolas (para exportação, para abastecimento interno e para subsistência), comerciais e do setor de transportes, por exemplo.

Por fim, é importante ressaltar que Iguazu era, neste período, um município de dimensões consideráveis, dividido em distritos que não possuíam perfis semelhantes entre si. Ao longo da trajetória do município demonstrada acima, ficou evidente que havia um desenvolvimento desigual entre os distritos, ora em função da utilização dos rios da região, concentrando maior população nas áreas de porto, ora por conta das estações da linha férrea, que arrastou um contingente populacional para o entorno das estações do trem. As diferenças geográficas no interior do município, que facilitavam o cultivo de determinados produtos em

uma localidade e não em outras também foram determinantes nas formas de ocupação do mesmo.

Dias (2014) aponta que o distrito-sede apresentava características mistas, mesclando urbano e rural, muito em função da citricultura. A atividade agrícola de cultivo da laranja no distrito criou demandas de construção de estradas, de mercado para abastecimento das áreas rurais, da oferta de serviços, além de toda uma estrutura mais urbanizada que atendesse à população do campo. Contudo, a realidade dos demais distritos de Iguazu era bastante diversa. No restante do município, nessas primeiras décadas do século XX, predominavam ora aspectos rurais, ora processos de urbanização. Não há, pois, como generalizar as formas de ocupação e de utilização do território de Iguazu, já que, apesar de apresentar, em sua maior parte, características agrícolas, desenvolveram-se também centros urbanos e outras atividades comerciais em determinados pontos do município. Estas diferenças estruturais refletiam nas diferentes formas escolares que se estabeleceram no território iguaçuano ao longo do período aqui estudado.

Em trabalho sobre os processos de escolarização em Nova Iguazu, entre os anos de 1916 e 1950, Dias (2014) expõe como o discurso de uma educação especificamente rural fazia parte também do repertório de setores da imprensa e de alguns intelectuais da época engajados no movimento do ruralismo fluminense.

Na região de Iguazu, um importante veículo para disseminação dos ideais ruralistas foi o jornal “Correio da Lavoura”, que circulava semanalmente e tinha como principal bandeira a “defesa da lavoura, da higiene e da instrução” (DIAS, 2014, p. 42). Através deste periódico pode-se ver como se estabeleceram os debates em torno da “educação escolar” e da “instrução agrícola”. De acordo com Dias, a citricultura de Nova Iguazu foi parte da “estratégia ruralista de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro” (2014, p. 43). Pode-se dizer que o “Correio da Lavoura” foi parte de um processo de defesa da educação agrícola, das ideias de valorização da agricultura como propulsora da economia local e nacional.

No momento em que se almejava a modernização da agricultura, sob um projeto de “civilização” da sociedade rural, não faltaram interlocutores que defendessem uma educação primária rural que atendesse a esse projeto (de interesse das classes dominantes agrárias). Este ensino deveria preparar o alunado do campo para lidar com as novas técnicas agrícolas, bem como disseminar os ideais de higiene e saneamento, tão caros aos discursos republicanos.

Em 1922, Silvino Silveira (fundador do Correio da Lavoura) afirmava que “A educação é a chave de todos os problemas sociais”, ao escrever sobre “O ensino agrícola”. Neste mesmo artigo, ele defende que as escolas deveriam preparar seus alunos para o cultivo

da terra e não para que almejassem a vida fora do campo. Afinal, era a agricultura vista como a única redentora de um país que ansiava por progresso (apud DIAS, 2014, p. 94).

Em 1936, ainda ouvia-se o soar da defesa de uma instrução direcionada para o homem do campo, através das palavras de Renato S. Fleury, responsável pela “Cartilha rural de alfabetização”, que fora lançada no ano anterior. Segundo ele, cabia à escola rural e ao “professor da roça” a missão de orientar as populações rurais para que elevassem seu padrão de vida (DIAS, 2014, p. 98). Há que se ressaltar que essa elevação de padrão não pressupunha outra coisa, senão um melhor preparo para realizar as atividades campesinas, promovendo, assim, o progresso das zonas rurais (leia-se das elites agrárias). Conforme afirmou Mendonça (1997, p. 89), tratava-se da “disciplinarização da mão-de-obra via ensino”.

Além dessas evidências, as mensagens dos governadores estaduais ao longo dos anos finais do século XIX e as primeiras décadas do XX, deixam clara a intenção do poder público de ampliar a rede de ensino para as áreas rurais. Contudo, como assinalamos anteriormente, o ensino para estas áreas deveria ser adaptado ao que era considerado necessário que os filhos dos trabalhadores rurais aprendessem. Por esta mesma razão, pode-se perceber a existência de escolas com graduação menor (menos anos de escolaridade) nas áreas rurais, enquanto que nos centros urbanos predominavam as escolas de 2º grau e os grupos escolares, os quais eram compostos de uma quantidade maior de anos de escolaridade, de três a cinco anos.

Desse breve histórico da penetração ruralista no debate educacional fluminense, é possível interrogar sobre a repercussão destas disputas sobre o magistério e sua alocação em escolas rurais ou urbanas. A fim de tentar conhecer como se desenvolveu o processo de escolarização empreendido em Iguazu, desde ao final do século XIX até o período final da Primeira República, mostraremos dois quadros onde constam informações sobre escolas primárias estaduais e professores regentes em Iguazu, um de 1895 e o outro de 1925.

O primeiro é parte do “Quadro de antiguidade dos professores efetivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895”. Este quadro consta no “Jornal do Comércio” de 14 de fevereiro de 1896 e dá informações sobre os nomes dos professores efetivos, elencados por tempo de serviço, em ordem decrescente, para efeitos de aposentadoria, prioridade em remoções de uma escola para outra, além de mudança no valor do vencimento de acordo com tempo de exercício efetivo do magistério estadual. Nesse sentido, além dos nomes dos professores, constam os municípios e localidades onde atuavam, além de seu tempo de serviço e data de nomeação para o cargo. Na tabela abaixo, limitamo-nos a explicitar os nomes e categorias dos professores e as localidades onde trabalhavam, conforme se vê:

Quadro 5 – Professoras e professores primários estaduais efetivos em exercício em Iguazu no ano 1895

PROFESSOR	CATEGORIA	LOCALIDADE
Francisco de S. Cordeiro L. de A. Lima	Efetivo de 3ª classe	Marapicú
Escholástica Maria da Conceição Bastos	Efetivo de 3ª classe	Queimados
Elisiário Marques de Freitas	Efetivo de 3ª classe	Brejo
Antonio Vieira da Tocha	Efetivo de 2ª classe	Sarapuhy
João Bezerra de Paula Paiva	Efetivo de 2ª classe	Maxambomba
Garcia M. dos Santos e Silva	Efetivo de 2ª classe	Queimados
Maria Fernandes Belém	Efetivo de 2ª classe	São Matheus
Ataliba de Macedo Domingues	Efetivo de 2ª classe	Piedade
Virginia Martins do Couto	Efetivo de 1ª classe	Merity
Cecilia Therezina de Freitas	Efetivo de 1ª classe	Brejo
Rita Mattoso Souza Valente	Efetivo de 1ª classe	Maxambomba
Virginia Brito	Efetivo de 1ª classe	Rio do Ouro

Fonte: “Quadro de antiguidade dos professores efetivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895”, *Jornal do Commercio*, 14 fev 1896, p. 4.

O outro quadro, de natureza diversa do primeiro, refere-se à distribuição das escolas estaduais de Iguazu no município de Iguazu, publicado no periódico *Correio da Lavoura*, em 1925 (apud DIAS, 2014, p. 155). Por este quadro só é possível saber os nomes dos professores, a localidade e a classificação das escolas. Embora os docentes deste quadro não tenham servido como base para esta pesquisa (não acompanhamos suas trajetórias), os usos para ele aqui são justificáveis por outras questões. O utilizamos por ser o último registro por nós encontrado com informações sobre escolas e professores em Iguazu durante a Primeira República, além de nele constar ainda o nome de uma das professoras que norteiam nossa pesquisa, a saber, Januária Rosa Surville. Para além disso, em função da decorrência de 30 anos entre o quadro com informações sobre docentes e escolas de 1895 e este último, algumas informações poderão ser evidenciadas para compreensão dos processos de escolarização e arregimentação de professores para esta região.

Quadro 6 – Professoras e professores primários estaduais em exercício em Iguazu em 1925

PROFESSOR	LOCALIDADE	CLASSIFICAÇÃO DA ESCOLA
Augusto José Rodrigues da Silva Júnior	Nova Iguazu (“cidade”)	2º grau, masculina

Arlinda Rosa Barros Calino	Nova Iguaçu (“cidade”)	2º grau, mista
Carmem de Castro Torres	Nova Iguaçu (“cidade”)	
Emilia Pontes Vieira	Nova Iguaçu (“cidade”)	
Venina Correa	Nova Iguaçu (“cidade”)	
Amelia Feliciano da Silva Kelly	Nova Iguaçu (“cidade”)	
Rita Leal de Abreu	Austin	1º grau, mista
Alvarina Teixeira de Carvalho	Morro Agudo	1º grau, mista
Erydina Belisario Soares de Souza	Jeronymo de Mesquita	1º grau, masculina
Joaquina Isabel Duque Estrada	Jeronymo de Mesquita	1º grau, feminina
Augusto Falcão Duque Estrada	Queimados	1º grau, masculina
Januária Rosa Surville	Queimados	1º grau, feminina
Zulmira Jesuína Netto	José Bulhões	1º grau, mista
Iracema Cunha Sá Rego	Retiro	1º grau, mista
Amelia Spindola Pralon	São João de Merity	2º grau, masculina
Alzira Santos	São João de Merity	2º grau, feminina
Elvira Gomes dos Santos	Coqueiro	2º grau, mista
Rita de Cassia Araujo	Thomazinho	1º grau, masculina
Helena Wrenn Garrido	Thomazinho	1º grau, feminina
Marinha [sic] da Cunha Andrade	Parada de Belford	1º grau mista
Alcidia Isolina Magalhães	São Matheus	1º grau, mista
Cordelia Adelino de Paiva	Merity	1º grau, masculina
Lupercia Peçanha	Merity	1º grau, feminina
Aurora Domingues Maia	Belford Roxo	1º grau, mista
Laura Rosa	Bomfim	1º grau, mista
“Vago”	Tinguá	1º grau
Maria Aparecida Cruz Saldanha	Nilópolis	2º grau, masculina
Hercília Bastos do Couto	Nilópolis	2º grau, feminina
Clara de Abreu Sodré	Nilópolis	2º grau, mista

Fonte: Classificação de Escolas, *Correio da Lavoura*, 9 abr. 1925 apud DIAS, 2014, p. 154-155

Como dissemos, escolhemos esses dois quadros para observarmos mudanças e permanências ao longo dos trinta anos decorridos entre o primeiro e o segundo. Há que se atentar para o fato de que o primeiro quadro (1895) não é um demonstrativo das escolas, mas sim dos professores efetivos estaduais. Deste modo, a quantidade de escolas não equivalia, necessariamente, à quantidade de professores que aparecem no quadro, pois além dos efetivos, poderia haver professores provisórios exercendo o magistério primário estadual em Iguaçu. Outra informação que não consta neste quadro, mas que era uma possibilidade, era a existência de escolas vagas (sem professor) no município. Neste quadro, encontramos 12 professores efetivos regendo escolas em Iguaçu, o que não significa necessariamente a existência de 12 escolas primárias estaduais na região.

No relatório do diretor de instrução de 1896 (OLIVEIRA, 1896), com referências ao ano anterior, há a informação de que o município de Iguaçu contava com um total de 21 escolas públicas estaduais, das quais 19 estavam funcionando, 1 estava vaga por falta de casa

e 1 ainda não havia sido instalada. Logo, além dos 12 professores efetivos (Quadro de antiguidade dos professores efetivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, *Jornal do Commercio*, 14 fev 1896, p. 4), Iguaçu contava também com 7 provisórios. Com relação aos alunos, de acordo com este relatório do diretor de instrução pública, havia 679 matriculados em Iguaçu, mas apenas 453 com frequência. O mesmo relatório também sinaliza que entre 1895 e 1896 foram criadas 3 escolas em Iguaçu (duas masculinas e uma feminina), uma em Riachão, uma em Cava e a outra em Meriti, porém ainda não haviam sido instaladas (OLIVEIRA, 1896).

Comparando ambos os quadros, notamos neste período de 30 anos (1895-1925) o aumento de 19 para 25 escolas primárias estaduais em Iguaçu. É importante ressaltarmos, entretanto, que este processo de ampliação do número de escolas estaduais no município iguaçuano não aconteceu de forma linear. Ademais, importava mais o número de classes e matrículas do que o de escolas com referência a um prédio escolar. Em diversos momentos ocorreu o fechamento ou transferência de escolas de uma localidade a outra em função, por exemplo, da falta de frequência dos alunos. No relatório do diretor de instrução pública de 1898, verificamos a redução do número de escolas em funcionamento em Iguaçu em relação ao ano de 1895, conforme o quadro abaixo:

Quadro 7 – Professoras e professores primários estaduais em exercício em Iguaçu em 1898 e suas respectivas escolas

Distritos	Localidades	Nº	Sexos	Professores	Observações
Santo Antonio de Jacutinga	Maxambomba	1	M	João Bezerra de Paula Paiva	
	"	2	F	Vaga	
	Brejo	3	"	Izolina Gabriella de Paiva e Silva	
	"	M	João Evangelista P. Neves	
	Riachão	4	F	Não tem casa
	"	M	José da C. Drummond Júnior	
2º Marapicú	Sede	5	"	Francisco de S. Cordeiro L. de A. Lima	
	"	6	F	Leopoldina de Souza Torres	
2º Marapicú	Queimados	7	M	Garcia M. dos Santos e Silva	
	"	8	F	Januaria Rosa Surville	
3º Piedade	Sede	9	M	Antonina Pessoa de	

				Mello	
	"	10	F	Corina M. de Barros Guimarães	
	Figueira	12	M	Izabel Gomes Ferreira	
4º Meriti	Sede	13	"	Francisco Lopes Lourenço	
	"	14	F	Virginia M do Couto	
	Sarapuhý	15	M	Manoel Vaz Diniz	
	S. Matheus	F	Maria Fernandes Belém	
6º Pilar	Sede	19	"	Suspenso por falta de frequencia

Fonte: MONTEIRO, Luiz, *Relatório do Diretor da Instrução Pública*, 1898 (Anexos). Esta tabela foi organizada com base nas informações do “Quadro das escolas do Estado do Rio de Janeiro em 31 de julho de 1898”, constante no relatório do Diretor de Instrução Pública.

Assim, em 1898, das 18 escolas primárias, 15 estavam em funcionamento, pois uma estava vaga por falta de professor, uma não tinha casa onde funcionar e a outra, com o ensino suspenso por falta de frequência. O fechamento de escolas em decorrência da falta de prédio escolar para seu funcionamento, de professor que a regesse ou de frequência dos alunos era, pois, uma realidade. Assim, este processo de escolarização ocorre num movimento instável, com uma tendência à ampliação afirmada nas mensagens dos presidentes do estado, mas com um cotidiano variado no percurso. Os recuos em termos quantitativos deviam-se aos mais variados motivos. A adesão, por parte da população, à ideia de escolarização como uma necessidade, ainda não era uma realidade neste momento. Além disso, mesmo para alguns que viam utilidade na educação escolar de seus filhos, as condições materiais (distância entre o domicílio e a escola, horário destinado aos estudos limitado em função do trabalho na lavoura) eram, muitas vezes, um impedimento. Somavam-se a isso as dificuldades do próprio poder estatal em manter em pleno funcionamento suas escolas (fosse por questões econômicas ou por disputas políticas).

Retomando o quadro sobre o ano 1925 (Quadro 6, p. 112), percebemos como no distrito-sede, em 1925, havia maior número de professores em atuação, se comparado aos demais distritos. Identificado como Nova Iguaçu, observamos aí a presença de 6 escolas, enquanto nos demais distritos, este número variava de uma a duas escolas, chegando, no máximo, a três, no distrito de Nilópolis.

Amália Dias (2014) ressalta, ainda, que, em 1925, as localidades que não compunham o distrito-sede e que possuíam mais escolas se referiam a “áreas que se tornavam populosas no município porque vivenciavam, desde a década de 1910, os processos de parcelamento do solo e venda de terrenos para construção de moradias”. Esse critério de distribuição das

escolas estaduais considerando os índices populacionais era previsto pela regulamentação da instrução (DIAS, 2014, p. 156).

Outro detalhe importante, se tomarmos como referência as informações do quadro 6 (p. 112), que mostra os professores e a classificação das escolas por localidade no ano de 1925, é que as escolas do distrito-sede são todas de 2º grau, enquanto nos distritos mais rurais, a maioria das escolas é de 1º grau, sendo, portanto, dotadas de oferta reduzida de séries do ensino primário³⁸. Este panorama evidencia as lógicas de inclusão/exclusão que perpassavam os processos de escolarização empreendidos pelo estado fluminense, fundamentados num projeto ruralista. Inclusão, no sentido em que pretendia inserir no universo da alfabetização as populações rurais, com vias à preparação para o trabalho, para manutenção dos interesses das elites agrárias. Exclusão, por permitir a essas mesmas populações rurais chegarem somente até determinado ponto do caminho da escolarização, oferecendo-lhes apenas o necessário para realizarem o trabalho que lhes caberia dentro desta lógica. É importante ressaltarmos que este era um período de convencimento da construção da escola pública para todos. Com isso, queremos dizer que, mesmo nas paisagens urbanizadas, ainda havia déficit de escolas que atendessem a todos. Contudo, o que desejamos enfatizar é que os usos rurais e urbanos reverberavam sobre os projetos de escolarização sugeridos, com os usos econômicos dos territórios do município de Iguazu incidindo sobre o modo como era ofertada a educação.

Até agora vimos ao longo dessas três décadas a ocorrência (e expansão) das escolas primárias estaduais em Iguazu. Entretanto, o relatório do diretor de instrução de 1896 (OLIVEIRA, 1896), em meio a uma série de anexos, com quadros baseados em dados estatísticos, nos mostra que, neste ano, além de escolas estaduais, havia também as escolas primárias mantidas pelo município, conforme se vê no quadro abaixo:

Quadro 8 – Escolas primárias mantidas pelo município em Iguazu em 1896

Distrito	Localidade	Classificação da escola	Matrículas	Frequência	Provimientos anuais dos professores
1º	São Bento	Masculina	22	16	600\$000
1º	Riachão	Masculina	35	22	600\$000
1º	Riachão	Feminina	31	27	960\$000

³⁸ Em 1925, houve uma reforma do ensino, que estabeleceu diferente organização do ensino primário, agora dividido em 3 graus: o curso elementar (composto por duas séries), nas escolas de 1º grau; nas de 2º grau, o curso médio (com 3 séries); e, por fim, o curso integral (com 5 séries) nos Grupos Escolares, que também eram tratados como escolas de 3º grau (SCHUELER, 2010, p. 544).

2º	Passa Vinte	Masculina	26	18	600\$000
4º	Coqueiros	Mista	20	15	960\$000

Fonte: OLIVEIRA, 1896, Anexos. Este quadro foi elaborado com base no “Quadro das escolas primárias mantidas pelos Municípios deste Estado”, encontrado no relatório do diretor da instrução pública de 1896. O quadro original trazia informações sobre todos os municípios que compunham o estado. A tabela por nós organizada acima apresenta exatamente os mesmos dados que constavam no quadro original.

A distribuição das escolas municipais também era bastante desigual. Enquanto o primeiro distrito contava com 3 das 5 escolas mantidas pelo município, o 3º, o 5º e o 6º distritos não eram contemplados com escolas municipais. Comparando este quadro do ano de 1896 com o quadro 5 (p. 111), que demonstra os professores efetivos estaduais de Iguazu e suas respectivas escolas em 1895, vemos que as localidades com escolas mantidas pelo município não eram as mesmas com escolas estaduais. Assim, podemos trabalhar com a hipótese de que o poder municipal ofertou escolas em algumas localidades que não eram atendidas pelo governo estadual. Contudo, em termos de distrito, foram privilegiados aqueles com maior densidade populacional, assim como o governo estadual fizera. Poderíamos problematizar, também, o fato de a despesa com provimentos anuais dos professores ser maior nas escolas femininas e mistas do que nas masculinas. A diferença dos valores não é proporcional à quantidade de alunos atendidos nas escolas. Também não se refere à localidade atendida, já que, dentro de um mesmo distrito, há valores diferentes. Contudo, não encontramos documentação que elucidasse essas questões. Além das escolas primárias estaduais e municipais, é provável que houvessem escolas subvencionadas e as particulares, que, como vimos, já existiam no município desde o período imperial. Entretanto, a documentação consultada não nos permitiu mapear essas informações para este período. Cabe lembrar, contudo, a existência do “Collegio Pariz” que, fundado em 1876 pelo professor Augusto Monteiro Paris, oferecia ensino primário e secundário em Iguazu (CABRAL, 2017). Augusto Monteiro Paris era filho de Maria Rosa Monteiro Paris, que foi professora pública em Maxambomba entre 1876 e 1892, quando faleceu, após o exercício de trinta anos de magistério público, posto que havia iniciado a carreira em 1862, aos 26 anos (CABRAL, 2017, p.43).

Estas breves considerações a respeito dos processos de escolarização em Iguazu nos permitem perceber as relações entre distribuição de escolas e território. Mais do que isso, dão margem a que percebamos o “fazer-se” do Estado imbricado nos projetos de instrução pública. A organização da rede de escolas e sua distribuição não são feitas aleatoriamente. Elas são projetadas e operadas em consonância com interesses específicos. Deste modo, a

forma como se configurou a escolarização em Iguazu é permeada de sentido, dentro de uma lógica na qual as elites agrárias têm seus anseios defendidos por um Estado que as representa, havendo, entretanto, disputas e resistências no espaço onde se travam essas relações. Se, por um lado, há os interesses na expansão de uma dada instrução pública, por outro, há as resistências da população que tem outras demandas prioritárias, do professorado que não se vê em condições de exercer sua função em determinados lugares em função da distância, etc.. Ao fim, a distribuição de escolas em determinado território deve ser pensada como campo de embates, de formas de imposição e controle, de resistências e agências, assim como o recrutamento e a lotação dos professores.

2.2 “Fazer-se” magistério em Iguazu

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.
(THOMPSON, 1981, p. 182, grifos do autor).

Baseados no conceito de “experiência” cunhado por E. P. Thompson que pretendemos analisar as vivências das professoras e professores que nos anos de 1895 e 1898 estavam exercendo o magistério primário em Iguazu. O entendimento de Thompson (1981) de que a estrutura (econômica, social, religiosa, cultural) não necessariamente determina a ação humana, antes a condiciona e, portanto, não impede a ação criativa dos homens, os quais podem, assim, fazer sua própria história, é primordial para a análise que aqui se pretende fazer. Ao situarmos os professores públicos primários de Iguazu durante a Primeira República enquanto agentes de um projeto de educação, que visava a transmissão de uma cultura profissional agrícola com vias à modernização que interessava às elites daquela sociedade, não podemos imaginar que estes sujeitos fossem meros reprodutores deste projeto, mas, também, que sem esses docentes o projeto ruralista não teria como ser difundido via escolarização.

Partindo desse modelo analítico, podemos ver nos professores primários que constituem nosso objeto a condição de agentes históricos que, em função de suas vivências pessoais e concepções particulares, no coletivo, formavam uma classe de professores que,

através de meios diversos, se posicionava e resistia às tentativas de intervenção estatal, apropriando-se ou ressignificando os projetos de profissionalização, funcionarização e de instrução pública que lhes eram propostos pelo governo. Neste esforço de situar aspectos de suas vivências que sejam relevantes para seu estudo enquanto categoria profissional, percebemos o aparecimento de certas regularidades nas experiências destes professores, mesmo em meio a suas singularidades, que apontam para um padrão de experiências de funcionarização em Iguazu.

2.2.1 A feminização do magistério nos quadros de professores efetivos iguaçuanos

Estudos sobre as mulheres no século XIX nos mostram como a distinção entre os gêneros passava, também, pela educação. A história da educação oitocentista é bastante reveladora dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres naquele momento. A necessidade dos homens da elite de adquirirem uma formação superior que os permitisse exercer a influência necessária política e economicamente se contrapõe ao fato de as mulheres das camadas sociais abastadas precisarem tão somente, como forma de educação, acumular dotes culinários, aprender a coser e bordar, tocar piano e dançar bem para agradar nas recepções que davam em suas suntuosas casas. Mais clara ainda se torna a distinção entre os gêneros quando nos deparamos com a objeção feita a que as mulheres das elites tivessem formação superior e atuação profissional tal qual os homens, afinal cabia à mulher o mundo privado da casa enquanto que as portas do mundo exterior ao doméstico estavam sempre abertas para que os homens entrassem e saíssem livremente (SOHIET, 2000).

No que tange aos mais pobres da população, a educação não era marcada por tanta distinção entre os gêneros, pelo simples fato de que estavam ambos, em sua maioria, unidos pela exclusão à escolarização. Porém ainda neste caso, embora com menor diferença, dentre os poucos que tinham acesso à educação escolar, eram os homens mais escolarizados que as mulheres (HAHNER, 2003). Em suma, tanto quanto indicador e mantenedor da diferença entre os gêneros, a educação era instrumento que delimitava e reforçava as diferenças sociais.

A virada do século XIX para o XX trouxe consigo algumas mudanças na condição feminina e o magistério foi importante impulsionador delas. Afinal, era o magistério feminino uma forma de emancipação financeira para a professora, ao mesmo tempo em que o

alargamento da docência feminina representava também uma abrangência da escolarização para meninas. É amplo o debate sobre as principais motivações para a mudança ocorrida no interior do magistério primário que, até então, era dominado por homens e, a partir das últimas décadas do século XIX, passou a absorver um número cada vez maior de mulheres, até o ponto em que elas passassem a ser maioria esmagadora nesta profissão.

De acordo com Chamon (2006, p. 4), a filosofia positivista que integrava o republicanismo via nas mulheres as principais responsáveis pela promoção do “bem estar físico, moral e espiritual de suas famílias e de sua pátria”. Esta responsabilidade lhes cabia, de acordo com essa doutrina de pensamento, em função de características que lhes seriam inatas, como o altruísmo e virtudes morais. Essa autora situa na evasão masculina das cadeiras de professores primários, em função dos baixos salários e desprestígio da profissão, a principal causa da arregimentação de mulheres para o ofício. Ademais, segundo ela:

Era importante formar um corpo estável de profissionais, que não buscasse no salário o motivo de seu ofício. As mulheres vão sofrendo apelos das políticas públicas para substituírem os homens na “nobre” missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela se inscreve no campo do simbólico e vai impregnando o imaginário social feminino com o discurso da “vocação”. Na realidade, o que muda é o gênero do magistério reforçado pelos interesses hegemônicos que reforçam os estereótipos sociais sobre as relações de gênero e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública (CHAMON, 2006, p. 8).

Segundo Vianna (2002), a entrada maciça das mulheres no magistério deve-se aos surtos de industrialização e modernização pelo qual passava o país, que atraía os homens para novas opções de profissões mais rentáveis, deixando, assim, na docência, espaços que seriam ocupados pelas mulheres (apud CARNEIRO, 2010).

Estas hipóteses são, de certa maneira, corroboradas pela mensagem do presidente do estado, Joaquim Mauricio de Abreu, de 1897, ao afirmar que:

Si bem que este Estado seja um dos que melhor remunera os professores públicos, a luta pela vida os aconselha a procurar outros ramos de actividade, de onde possam retirar maiores recursos, deixando o magisterio ás filhas, esposas e irmãs, como profissão mais apropriada ao sexo; dahi, o facto dellas predominarem em numero no professorado primário. (ABREU, 1897, p. 39)

A presença cada vez maior das mulheres no magistério devia-se não apenas ao desestímulo masculino perante os baixos salários, mas também a certos discursos que acabaram validando o magistério como profissão naturalmente feminina, como se existisse uma missão inata de educadora na mulher, criada para ser esposa, mãe, enfim, aquela que é capaz de ensinar, cuidar, e tudo isso com muita paciência, que seria inerente a seu sexo. Carneiro conclui esta ideia dizendo que os discursos dos educadores, “mesmo defendendo a

especialização do magistério, usavam argumentos baseados na força de vontade, criatividade e dedicação da professora primária para superar as dificuldades físicas e financeiras pelas quais passava a educação” (CARNEIRO, 2010, p. 55)

Ao observarmos os quadros de professores efetivos que atuavam em Iguaçu nos anos de 1895, 1896, 1898, 1903, 1914 e 1925, percebemos aí também a predominância das mulheres na composição do magistério primário. Segue abaixo uma síntese das informações recolhidas dos quadros originais.

Quadro 9 – Quantitativo de docentes nos anos 1895, 1896, 1898, 1903, 1914 e 1925 regendo em Iguaçu, distinguidos por gênero^{39 40}

Ano	Quantidade de professoras mulheres	Quantidade de professores homens	Total
1895	6	6	12
1896	8	6	14
1898	5	5	10
1903	7	2	9
1914	11	2	13
1925	26	2	28

Fontes: Com exceção das informações referentes a 1898, 1903 e 1825, as demais foram retiradas dos quadros de antiguidade dos efetivos que eram publicados no “Jornal do Commercio” (14 fev. 1896; 29 abr. 1897; 10 mar. 1914). Conseguimos encontrar apenas os desses anos, mas, pela lei n. 41 de 1893, eles deveriam ser publicados anualmente. As informações sobre 1898 foram retiradas do relatório do diretor de instrução (MONTEIRO, 1898, anexos); de 1903, da mensagem do presidente do estado à Assembleia, de 1904 (PEÇANHA, 1904), e as de 1925 foram extraídas do jornal “Correio da Lavoura” (apud DIAS, 2014, p. 154-155).

Salta aos olhos o aumento considerável do número de mulheres exercendo o magistério em Iguaçu ao longo dos anos. Percebemos que já na última década do século XIX elas representavam, invariavelmente, metade do total de professores efetivos no município. A partir do início da década seguinte, a proporção de mulheres para homens vai aumentando consideravelmente, até que, em 1925, elas representam mais de 90% deste total. O

³⁹ O quadro do relatório do diretor de instrução de 1898 conta também com os nomes dos provisórios. Porém, como todos os demais quadros consultados referem-se apenas aos efetivos, preferimos utilizar apenas o quantitativo destes últimos para compor nossa tabela. Assim, no quadro original de 1898, temos um total de 15 professores (10 efetivos + 5 provisórios). Dentre os 5 provisórios, 3 eram mulheres e 2, homens, o que não altera muito a proporção de homens para mulheres no total final.

⁴⁰ Os intervalos de anos das informações que constam no quadro não foram determinados propositadamente, em função de algum marco significativo. Estas informações referem-se a quadros que conseguimos mapear através das fontes consultadas. Assim, não traduzem intenções anteriores da pesquisadora, representando, antes, o que nos foi possível mapear com o material que tínhamos à disposição.

crescimento do número de mulheres exercendo a docência nesta região é significativo e segue o padrão de feminização ocorrido nas demais regiões.

Apesar de concordarmos com a possibilidade de que a “desmasculinização” do magistério possa ter origem também em fatores econômicos, conforme afirmam os estudos apontados acima, não nos parece aceitável que este tenha sido um processo simples ou conciliatório como se pode supor. De fato, percebemos, por parte do poder público, um fomento ao ingresso de mulheres para a profissão. Este pode ser notado, por exemplo, pelo decreto n. 70, de 1890, no qual se lê:

Art. 6º. As escolas mixtas serão regidas por *professoras* e nestas escolas serão admitidos os menores de um e outro sexo.

Art. 7º. Toda escola para discípulos do sexo masculino, que ficar vaga por morte, jubilação ou remoção do professor, será declarada mixta. Assim também será declarada mixta a escola para meninos, que não tiver a frequência legal; passando a ser regida por *professora* [...] (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890, p. 82, grifo nosso).

Como se pode ver, somente as professoras estavam permitidas a reger, além de escolas femininas, as mistas, restando aos homens apenas as escolas masculinas, até que estas fossem transformadas em mistas (fosse por questões de baixa frequência do alunado, fosse pelo fato do professor regente ter falecido, removido ou jubulado). Esse tipo de ação acabava por reduzir cada vez mais o campo de ação dos homens no ensino primário. Posteriormente, até mesmo as escolas masculinas estariam sob responsabilidade feminina. Por exemplo, no quadro de 1914, no qual se sinaliza se a escola era feminina, masculina ou mista, o município de Iguazu contava com 9 escolas mistas, 2 femininas e 3 masculinas. Além da regência feminina atingir todas as escolas femininas e mistas, das 3 masculinas, uma era também regida por professora (QUADRO das escolas públicas elementares, *Jornal do Commercio*, 10 mar. 1914, p. 6)⁴¹.

O que desejamos enfatizar, contudo, é que este processo de abertura do campo do magistério primário para as mulheres, à medida que vai se fechando para os homens, não ocorre de forma natural, sem que haja disputas. Por exemplo, já na década de 1880, na Corte, havia debates acerca da preferência dada às mulheres para o exercício da profissão. Giselle Teixeira (2016) nos mostra, através da revista “O Ensino Primário” de 1885, as reclamações de alguns professores pelos “benefícios” concedidos às mulheres. Consideravam que mulheres não deveriam reger escolas masculinas, pelo menos não para meninos maiores de 9

⁴¹ Este quadro refere-se às escolas públicas elementares estaduais. Fora divulgado em função da redistribuição dos professores e professoras pelo governo estadual. Além deste, há também na mesma página do jornal um quadro com as escolas complementares, porém este não entrou em nosso trabalho, pois, de acordo com ele, em Iguazu não havia escolas complementares neste ano.

anos de idade. Discordavam da opinião de que “os homens teriam muito a se ocupar em um País agrícola e industrial como o Brasil, ao passo que às mulheres não restaria outro meio de vida” (TEIXEIRA, 2016, p.228). Os editores da revista “A Escola” de 1897, dentre outras coisas, afirmavam que as mulheres teriam mais dificuldades em cumprir com suas obrigações docentes, em função da preocupação com a família, situação da qual estariam excluídos os homens. Além disso, a característica mais enérgica do homem conseguiria mais respeito e obediência dos alunos (TEIXEIRA, 2016).

Do mesmo modo como as ações governamentais em prol do ingresso de mulheres na profissão docente causaram tamanho desconforto e disputas na Corte em finais do período imperial e início do republicano, os professores públicos fluminenses não devem ter ficado indiferentes a determinações estatais que valorizavam as mulheres para o magistério primário, como a estabelecida pelo decreto n. 70 de 1890. Com isso, queremos dizer que estes homens que vão se distanciando do magistério, não o fazem necessariamente, de forma espontânea, porque almejam melhores empregos. Eles são, praticamente, retirados de forma compulsória.

O professor Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, do qual falaremos mais detidamente mais adiante, é bastante revelador. Em 1890, após 10 anos de magistério público, de fato, ele sai em busca de outra área profissional, e vai trabalhar como secretário de uma comissão de engenheiros que está para fazer os estudos necessários à construção de uma ferrovia. Contudo, dois anos depois, ele pede para ser readmitido no quadro do professorado estadual. Ou seja, nesta situação, seja por ter sido demitido do emprego anterior ou não, o magistério mostrou-se uma opção viável de trabalho.

Outro fator imprescindível de ser colocado é o de que, ao admitir as mulheres na condição de funcionárias públicas, o Estado não o fazia como uma forma de emancipação feminina. Ao contrário, o simbolismo do patriarcado estava presente nas determinações estatais sobre as professoras. O caso da professora Virginia Martins do Couto é bastante emblemático desta “tutela” sobre a mulher professora. Em 18 de dezembro de 1886, ela contraíra casamento com Pedro da Costa Mattos (FREGUEZIA de São João Baptista, *O Fluminense*, 22 dez. 1886, p. 2). Formada pela Escola Normal, ela é, então, admitida no professorado público. Entretanto, em 1889, exercendo o magistério estadual em Resende, ela se vê questionada sobre sua vida pessoal para poder continuar na condição de professora da localidade. Por ela “viver ausente do marido”, um representante da imprensa local (*Gazeta da Tarde*) escreve ao presidente da província, solicitando que ele dispense a atenção necessária ao caso. De acordo com ele, o inspetor geral não havia cumprido com o regulamento de instrução que determinava que “as mulheres, se forem casadas, deverão apresentar certidão de

casamento; se forem viúvas, a de óbito de seu marido; e se vivem separadas de seus maridos, a sentença que julgou definitivamente a separação, para se avaliar o motivo que a originou”. Pelo relato deste artigo, Virginia Martins do Couto havia apresentado três atestados, um do inspetor de sua freguesia de origem, outro do vigário da mesma freguesia, e um terceiro do juiz de paz dessa mesma freguesia. Os dois primeiros atestavam que ela não era casada nem viúva. Entretanto, o terceiro afirmava que ela era, sim, casada e separada de seu marido. Diante dessas informações conflituosas e, principalmente, do desconhecimento do motivo que levou a professora a separar-se, “diz(ia)m as pessoas bem informadas deste lugar não acharem justa a existencia desta professora neste lugar”. O artigo é encerrado em tom de cobrança de providências do presidente de província: “Esperamos, pois, de V. Ex. a devida justiça” (INECDITORIAES, *O Fluminense*, 21 abr. 1889, p. 3).

Como se pode notar, ser professora pública ia além de ser admitida e realizar corretamente seu trabalho. Havia a necessidade de prestação de contas de sua vida pessoal. Hahner nos mostra que valores morais não eram quesitos necessários apenas às senhoras da elite – esposas e mães de família, enfim, donas de casa – mas eram uma necessidade extensiva às mulheres enquanto profissionais de educação. Sua admissão e aceitação pela sociedade estavam condicionadas ao reconhecimento destes valores em sua conduta. Portanto, não bastava ser uma profissional competente, com domínio dos conteúdos e técnicas de ensino, era fundamental que a professora mantivesse uma postura “digna”, de fidelidade às regras e moral católica (HAHNER, 2003). Por não estar enquadrada nos preceitos morais da época, Virginia Martins tinha sua capacidade profissional questionada.

Podemos concluir, então, que estas mulheres que ingressaram e permaneceram no magistério primário, não estavam ali na condição de simples beneficiárias das benesses do governo. Ao contrário, elas podem ser consideradas como vencedoras de embates e disputas em torno da sua capacidade para o trabalho fora do lar. Contudo, independente das motivações que levaram à feminização do magistério, o fato é que este processo foi o responsável pela inserção das mulheres no mundo do trabalho, permitindo-lhes, muitas vezes, serem elevadas à condição de funcionárias públicas, como verdadeiras agentes dos saberes produzidos nas salas de aula de seu tempo. Dentre as professoras do grupo por nós pesquisado, algumas eram viúvas, mulheres sobre cujos ombros estava a responsabilidade do lar. O magistério foi, sem dúvida, uma conquista não apenas financeira, como também de *status* para essas professoras. Essas mulheres comuns que, dentro de suas possibilidades de ação, atuaram em busca de melhorias tanto pessoais quanto de classe, brancas ou negras, solteiras, casadas ou viúvas, católicas ou de diferentes orientações religiosas, formadas pela

escola normal ou pela prática, foram importantes para os processos de escolarização das camadas mais pobres da população.

2.2.2 Experiências de habilitação/formação para o magistério

Como vimos no capítulo anterior, a questão da formação específica para a docência era muito cara aos discursos dos governantes. Foram muitas as tentativas de intervenções estatais com o intuito de padronizar os conhecimentos necessários para exercício do magistério público estadual. Nesta seção, vamos tentar identificar nas trajetórias dos professores por nós pesquisados quais as experiências de formação ou outras formas de habilitação para o ingresso e permanência no quadro do professorado. Para iniciar esta análise, elaboramos uma tabela na qual sintetizamos as informações sobre os docentes que funcionaram como fio condutor deste capítulo, tais como seus nomes, sua data de admissão no magistério estadual e localidade onde trabalharam em Iguaçu.

Quadro 10 – Professoras e professores que trabalharam em Iguaçu em 1895 e em 1898

Professor/professora	Efetivo ou provisório	Consta no quadro de 1895 e/ou 1898	Localidade na qual trabalhou
Antonina Pessoa de Mello	Efetivo	Em 1898	Piedade
Antonio Vieira da Rocha	Efetivo	Em 1895	Sarapuhý
Ataliba de Macedo Domingues	Efetivo	Em 1895	Piedade
Cecilia Therezina de Freitas	Efetivo	Em 1895	Brejo
Corina M. de Barros Guimarães	Provisório	Em 1898	Piedade
Elisario Marques de Freitas	Efetivo	Em 1895	Brejo
Escholastica Maria da Conceição Bastos	Efetivo	Em 1895	Queimados
Francisco Lopes Lourenço	Efetivo	Em 1898	Merity
Francisco Salles C. Lobato de A. Lima	Efetivo	Ambos os quadros	Marapicú
Garcia Mascarenhas dos S. Silva	Efetivo	Ambos os quadros	Queimados
Isolina Gabriella de Paiva e Silva	Efetivo	Em 1898	Brejo

Izabel Gomes Ferreira	Provisório	Em 1898	Figueira
Januaria Rosa Surville	Efetivo	Em 1898	Queimados
João Bezerra de Paula Paiva	Efetivo	Ambos os quadros	Maxambomba
João Evangelista P. Neves	Efetivo	Em 1898	Brejo
José da C. Drummond Júnior	Provisório	Em 1898	Riachão
Leopoldina de Souza Torres	Provisório	Em 1898	Marapicú
Manoel Vaz Diniz	Provisório	Em 1898	Sarapuhy
Maria Fernandes Belém	Efetivo	Ambos os quadros	S. Matheus
Rita Mattoso Souza Valente	Efetivo	Em 1895	Maxambomba
Virginia Brito	Efetivo	Em 1895	Rio do Ouro
Virginia Martins do Couto	Efetivo	Ambos os quadros	Merity

Fontes: QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de janeiro de 1893 para os efeitos do art. 32 da referida lei, *Jornal do Commercio*, 14 fev. 1896, p. 4 e MONTEIRO, Luiz Alves. *Relatório apresentado ao Dr. Martinho Alvarez da Silva Campos pelo Director da Instrucção Pública*. Rio de Janeiro: Typ. Jeronymo Silva & C., 1898. As informações contidas na tabela acima se referem a partes extraídas destes documentos, não representando uma reprodução dos mesmos na íntegra.

Ao observarmos o quadro 10 (p. 12, percebemos uma maioria de professores efetivos diante de um número reduzido de provisórios. Entretanto, não podemos, com isso, deduzir que em Iguazu, neste período a proporção de efetivos para provisórios fosse exatamente essa. Conforme já dissemos anteriormente, ao apresentarmos o quadro 5 (p. 111), o “*Jornal do Commercio*”, do qual extraímos as informações sobre 1895, publicou um quadro no qual constavam apenas os nomes dos professores efetivos. Logo, não tivemos acesso aos nomes dos professores provisórios de Iguazu neste ano. Sabemos que eles existiam com base no relatório do diretor de instrução que falava sobre este setor no ano de 1895 (OLIVEIRA, 1896). Por este relatório, vimos que em 1895 havia 19 escolas em funcionamento em Iguazu. Sabemos também que cada professor era responsável por uma escola. Se, pela listagem de efetivos, encontramos apenas 12 professores regendo em Iguazu, podemos concluir que as outras 7 escolas que funcionavam no município tinham suas cadeiras ocupadas por provisórios.

Com base nestas informações, percebemos que, em 1895, dos 19 professores em exercício em território iguaçuano, 12 eram efetivos e 7 provisórios. Assim, provisórios representavam aproximadamente 36 por cento do total de seus professores primários. Em 1898, dos 15 professores que constam como regentes em Iguazu, 5 são provisórios,

representando, assim, aproximadamente, 33 por cento de professores provisórios no município em 1898. Vemos que, percentualmente, a quantidade de provisórios não se alterou muito no decurso desses três anos. Já vimos que a lei n. 41 de 1893 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p.19-21) dispunha sobre a possibilidade de professores provisórios habilitarem-se através de exames prestados junto à Escola Normal, tornando-se, assim, efetivos. Em Iguaçú, pelos próximos cinco anos, pelo menos, ainda havia um percentual de pouco mais de 30 por cento de professores e professoras primários que ainda não haviam se submetido a esta opção ou, que, pelo menos, não localizamos requerimentos sobre isso na pesquisa.

Há que se problematizar, também, a categoria de efetivos. De acordo com a lei 41 (1893), além dos que fossem diplomados pela Escola Normal⁴², estavam abarcados por esta nomenclatura e seus respectivos direitos, os que fossem habilitados por esta escola através de exames. Além disso:

Os professores provisórios e vitalícios, não diplomados pela Escola Normal, que até o dia 15 de novembro de 1889 contavam mais de sete annos de exercício effectivo nas escolas publicas do Estado, gozar(iam) as vantagens e regalias conferidas por esta lei aos effectivos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 28).

Assim sendo, não se pode afirmar que todos os professores efetivos que atuavam em Iguaçú e no restante do estado fluminense neste período fossem necessariamente diplomados ou habilitados pela Escola Normal, podendo alguns enquadrar-se nesta terceira possibilidade, a dos que foram efetivados por contarem mais de sete anos no dia da mudança de regime.

Quando pesquisamos as trajetórias dos professores do quadro 10 (p. 124), encontramos registros de alguns que frequentaram a escola normal (Antonio Vieira da Rocha, Ataliba de Macedo Domingues, Virginia Brito e Cecilia Therezina de Freitas) e uma com registro de conclusão desse curso (Virginia Martins do Couto). Há ainda alguns que foram aprovados em concursos de habilitação para o magistério público como efetivos no período republicano (Virginia Britto, Cecilia Therezina de Freitas, Antonina Pessoa de Mello, Rita Mattoso de Souza Valente, Januaria Rosa Surville). Além desses, conseguimos encontrar informações de concurso par reger provisoriamente na última década do período imperial (Antonio Vieira da Rocha, Maria Fernandes Belém, Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, João Evangelista Pereira Neves, João Bezerra de Paula Paiva). As professoras Izabel Gomes Ferreira e Leopoldina de Souza Torres submeteram-se a concurso para continuar regendo como provisórias em 1899. Para os professores provisórios Manoel Vaz Diniz, José da C.

⁴² A Escola Normal em questão é a de Niterói.

Drummond Júnior e Corina M. de Barros Guimarães e os efetivos Elisiario Marques de Freitas, Escholastica Maria da Conceição Bastos, Francisco Lopes Lourenço, Francisco Salles C. Lobato de A. Lima e Isolina Gabriella de Paiva e Silva não localizamos informações.

Vejamos alguns casos, a partir da comparação entre o regime normativo que conhecemos na pesquisa realizada no primeiro capítulo e as informações sobre as trajetórias individuais de formação e ingresso na carreira que emergiram da pesquisa na imprensa, a partir dos nomes dos professores.

Virginia Martins do Couto, que lecionava em Meriti em 1895 e 1898, nomeada como efetiva em 10 de agosto de 1888 (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893, para os efeitos do art. 32 da referida lei, *Jornal do Commercio*, 14 fev.1896, p. 4), foi aluna da escola normal. Em 28 de janeiro de 1882, ela, juntamente com outras 16 candidatas e 9 candidatos, fora julgada habilitada à matrícula na escola normal (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 29 jan. 1882, p. 2). Em 13 de abril de 1888, lê-se o seguinte no jornal “O Fluminense”: “Na relação publicada ante-hontem, por engano foi omitido o nome da Sra. D. Virginia Martins do Couto, que também concluiu o curso da escola (ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, 13 abr. 1888, p. 2). Diante disso, sabemos que Virginia Martins do Couto era diplomada, por haver concluído seus estudos na escola normal. Embora não tenhamos tido acesso à legislação que normatizava as regras para admissão durante o período imperial, como não encontramos registros de concursos para essa professora e sua nomeação como efetiva data de 4 meses após sua diplomação pela escola normal, é possível que já nesse período o ingresso para os formados por essa instituição fosse independente de outros tipos de habilitação.

O professor Ataliba de Macedo Domingues, professor efetivo de Piedade, Iguazu, em 1895, também frequentou a escola normal. Em 1881, ele se candidatava à matrícula na escola normal da província (INSTRUÇÃO Publica, *O Fluminense*, 13 fev. 1881, p. 3). Sabemos que sua matrícula foi efetivada, pois no ano seguinte, ele solicitava, na condição de aluno do 2º ano da escola normal, “uma das pensões da mesma escola”, a qual lhe foi concedida (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 17 maio 1882, p. 2). Se este professor chegou a concluir o curso não nos foi possível descobrir através dos dados dos jornais, porém a próxima informação sobre ele data de 1885, sendo nomeado como professor efetivo do estado para reger a escola do Morro Grande em Araruama, por ser “habilitado pela escola normal”. Não podemos precisar se nesse momento a habilitação refere-se à conclusão do curso ou à submissão a algum tipo de exame de habilitação, tal qual acontecia pela lei n. 41, de 1893, já

que, infelizmente, não tivemos acesso à lei que regulava a admissão do professorado em 1885 (NOTICIÁRIO, *O Fluminense*, 19 abr. 1885, p. 2).

Sobre as professoras Virginia Brito e Cecilia Therezina de Freitas (ambas regentes em Iguçu em 1895, a primeira em Rio do Ouro e a segunda no Brejo, como efetivas), consta no “Jornal do Commercio” o seguinte pedido de ambas: “(...) ex-alumna da extinta Escola Normal, pedindo ser dispensada para o próximo concurso, dos exames que prestou na referida escola, e bem assim que, pela repartição competente lhes sejam passadas as certidões dos mesmos exames”. O despacho para o pedido das duas foi: “Prove o que allega.” (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 16 maio 1892, p. 3). Entretanto, na mesma página deste jornal, encontramos o nome de Virginia Brito sendo chamada à prova escrita de Português para o “Concurso de habilitação para o magistério primário” (LYCÊO de Humanidades em Nitherohy, *Jornal do Commercio*, 16 maio 1892, p. 3).

No mês seguinte, encontramos o nome da professora Cecilia Therezina de Freitas, juntamente com o de outras duas professoras por nós pesquisadas, Antonina Pessoa de Mello (efetiva em Piedade, Iguçu, em 1898) e Rita Mattoso de Souza Valente (efetiva em Maxambomba, em 1895), com a informação de sua aprovação, no dia 17 de junho de 1892, no exame oral de história do Brasil (LYCÊO de Humanidades em Nitherohy, *Jornal do Commercio*, 18 jun. 1892, p. 3). A partir de então, aparecem no jornal, ao longo dos meses de junho, julho e agosto, chamados para realização de exames, bem como o resultado dos mesmos, nos quais constam os nomes das professoras Virginia Brito e Rita Mattoso. Esse processo decorre até que, em 21 de agosto de 1892, ambas aparecem na lista dos “candidatos habilitados para o magisterio primario no concurso effectuado no Lycêo de Humanidades de Nitherohy” (LYCÊO de Humanidades em Nitherohy, *Jornal do Commercio*, 21 ago. 1892, p. 5).

As professoras Antonina Pessoa de Mello e Cecilia Therezina de Freitas aparecem nos jornais realizando exames deste concurso até o mês de julho. A segunda professora possui volume de informações bem menor, sendo poucos os dias nos quais constam seu nome atrelado à realização ou ao resultado de provas. Sabemos que as informações recolhidas apenas através dos jornais podem ser bastante lacunares, entretanto, se de fato, ela teve de se submeter a uma quantidade menor de exames, poderíamos supor que ela teria conseguido dispensa de algumas provas, concluindo antes o processo de avaliação do concurso. Quanto a Antonina Pessoa de Mello, a última ocorrência de seu nome relacionado ao concurso data de 19 de julho de 1892, quando encontramos a informação de que fora nomeada no último dia 15 “para reger, como professora efetiva, a escola dos Campos Eliseos, em Rezende, visto ter sido

julgada habilitada pela comissão examinadora do Lyceo de Humanidades de Niterohy” (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 19 jul. 1892, p. 4).

Desse grupo de professoras que realizaram o concurso, não encontramos referências para Antonina Pessoa de Mello nem para Rita Mattoso de Souza Valente enquanto estudantes da escola normal (matrícula, exames). Porém, em 10 de maio de 1893, na seção de aniversários do jornal “O Paiz”, noticiavam que naquela data completava “mais um ano de existência a distinta professora normalista, dos Campos Elyseos, em Rezende, Exma. Sra. D. Antonina Pessoa de Mello” (ANIVERSÁRIO, *O Paiz*, 10 maio 1893, p. 3). Desta forma, mesmo que nos periódicos não tenhamos encontrado ocorrências que nos levassem a afirmar que Antonina Pessoa tenha passado pela escola normal, é possível que ela tenha, sim, estudado nesta escola.

Já as professoras Cecilia Therezina de Freitas e Virginia Brito, que haviam solicitado dispensa da realização de exames, alegando já os terem prestado na “extinta Escola Normal”, de fato tiveram ocorrências relacionadas a esta escola. Em registros de 1888, encontramos os nomes de ambas em pedidos de matrícula – Cecilia em fevereiro e Virginia em abril (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 05 fev. 1888, p. 1; NOTICIARIO, *O Fluminense*, 04 abr. 1888, p. 1). No mesmo ano, seus nomes aparecem em listas dos alunos do 1º ano da Escola Normal (ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, 16 nov. 1888, p. 2-3). No ano seguinte, apenas o nome de Cecilia Therezina consta na lista dos alunos do 2º ano, enquanto o de Virginia Brito aparece numa “relação de alumnos admitidos a exames pela congregação da Escola Normal”, sem especificação de qual ano estaria cursando (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 06 nov. 1889, p. 1-2).

Quanto ao concurso prestado em 1892 por essas quatro professoras de Iguazu (Virginia Brito, Cecilia Therezina de Freitas, Antonina Pessoa de Mello e Rita Mattoso de Souza Valente), vimos no capítulo anterior algumas referências a ele através da imprensa. De acordo com artigo do jornal “O Fluminense”, além dos professores que já atuavam como provisórios, muitos normalistas se submeteram a esse concurso “ [...] entrando para o magistério primário antes mesmo que seus colegas do 3º anno” (ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, 29 nov. 1892, p. 1).

Talvez isso explique o fato de, apesar de essas professoras terem prestado concurso em 1892, a data de nomeação ou admissão de duas delas ser anterior a este ano. Pelo *Jornal do Commercio* de 14 de fevereiro de 1896, Cecilia Therezina fora nomeada em 13/02/1890, enquanto Antonina Pessoa o fora em 31/12/1890. Esta situação nos leva a refletir sobre a necessidade de se prestar um concurso, apesar de já estar regendo no magistério público

estadual. É possível que sua primeira nomeação tenha sido em caráter provisório (embora não tenhamos encontrado registros sobre isso) e tenham se submetido ao concurso para serem efetivadas.

Recuperamos a fala do então governador fluminense, José Thomaz da Porciúncula, quando afirmou na mensagem à Assembleia de 1892 haver feito passar por exames todos os professores: “[...] o afastamento dos que leccionavam por simples título de habilitação ou nomeação, até que em exames revestidos do cunho de seriedade dessem provas de sua capacidade profissional, de certo modo modificaram as deploráveis condições da instrução publica” (PORCIÚNCULA, 1892, p. 17). Parece ter sido esse o caso dessas professoras que, já em exercício no magistério, prestaram o concurso em 1892. O decreto n. 70, de 1890, em sua abrangência de possibilidades para efetivação no magistério dizia que seriam nomeados professores efetivos aqueles que apresentassem “certificado de aprovação nas respectivas materias, obtida em exames prestados perante as commissões de exames da capital federal, ou nos licêos deste Estado ou perante commissões *ad hoc* nomeadas pelo director de instrucção” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890, p. 83). Assim, o governador Porciúncula estava amparado nesta lei que facultava a realização de provas de habilitação para o magistério.

Em dezembro de 1880, a professora Maria Fernandes Belém (efetiva em Iguazu em S. Matheus, em 1895 e em 1898) se inscrevia como candidata no concurso de professores provisórios para preenchimento das cadeiras públicas primárias (ADMINISTRAÇÃO Pública Provincial, *Jornal do Commercio*, 27 dez. 1880, p. 1). No mês de janeiro do ano seguinte, encontramos registros dos exames prestados por ela e pelos demais candidatos em função deste concurso (INSTRUCÇÃO Publica, *O Fluminense*, 07 jan. 1881, p. 2). Por fim, no mês seguinte, sendo considerada aprovada no concurso, Maria Fernandes Belém, além de outros candidatos, é nomeada professora provisória da escola da Freguesia da Ponte-Nova, em São Fidélis (INSTRUCÇÃO Publica, *O Fluminense*, 11 fev. 1881, p. 2), local onde, aliás, ela já trabalhava como professora particular (CARDOSO, 1881, p. 143).

No ano de 1890, esta professora foi declarada efetiva sem que houvesse neste ato uma possível explicação para sua efetivação (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 19 abr. 1890, p. 1). Ou seja, após quase uma década atuando como provisória, ela é efetivada. Contudo, essa efetivação parece não ter sido tão efetiva assim. Pois, em 7 de fevereiro de 1892, a mesma professora volta a ser citada, com a notícia de que havia sido incluída, juntamente com outros professores igualmente *diplomados*, no quadro dos que continuavam exercendo o magistério estadual (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 07 fev. 1892, p. 5, grifo nosso).

Não encontramos nos jornais ocorrências de que Maria Fernandes Belém tenha estudado na escola normal ou que tenha prestado exames para obter a “diplomação”, o que não significa que essas situações não tenham acontecido. Encontramos, porém, no decreto de 8 de janeiro de 1892, a informação de que a partir daquela data seriam considerados diplomados:

- 1º Os professores que tiverem o curso completo da extinta Escola Normal deste Estado;
- 2º- Os que em consequência da extinção da referida escola, ou por outros motivos, apenas fizeram os dous primeiros annos do curso;
- 3º Os que obtiveram diploma de habilitação em concurso ou exame perante comissão legalmente nomeada antes do decreto n. 70, de 15 de abril de 1890.
- 4º Os diplomados por escolas normaes da Capital Federal ou de outros Estados (DECRETO n.[sic] de 8 de janeiro de 1892, *Jornal do Commercio*, 9 jan. 1892, p. 3).

Diante do exposto pelo decreto que fora assinado por Carlos Balthasar da Silveira menos de um mês antes da confirmação do nome de Maria Fernandes Belém como diplomada no quadro do professorado, podemos pressupor que ela se enquadrava em algumas das situações discriminadas acima. Entretanto, esse decreto, além de ajudar a compreender o contexto no qual a professora fora efetivada, lança luz sobre outro ponto: o questionamento do governador Carlos Balthasar a respeito das nomeações feitas por Francisco Portella. No primeiro capítulo exploramos esse aspecto através de Marieta Ferreira (1989) e das mensagens do presidente do estado à Assembleia. Agora, através do decreto de 8 de janeiro de 1892, essa situação fica bastante evidente. O texto do decreto inicia afirmando que uma parte dos professores não atendia aos requisitos de moralidade e habilitação “indispensáveis” ao “resultado dos sacrifícios feitos pelo Estado com a distribuição da instrução pública”. Por isso, era necessário “firmar quaes sejam [...] os diplomas que habilitão os professores para continuarem na regencia de suas cadeiras”. Além disso, os diplomas de habilitação em concurso ou exame aceitos para efetivação seriam os expedidos antes do decreto n. 70, assinado por seu antecessor, invalidando, assim, quaisquer concursos ou exames realizados no governo anterior.

Percebemos, assim, que a efetivação dada durante o governo de Francisco Portella (em 1890) só se mantinha caso houvesse anuência do governo que o sucedeu (Carlos Balthazar da Silveira). Confirmando essa hipótese, no mesmo artigo do jornal em que o nome de Maria Fernandes Belém era confirmado como diplomada (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 07 fev. 1892, p. 5, grifo nosso), vemos casos de professoras que foram desconsideradas como efetivas, pois os papéis que haviam apresentado para comprovar sua

diplomação foram considerados insatisfatórios, visto “terem apenas completado o primeiro ano da extinta escola normal”.

Outros três professores por nós pesquisados que também tiveram seus nomes confirmados em 1892 no quadro dos professores que continuariam no magistério público estadual foram Francisco de S. C. Lobato de Araújo Lima (efetivo em Marapicú em 1895 e em 1898), João Bezerra de Paula Paiva (efetivo em Maxambomba em 1895 e 1898) e João Evangelista Pereira Neves (efetivo no Brejo em 1898) (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 04 fev. 1892, p. 2). De acordo com o cabeçalho que antecedia o quadro, estes professores estariam sendo confirmados por serem diplomados ou por terem mais de dez anos de exercício. Os dois últimos professores citados haviam, em 1882, participado de concurso para provimento provisório de cadeiras vagas em escolas primárias (ADMINISTRAÇÃO Provincial, *Jornal do Commercio*, 04 set. 1882, p. 1). Em 24 de outubro deste mesmo ano, estes dois professores foram nomeados professores provisórios (QUADRO de antiguidade dos professores efetivos do Estado, em 31 de dezembro de 1895, *Jornal do Commercio*, 14 fev. 1896, p. 4). Diante dessas informações, podemos perceber que, em fevereiro de 1892 (dia em que foram confirmados no quadro do professorado) eles ainda não apresentavam tempo de serviço superior a 10 anos. Desta forma, somos levados a crer que João Bezerra e João Evangelista enquadravam-se em alguma das categorias de diplomados, de acordo com o decreto de 9 de janeiro de 1891, conforme a professora Maria Fernandes Belém. É provável que sua “diplomação” em 1891 fosse devida ao concurso para provisórios ao qual os três docentes se submeteram, já que pelo 3º item das possibilidades de diplomação do decreto constava a aprovação em concursos anteriores a 1890. Já quanto ao professor Francisco de S. C. Lobato de Araújo Lima, não encontramos registros para ele referentes à habilitação ou formação específica. Porém, sabemos que, de acordo com a data de sua nomeação (18/05/1872), ele poderia estar enquadrado no caso dos que continuariam exercendo o magistério estadual por ter mais de dez anos de exercício.

O professor Antonio Vieira da Rocha, regente em Sarapuhy, Iguazu, em 1895, admitido em 20 de maio de 1880, é mencionado como “professor habilitado pela Escola Normal” (INSTRUÇÃO Publica, *O Fluminense*, 02 jun. 1880, p. 2). Ao pesquisarmos por seu nome durante os anos de 1870 e 1879 no site da Hemeroteca, o encontramos em 1878 em uma lista, na qual constavam os que deveriam prestar exame do 1º ano, na escola normal da província (ESCOLA NORMAL da província do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 13 nov. 1878, p. 3) e, no ano seguinte, em outra lista de alunos aprovados em exame do 2º ano da escola normal (ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, 28 nov. 1879, p. 2). Em jornal de março

deste mesmo ano, tomamos conhecimento de sua participação no “concurso para o preenchimento provisório das cadeiras vagas da instrução primaria da província” (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 02 mar. 1879, p. 2). Diante destas informações, sabemos que ele cursou a escola normal (ao menos o 1º e o 2º ano) e que se submeteu a concurso para reger provisoriamente cadeiras vagas no ensino publico primário. De acordo com o quadro consultado no *Jornal do Commercio* de 14 de fevereiro de 1896, para elaboração do quadro 5 (p. 111), sua nomeação data de 26 de maio de 1880. Assim, em 1880, ano em que, de acordo com as informações detalhadas acima, ele deveria estar cursando o 3º ano da escola normal, não encontramos mais registros seus na condição de aluno, mas daí por diante, suas ocorrências são sempre como professor. Como sabemos que o professor Antonio Vieira da Rocha cursou, pelo menos, os dois primeiros anos da Escola Normal, é provável que sua efetivação se deva a isso, já que, como vimos, o decreto de 8 de janeiro de 1892 previa a diplomação nesses casos. Além disso, a lei n. 41 de 1893 afirmava que “as mesmas vantagens e regalias” das quais gozavam os efetivos, competiriam também “aos diplomados [...] pelo decreto de 8 de janeiro de 1892”, confirmando assim, a efetivação realizada um ano antes pelo governador Carlos Balthazar da Silveira (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 28-29).

Inscrito no mesmo concurso do qual Maria Fernandes Belém participou, em 1880, para professores provisórios, estava também o professor Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, que em 1895 e em 1898 regia como efetivo em Queimados (ADMINISTRAÇÃO Pública Provincial, *Jornal do Commercio*, 27 dez. 1880, p. 1), sendo, assim como ela, posteriormente, aprovado nos exames (INSTRUCÇÃO Publica, *O Fluminense*, 07 jan. 1881, p. 2) e nomeado professor provisório da escola do Tahy, em São João da Barra (INSTRUCÇÃO Publica, *O Fluminense*, 11 fev. 1881, p. 2). Após isso, a próxima referência a ele encontrada é a de professor provisório em Conceição de Marapicú, em Iguazu, em 1883 (SAUER, 1883, p. 371). Entretanto, em 1890, quando Maria Fernandes Belém estava sendo efetivada ao quadro do magistério, Garcia Mascarenhas não estava atuando como professor. Ele, então, fazia parte de uma comissão (na condição de secretário) “encarregada dos estudos definitivos da linha de Victoria a Philadelphia” (NOTICIARIO, *Revista de Engenharia*, 14 jan. 1890, p. 347). Em abril de 1892, ele era “readmitido no quadro do professorado” (RIO DE JANEIRO, *Gazeta de Notícias*, 12 abr. 1892, p. 1). Contudo, a primeira referência a ele como professor efetivo encontrada nos periódicos data de 07 de setembro de 1894: “Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, professor effectivo da escola de Queimados, no municipio de Iguassú, pedindo pagamento do custeio pela collectoria respectiva [...]” (SECRETARIA das Finanças, *O Fluminense*, 07 set. 1894, p. 2). Como não foi encontrada nenhuma publicação

com o ato de efetivação do professor Garcia, podemos supor que esta tenha sido fundamentada na lei n. 41, de 1893, que facultava aos provisórios que tivessem mais de sete anos de exercício de magistério no dia 15 de novembro de 1889 os mesmos direitos que os efetivos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 28). Como em 1889, por sua data de nomeação – 08/02/1881 – ele possuía oito anos de magistério público, e, até onde os periódicos puderam nos informar, ele não possuía formação pela escola normal, nem havia se submetido a exames de habilitação para efetivos, enquadrava-se nessa condição.

Os indícios encontrados sobre a professora Januária Rosa Surville (efetiva em Queimados, Iguaçú, em 1898), mostram que ela participou do concurso para professores primários ocorrido em 1893, que fora determinado pela lei n. 41, de 1893, a fim de habilitar professores efetivos para o magistério, do qual falamos pormenorizadamente no capítulo anterior. Em março, consta seu pedido de “inscrição no concurso de habilitação para o magisterio publico primario”. Além dela, são listados vários outros nomes com igual pedido. São 25 nomes femininos e apenas 6 masculinos neste jornal. Dentre estes candidatos, assim como Cecília Therezina de Freitas e Virginia Brito haviam feito em 1892, alguns solicitam dispensa do exame de algumas disciplinas (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 17 mar. 1893, p. 1). Após as informações sobre o concurso, a professora Januária aparece novamente em 1896, no “Jornal do Commercio”, no “Quadro de antiguidade dos professores effectivos do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893, para os efeitos do art. 32 da referida lei” (p. 4). De acordo com este quadro, Januária fora nomeada como efetiva em 05 de maio de 1894.

Quanto aos professores provisórios que constam no quadro do relatório do diretor de instrução de 1898 (MONTEIRO, 1898, anexos), as ocorrências a seu respeito são em pouquíssima quantidade. Aliás, a distinção entre efetivos e provisórios passa, inclusive, por essa diferença no volume de informações existentes nos jornais. Sobre os professores efetivos, foram encontrados diversos dados referentes a licenças médicas, remoções, jubilações, gratificações, dentre outros. Em contrapartida, dos 5 professores provisórios, só foi possível encontrar informações de funcionarização referentes a 4 deles nos jornais, pois sobre a professora Corina M. de Barros Guimarães, provisória em Piedade, Iguaçú, em 1898, o único dado levantado dizia respeito a sua participação em uma festa católica local. E, ainda assim, essas informações eram muito reduzidas, limitando-se a suas nomeações e, em um caso apenas, ao processo da professora Leopoldina de Souza Torres, regente em Marapicú, em 1898, pedindo pagamento de custeio. Este “silêncio” em relação aos provisórios é bastante

eloquente, pois já que, na sua grande maioria, os dados relativos aos efetivos eram inerentes à sua condição de funcionários públicos detentores de certos direitos, pouco ou quase nada se teria a informar sobre os provisórios, uma vez que não gozavam dos mesmos direitos que os efetivos.

Dentre esse grupo de professores desprovidos dos direitos funcionais, temos a professora Leopoldina de Souza Torres. Sua trajetória corrobora a realização de concurso para professores provisórios, prevista na lei 376, de 1897 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 202). Esta professora já exercia o magistério na condição de provisória, haja vista seu pedido de pagamento do custeio, em 1895, referente aos anos de 1893, 1894 e daquele mesmo ano (TRIBUNAL de Contas do Estado do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 08 set. 1895, p. 3; DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, 27 set. 1895, p. 3).

Contudo, em 1899, consta no *Jornal do Commercio*, de 13 de dezembro, seu pedido de inscrição no concurso para professores provisórios (DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, 13 dez. 1899, p. 6). Embora não haja nenhuma outra informação a respeito desta professora entre os anos de 1895 e de 1899 nos jornais, sabemos, através do relatório do Diretor de Instrução, que em 1898 ela estava exercendo o magistério primário em Iguazu na qualidade de provisória (MONTEIRO, 1898, anexos). A menos que entre 31 de julho de 1898 (data em que foi feito o relatório) e 12 de dezembro de 1899 (data em que a professora deu entrada no pedido de inscrição no concurso para provisórios) ela tenha se afastado do exercício do magistério e, por isso, foi necessário o concurso, podemos entender que, mesmo exercendo a profissão, foi necessário submeter-se a concurso para continuar como provisória, assim como já apontava a lei n. 376, de 1897. Infelizmente não encontramos mais informações funcionais sobre Leopoldina após esse pedido de inscrição no concurso para provisórios e, portanto, não podemos confirmar se ela chegou a ser efetivada posteriormente ou não. Pouco mais de dois anos depois do concurso, a professora Leopoldina viria a falecer em Iguazu. Na nota de jornal que seus familiares colocaram no jornal comunicando sobre a missa de trigésimo dia de seu falecimento, não há referências a ela como professora, não nos sendo possível averiguar se ela ainda estava atuando como docente quando veio a falecer (MARAPICÚ, *Jornal do Brasil*, 26 maio 1902, p. 4).

A também provisória professora Izabel Gomes Ferreira, que era regente em Figueira, Iguazu, em 1898, participou do mesmo concurso para provisórios (DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, 13 dez. 1899, p. 6). Até 1915 esta é a única ocorrência sobre ela nos jornais. Porém, neste ano, ela abria um processo solicitando sua nomeação de professora efetiva. O despacho desse processo dizia que a professora não poderia exercer o

magistério como efetiva, visto não ser diplomada (SECRETARIA Geral, *O Imparcial*, 16 abr. 1915, p. 8). Como em 1915, a lei de instrução que estava em vigor era a n. 1200, de 1911, é compreensível esse rigor em relação à exigência de formação pela escola normal para efetivação da professora. Por essa lei, mesmo para provimento do menor cargo dentro da hierarquia docente, o de professor adjunto, era necessária a formação pela escola normal, conforme dito no capítulo anterior, este decreto sequer mencionava professores provisórios ou qualquer outra nomenclatura sem formação/habilitação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 236-24). Também não foram encontradas mais informações funcionais sobre Izabel Gomes Ferreira após essa data.

A partir das trajetórias profissionais dos professores por nós pesquisados, podemos observar que as experiências de formação/habilitação e as formas de ingresso no magistério público primário fluminense foram múltiplas, não sendo possível estabelecer um perfil único para o grupo que exerceu a docência em Iguazu nos anos 1895 e 1898. Encontramos algumas variações nos modos de ingresso no magistério, determinadas em função do governo e/ou legislação vigentes. Enquanto para uns que já atuavam no magistério, a efetivação veio, aparentemente, sem a exigência de qualquer título de habilitação, para outros, mesmo concursos anteriores ou frequência à escola normal, não eram suficientes, estabelecendo-se a necessidade de prestação de exames para habilitar-se e posteriormente ser efetivado. Houve ainda quem ingressasse imediatamente como efetivos, logo após a conclusão do curso da escola normal ou prestando concurso de habilitação. Aos que não se submeteram a essas formas de habilitação, restava o permanente caráter provisório, destituídos de direitos funcionais. Para além disso, essas trajetórias descortinam as mudanças políticas que influenciavam os rumos das carreiras desses professores. Um dia efetivo, no outro, caso o novo governante decidisse, talvez não mais. O jogo político mudava, a sorte dos professores era passível de mudanças também.

Como podemos ver, não há um padrão único de experiências de formação ou habilitação para o magistério no interior do grupo de professores. Essa situação talvez permita-nos compreender melhor a necessidade dos governantes de, a todo o momento, “fazer-se Estado fazendo o magistério”, alterando as regras, seja no sentido de impor mais rigor, seja no sentido de amenizar um pouco as exigências. Esta característica aponta para uma necessidade estatal, nunca plenamente satisfeita, de exercício do controle. Entretanto, a situação estava sempre a escapar-lhe por entre os dedos. Também é possível notar pelas trajetórias individuais o impacto dessas mudanças no aparato normativo, sobre as condições

de ingresso e permanência no magistério, sobre as possibilidades de “fazer-se magistério fazendo o Estado”.

Para facilitar a percepção dos dados trabalhados nesta seção, organizamos um quadro, sintetizando as informações apresentadas.

Quadro 11 - Relação dos docentes iguaçuanos, categorias, experiências de formação/habilitação e ano de nomeação como efetivos

Docentes	Provisório ou efetivo	Experiência de formação/habilitação	Ano de nomeação como efetivo
Antonina Pessoa de Mello	Efetiva	Concurso para efetivos em 1892	1892
Antonio Vieira da Rocha	Efetivo	Frequentou a escola normal (por 2 anos, pelo menos)	Desconhecido
Ataliba de Macedo Domingues	Efetivo	Frequentou a escola normal.	1885
Cecilia Therezina de Freitas	Efetiva	Frequentou a escola normal; Concurso para efetivos em 1892	Desconhecido
Corina M. de Barros Guimarães	Provisória	Desconhecido	Não foi efetivada
Elisario Marques de Freitas	Efetivo	Desconhecido	Desconhecido
Escholastica Maria da Conceição Bastos	Efetiva	Desconhecido	Desconhecido
Francisco Lopes Lourenço	Efetivo	Desconhecido	Desconhecido
Francisco Salles C. Lobato de A. Lima	Efetivo	Desconhecido	1892
Garcia Mascarenhas dos S. Silva	Efetivo	Concurso para provisório em 1880	Desconhecido
Isolina Gabriella de Paiva e Silva	Efetiva	Desconhecido	Desconhecido
Izabel Gomes Ferreira	Provisória	Concurso para provisórios em 1899	Não foi efetivada
Januaria Rosa Surville	Efetiva	Concurso para efetivos em 1893	1893
João Bezerra de Paula Paiva	Efetivo	Concurso para provisórios em 1882	1892
João Evangelista P. Neves	Efetivo	Concurso para provisórios em 1882	1892
José da C. Drummond Júnior	Provisório	Desconhecido	Não foi efetivado.
Leopoldina de Souza Torres	Provisória	Concurso para efetivos em 1893	Não foi efetivada.
Manoel Vaz Diniz	Provisório	Desconhecido	Não foi efetivado.
Maria Fernandes Belém	Efetiva	Concurso para provisórios em 1880	1890/1892
Rita Mattoso Souza Valente	Efetiva	Concurso para	1892

		efetivos em 1892	
Virginia Brito	Efetiva	Frequentou a escola normal Concurso para efetivos em 1892	1892
Virginia Martins do Couto	Efetiva	Diplomada pela escola normal em 1888	Efetivada em 1888.

Fonte: As informações acima foram compiladas do texto que antecede o quadro, no qual consta o detalhamento dos periódicos dos quais foram extraídas estas informações.

Por fim, uma questão precisa ser destacada e diz respeito à relação entre a lotação dos professores de nossa pesquisa e o que apresentamos sobre o ruralismo em Iguazu. Vimos, através de algumas legislações, que a questão do rural e do urbano estava prevista no aparato normativo como pressuposto não apenas da construção de escolas, mas também para o provimento de professores. Pelas legislações, nesse período entre 1895 e 1898, os provisórios e professores efetivos iniciantes seriam destinados a escolas em áreas rurais. Ao avaliar as trajetórias dos professores, infelizmente não nos foi possível averiguar se os locais de sua primeira lotação correspondiam, de fato, a áreas rurais, mesmo porque a maioria deles ingressou no magistério primário estadual em período anterior ao que trata esse estudo, e, talvez, a legislação fosse diferente. Contudo, procuramos averiguar se as áreas com características mais urbanizadas dentro de Iguazu eram realmente ocupadas por professores com mais tempo de serviço e se os professores provisórios estavam todos atuando nas áreas mais rurais da região.

Por exemplo, dentre os professores e professoras que aparecem para o ano de 1898 em Iguazu, grupo no qual constam também os provisórios, temos o professor provisório José da C. Drumond Júnior regendo a escola de Riachão, em Santo Antonio da Jacutinga (1º distrito). Embora não se tratasse de Maxambomba, a sede do distrito, esta era uma região bem próxima da área mais urbanizada. Entretanto, a lei n. 376, de 1897 dizia que o provimento dos provisórios só “se fará(ia) em escolas primárias ruraes” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 202). As provisórias Corina e Izabel estavam lotadas em Piedade, 3º distrito de Iguazu, a primeira na sede do distrito e a segunda, em Figueira. Com um total de 3 escolas, Piedade possuía nesse ano apenas uma escola regida por professora efetiva (Antonina Pessoa de Mello). No 2º distrito, encontramos a provisória Leopoldina de Souza Torres regendo uma das quatro escolas aí existentes. Por fim, o provisório Manoel Vaz estava lotado em Sarapuí, no 4º distrito, denominado Meriti. No 5º distrito (Sant’Ana das Palmeiras), área bastante

identificada com o rural, menos populosa, sequer havia escola primária pública estadual. E no 6º distrito (Pilar), a única escola aí existente tivera o ensino suspenso por falta de frequência.

Quanto aos efetivos, suas lotações demonstram que a antiguidade não necessariamente foi levada em consideração no momento da lotação no território iguaçuano. A lei n. 41, de 1893, em seu artigo, 35 afirmava que “os professores effectivos serão preferidos segundo o gráo de antiguidade e merecimento relativo, sob parecer do Conselho Superior, para o provimento das escolas vagas nas cidades e villas mais importantes” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 20-21). Entretanto, em 1895, a professora Rita Mattoso Souza Valente (que contava, então, com pouco mais de 3 anos de serviço) regia a escola de Maxambomba, umas das localidades “mais importantes” e com características urbanas de Iguaçu.

Em 1898, o professor com mais tempo de serviço em Iguaçu neste momento, Francisco Salles C. Lobato de A. Lima (com mais de 25 anos no magistério estadual) trabalhava em Marapicú, no 2º distrito de Iguaçu, mesma localidade onde regia a professora provisória Leopoldina de Souza Torres. Como se pode notar, neste caso, a efetivação e o tempo de serviço não foram fatores de distinção para lotação entre esses professores.

Quando apresentamos esses dados não o fazemos com o intuito de questionar o cumprimento às determinações que eram dadas em leis. Ao contrário, acreditamos que, de fato, havia uma vontade estatal de produzir a diferença entre o urbano e o rural como parte de um projeto ruralista. Até porque estes são apenas uns poucos casos dentro de um contexto que reproduzia o que estava determinado por lei. Entretanto, como já dissemos anteriormente, não há forças absolutas que determinem o movimento da história. Ela é movida por embates. E nesses embates, o Estado, em alguns momentos tinha que ceder diante da resistência de seu professorado. Em outros, as exceções às regras estabelecidas poderiam ser resultantes de fatores externos aos projetos de instrução pública estatal. Por exemplo, a presença de uma professora provisória em Maxambomba poderia ser justificada pelo fato de não haver professor efetivo interessado em reger nesta localidade, mesmo ela possuindo características mais urbanas. Ou ainda, poderia resultar de questões políticas locais, como apadrinhamentos, por exemplo. Desta forma, mesmo que a vontade estatal fosse manter um professorado, ao menos em tese, mais “preparado” nas regiões mais urbanas, nem sempre isso era possível de ser efetivamente colocado em prática.

2.2.3 Iguaçu: um lugar de passagem?

Quando iniciamos este estudo, desejávamos estudar a história do magistério público em Iguazu. Em 1893, o município possuía apenas uma escola ofertada pela municipalidade e 15 escolas do estado, mas, em 1925, das 29 escolas públicas no município, onze eram municipais (DIAS, 2014). Contudo, o mapeamento de fontes não sustentou a possibilidade de um estudo sobre os professores públicos municipais. Localizamos fontes sobre os professores públicos estaduais que lecionaram em Iguazu. Isso nos levou a pesquisarmos a trajetória dos docentes estaduais de Iguazu. Entretanto, ao encontrarmos o quadro de professores de 1895 e compará-lo com o de 1898, tivemos nosso primeiro impacto: dos 12 listados no primeiro, apenas 5 permaneciam no segundo, ou seja, num prazo de três anos, mais da metade do grupo de professores efetivos já havia mudado. Nos deparamos, portanto, com um grupo de professores itinerantes. Suas trajetórias, na maioria dos casos, “esbarram-se” com Iguazu. À medida que buscávamos informações sobre cada um individualmente na Hemeroteca, constatamos que havia um padrão de experiências dentro deste grupo de professores: a grande mobilidade destes em toda a extensão do território estadual. Contudo, a inicial frustração por não perceber uma relação mais estreita entre estes homens e mulheres e a região por nós estudada converteu-se em uma nova possibilidade de pesquisa. Primeiramente, buscamos identificar se todos haviam ido para Iguazu por vontade própria ou por designação do Estado. Depois, procuramos verificar, na medida do possível, motivações para sua saída do município. No momento em que avaliávamos ingressos e saídas do município iguaçuano, percebemos que, muitas vezes, essas mobilidades guardavam relação com as políticas de funcionarização docente e as questões territoriais.

Além disso, pesquisar professores que não estavam restritos apenas a um município, mas que circulavam por um estado inteiro, permitiu-nos ver que as experiências desse grupo não representavam exatamente as experiências docentes de uma região específica, mas de todo um estado. Isso, de certa forma, favoreceu a utilização do “jogo de escalas”, alterando o foco ora para o município, ora para o estado (REVEL, 1998).

É importante explicitarmos quais eram as regras que normatizavam as transferências de escolas dos professores estaduais. Começamos pelo decreto n. 70, de 1890. Por este decreto estava assegurado ao professor o direito de pedir remoção, e ao Estado, o direito de removê-lo apenas entre escolas dentro do mesmo município, a menos que houvesse suspensão do ensino na escola que regia e não houvesse outra escola vaga no município em questão (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890, p. 83). A lei n. 41, de 1893, confirmava esse direito de ambos, permitindo que os professores fossem removidos a seu pedido ou por motivo de “conveniência pública”, caso fosse proposto pelo Conselho Superior (ESTADO DO RIO DE

JANEIRO, 1893a, p. 20). Em 1897, a lei n. 376 não afirmava claramente que os professores poderiam pedir remoção, dizendo apenas que os professores efetivos “que não aceitem as cadeiras que lhes forem designadas, ficarão em disponibilidade passiva durante um anno e no caso de reincidência serão eliminados do quadro”. Além disso, ao fazer a revisão do quadro dos institutos de instrução pública, o presidente do estado, poderia “extinguir, remover ou transferir os que convier, e distribuirá o pessoal actual do serviço da instrução, respeitadas os direitos adquiridos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1897, p. 202, 203). Ou seja, se, por tempo de serviço ou merecimento, o docente já houvesse adquirido o direito de reger escola urbana, não lhe poderia ser obrigatória a ida para escola rural, por exemplo. Deste modo, o governo teria autonomia para remover seu professorado de acordo com as necessidades da instrução pública, desde que isso não ferisse os direitos já adquiridos pelos professores. Contudo, os professores que não aceitassem as escolas para onde fossem nomeados, por duas vezes, seriam eliminados do quadro. Como vamos tentar compreender as movimentações dos professores que estavam em Iguazu entre 1895 e 1898, a explicitação do conteúdo destas leis será suficiente por ora.

Sobre as relações guardadas com Iguazu, alguns fatores são relevantes. A primeira questão que tentamos responder foi se essas professoras e professores chegavam lá por sua própria vontade ou por interesse estatal. Como já dissemos algumas vezes, a pesquisa com base nos dados dos periódicos da época, apoiada apenas no dispositivo de busca da Hemeroteca pode ser, por vezes, bastante lacunar. Em função disso, dos 17 professores efetivos, encontramos informações precisas sobre o momento exato em que 12 professores rumam para Iguazu. Desses 12, a maioria foi removida para Iguazu durante a década de 1890. Vejamos como foi essa movimentação.

O professor efetivo Francisco Salles Cordeiro Lobato de A. Lima já aparecia em 1881 trabalhando na freguesia de Marapicu, em Iguazu, pedindo, porém, para ser removido para Valão do Barro, em São Sebastião do Alto (ADMINISTRAÇÃO Pública Provincial, *Jornal do Commercio*, 24 jun. 1881, p. 1). Seu pedido fora atendido. Porém, em 1886, ele aparece, novamente sendo removido, dessa vez, de Valão do Barro de volta para Marapicu. Essa remoção não conta com a informação “a pedido”, o que nos leva a crer que ele fora designado pelo Estado (PROVÍNCIA do Rio, *Diario de Noticias*, 23 jan. 1886, p. 2). A partir daí, seus registros na Hemeroteca deixam de estar ligados a Iguazu em 1902, quando consta como professor de Teresópolis (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 16 fev. 1902, p. 1).

A professora efetiva Escholastica Maria da Conceição Bastos, regente em Queimados, Iguaçú, em 1895, apresenta poucos registros nos periódicos. Além do quadro do *Jornal do Commercio*, de 1896, não encontramos outra ocorrência que a ligasse a Iguaçú ou a qualquer outro município após essa data, já que neste mesmo ano ela pedira jubilação e fora atendida (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 15 ago. 1896, p. 3).

Em fevereiro de 1895, o professor efetivo Elisiario Marques de Freitas pedia remoção da escola pública de Areal, no município de Paraíba do Sul, para a do Brejo, em Iguaçú (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 02 mar. 1895, p.2). Entretanto, no ano seguinte, por permuta⁴³, ele segue para a escola de Valença (ESTADO DO RIO, *Jornal do Brasil*, 9 maio 1896, p. 1).

Antonio Vieira da Rocha, professor efetivo, regia na escola masculina de Cordeiros, em Niterói, mesma localidade onde sua esposa, a professora Maria Candida da Rocha, regia a escola feminina, em 1886 (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 06 ago. 1886, p. 1). Contudo, seu próximo registro funcional em periódicos data de 1893, no qual consta que este professor estava em disponibilidade (SECRETARIA do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 29 abr. 1893, p. 2). Em 1895, ainda em disponibilidade, ele pede remoção para a escola da Cova da Onça, em Niterói. Não há despacho para esse pedido (DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, 24 abr. 1895, p. 2). Entretanto, meses depois, ele é designado para a escola de Sarapuí, em Iguaçú (SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, 05 dez. 1895, p. 3). Em 1897, ele entra com pedido de jubilação, o qual é negado, por não se verificar “em relação a esse professor a condição de inhabilitação para o magistério publico, produzida por moléstia, como exige o art. 1º da lei n. 40, de 21 de janeiro de 1893, para que possa o empregado gosar da inactividade permanente e remunerada” (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 27 out. 1897, p. 5). Apesar de alegar problemas de saúde em seu pedido de jubilação, o professor Antonio Vieira é citado em dois episódios na cidade de Niterói. Primeiramente compondo banca examinadora de exames de escolas municipais (NITHEROHY, *Jornal do Commercio*, 18 nov. 1897, p. 2). Depois, presidindo reunião bastante conturbada dos devotos de N. S. da Penha (NITHEROHY, *Jornal do Commercio*, 21 dez. 1897, p. 3). Por essas situações, podemos ver que a vida do professor Antonio estava consolidada em Niterói. Inclusive, sua esposa continuava trabalhando como professora nessa

⁴³ A permuta através da qual o professor Elisiario Marques de Freitas deixou Iguaçú para ir reger em Valença foi, na verdade, uma permuta tripla. Permutaram entre si os professores Elisiario Marques, Leolino Augusto Castello Branco Tavares e Bernardina Genoveva de Oliveira, “de modo que o primeiro passe para a 1ª escola da cidade de Valença, o segundo tenha exercício na 3ª do sexo feminino da mesma cidade e a última na do sexo masculino do arraial do Brejo em Iguassu” (ESTADO DO RIO, *Jornal do Brasil*, 9 maio 1896, p. 1).

cidade, numa escola situada em casa cujo proprietário era Antonio Vieira da Rocha, para o qual o Estado pagava aluguel (SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, 19 ago. 1896, p. 4). É provável que, em função de seus vínculos com a cidade de Niterói, em 1898, ele tenha abandonado o emprego em Iguazu, motivo pelo qual fora exonerado (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 11 jun. 1898, p. 4).

O professor efetivo João Bezerra de Paula Paiva, em 1892, pediu remoção da escola à qual regia na Tapera, em Saquarema, para a de Maxambomba, em Iguazu (ACTOS Officiaes, *Jornal do Brasil*, 14 fev. 1892, p.2). Não sabemos, ao certo, quando e em quais circunstâncias (se a pedido ou por designação) o professor João Bezerra fora removido de Iguazu. O que temos de registro é que em 1901 ele ainda regia em Maxambomba (*O Fluminense*, 22 nov. 1901, p. 1). Porém em 1904, quando Nilo Peçanha reorganizou o quadro dos professores públicos, o professor João Bezerra consta no primeiro distrito da cidade de Resende (PEÇANHA, 1904, p. 55). Não sabemos se antes desta reorganização ele já estava nesta cidade ou se foi para lá em função dela.

Quanto à professora efetiva Isolina Gabriella de Paiva e Silva, no quadro do *Jornal do Commercio* que se referia aos professores em 1895, seu nome está relacionado à escola de Santana de Macacu (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de janeiro de 1893 para os efeitos do art. 32 da referida lei, *Jornal do Commercio*, 14 fev. 1896, p. 4). Sabemos pelo relatório do diretor de instrução que, em 1898, ela estava em Iguazu, mas não sabemos como nem quando se deu sua remoção (MONTEIRO, 1898, anexos). Todavia, em 1901, a professora Isolina comparece na Gazeta de Petrópolis como regente em um grupo escolar em Rhenania, Petrópolis (REFORMA da instrução, *Gazeta de Petrópolis*, 21 mar. 1901, p. 1). Nesse caso também não nos foi possível averiguar se ela fora removida de Iguazu para Petrópolis, ou se houve outra mudança anterior, nem quando se deu sua saída de Iguazu.

O professor efetivo João Evangelista Pereira Neves, que em 1896 atuava em Araruama (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 14 fev. 1896, p. 4), no ano seguinte fora removido para a escola do Brejo, em Iguazu, pela qual solicitou 30 dias de prazo para entrar em exercício (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 17 ago. 1898, p. 2). Assim como o professor João Bezerra de Paula Paiva, seu próximo registro é na mensagem de Nilo Peçanha à Assembleia, de 1904, no quadro de redistribuição do magistério, como professor em Santana, no município de Barra do Piraí (PEÇANHA. 1904. p. 55). Deste modo, sua mudança para Iguazu pode não ter sido desejada, já que não consta o termo “a pedido”, ou “conforme requereu” em sua remoção. Por

outro lado, pelos dados colhidos, não nos foi possível saber se sua saída deste município foi a pedido ou determinada pelo Estado.

Conforme já expusemos no tópico anterior, o professor efetivo Garcia Mascarenhas de Souza Santos, após ser readmitido no quadro do professorado público em 1892, ficando em disponibilidade por dois meses, foi designado, a pedido, para reger a escola de Queimados, em Iguazu (ACTOS Officiaes, *Jornal do Brasil*, 4 jun. 1892, p. 2). Sua saída de Iguazu também não pôde ser apurada, tendo em vista que não encontramos processos de remoção com origem em Iguazu nos jornais, apenas sua remoção, a pedido, de uma escola em Itaboraí para outra em Macaé, em 1902 (ESTADO do Rio, *Jornal do Brasil*, 06 maio 1902, p. 2).

A docente efetiva Maria Fernandes Belém, em 1890, era removida, a pedido, da escola de Sant'Anna, em Piraí, para a escola de São João Baptista de Merity, Iguazu (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 19 abr. 1890, p. 1). Cinco anos depois, ela era, novamente, removida, a pedido, da escola da Pavuna, em Iguazu para a de São Mateus, no mesmo município (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 20 jul. 1895, p. 4). O caso da professora Maria Belém permite ainda observar a itinerância dentro do mesmo município, entre curtos períodos de tempo, o que demonstra que estar lotada em um município não era garantia de permanência de oferta da instrução numa mesma localidade.

Esta professora também utilizou-se da possibilidade de permutas entre professores, para em 1906, sair da escola de Tinguá, em Iguazu, para a escola de Pinheiro, em Piraí. A permuta foi realizada com a professora Felisberta do Carmo (*O Fluminense*, 11 mar. 1906, p. 1). É interessante notar que, 16 anos após pedir remoção de Piraí para Iguazu, ela, então, faz o movimento contrário, saindo de Iguazu para Piraí, porém para localidade diferente daquela de origem.

Assim como ela, outro professor de nossa pesquisa, Francisco Lopes Lourenço, também permutou de uma escola a outra. Ele saiu da escola do Caju, em Maricá, para a escola de Merity, em Iguazu, em permuta com Eliziario Augusto da Motta (SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, 08 jul. 1898, p. 3).

Em 1897, a professora efetiva Antonina Pessoa de Mello pedia remoção da escola de Rocha Leão, em Barra de São João, para Iguazu, porém o despacho a seu pedido é “prejudicada” (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 15 set. 1897, p. 1). Embora não haja registros nos jornais consultados, posteriormente a professora conseguiu a remoção, pois em janeiro de 1898, ela aparece com pedido de custeio para a 9ª escola de Iguazu, onde era regente (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 22 jan. 1898, p.

2). A professora egressa de Iguaçú no ano seguinte, após ter sido eliminada do quadro do magistério estadual (ESTADO do Rio, *O Paiz*, 24 nov. 1899, p. 2).

A professora efetiva Virginia Martins do Couto, também a pedido, foi removida da escola de Amaya, em S. Gonçalo, para a de Meriti, em Iguaçú, em 1895 (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 07 set. 1895, p. 3). Entretanto, em abril do ano seguinte, Virginia teve problemas com o proprietário do prédio escolar, do qual teria sofrido desacato, conforme se pode ler na nota do jornal: “Pediram-se ao Governo providências relativamente ao fato de ter sido a professora D. Virginia Martins do Couto, desacatada pelo proprietário da casa onde funciona a escola de Merity, em Iguaçú” (DIRECTORIA de Instrucção, *Jornal do Commercio*, 26 abr. 1896, p. 2). A partir de então, a professora Virgínia Martins inicia uma série de licenças que se prolongam até agosto de 1898, quando a escola feminina de Meriti tem o ensino suspenso e a professora é removida para a escola masculina de Sodrê, em Magé (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 10 ago. 1898, p. 4).

Sobre o professor efetivo Ataliba de Macedo Domingues, pouco pôde ser averiguado sobre o tempo que ficou em Iguaçú. Sabemos que em 1892 ele trabalhava em Cantagalo (RIO DE JANEIRO, *Gazeta de Noticias*, 07 maio 1892, p. 1) e que em 1895 estava em Iguaçú (*O Fluminense*, 02 mar. 1895, p. 1). No ano seguinte, ele pedia remoção da escola de N. S. da Piedade, onde trabalhava, para a de Meriti, no mesmo município, o que não foi deferido (SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 01 mar. 1896, p. 2). O último registro sobre sua docência em Iguaçú data de 1897, ainda em Piedade (TRIBUNAL de Contas, *Jornal do Commercio*, 20 jul. 1897, p. 2). Após isso, só tornamos a encontrá-lo em 1900, como professor na escola de Ponta Grossa, Maricá (*Gazeta de Petropolis*, 23 ago. 1900, p. 1).

Poucos são os vestígios sobre a professora efetiva Cecilia Therezina de Freitas encontrados nos jornais. Durante a década de 1890, são raras as suas ocorrências em periódicos. Sabemos, contudo, que em 1893 ela já estava lecionando em N. S. da Piedade, Iguaçú (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 03 fev. 1893, p. 1) e que em 1897 fora removida da escola feminina do Brejo, em Iguaçú, para a masculina de Aperibé, em Santo Antonio de Pádua, sem informação se fora a pedido ou não (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 27 abr. 1897, p. 4).

Entre os anos de 1894 e 1897, a professora efetiva Rita Mattoso de Souza Valente aparece nos jornais como professora em Maxambomba, Iguaçú (SECRETARIA de Estado das Finanças, *O Fluminense*, 08 dez. 1894, p. 2; SECRETARIA das Finanças, *O Fluminense*, 10

jul. 1897, p. 2). No ano seguinte, ela vem a falecer, sem que haja indícios de remoção no período antecedente (*O Fluminense*, 19 fev. 1898, p. 4).

A professora efetiva Virginia Brito, ao ser readmitida no quadro do magistério público, estando, portanto em disponibilidade, pediu para ser nomeada para a escola do Rio do Ouro, em Iguazu, no ano 1895 (DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, 10 jun. 1895, p. 4). Dois anos depois, ela fora designada para a escola feminina do Carvão, em Barra do Piraí. Nesta designação também não consta a informação de que a remoção tenha se dado a pedido (SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 31 jul. 1897, p. 4).

Por fim, a professora Januária Rosa Surville, diferentemente dos demais, fora removida para Iguazu, a pedido, em 1896 (SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 23 ago. 1896, p. 4), permanecendo aí por, pelo menos, 30 anos, até quando não encontramos mais informações nos periódicos sobre essa docente (INSTRUÇÃO Publica, *Diario de Noticias*, 14 nov. 1930, p. 15).

Com base apenas nos dados de movimentação desses docentes em relação a Iguazu, já podemos perceber a grande mobilidade dos mesmos. Se fôssemos nos limitar a esses dados poderíamos supor que esta era uma questão de Iguazu, como uma espécie de “lugar de passagem”. Entretanto, quando observamos as trajetórias individuais por completo, percebemos que, ao longo de sua vida funcional, são constantes as transferências entre escolas. Estes professores aparentam ser “nômades”. Esta característica leva-nos a crer que a não permanência deles em Iguazu não está necessariamente relacionada ao local, mas a uma característica da categoria profissional neste período.

Pode-se dizer que nenhum dos professores efetivos permaneceu no mesmo município onde iniciou o magistério. Mesmo a professora Januária Rosa Surville, que consta como professora em Iguazu no quadro de 1898, e que, de fato, passou praticamente toda sua vida docente em Iguazu, deu início no magistério público estadual atuando em São Gonçalo (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de janeiro de 1893 para os efeitos do art. 32 da referida lei, *Jornal do Commercio*, 14 fev. 1896, p. 4). Posteriormente, fora removida a pedido para Queimados, em Iguazu (SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 23 ago. 1896, p. 4), aí permanecendo até, pelo menos, 1930, ano de seu último registro em jornais (INSTRUÇÃO Publica, *Diario de Noticias*, 14 nov. 1930, p. 15).

Contudo, ao que parece, Januária é exceção, e não a regra. Os demais professores efetivos aparecem, ao longo de suas trajetórias, em constante itinerância. Embora alguns eventos de deslocamento se deem, como no caso de Januária, a pedido do professor, em outros, eles são designados pelo Estado para ofertar instrução em localidades algumas vezes muito distantes daquelas onde estavam lotados. Assim, é comum ver professores removidos “por conveniência do ensino”, sendo transferidos, por exemplo, de Resende para Barra de São João (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 14 set.1897, p. 3)⁴⁴.

Organizamos um quadro com as informações acima sintetizadas para melhor visualização dos dados coletados.

⁴⁴ Esta informação refere-se à professora Antonina Pessoa de Mello, a qual, logo em seguida, seria designada, a pedido, para Iguazu.

Quadro 12 – Ano e motivos das remoções para/de Iguazu e tempo de permanência dos professores efetivos de 1895 e de 1898 no município

Professor/ Professora	Ano de remoção para Iguazu	Motivo da remoção	Ano de remoção de Iguazu	Motivo para a remoção	Tempo de permanência no município
Francisco Sallles C. Lobato de A. Lima	1886	Designado pelo Estado	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Elisario M. de Freitas	1895	A pedido	1896	Permuta	1 ano
Antonio Vieira da Rocha	1895	Designação do Estado	1898	Exoneração	3 anos
João Bezerra de Paula Paiva	1892	A pedido	Desconhecido	Desconhecido	9 a 12 anos
Garcia M. dos Santos Silva	1892	A pedido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Maria Fernandes Belém	1890	A pedido	1906	Permuta	16 anos
Virginia Martins do Couto	1895	A pedido	1898	Suspensão do ensino na escola	3 anos
Cecilia Therzinha de Freitas	1893(?)	Desconhecido	1897	Designada pelo Estado	4 anos (?)
Virginia Brito	1895	Designação do Estado	1897	Designação do Estado	2 anos
João Evangelista P. Neves	1896	Designado pelo Estado	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Januaria Rosa Surville	1896	A pedido	Desconhecido	Desconhecido	34 anos ou mais
Antonina Pessoa de Mello	1897	A pedido	1899	Eliminação do quadro	2 anos
Francisco Lopes Lourenço	1898	Permuta	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Rita Mattoso Souza Valente	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Isolina Gabriella de Paiva e Silva	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Ataliba de M. Domingues	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Escholastica Maria da C. Bastos	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido

Fontes: Dados recolhidos através de busca nominal no site da Hemeroteca, conforme detalhado ao longo do texto acima.

Pela quantidade de informações desconhecidas, é possível avaliarmos as lacunas que este tipo de pesquisa apresenta. Entretanto, mesmo diante da ausência de alguns dados, é possível fazer algumas ponderações sobre as informações acima. Um primeiro dado importante é a quantidade de remoções ocorridas a pedido dos professores para Iguazu. Mesmo as que constam com “designado pelo Estado” podem ter sido requeridas pelo professor, sem que, contudo, essa informação constasse no jornal. Esse tipo de informação

nos sugere que Iguaçu não representava, nesta última década do século XIX (na qual acontece a maior parte dessas remoções), um lugar indesejável. Ao contrário, podemos supor que, mesmo os que iam lá trabalhar compulsoriamente não se sentiam desagradados, já que, dentre os professores cujos motivos para sair de Iguaçu foram identificados, apenas dois manifestaram o desejo de sair, através de permuta. Entretanto, aqueles que contam com a inscrição “designado pelo Estado”, podem ter requerido a remoção deste município. Para além das motivações para remoção, precisamos voltar nosso olhar para o tempo de permanência destes professores e professoras em escolas iguaçuanas. Embora haja um professor que trabalhou em Iguaçu entre 9 e 12 anos, outra professora que permaneceu no município por 16 anos e outra com permanência de 34 ou mais anos nesta região, a maior parte dos professores e professoras de que se têm informações não chegava a cinco anos trabalhando em Iguaçu.

Deste modo, não seria correto afirmar que Iguaçu seja um lugar de passagem, mas que, para esse professores e professoras, a experiência do magistério público primário a serviço do estado fluminense foi um constante estar de passagem, pelo menos em boa parte do tempo. As motivações para este aparente “nomadismo” são as mais diversas, podendo ir desde questões pessoais, até questões políticas e, principalmente, determinações governamentais. Afinal, nem sempre aquilo que era priorizado pelo Estado como local a ser escolarizado configurava-se também como destino prioritário para os homens e mulheres que encampavam o magistério primário estadual. Essas posições destoantes poderiam gerar a necessidade de um constante ir e vir, até que se encontrasse um lugar de paragem (até que, talvez, o Estado decidisse mudar isso). Este “estar de passagem” do professorado primário revela um “fazer-se” magistério que nem sempre está em consonância com o “fazer-se” Estado.

3 OS “TROPEIROS” DA INSTRUÇÃO: O FAZER-SE MAGISTÉRIO ALÉM DE IGUAÇU

[O tropeiro] foi aquele homem destemido e laborioso – que (tanto na sua empresa rural, como a reponer as tropas de alimárias, por longo tempo e distância) se constituiu no formador de comunidades rurais e urbanas [...]. Homem, quiçá rude, ao mesmo tempo dócil, porque lapidado pelas arestas de sua faina a desbravar caminhos inóspitos [...].
(FRAGA, 2004, p. 601).

Quando utilizamos a alegoria do tropeiro para representar os professores e professoras cujas trajetórias perseguimos, nos pautamos, principalmente, na característica que ambas as figuras históricas apresentam de itinerância, nesse ir e vir em função do ofício. Um ir e vir que não se limitava ao exercício de seu trabalho, mas que foi fundamental na conformação cultural das localidades para onde rumavam.

Lucimara Fitz nos afirma que os moradores se reportavam aos tropeiros, “ou aos feitos desses personagens históricos que fizeram do seu trabalho uma ponte ligando diversificadas e diferenciadas culturas”, com “admiração e confiança” (FITZ, 2013, P. 15). Não se tratava, portanto, apenas de conduzir as tropas de um ponto a outro, abastecendo de gado as regiões mais interioranas, mas também de estabelecer trocas que iam além do comercial, num intercâmbio de costumes, de informações, conectando, de certa forma, urbano e rural, contribuindo na formação de povoados.

Quando pensamos nas trajetórias das professoras e professores de nossa pesquisa, vemos como suas experiências se assemelham ao tropeirismo. Transitando entre rural e urbano, de porto em porto, de trapiche em trapiche, de vila a cidade, de campo a cidade, iam levando o projeto de instrução primária a diferentes territórios. Se estabelecermos a relação desta analogia com Iguaçu, vamos ver como um território que apresentava confluências entre urbano e rural, com seus caminhos fluviais, de terra ou sobre trilhos, ocupando, assim o lugar de “entreposto comercial”, combinado com produção agrícola (BEZERRA, 2008, p. 31), estava inserido no contexto de escolarização. Foi por esses caminhos que trilharam nossos docentes, como “vértices do ensino” (DIAS, 2014, p. 214), uma vez que mais do que a presença do prédio escolar, era a presença do docente a condição principal de oferta de instrução.

Os quadros que consultamos e de onde foram retirados os nomes dos docentes que norteiam essa pesquisa, nos mostram que nos anos de 1895 e 1898 as escolas já eram pensadas como parte constituinte de uma rede, a qual se pretendia normatizar através de um aparato, que determinava onde deveria haver escolas e de qual tipo. Afirmamos isso porque essas escolas públicas estaduais eram então identificadas por números e nomes dos locais. Entretanto, essas identificações eram, de certa forma, fluidas, uma vez que os interesses de manter, fechar ou abrir em outros lugares as escolas poderiam mudar conforme o tempo, os governos, os interesses locais. Ainda assim, tratava-se de uma rede de escolas regulada pelo Estado, mas que se personificava na figura do professorado. Amália Dias (2014) demonstrou como, entre as décadas de 1920 e 1950, o que ainda predominava nessa região era o modelo de escola isolada (agora, com imbricações com o modelo de seriação), na qual o professora/a professora era a representação do ensino. Mesmo neste período, a autora percebe intensa movimentação dos docentes, que iam de uma escola a outra. Dias identifica esta movimentação como um dos “fatores que indicam o dinamismo dos processos de escolarização, dos esforços, das tentativas e das dificuldades de institucionalização da escola primária” (2014, p. 218).

É partindo desta ideia de “dinamismo dos processos de escolarização” que mantemos a operação teórico-metodológica até aqui assumida, de olhar para as trajetórias docentes comparando-as com o aparato estatal. Assim, nos cabe, agora, examinar as experiências dos docentes para além de Iguazu, uma vez que o “fazer-se Estado fazendo o magistério” envolvia mais do que o “fazer-se magistério fazendo Iguazu”. Afinal, nossos “tropeiros” da instrução não se limitaram ao território iguaçuano. Deste modo, não é possível pensarmos, para este período, em trajetórias docentes do professorado estadual exclusivas em Iguazu. As experiências vivenciadas por esse grupo de professores e professoras extrapolam os limites da região e perpassam o estado fluminense. Em função disso, passamos agora para a análise de experiências docentes que dizem respeito à sua condição de funcionários públicos e às suas vivências associativas, as quais se deram em diversos lugares do estado fluminense, ao longo de sua vida.

Essa “itinerância” docente deve ser compreendida como uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que poderia refletir os anseios do professorado por trabalhar em localidades diferentes das determinadas pelo Estado, ela era também determinada pelas demandas criadas pelo processo de escolarização do estado fluminense. As questões territoriais, tais como as prioridades estabelecidas entre urbano e rural, ou como concentração populacional estavam diretamente relacionadas à abertura e ao fechamento de escolas, ocasionando a movimentação

dos professores e professoras primárias a fim de atendê-las. Conforme mencionado no primeiro capítulo, vivia-se um momento de “entusiasmo” pela educação, no qual se entendia que a instrução deveria ser estendida a todos em prol do “progresso” social. Sendo os professores e professoras, nesse período, a personificação da instrução, uma vez que cada escola contava, quase sempre, com apenas um desses profissionais, sendo eles seus “regentes”, a oferta da instrução em determinada localidade em detrimento de outra, acarretaria a transferência de algum docente para a primeira e a retirada do que estivesse regendo a segunda.

Dentro deste contexto, é possível refletir sobre as agências desses homens e mulheres da instrução pública primária, na tentativa de agir sobre essa questão. Se pensarmos que a abertura e fechamento de escolas eram determinados por quantitativos de alunos que as frequentavam, pelas condições de higiene do prédio escolar, dentre outras questões, podemos imaginar o quanto o professorado poderia influenciar nisso, uma vez que era ele o responsável pelo preenchimento da documentação na qual, via de regra, se baseava para tomar tais atitudes. É certo que não eram apenas os docentes que determinavam isso. Eles faziam parte do processo, nem sempre sendo determinantes.

Algumas vezes, para além das questões que já pontuamos (rural x urbano, contingente populacional), o jogo político local determinava o fechamento/abertura de escolas. Em artigo do jornal “Gazeta de Notícias”, é relatada uma situação de transferência de uma escola de Saquarema para outra localidade dentro do município, a qual teria sido motivada, segundo o autor do texto, por questões da política local. O artigo inicia assim:

Foi com verdadeira surpresa que lemos, no Jornal do Commercio de 1º do corrente, a publicação d’este decreto, pelo qual o honrado presidente do Estado transferiu a escola feminina da séde d’esta cidade parao Sacco, onde não há dez casas; e tanto maior foi a nossa surpresa, por constituir este acto uma infracção do dec. n. 27 de 20 de março de 1893, que só permite ao governo tranferir uma escola para outro ponto, quando a frequencia media for inferior a dez alumnos, durante seis mezes, sem cauza extraordinaria justificada; devendo essa transferencia ser para outro ponto que offereça melhores condições; art. 26 da lei citada (O DECRETO n. 696, de 26 de maio de 1895, *Gazeta de Notícias*, 07 jun. 1895, p. 3).

Então, o autor do artigo passa a discorrer sobre o fato da escola contar com número superior a 30 alunas, dentre as quais muitas revelavam adiantamento nos estudos, e que, em função da transferência ficariam privadas dos estudos, uma vez que a localidade para onde se transferia a escola era muito distante e elas não teriam condições de realizar o trajeto. Além disso, considerava-se uma injustiça com a professora, que já lecionava na localidade havia mais de dezesseis anos, “com applausos dos paes das suas alumnas, que n’ela reconhecem o exemplo da assiduidade, applicação e zelo no desempenho de tão espinhoso encargo [...]”.

Para confirmar as informações dadas, o autor cita os inspetores gerais de ensino que já haviam visitado a escola e atestado tais dados nos livros da mesma.

Diante de um quadro no qual, aparentemente, não haveria justificativas legais para a transferência da escola, revela-se o motivo que, de acordo com o autor, teria motivado essa transferência:

Admira que V. Ex., republicano histórico, que dizem ser, tenha subscripto semelhante acto do seu ministro do interior, e por honra de V.Ex., só podemos attribuir a falsas informações ministradas por inimigos do marido da illustre professora, um dos prestigiosos chefes do partido autonomista deste municipio [...] De há muito que os amigos do Dr. Oscar promettem supprimir a escola ou remover a professora, não encontrando, como ainda hoje não encontram, motivo decente em que fundassem tão descommunal pretensão; e só por este modo poderiam conseguir a realização das suas promessas, sacrificando os interesses da illustre senhora, com preterição dos interesses da população d'esta cidade; *fazendo da instrução pública o agente da sua mesquinha politicagem, com detrimento da propria instrucção* (O DECRETO n. 696, de 26 de maio de 1895, *Gazeta de Noticias*, 07 jun. 1895, p. 3, grifo nosso).

A situação narrada pelo autor do artigo (“um republicano histórico”), mesmo que, talvez motivado por questões pessoais ou políticas, demonstra com clareza como o jogo político local poderia intervir nas questões inerentes à instrução pública. Neste caso, a transferência da escola devia-se, segundo o autor, a divergências político-partidárias entre algumas autoridades locais e o marido da professora. Porém, poderia haver casos de professores que eram beneficiados ou prejudicados em função de sua própria relação com as autoridades locais. Vejamos parte de um artigo do jornal *O Fluminense*, a respeito dos problemas apresentados na instrução pública:

Porque diz o regulamento: o professor effectivo é vitalicio, não poderá ser removido, salvo o caso de processo, etc.; mas nós vemos que há meios tortuosos para remover esses professores, porque se ele não agrada, supprime-se a escola [...] Depois disto, restabelece-se outra vez a escola, e nomeia-se outro professor e, já se sabe, provisório. Ora, isso não é serio tratando-se da instrucção pública. A inspecção escolar feita atualmente não póde continuar, porque basta dizer que é feita pela politicagem local. A Camara Municipal está representada pelo chefe político da localidade, sujeito às paixões. De maneira que se o professor o acompanhava nos seus caprichos, embora este professor não leccione e ande passeando pela Capital Federal, não se lhe negga o attestado, os mapas que ele apresenta são assignados sem o menor exame; se ele porém não se quer immiscuir na politicagem, é removido ou substituído muitas vezes por um analphabeto, um individuo que não sabe ler nem escrever, e que até supprime syllabas no seu proprio nome (INSTRUCÇÃO PUBLICA, *O Fluminense*, 15 jan. 1896, p. 1).

A citação é longa, mas dá conta de explicitar certos meandros pelos quais poderia passar a localização das escolas primárias estaduais neste período. De acordo com este artigo do jornal *O Fluminense*, não apenas a relação do professor com as autoridades locais, mas também a dos proprietários dos prédios escolares com estas poderiam interferir nesta questão: “Collocam muitas vezes uma escola para proteger o proprietario, que quer alugar a casa, e lá

vai ela para um local onde não devia estar, para a margem de um pântano ou para o alto de um morro” (INSTRUÇÃO PÚBLICA, *O Fluminense*, 15 jan. 1896, p. 1).

Diante do exposto, o fazer-se magistério deste período pautava-se na itinerância docente, que, não apenas permitida pelo aparato normativo, era, por vezes, fomentada por ele próprio, de acordo com os projetos de escolarização estatais, podendo, além disso, estar também vinculada a questões extrínsecas à instrução pública.

E como as transferências davam-se, algumas vezes, entre distâncias consideráveis, é de se supor que esses professores tinham que mudar toda a sua vida, mudando o seu domicílio em função da mudança profissional. Estes dados levam a crer que, mesmo durante os anos iniciais da República, o professor primário estadual ainda carregava muito da característica do professor de casa escolar, que provavelmente residia na escola onde trabalhava.

Pelo decreto n. 70 (1890), “os professores só poder(iam) ser removidos para escolas existentes no mesmo município, salvo a seu pedido ou, dado o caso de suspensão de ensino na escola, não havendo escola vaga no município” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1890, p. 83). Em março de 1892, a professora Virginia Martins do Couto ficava a disposição por ter sido extinta a escola da Fazendinha, em Santa Rosa, Niterói. O fechamento desta escola foi seguido por uma polêmica noticiada pelo jornal *O Fluminense*, na qual tiveram parte o Diretor da Secretaria de Negócios do Estado, o Inspetor de Ensino do 1º distrito e a professora Virginia. Em resposta a uma matéria publicada pelo “*Jornal do Rio*” na véspera, na qual se reclamava da extinção da escola, o Diretor da Secretaria de Negócios, o Sr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, fez publicar sua resposta, na qual, com muitos detalhes, ele alegava que “o fechamento da escola foi devido à professora Couto”. Fora, de acordo com o Sr. Miguel Joaquim, a notificação que a professora Virginia fizera – de que não havia número suficiente de alunos matriculados e os poucos que havia pouco frequentavam, além falta de água potável e da dificuldade em se transitar por ali em dias de chuva – a causa do fechamento da escola. Ainda de acordo com ele, o relatório do Inspetor de Ensino havia apenas corroborado a fala da professora (INSTRUÇÃO PÚBLICA, *O Fluminense*, 27 mar. 1892, p. 3). O fato é que, por qual seja o motivo, a escola foi extinta e a professora entrou em disponibilidade, até, em 31 de maio seguinte, ser designada, a pedido, para reger como efetiva a 2ª escola da cidade de Pirai (ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, 02 jun. 1892, p. 5).

A lei n. 41 (1893) reforçava o que constava no decreto 70 de 1890, determinando a inamovibilidade dos professores efetivos, a qual só poderia ser perdida “por motivo de conveniencia do serviço publico” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893). Os efetivos tinham como vantagem não serem transferidos, salvo por relevante interesse público. Em

relação ao grupo de professores estudados, as transferências designadas pelo Estado geralmente devem-se a motivos os mais variados, podendo ser em função do fechamento ou transferência da escola onde lecionam ou para suprir a carência de escolas em áreas rurais.

O professor João Evangelista Pereira Neves, por exemplo, lecionava na escola da Ponte Nova, em Maricá em 1893, mas essa escola foi transferida para outra localidade, enquanto a do Espraiado foi transferida para Ponta Negra. A matéria do *Jornal do Commercio*, sob o título “Maricá”, assinada por Adolpho A. de Macedo Soares e datada de 30 de abril de 1893, tem um forte tom de crítica ao governo e refere-se a João Evangelista Pereira Neves como o “distinto professor público”. O professor do Espraiado, cujo nome sequer é citado, é chamado de “substituto quasi analphabeto”. Há outras críticas à ação do governo na questão, tal qual o descontentamento da população com essas transferências (MARICÁ, *Jornal do Commercio*, 30 abr. 1893, p. 5). Apesar da insatisfação popular, a escola foi transferida e o professor João Evangelista entrou em disponibilidade, sendo em 08 de julho do mesmo ano nomeado “para reger como professor efetivo a escola de Quatis no município de Barra Mansa” (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Brasil*, 08 jul. 1893, p. 2). Neste caso, não foi a pedido do professor a remoção para essa escola.

Em 1898, situação semelhante ocorre com a professora Virginia Martins do Couto. A escola feminina de Meriti, em Iguazu, onde ela exercia o magistério, teve o ensino suspenso. Em função disso, a professora foi removida para a escola do sexo masculino de Sodré, em Magé (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 10 ago. 1898, p. 4). Em 23 de setembro de 1898, consta o requerimento de Virginia pedindo mais 30 dias de prazo para tomar posse e entrar em exercício na escola para onde foi designada (SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 23 set. 1898, p. 4). E em 13 de julho de 1899, neste mesmo jornal, consta a exoneração, datada de 3 de maio deste ano, da professora, por abandono de emprego na escola de Sodré, em Magé (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 13 jul. 1899, p. 5). Dois anos depois, ela aparece como regente na escola feminina de Teresópolis (DIRECTORIA de Instrução, *O Fluminense*, 17 abr. 1901, p. 1). Esta situação exemplifica o que o presidente do estado, em tom de reclamação, já expunha em 1896, de que os professores se aproveitavam da vantagem que a lei 164 (1894) lhes facultava de exercício permanente do magistério público, mesmo após abandono do emprego. Segundo ele, alguns professores se aproveitavam dessa condição para saírem de lugares onde não queriam estar e terem a possibilidade de regerem escolas melhor localizadas (PORCIÚNCULA, 1894). Situações como esta apontam para possibilidades de resistências docentes diante das tentativas de imposições estatais.

Em anexo à mensagem à Assembleia Legislativa de 1904, do então presidente do Estado, Nilo Peçanha, consta o decreto n. 841 de 23 de janeiro deste mesmo ano, o qual determinava uma redistribuição das escolas e professores primários estaduais. O texto do decreto sinaliza a necessidade de haver uma distribuição mais regular de escolas pelos diversos municípios do Estado, “restituindo às populações escolares do interior parte do magistério hoje excessivo em cidades como Nitherohy, Campos, S. Gonçalo e outras” (PEÇANHA, 1904, p. 55)

Para esse efeito, foi publicado um quadro com a nova lotação dos professores. É importante ressaltar o que dizia o art. 2º do decreto: “os professores que não aceitarem as escolas que lhes são designadas ficarão em disponibilidade não remunerada, por tempo indeterminado, a juízo do governo” (PEÇANHA, 1904, p. 55). Dos 17 professores efetivos de nossa pesquisa, apenas 11 aparecem nesse quadro, pois além dos falecidos e dos jubilados, há professores que simplesmente não constam, sem que haja registros anteriores nos periódicos que justificassem essa ausência. A professora Januária Rosa Surville, por exemplo, até 1901, consta nos jornais como professora em Queimados, Iguazu (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 02 nov. 1901, p. 1), porém a partir daí, a próxima notícia sobre ela data de maio de 1904, sendo designada para reger, novamente, a escola de Queimados, em Iguazu (O FLUMINENSE, 06 maio 1904, p. 1). É possível que em janeiro deste ano, quando o quadro de reorganização do magistério fora publicado, esta professora estivesse em disponibilidade e, por isso, não conste nele.

Dentre esses 11, aparentemente, 6 foram atingidos por esta relocação. É importante ressaltar as maneiras como esses professores reagiram à mudança. A professora Isolina Gabriella de Paiva e Silva estava de licença para tratar de sua saúde e, portanto, não assumiu o exercício na escola de Magé, para onde fora removida (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 17 mar. 1904, p. 1). O professor João Evangelista Pereira Neves, cuja última informação encontrada nos jornais dá conta de que estava atuando em Iguazu, foi removido para Barra do Piraí (O QUADRO dos professores, *O Fluminense*, 27 jan. 1904, p. 1). Até então lotado em Macaé, a seu pedido, o professor Garcia Mascarenhas dos Santos e Silva, com quase 16 anos de tempo de serviço, fora removido para a escola de S. Francisco de Paula. Entretanto, ele não assumiu a nova cadeira de imediato, pedindo 30 dias de prazo para entrar em exercício (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 13 mar. 1904, p. 1). De igual modo agiu a professora Antonina Pessoa de Mello, que pediu prorrogação de prazo por 30 dias para assumir o exercício na escola para a qual foi removida (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 03 mar. 1904, p. 1). Por fim, a professora Virginia Martins do Couto,

que estava exercendo o magistério na escola de Teresópolis foi declarada em disponibilidade não remunerada, “visto não haver entrado em exercício, dentro do prazo legal, na escola de Pedro do Rio, em Petrópolis”, a qual lhe foi designada pelo decreto (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 23 abr. 1904, p. 1). No mês seguinte, ela é nomeada para reger a escola mista de Vale das Pedras, em Itaboraí (*O Fluminense*, 22 maio 1904, p. 1).

Dez anos depois, é publicado novo quadro de distribuição do professorado pelas escolas primárias estaduais. O quadro completo é divulgado pelo Jornal do Commercio, de 10 de março de 1914, informação retirada do jornal *O Fluminense* (O QUADRO das escolas publicas, *O Fluminense*, Niterói: 11 mar. 1914, p. 2, p. 6). Do grupo inicial de nossa pesquisa, constam neste quadro apenas 11 professores, pois alguns já haviam falecido e outros obtido a jubilação. Tentaremos identificar como a reorganização do quadro alterou a vida desses 11 docentes.

Januária Rosa Surville permanecia como regente em Queimados, Iguaçu, em 1914. Do mesmo modo, Antonina Pessoa de Mello, conservava-se em Magé. O professor Antonio Vieira da Rocha, que havia sido exonerado por abandono de emprego em 1899, foi readmitido ao quadro do professorado público, provavelmente em 1913. Não encontramos o registro sobre essa informação, mas em 1912 ele propunha um acordo à Secretaria Geral do Estado, o qual fora deferido (SECRETARIA Geral do Estado, *Jornal do Commercio*, 03 dez. 1912, p. 6). Embora não haja especificação sobre o tema do acordo, somos levados a pensar que se relacionava com sua readmissão, pois em 1913, seu nome consta como regente em escola de Rio Bonito (QUADRO Geral de Escolas Elementares do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 01 fev. 1913, p. 7). A redistribuição do professorado não alterou sua lotação, mantendo-se na mesma escola. O professor Ataliba de Macedo Domingues, em 1911, fora designado para a escola de Jurujuba, em Niterói (NOTÍCIAS do Estado do Rio, *O Paiz*, 26 ago. 1911, p. 6). Após isso, a próxima referência de lotação para esse professor é a que consta no quadro de redistribuição de 1914, na escola do Largo da Batalha no mesmo município. A professora Isolina Gabriella de Paiva e Silva, cuja última informação de lotação indica que estava trabalhando no Porto da Ponte, em São Gonçalo, em 1913 (NOTÍCIAS do Estado do Rio, *A Época*, 30 abr. 1913, p. 7), por este quadro, consta no mesmo município, porém em localidade distinta, na Villa. O professor João Evangelista Pereira das Neves foi mantido na escola de Sapucaia, na qual já constava em 1913 (NOTÍCIAS do Estado do Rio de Janeiro, *O Paiz*, 16 dez. 1913, p. 5).

Quanto a Virginia Brito, a última referência a ela anterior à publicação do novo quadro data de janeiro de 1914, quando era regente em Barra do Piraí (INSPECTORIA de Fazenda,

Jornal do Commercio, 17 jan. 1914, p. 6). Após a redistribuição do professorado, ela passa a ocupar a cadeira de Cubango, em Niterói. Em 1912, a professora Cecília Therezina de Freitas atuava na Paraíba do Sul (SECRETARIA Geral do Estado, *A Imprensa*, 25 maio 1912, p. 6). Após esta reorganização do quadro, sua nova lotação passava a ser a escola da Figueira, em Petrópolis. Quanto à professora Virgínia Martins do Couto, em 1911, ela estava trabalhando em Iguazu. A próxima informação de lotação dela é a que consta nesse quadro do jornal *O Fluminense*, atuando na escola elementar do Largo da Batalha, em Niterói (O QUADRO das escolas publicas, *O Fluminense*, 11 mar. 1914, p. 2). O professor João Bezerra de Paula Paiva, em abril de 1911 regia escola no município de Vassouras (NOTÍCIAS do Estado, *O Paiz*, 30 abr. 1911, p. 8). Após isso, a próxima ocorrência de seu nome é a do quadro de 1914, como professor de Barra da Piraí (QUADRO das escolas publicas elementares, *Jornal do Commercio*, 10 mar. 1914, p. 6). Não sabemos se ele já se encontrava nesta escola ou se foi removido para lá em função da redistribuição do professorado. Por fim, a professora Maria Fernandes Belém não consta neste quadro, e sua informação anterior à publicação do quadro data de 1911, pedindo jubilação (JUBILAÇÃO, *A Imprensa*, 02 dez. 1911, p. 8).

Quadro 13 – Situação dos professores efetivos após as reorganizações do quadro, ocorridas em 1904 e 1914

Docentes	Situação em 1904	Situação em 1914
Antonina Pessoa de Mello	Pediu prazo para assumir a cadeira de S. Sebastião do Alto, para onde fora removida.	Permanece em Magé.
Antonio Vieira da Rocha	Exonerado em 1898.	Permanece em Rio Bonito, onde estava lotado desde 1913.
Ataliba de Macedo Domingues	Permanece em Maricá (Espraiado).	Permanece em Niterói.
Cecília Therezina de Freitas	Permanece em Petrópolis (Retiro).	Removida da Paraíba do Sul para Petrópolis (Figueira).
Elisário Marques de Freitas	Permanece em Petrópolis (sede).	Jubilado entre os anos de 1911 e 1912.
Escholastica Maria da Conceição Bastos	Jubilada desde 1906.	Jubilada desde 1906.
Francisco Lopes Lourenço	Não consta no quadro. Sua última ocorrência como funcionário estadual nos periódicos data de 1898.	Não consta no quadro. Sua última ocorrência como funcionário estadual nos periódicos data de 1898.
Francisco Salles C. Lobato de A. Lima	Falecido em 1902.	Falecido em 1902.
Garcia Mascarenhas dos S.	Pediu prazo para assumir a	Falecido em 1908.

Silva	cadeira de S. Francisco de Paula, para onde fora removido.	
Isolina Gabriella de Paiva e Silva	Não assumiu a regência da escola de Magé, para onde fora removida, por estar de licença.	Permaneço em S. Gonçalo.
Januaria Rosa Surville	Não consta no quadro de 1904.	Permaneço em Iguaçu.
João Bezerra de Paula Paiva	Consta em Resende no quadro. Sua última lotação identificada é em Iguaçu, em 1901.	Consta em Barra do Piraí. A lotação anterior que conhecemos é em Vassouras, em 1911.
João Evangelista P. Neves	Removido de Iguaçu para Barra do Piraí.	Permaneço em Sapucaia.
Maria Fernandes Belém	Permaneço em Iguaçu (Tinguá).	Não consta no quadro. A informação anterior à data do quadro é de 1912, pedindo certidão de tempo de serviço.
Rita Mattoso Souza Valente	Falecida em 1898.	Falecida em 1898.
Virginia Brito	Permaneço em Barra do Piraí (sede).	Removida de Barra do Piraí para Niterói.
Virginia Martins do Couto	Não assumiu a cadeira de Pedro do Rio (Petrópolis), para onde fora removida. Em função disso, foi posta em disponibilidade.	Consta em Niterói (Largo da Batalha). A última referência a ela anterior ao quadro é como professora em Iguaçu.

Fonte: Dados retirados dos periódicos acessados através do site da Hemeroteca, conforme descritos ao longo do texto que precede o quadro.

Como podemos ver, dos 9 professores, 6 foram mantidos nos municípios onde já estavam, embora destes alguns tenham sido removidos para outras localidades. Infelizmente, não nos foi possível saber se, para esse período, as localidades onde estavam antes e para onde foram depois, tinham diferenças em termos do rural e urbano, o que nos seria muito útil à análise. Como o decreto dizia que a intenção era suprir a carência de professores das áreas de interior, ampliaria a nossa compreensão descobrir que estes professores e professoras foram para áreas mais rurais (ou se fizeram o movimento contrário, talvez em função do tempo de serviço). Dentre o grupo dos que foram removidos para outras cidades, uma foi para Petrópolis e as outras duas, para Niterói.

Se as transferências “por motivo de conveniência do Estado” já eram responsáveis por uma movimentação considerável do quadro docente estadual (a despeito do direito da inamovibilidade), há que se considerar uma outra possibilidade de remoção, aquela que acontecia a pedido do professor, e que, ao menos na trajetória dos professores aqui

pesquisados, aconteceu em considerável número de vezes, conforme veremos a seguir. Elas não deixam de ser uma possibilidade de vislumbrar as agências e resistências dos professores. Ao mesmo tempo em que pontuavam prováveis anseios destes por trabalharem em determinados lugares, elas também podem sinalizar a insatisfação com o lugar onde estavam e a ação realizada em prol da mudança. De acordo com os dados recolhidos, havia casos nos quais professores removidos pelo Estado para outros municípios, pedissem um adiamento de prazo para assumir a cadeira e, antes que terminasse o período concedido, pediam transferência para escolas que estivessem vagas em outros municípios. Agências como essa denotam inconformidade com as imposições estatais e resistências a elas, mas, também, a capacidade de usar as regras a seu favor.

Em alguns casos, o pedido do professor era negado, e a justificativa para a negação era o fato de a escola já estar provida. O professor João Bezerra de Paula Paiva, após ser removido, em 1911, para a 3ª escola de Barra Mansa, recebe, no ano seguinte, uma negativa a seu pedido de remoção (o despacho do processo não diz para onde foi o pedido de remoção), por já estar provida a escola (SECRETARIA Geral do Estado, *A Imprensa*, 24 ago. 1912, p. 6). Em 1915, situação similar acontece (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 12 set. 1915, p. 2). Neste ano, o referido professor completava 30 anos de exercício do magistério primário estadual e, pelo visto, a antiguidade ou o tempo de serviço não foram preponderantes para a obtenção do benefício da remoção.

Quando, em 1902, o professor Francisco de Salles Cordeiro Lobato de Araújo Lima, (que consta nos quadros de 1895 e de 1898 como regente em Iguazu) vem a falecer após 29 anos de exercício do magistério, saem no jornal *O Fluminense* dois artigos (um no dia 20 de setembro e o outro, no dia 23 de setembro) falando sobre o professor, sua trajetória profissional e as dificuldades financeiras e de saúde pelas quais vinha passando. O segundo artigo, cujo autor não é identificado, mas que diz ter conhecido o falecido professor quando ele ainda regia a escola da Paróquia de S. Francisco de Paula, no município de Santa Maria Madalena, afirma que o professor Lobato (como era conhecido) pedira remoção “porque su’alma se desgostara das localidades em que até então servira por não achar onde empregar sua atividade e seu saber”, sendo, assim, “removido até parar em Theresopolis”. E, embora o autor situe nas questões profissionais esta necessidade de mudar de escolas, pelo mesmo artigo, podemos acompanhar alguns dos infortúnios vivenciados pelo professor ao longo dos anos, como a perda da esposa, de filhos e a existência de uma “filha louca”, além da perda do crédito econômico (O LOBATO, *O Fluminense*, 23 fev. 1902, p. 1). É possível que as remoções pedidas pelo professor tenham a ver com suas situações pessoais também.

Em 1906, a professora Antonina Pessoa de Mello voltava a figurar no jornal em despachos de remoção a pedido, mas desta vez ela pedia que se tornasse sem efeito seu pedido de remoção da escola de São Sebastião do Rio Bonito, em Valença, para a escola da Divisa, em Barra Mansa. Seu pedido foi atendido e a remoção, cancelada (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 09 mar. 1906, p. 1).

A professora Virginia Martins do Couto, no período compreendido entre 1890 a 1914, fez dez pedidos de remoção, dos quais dois foram negados sem maiores explicações, estando apontado simplesmente o termo “prejudicada” no despacho do processo (SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 20 dez. 1894, p. 2; *O Fluminense*, 24 abr. 1895, p. 2).

Por fim, as trajetórias profissionais dos professores aqui pesquisados, em sua correlação com as determinações estatais para a instrução pública e seus docentes, nos permitem vislumbrar as tentativas de intervenção do poder público não apenas nas questões profissionais, mas muitas vezes, até mesmo na vida pessoal destes professores, forçando-os a mudarem seu domicílio em função do trabalho. Por outro lado, estes professores tinham seus modos de agir e resistir a essas intervenções, nem sempre atendendo às expectativas estatais, aproveitando-se, muitas vezes, da própria condição que o *status* de funcionários públicos lhes oferecia, com direitos a serem usufruídos. Provavelmente, suas circunstâncias pessoais também contribuía para as escolhas de remoções que faziam. Neste sentido, o público e o privado entrelaçavam-se e um era determinado pelo outro, não necessariamente na mesma medida.

Ao investigarmos sobre as formas de lotação de professores primários estaduais, através das experiências vivenciadas por um grupo de professores, podemos, como num jogo de escalas (REVEL, 1998), relacionando micro e macro, local e global, vislumbrar as vivências de funcionarização dos professores em relação ao Estado. Além disso, podemos perceber como esse mesmo Estado (através das legislações e mensagens dos governadores) operava seus projetos de instrução, através das formas como se posicionava quanto aos professores. Pelos dados recolhidos, fica evidente que a instrução pública e o professorado primário estavam na pauta dos governantes, na tentativa constante de intervir e regulá-los. Neste processo, permeado por direitos e deveres, concessões e cobranças, é que se estruturou a funcionarização docente fluminense nos primeiros anos republicanos.

Quanto a essa “itinerância” docente, ela é parte importante do “fazer-se” magistério fluminense nesse período. Afinal, destaca a existência de um magistério que, em sua grande maioria, se constitui como funcionário de um estado, não se limitando a municípios ou

localidades específicas. Isto leva-nos a pensar que as experiências de docência circulavam pelo estado. Assim como as experiências de cada localidade passavam a fazer parte da trajetória destes e destas profissionais de ensino primário. Talvez o fato de vivenciarem determinadas experiências em uma localidade mais urbana fizesse sua postura em lugares de características mais rurais ser diferente, e vice-versa. Assim, do mesmo modo como as experiências de formação/habilitação eram múltiplas, esse “nomadismo” de alguns professores e professoras também reverberava em múltiplas possibilidades de experiência docente.

3.1 Licenças: para “tratar de sua saúde” ou para “tratar de seus interesses”

Dada a constância que foi observada no levantamento documental, torna-se aspecto digno de reflexão o que diz respeito às licenças (médicas ou para trato de assuntos particulares) a que os professores tinham direito e dele usufruíam. Além disso, tratava-se de um direito estabelecido por lei, com regras específicas para concessão, sendo, portanto, parte importante do processo de funcionarização dos docentes.

São recorrentes as licenças para tratamento de saúde em períodos que, em sua maioria, vão de um a três meses. Contudo, há caso de professor a quem foi concedida licença de mais de um ano para tratamento de saúde. Dentro dos dados encontrados nos jornais consultados, pode-se perceber que não há um padrão de procedimento por parte do Estado em relação aos solicitantes da licença médica. A alguns professores é requisitado que compareçam ao Desinfectório Central de Niterói para que seja realizado o exame de sanidade e, só então, a licença ser concedida ou não (algumas vezes ela era concedida, porém em período de tempo menor que o solicitado). Porém, para outros, ela é conferida de imediato. Outros, ainda, apresentavam atestado médico ao fazerem o pedido de licença.

Observamos que, além da situação “nômade” a que os docentes estavam expostos, em função dos modos de ingresso na carreira, lotação e remoção, as licenças também constituíam previsões de “suspensão” do ofício diário de magistério por diferentes motivações, ocorrendo, em alguns casos, novos deslocamentos no território fluminense.

A lei n. 41 de 1893 assegurava ao professorado o direito às licenças, as quais seriam concedidas da seguinte maneira: “pela Assembléa Legislativa, por mais de seis meses com ordenado, no caso de molestia” e “pelo Presidente do Estado até seis meses, no mesmo caso”. Além disso, “salvo em caso de moléstia, a licença só poderá ser concedida sem vencimento” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 21-22). Era este todo o conteúdo da lei no que

se referia às licenças. Como se pode perceber, não se mencionava nada sobre apresentação de atestados ou submissão a exames de saúde para concessão das licenças. Embora, como veremos adiante, em alguns casos isso tenha sido solicitado. A lei 376, de 1897, sequer mencionava as licenças, o que nos leva a crer que este direito continuava sendo regido pela lei anterior (n. 41, de 1893).

O decreto 588, de 1900, em seu capítulo 3º, tratava das licenças e das faltas do professorado. Além das informações já contantes na lei. n. 41, de 1893, eram acrescentadas outras circunstâncias inerentes às licenças. Os inspetores regionais, por exemplo, poderiam conceder até 15 dias de licença dentro do ano letivo, assim como os diretores de grupos a seus respectivos professores, por até 5 dias. Além disso, para todas as licenças deveriam ser expedidos títulos, “fazendo-se as devidas comunicações e as necessarias substituições”. Outro detalhe importante desse decreto era o fato de que só seria concedida nova licença ao professor que tivesse gozado o máximo de licença concedível pelo Governo, ou seja, pelo presidente do estado (de seis meses, portanto) após um ano decorrido de seu término (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 563).

Além das licenças, estavam previstas nesse decreto três tipos de faltas: as abonadas, as justificadas e as injustificáveis. Seriam abonadas as faltas decorrentes de “serviço, público obrigatório por força de lei ou nomeação do Governo”; “de serviço publico de comissão não remunerada, por designação do mesmo Governo” e “as de processo em que houver final absolvição”. Os casos de justificativas de faltas restringiam-se a casos de “molestia que deverá ser atestada por medico, ou comprovada por documentos authenticos das autoridades locaes na falta de facultativo”, “de serviço em comissão remunerada e incumbida pelo Governo”, “de remoção não excedente do prazo marcado”, e, de até oito dias “por anojamento por ascendentes, descendentes, pubere e conjuge” e por casamento (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 564)

O decreto 1200, de 1911, mantinha, em linhas gerais, o que até então havia sido legislado sobre as licenças médcas, porém, seu texto era mais detalhado sobre os meandros para obtenção das licenças. Pela Assembleia Legislativa, seria concedida licença de até um ano com ordenado em caso de moléstia e pelo mesmo período em outros casos. Pelo governo estadual, até seis meses com ordenado em caso de moléstia e, em outros casos, pelo mesmo prazo, “podendo o Governo concedel-as mediante simples atestação medica ou exigir inspecção de saúde, por jutna medica”. Além disso, o professor que contasse menos de seis meses de exercício não teria direito a licença com ordenado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 241-242).

Um caso que nos chamou a atenção é o do professor Antonio Vieira da Rocha que, em 1897, regendo em Iguazu, pedia 3 meses de licença em prorrogação, para tratar de sua saúde, ou remoção para a 46ª escola de Niterói. O despacho a esse pedido foi a prorrogação da licença, porém quanto ao pedido de remoção “não havia que deferir” (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 16 out. 1897, p. 2). Esta situação nos chamou a atenção pelo fato do professor pedir ao Estado que escolhesse entre prorrogar sua licença de saúde ou removê-lo para Niterói. Ora, se ele estava enfermo, como poderia assumir a cadeira em uma nova localidade? Esta situação leva-nos a questionarmos se a origem de sua licença era de fato uma enfermidade ou a necessidade de resolver questões pessoais, pois, como vimos anteriormente, a vida do professor Antonio da Rocha estava bem estabelecida em Niterói, onde sua esposa, também professora, estava lotada em escola na qual ele era o proprietário do prédio. Ademais, ele é constantemente citado nos jornais participando de eventos e associações naquela cidade, mesmo durante o período em que seu nome constava como professor em Iguazu. Apesar de tudo isso, sua licença foi prorrogada, sem que no periódico constasse qualquer submissão a junta médica para deferimento de seu pedido.

A professora Cecilia Therezina de Freitas, em 1893, quando atuava em Iguazu, pedira três meses de licença para tratar de sua saúde, o qual foi deferido (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 13 fev. 1893, p. 1). Três anos mais tarde, ela pedia dispensa do exame de sanidade perante a Diretoria da Assistência Pública. Seu requerimento foi aceito (SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 12 set. 1896, p. 3), o que nos leva a pensar que, quando solicitado, o exame de sanidade poderia ser dispensado, provavelmente em casos de impossibilidade do enfermo deslocar-se até o local onde ele era realizado. Em 1903, atuando em Petrópolis, esta professora pedia prorrogação de 90 dias de sua licença para trato da saúde. Contudo, foi-lhe concedida prorrogação de apenas dois meses (DIRECTORIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 07 maio 1903, p. 1).

Estes são apenas alguns episódios de pedidos de licença da professora Cecilia Therezina de Freitas, selecionados para demonstrar algumas possibilidades de pedidos e despachos concedidos. Nem sempre a solicitação era atendida nos termos apresentados pelo funcionário. Essas situações levam-nos a refletir sobre a possibilidade de o pedido de licença contar com um número de dias maior do que o necessário, já pressupondo o possível encurtamento deste no deferimento do processo.

A professora de Duas Barras, Virginia Brito, pedira, em 9 de maio de 1894 quatro meses de licença “para tratar de sua saude onde lhe convier”. À vista desse pedido, foi encaminhada à Diretoria de Assistência para exame de sanidade (SECRETARIA dos

Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 11 maio 1894, p. 2). Não sabemos se lhe foram concedidos os quatro mese, mas a expressão “para tratar de sua saúde onde lhe convier” esclarece-nos que o motivo do pedido de licença era, na verdade, para para poder deixar o lugar onde trabalhava e residia para poder ir em busca de recursos médicos. Não se tratava, portanto, tão somente de um período de repouso necessário ao restabelecimento da saúde.

Já a professora Virginia Martins do Couto passou a apresentar um número considerável de licenças para tratamento de saúde após ter sido desacatada pelo proprietário da casa onde funcionava a escola de Meriti⁴⁵, a qual regia (DIRECTORIA de Instrução, *Jornal do Commercio*, 26 abr. 1896, p. 2). Pelo que consta no jornal, o desacato ocorreu em abril de 1896, pois neste mês era enviado um pedido de providências em relação a isso. Em junho de 1896, chegava à secretaria o pedido de 3 meses de licença para a professora Virginia Martins tratar de sua saúde. De acordo com este pedido a licença deveria ser contada a partir de 15 de maio, provavelmente a data de seu afastamento. Para concessão da licença, a professora deveria submeter-se à inspeção de sanidade (SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 23 jun. 1896, p. 3). Em 25 de agosto era publicado novo pedido de licença para tratamento de saúde, de três meses em prorrogação à anterior. Mais uma vez era solicitada a inspeção de saúde da professora (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 25 ago. 1896, p. 3).

Em novembro, justamente quando venceria a licença anterior, encontramos o registro da Comissão de Fazenda e Orçamento “examinando o requerimento em que a professora [...] solicitara um ano de licença com ordenado para tratamento de sua saúde”. Como ela havia apresentado atestado médico, a comissão julgou-a com direito à licença e encaminhou o projeto de licença da professora à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, 12 nov. 1896, p. 3). Em 10 de dezembro era publicada a resolução da Assembleia Legislativa, concedendo a licença de um ano com ordenado à professora pública Virginia Martins do Couto para tratar de sua saúde (ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, 10 dez. 1896, p. 3).

⁴⁵ Quanto ao proprietário da casa onde funcionava a escola feminina de Meriti, Capitão Salustiano Alves de Almeida, aparentemente não houve “providências” em relação ao desacato dele para com a professora. Em 1999, a escola ainda funcionava em sua casa e ele requeria à Diretoria do Estado de Finanças o pagamento dos alugueis do prédio (SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, 23 dez. 1899, p. 2). Além disso, em periódicos de períodos posteriores, o encontramos sendo nomeado ao cargo de subdelegado de polícia do 4º distrito de Iguazu (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 19 abr. 1902, p. 1) e, ainda, como vereador geral de Iguazu, em 1904 (ALMANAK Laemmert do Rio de Janeiro para 1904, 1904, p. 1412). Aparentemente, o capitão Salustiano Alves de Almeida, que, segundo a notícia do jornal, desacatara a professora Virginia Martins do Couto, era alguém influente na sociedade iguaçuana.

No dia 14 de dezembro de 1897, era realizada a segunda discussão do projeto que concedia mais 8 meses de licença para a professora Virginia Martins tratar de sua saúde, a partir de 18 de novembro – quando vencera sua licença anterior (ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, 14 dez. 1897, p. 2). Cinco dias depois, a Assembleia Legislativa resolvia conceder os oito meses de licença com ordenado à professora para que a mesma pudesse tratar de sua saúde, contados a partir de 18 de novembro (ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, 19 dez. 1897, p. 4). De acordo com o período da licença, esta terminara em julho de 1898, porém em agosto deste ano a escola feminina de Meriti teria o ensino suspenso e a professora seria removida para Magé (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 10 ago. 1898, p. 4). Aparentemente, a maior parte do tempo em que o nome da professora Virginia Martins do Couto constara como professora de Meriti em Iguaçu, ela não estava efetivamente lecionando, pois estava licenciada para tratar de sua saúde.

Quando, em abril de 1901, a mesma professora Virginia Martins do Couto pedira licença de 30 dias para “tratar de seus interesses”, seu requerimento foi deferido “no termo da informação” (DIRECTORIA de Instrução, *O Fluminense*, 17 abr. 1901, p. 1). No entanto, no mês seguinte, ao solicitar prorrogação desta licença por mais 30 dias para tratar de seus interesses, seu pedido foi negado “em vista das informações” (DIRECTORIA da Instrução, *O Fluminense*, 03 maio 1901, p. 2). Pelo que podemos perceber, a “informação” constante no primeiro pedido de licença devia ser mais convincente do que a do segundo, já que o primeiro fora deferido, enquanto que o segundo, não. A licença para tratar de seus interesses, se comparada à licença para tratar da saúde, poderia ser de maior dificuldade em se obter, já que na segunda, a comprovação da necessidade da licença era feita através de atestados médicos ou inspeções de saúde, enquanto que na primeira esse tipo de comprovação era mais difícil.

Em 1903, lotada então, em Teresópolis, em outro pedido de licença de Virginia Martins do Couto para tratar de sua saúde, por um período de 90 dias, o deferimento ao pedido veio com uma informação adicional: “deferido, sendo, porém, contado o prazo de 13 de abril, data da entrada do requerimento na secretaria, e havidas como justificadas 10 faltas anteriores” (DIRECTORIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 20 abr. 1903, p. 1).

A informação sobre as faltas justificadas esclarece-nos sobre o fato de os períodos de licença que constam nos jornais serem quase em sua totalidade superiores a 30 dias. Em nossa pesquisa vimos que, pelas leis de instrução que se sucederam ao longo deste período, os inspetores e delegados distritais tinham autonomia para conceder até 15 dias de licença por ano aos professores por motivo de moléstia, sendo de 2 a 3 por mês (dependendo da

legislação). Logo, os casos menos graves de doenças, que precisassem apenas de repouso por um ou dois dias, não necessitavam de comprovação médica, nem de abertura de processo junto à respectiva secretaria. Poderiam ser resolvidos dentro da própria circunscrição à qual pertencessem esses professores, contando, obviamente, que inspetores e delegados distritais se dispusessem a conceder a licença. Nesse caso da professora Virginia, contudo, foram dados 10 dias de faltas justificadas no período anterior ao da data da licença. Ao pesquisarmos sobre a professora, vimos que, no mês anterior, seu filho, menor de idade, fora assassinado, espancado por dois homens em São Lourenço, Niterói (CEZAR Couto de Mattos, *O Fluminense*, 16 abr. 1903, p. 3), o que nos parece ser o motivo das faltas. Pelo decreto 588, de 1900, estava assegurado aos professores o direito à justificação das faltas que proviessem “de anojamento até 8 dias por ascendentes, descendentes, púbere e cônjuge, e até 3 dias por irmão, cunhado, tio, sogro e genro” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 564). Ainda assim, a quantidade de faltas justificadas à professora Virginia era superior em dois dias àquela estabelecida pela legislação em caso de falecimento de pais, filhos e cônjuge.

Assim como Virginia Martins do Couto, a professora Isolina Gabriella de Paiva e Silva também conseguiu um ano de licença para tratar de sua saúde. Em 18 de novembro de 1903 era publicada a resolução da Assembleia Legislativa concedendo à professora a referida licença com ordenado (ASSEMBLÉA Legislativa, *O Fluminense*, 18 nov. 1903, p. 1). Em março de 1904, a Secretaria Geral do Estado publicava o despacho favorável ao pedido da professora de que seus vencimentos lhe fossem pagos pela tesouraria das finanças, já que estava no gozo de sua licença. Estes vencimentos seriam pagos pela tesouraria até o término do período da licença (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 17 mar. 1904, p. 1). Pelo que conseguimos averiguar, os vencimentos dos professores eram pagos pelas coletorias dos municípios onde trabalhavam. Como a professora estava licenciada e ainda não tinha assumido sua cadeira na escola de Magé, para a qual fora removida por ocasião da reorganização do quadro dos professores em 1904, é provável que ainda não estivesse morando lá, o que dificultaria receber seu ordenado.

Esses são apenas alguns casos que selecionamos por conterem mais informações além daquelas padrões de pedidos e concessões (ou não) de licenças. Mas quase todos os professores pesquisados apresentam, ao longo de sua trajetória profissional, pedidos de licença (seja para tratar da saúde, seja para tratar de assuntos particulares), conforme veremos no quadro que segue. É importante ressaltarmos o fato de nem sempre a licença ser concedida ou ser, mas em quantidade de tempo menor que à requisitada. As visíveis diferenças notadas nas concessões (ou não) de licenças, nas exigências feitas a uns e não a outros para essa

concessão aos docentes pesquisados, levam-nos a questionar até que ponto as relações pessoais, como favores e relações de compadrio poderiam influenciar no exercício desse direito. Além disso, esclarecemos que os resultados sobre pedidos e concessões de licença discriminados abaixo referem-se apenas às informações que conseguimos recolher através do dispositivo de busca da Hemeroteca, podendo haver mais ocorrências do que estas, que não nos foram possíveis de mapear.

Quadro 14 - Licenças concedidas e negadas no período de 1890 a 1920

Professor/professora	Informações recolhidas sobre licenças
Antonina Pessoa de Mello	Em fevereiro de 1898, pediu dois meses de licença com ordenado, para tratar de sua saúde. Em março seguinte, seu pedido foi concedido, após submissão a exame de sanidade.
Antonio Vieira da Rocha	Em março de 1896, pedido de três meses de licença para tratar de sua saúde. É encaminhado à Assistência Pública, para exame de sanidade.
Ataliba de Macedo Domingues	Em maio de 1896, pede ser submetido à inspeção de saúde e a concessão de uma licença para tratamento de saúde. Em junho lhe são concedidos 3 meses, em vista do resultado do exame de saúde. Em julho de 1897, lhe são concedidos 5 dias de licença (não há especificação se para tratar de sua saúde ou de interesses).
Cecilia Therezina de Freitas	Em fevereiro de 1893, lhe são concedidos três meses de licença para tratar de sua saúde. Em setembro de 1896 lhe é concedida dispensa do exame de sanidade, conforme requereu. Em abril de 1903, pede três meses de licença para tratar-se, sendo-lhe concedido apenas um mês. Em maio, pede prorrogação de 90 dias de sua licença para tratar de sua saúde e lhe são concedidos apenas dois meses. Em julho, pede prorrogação de três meses à licença na qual se achava no gozo, a qual lhe é concedida. Em julho 1909, pede mais seis meses de licença para tratar da saúde e lhe são concedidos apenas dois meses. Em setembro, lhe são concedidos mais três meses de licença. Em outubro lhe é concedida prorrogação, de um ano, para tratar de sua saúde. Em maio de 1913, a resposta a seu pedido de 90 dias para tratar da saúde é a concessão de apenas 30 dias. em junho, lhe são concedidos mais 60 dias de licença.
Elisario Marques de Freitas	Em janeiro de 1890, lhe foram concedidos dois

	<p>meses de licença para tratar de sua saúde.</p> <p>Em abril de 1891, concessão dos três meses de licença requeridos para tratar de sua saúde.</p> <p>Em setembro de 1894, três meses de licença para tratar de sua saúde lhe foram concedidos.</p> <p>Em fevereiro de 1896, lhe foram concedidos três meses de licença para tratar de sua saúde, mediante parecer do exame médico a que se submeteu.</p> <p>Em agosto de 1903, pediu mais um mês de licença para tratar da saúde de pessoa de sua família (não encontramos registros para a licença anterior a essa).</p>
Escholastica Maria da Conceição Bastos	Não foram encontrados nos periódicos pedidos de licença durante este período.
Francisco Lopes Lourenço	Em setembro de 1890, pediu seis meses de licença para tratar-se, porém foram-lhe concedidos três meses.
Francisco Salles C. Lobato de A. Lima	Em setembro de 1892, pediu 30 dias de licença para tratar de sua saúde, os quais lhe foram concedidos.
Garcia Mascarenhas dos S. Silva	Em abril de 1903, pediu 90 dias de licença para tratar de sua saúde. Após exame de sanidade, foram-lhe concedidos dois meses.
Isolina Gabriella de Paiva e Silva	Licença de 12 meses com ordenado para tratar de sua saúde, concedida em outubro de 1903, aprovada pela Assembleia Legislativa.
Januária Rosa Surville	Em outubro de 1901, pediu 60 dias de licença, os quais lhe foram concedidos após parecer do exame médico a que se submetera.
João Bezerra de Paula Paiva	Não foram encontrados nos periódicos pedidos de licença para esse período.
João Evangelista P. Neves	<p>Licença de três meses concedida para tratar de sua saúde, em 01/07/1892.</p> <p>Em julho de 1896, pedido de licença de 4 meses para tratar de sua saúde. Foi-lhe concedido um mês à vista do exame de sanidade a que se submeteu.</p> <p>Em julho de 1904, foram-lhe concedidos 60 dias de licença pra tratar de sua saúde.</p>
Maria Fernandes Belém	<p>Em janeiro de 1905, lhe são concedidos dois meses de licença.</p> <p>Em março de 1910, lhe são concedidos dois meses de licença (não há referências ao pagamento de ordenado nem ao motivo da licença).</p>
Rita Mattoso Souza Valente	<p>Em maio de 1893, lhe é concedida licença de três meses.</p> <p>Em abril de 1896, requer três meses de licença para tratar de sua saúde e lhe são concedidos.</p>

	Em julho de 1897, lhe são concedidos três meses de licença para tratar de sua saúde.
Virginia Brito	Em maio de 1894, pede quatro meses para tratar de sua saúde onde lhe convier e é atendida. Em setembro, pede três meses de licença para tratar de seus interesses, os quais também lhe são concedidos. Em outubro de 1901, lhe são concedidos 30 dias de licença. Em outubro de 1913 pede dois meses de licença para tratar de sua saúde, os quais lhe são concedidos.
Virginia Martins do Couto	Em maio de 1893, concedido o pedido de licença de três meses para tratar de sua saúde. Em outubro do mesmo ano, pedido de mais três meses de licença para continuar a tratar de sua saúde, igualmente concedido. Em maio de 1896, pedido de licença para tratar de sua saúde, por período de três meses. Concedido mediante inspeção médica. Em agosto, pede prorrogação da licença por mais três meses. Igualmente concedido mediante exame médico. Em dezembro, concessão de um ano de licença com ordenado para tratar de sua saúde. Em dezembro de 1897, concessão de oito meses de licença com ordenado para tratar de sua saúde. Em abril de 1901, pede licença de trinta dias para tratar de interesses, a contar de março, e o pedido é deferido. Em maio, pede prorrogação da licença para tratar de interesses, porém desta vez lhe é negada a licença. Em abril de 1903, pede licença de 90 dias para tratar de sua saúde, a qual lhe é concedida. Em julho, pede mais três meses de licença para tratar-se e lhe são concedidos dois meses. Em outubro, lhe são concedidos dois meses e dez dias de licença sem vencimentos. Em fevereiro de 1908, concessão trinta dias de licença sem vencimentos. Em outubro de 1909, lhe são concedidos dois meses de licença para tratar da saúde de sua filha Georgina do Couto.

Fontes: Informações recolhidas de periódicos, através do site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, conforme discriminamos ao longo do texto da seção.

Ressaltamos, ainda, que as licenças médicas, embora fossem um direito dos professores enquanto funcionários públicos do Estado, muito incomodavam alguns representantes do poder estatal. O fato de deixar as escolas sem aula, mesmo pagando o

aluguel das casas, ou de gerar a necessidade de se pagar um professor para substituir o licenciado, era visto como ônus financeiro e as constantes licenças, como um “abuso” dos professores (DIAS, 2014, p.219-220).

Se o exercício do direito à licença poderia ser visto pejorativamente, o direito não usufruído era destacado positivamente. Em 1905, a Secretaria Geral do Estado divulgava no jornal O Fluminense a concessão de licença para tratamento de saúde à professora Maria Fernandes Belém e o que chama a atenção é a parte final da redação: “A professora da escola de Tinguá, em Iguassu, D. Maria Fernandes Belém, foram concedidos dois meses de licença. *Em mais de 19 annos de serviço a referida professora gozou apenas de uma licença*” (SECRETARIA Geral do Estado, O FLUMINENSE, 29 jan. 1905, p. 1, grifo nosso). É evidente que a última frase era desnecessária, já que em nenhum outro despacho de pedido de licença por nós visto era especificado quantas licenças o funcionário havia gozado anteriormente. Esta frase tinha obviamente a intenção de supor-se um elogio, um reconhecimento ao “mérito” desta professora de não tirar muitas licenças. Com isso, podemos constatar que, embora o Estado não negasse ao professor o exercício de seu direito, certas ações como as descritas acima produziam um discurso de deslegitimação deste mesmo direito.

As licenças são parte importante do processo de funcionarização e o exercício desse direito pelos professores e professoras denotam sua apreensão do significado de serem funcionários públicos. Alguns dos exemplos ressaltados nesta seção levam-nos a questionar se, de fato, todas licenças para tratamento de saúde eram decorrentes de doenças ou se da necessidade de resolução de problemas alheios ao serviço. Vimos que as licenças para tratar de assuntos de interesse próprio não eram acompanhadas de vencimentos, ao passo que as por motivo de moléstia eram remuneradas. Assim, no caso da necessidade de um tempo fora da cidade para resolver outros assuntos, impossibilitando-os para o trabalho, o recurso às licenças era uma possibilidade. Em suma, fosse por valer-se largamente do recurso das licenças, fosse pela pouca utilização deste direito, essas mulheres e homens estavam traçando estratégias e resistências diante das dificuldades encontradas no processo de “fazer-se” magistério no estado fluminense, apoiando-se naquilo que o próprio Estado legitimava enquanto seus direitos.

Concluimos essa seção lembrando o modelo explicativo de Antonio Nóvoa (1991) sobre a história da profissionalização docente:

(...) eles [os docentes] são *funcionários do Estado*, com todos os direitos e deveres que isto implica. É preciso portanto considerar a *funcionarização* como um projeto sustentado ao mesmo tempo pelos docentes e pelo Estado: os primeiros buscando se constituir em corpo administrativo autônomo e hierarquizado; o segundo buscando garantir o controle da instituição escolar” (NÓVOA, 1991, p. 121, grifos do autor).

Deste modo, ao instituir as normas e as regras que delimitam o campo profissional do magistério, mesmo que com uma função conformadora, o Estado acabava delimitando também um campo de possibilidades de estratégias e expedientes que eram legítimos e apropriados de diferentes modos pelos docentes.

3.2 Professoras e professores em fim de carreira: os percursos da jubilação

Em 1893, através da lei n. 40, que regulava “a inatividade dos funcionários e empregados do Estado”, o governo fluminense estabelecia as regras para a jubilação de todos os seus funcionários. O nome dado a este período de “inatividade” era diferente para os mais variados tipos de funcionários estatais. Os “magistrados, membros do ministério publico, directores, chefes e empregados de nomeação das repartições publicas do Estado” teriam direito à aposentadoria. “A jubilação” seria “concedida aos lentes ou professores dos estabelecimentos de instrução secundária mantidos pelo Estado e aos professores públicos primários”. Já “os officiaes e praças do Regimento Policial” alcançariam a reforma, a qual não seria pautada pelas mesmas regras necessárias para a concessão da aposentadoria ou jubilação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 7).

A “inatividade permanente” somente seria concedida “nos casos de inhabilitação produzida por moléstia, de supressão do emprego ou de conveniência de serviço público, quando não caiba impor a pena de demissão” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 7).

Em geral, a jubilação ou a aposentadoria seriam concedidas, nos termos acima mencionados, ao funcionário que contasse com mais de 30 anos de serviço com todo o ordenado. Porém, se fosse professor, com 25 anos de serviço. Caso o tempo prestado fosse menor, o valor seria proporcional a esse tempo.

Para efeitos de contagem de tempo de serviço para jubilação, estavam excluídos os períodos de licença que não fossem por doença e o afastamento por “motivo não justificado, como seja o serviço publico gratuito e obrigatório”, além do tempo de exercício “em emprego ou comissão estranha ao serviço do Estado, seja de nomeação do Governo Federal, seja do Governo de qualquer outro Estado” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 9).

Por fim, os professores que contassem com 25 anos de serviço e que não se achassem “nas condições de ser aposentado”, receberiam “durante o primeiro quinquênio, uma gratificação adicional ou correspondente á metade da gratificação ordinária. Dahi em diante

por todo o tempo que mais servi(sse), a gratificação adicional ser(ia) igual á ordinária” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893a, p. 10).

Estas deliberações podem explicar o que aconteceu ao professor Francisco Lopes Lourenço que, em 1891, fora jubilado (*O Paiz*, 18 mar. 1891, p. 2) com menos de 25 anos de serviço, com vencimento anual fixado em 971\$059 (ESTADO do Rio de Janeiro, *Diario de Noticias*, 05 set. 1891, p. 2). Porém, no ano seguinte, pedira que sua jubilação fosse considerada sem efeito e sua nomeação para a escola de Innoã, em Maricá. O despacho para tal requerimento foi que se submetesse a inspeção de saúde (ACTOS Officiaes, *Jornal do Brasil*, 26 set. 1892, p. 2). Aparentemente, o pedido foi aceito, já que, como vimos, em 1898 ele trabalhava em Iguazu (MONTEIRO, 1898, anexos). Entretanto, também em 1898, já somando pouco mais de 25 anos de exercício do magistério, ele entra novamente com o pedido de jubilação, ao que lhe foi respondido que não poderia ser atendido a menos que se submetesse a exame de sanidade. No mesmo jornal consta seu pedido de dispensa do exame de sanidade (SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, 20 jan. 1898, p. 2). Parece-nos que seu pedido não fora aceito, uma vez que, em junho deste mesmo ano ele faz a permuta que o leva a trabalhar em Iguazu (*O Fluminense*, 26 jun. 1898, p. 1). Ainda em 1898 ele passara a receber gratificação 500\$ anuais (ECHOS do Estado, *Gazeta de Petropolis*, 03 nov, 1898, p. 1). Após isso, não encontramos mais ocorrências de funcionarização sobre o professor Francisco Lopes Lourenço.

A lei n. 40 de 1893 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893b) dizia que era necessário ao professor ter mais de 25 anos de efetivo exercício para conseguir jubilar-se com ordenado integral. Provavelmente em 1891, quando ele fora jubilado, a regra para jubilação devia ser semelhante a essa, pois posteriormente, é publicado em jornal o valor calculado para seu vencimento anual. Pelo que tudo indica, este valor não devia ser suficiente para sua subsistência, já que no ano seguinte ele pediu para ser readmitido, tendo sua jubilação desconsiderada, pois trabalhando voltaria a receber seu salário integral. O que confirma essa hipótese é o fato do professor ter aguardado justamente completar os 25 anos de serviço para, novamente, pedir a jubilação. A partir desse ano, seu vencimento seria acrescido ainda de uma gratificação.

Talvez em função desse tipo de situação, é que no ano 1900, com o decreto 588, que reformava a instrução pública, embora a jubilação dos professores ainda fosse regulada pela lei n. 40, de 1893, havia a ressalva de que, uma vez jubilado, o professor não poderia voltar ao serviço ativo (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1900, p. 561). Onze anos depois, o decreto de instrução pública 1200, de 1911, mantinha essas mesmas regras para a jubilação (ESTADO

DO RIO DE JANEIRO, 1911, p. 244), assim como o de 1721, de 1919, que regulamentava os departamentos e serviços da administração pública (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919a).

Em 1907, a professora Maria Fernandes Belém, antes de completar 25 anos de serviço, passara por inspeção de saúde para poder jubilar-se (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 02 fev. 1907, p. 1). Embora não haja registros sobre a conclusão desta inspeção, sabemos que a professora não chegou a jubilar-se, pois em 1911 (quando não contava com 25 anos de serviço ainda) ela fora, novamente, submetida a inspeção de saúde para jubilação, sendo aprovada a 1ª inspeção de saúde (JUBILAÇÃO, *A Imprensa*, 02 dez. 1911, p. 8). Entretanto, vinte anos depois, em 1931, era publicada a convocação para a professora Maria Fernandes Belém comparecer à Directoria de Saúde Pública do Estado do Rio, “a fim de ser submetida á inspeção de saúde” (ESTADO DO RIO, *Diario de Noticias*, 08 nov. 1931, p. 7). Essa informação nos leva a crer que a professora ainda mantinha vínculo empregatício com o estado nesse ano. Não foram encontradas referências à concessão de jubilação para essa professora. Em 1937, ela era interditada na 2ª vara de órfãos e ausentes (JUIZOS de Direito, *Jornal do Commercio*, 15/16 fev. 1937, p. 7). Não sabemos se por essa época ela havia sido jubilada, mas imaginamos que, estando interditada, provavelmente, sua jubilação, por fim, fora concedida. Em 1939, há a notícia de seu falecimento na Casa de Saúde Dr. Eiras (OBITUÁRIO, *Jornal do Commercio*, 10 jun. 1939, p. 7)

Com aproximadamente 29 anos de magistério público estadual⁴⁶, a professora Isolina Gabriella de Paiva e Silva, em 1919 tentava jubilar-se também. Porém, seu pedido fora indeferido em função do laudo da junta médica (SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, 10 fev. 1919, p. 2).

No ano de 1901 foi designada junta médica para realizar inspeção de saúde no professor João Bezerra de Paula Paiva, atendendo a seu pedido de jubilação. O despacho de seu pedido dizia que ele deveria comparecer no desinfectório central da cidade de Niterói (DIRECTORIA de Hygiene e Assistencia Publica do Estado, *O Fluminense*, 22 nov. 1901, p. 1). Provavelmente, este professor também não conseguiu jubilar-se. Chegou a completar 30 anos de serviço em 1915 e, por isso, recebeu gratificação adicional (DIRECTORIA de Fazenda, *O Fluminense*, 25 set. 1915, p. 2). Entretanto, foi apenas em 1918 que foi considerado “apto” a jubilação (ASSEMBLÉA Legislativa, *O Fluminense*, 11 set. 1918, p. 1).

⁴⁶ A estimativa do tempo de serviço da professora baseia-se na data de sua admissão, 19/07/1890, a qual encontramos no quadro do *Jornal do Commercio* de 14 de fevereiro de 1896. Esse tempo é apenas uma aproximação, tendo em vista que períodos de licença e faltas não justificadas eram deduzidos da contagem de tempo de serviço.

Em maio de 1896, transmitiu-se ao Tribunal de Contas o pedido de jubilação da professora Escholastica Maria da Conceição Bastos, “por se achar impossibilitada de continuar a exercer o magistério” (SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 21 maio 1896, p. 3). Três meses depois do seu pedido, “foi concedida á professora D. Escholastica Maria da Conceição Bastos, jubilação com o vencimento annual de 1:534\$812 proporcional ao seu tempo de serviço, 23 annos, 11 meses e 20 dias e o seu ordenado de 1:600\$ (...) a partir de 16 de abril do corrente anno” (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 15 ago. 1896, p. 3). Como se pode ver, a jubilação, embora tenha sido concedida apenas três meses depois, foi contada a partir de abril (provavelmente, quando a professora apresentou seu pedido).

Após 35 anos de serviço, o professor Elisiario Marques de Freitas, em 1911, teve sua primeira inspeção de saúde aprovada para a jubilação. Essa era apenas a primeira etapa, já que, seis meses depois, ele deveria submeter-se a nova inspeção de saúde, para que fossem “completadas as provas de alegada invalidez” (INSPECTORIA de Fazenda, *Jornal do Commercio*, 21 set. 1911, p. 6). Meses depois, a Inspetoria da Fazenda publicava que o vencimento fixado para o professor seria o valor integral de seu ordenado de professor de 1ª classe, acrescido de sua gratificação adicional, “a partir da data em que deixou o exercício do seu cargo, visto já haver completado 35 annos de efetivo exercício no magistério publico do Estado” (JUBILAÇÃO, *Jornal do Commercio*, 23 dez. 1912, p. 6).

Em 1932, a professora de Iguçu, Januaria Rosa Surville, tinha sua jubilação concedida, com o vencimento anual de 4:800\$000 (NOTICIAS de Nictheroy, *Jornal do Commercio*, 4/5 abr. 1932, p. 7). Antes disso, a última notícia referente a inspeção de saúde a qual fora submetida a professora Januaria Rosa Surville data de março de 1930, mas não está dito que esta inspeção era para fins de jubilação (INSPECÇÃO de Saúde, *Correio da Manhã*, 25 mar. 1930, p. 10).

O caso do professor Antonio Vieira da Rocha já foi por nós mencionado em seção anterior. Em 1897, enquanto era regente em Iguçu, ele entra com pedido de jubilação alegando problemas de saúde. Em abril, a Diretoria de Assistência Pública enviava à Secretaria do Interior e Justiça o requerimento do professor juntamente com o termo da inspeção de saúde a que fora submetido (DIRECTORIA de ASSISTENCIA Publica, *Jornal do Commercio*, 29 abr. 1897, p. 4). Em julho, dois despachos eram publicados para seu pedido. No dia 2, o despacho da Secretaria do Interior e Justiça era: “indeferido, a vista do parecer dos médicos” (SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio* 02 jul. 1897, p. 2). Porém, no dia seguinte, era publicada uma retificação com o

seguinte despacho: “ao desembargador presidente do Tribunal de Contas” (RECTIFICAÇÃO, *Jornal do Commercio* 02 jul. 1897, p. 3). Pelo que se pode ver, em um dia, o processo estava encerrado e indeferido. Contudo, no dia seguinte, ele não tinha mais uma determinação final e fora passado a outra instância. Em outubro, foi publicado o seguinte julgamento: “Foi julgado improcedente o pedido de jubilação, porquanto não exhibio prova de invalidez, nos termos do art. 1º da lei n. 40 de 21 de janeiro de 1893” (JULGAMENTOS, *Jornal do Commercio*, 14 out. 1897, p. 3). Em menos de duas semanas, publicava-se o seguinte parecer, datado em 21 de outubro:

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o acordão proferido pelo Tribunal de Contas, em sessão de 9 do corrente no processo de jubilação do professor publico Antonio Vieira da Rocha, e considerando que não se verifica em relação a esse professor a condição de inhabilitação para o magistério publico, produzida por moléstia, como exige o art. 1º da lei n. 40, de 21 de janeiro de 1893, para que possa o empregado gozar da inactividade permanente e remunerada, resolve [...] negar-lhe a jubilação que requereu (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 27 out. 1897, p. 5).

Em novembro, o professor Antonio Vieira da Rocha pedia ser submetido a novo exame de sanidade. Porém, a resposta da Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça indeferia seu pedido, alegando manter o despacho de 21 de outubro (SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, 30 nov. 1897, p. 3). Em junho do ano seguinte, o professor era exonerado por abandono de emprego (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 11 jun. 1898, p. 4). Pelos dados levantados, sabemos que ele foi readmitido ao quadro do magistério estadual, provavelmente entre dezembro de 1912, quando propõe um acordo à Secretaria Geral do Estado, o qual fora deferido (SECRETARIA Geral do Estado, *Jornal do Commercio*, 03 dez. 1912, p. 6) e fevereiro de 1913, quando estava regendo uma escola primária em Rio Bonito (QUADRO Geral de Escolas Elementares do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 01 fev. 1913, p. 7). Em março de 1914, ele passa pela primeira inspeção médica com fins de jubilação (INSPECTORIA de Hygiene e Saúde Pública, *Jornal do Commercio*, 29 mar. 1914, p. 11). Em outubro do mesmo ano, ele pede sua segunda inspeção médica (SECRETARIA Geral do Estado, *Jornal do Commercio*, 08 out. 1914, p. 6). Em julho de 1915, sua jubilação já havia sido concedida e são divulgados quais seriam os vencimentos dele em função do tempo de serviço:

Julgam o impetrante com direito [...] a ser jubilado com os vencimentos annuaes de 2:600\$000, sendo 1:733\$384 de ordenado por inteiro e 866\$666 de gratificação adicional que já está em gozo, por contar mais de 30 e menos de 35 annos de serviço no magisterio publico, a partir da data em que deixou o exercicio (JUBILAÇÃO, *Jornal do Commercio*, 06 jul. 1915, p. 7).

Ao analisarmos o tempo de serviço que lhe foi contabilizado, percebemos que o período em que esteve afastado do magistério público estadual, em função da exoneração por abandono de emprego, não foi deduzido do total. Sua admissão ao quadro do professorado data de 26 de maio de 1880 (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, *Jornal do Commercio*, 14 fev. 1896, p. 4). Sabendo que este professor ficou afastado por, pelo menos, 14 anos, em 1915, ele não contaria nem 30 anos de serviço. Talvez a explicação para isso seja a ação que o professor Antonio Vieira moveu contra o estado em 1912, “por se achar ilegalmente demittido”, a qual teve por desfecho o reconhecimento de seu direito por parte do Poder Judiciário, com a abertura de crédito especial no valor de 6:859\$789 “para pagamento de vencimentos ao professor publico Antonio Vieira da Rocha” (JORNAL do Commercio, 02 ago. 1914, p. 6). Pelo visto, além da abertura do crédito especial, foi-lhe reconhecido o tempo de serviço no qual, de acordo com o parecer do Poder Judiciário, esteve “ilegalmente demittido”.

Dos demais professores de nossa pesquisa, alguns falecem sem que tenha havido antes nos jornais registros de pedidos ou concessões de jubilação. O professor Francisco de Salles Cordeiro Lobato de Araujo Lima faleceu em 1902, enfermo, quando trabalhava em Teresópolis, contando 29 anos de serviço (O LOBATO, *O Fluminense*, 23 fev. 1902, p. 1). A professora Antonina Pessoa de Mello viria a falecer, após aproximadamente 25 anos de magistério público, quando ainda era regente na cidade de Magé em 1915 (*O Fluminense*, 23 jul. 1915, p. 2). Também em relação a ela não houve ocorrências nos jornais referentes a jubilação. Antes da notícia do óbito do professor Garcia Mascarenhas, com 55 anos de idade e aproximadamente 20 de magistério, (OBITUÁRIO, *O Paiz*, 02 ago. 1908, p. 6), não encontramos informações sobre jubilação para ele. A última informação sobre o professor João Evangelista Pereira Neves é acerca da concessão de gratificação adicional por haver completado 30 anos de serviço no magistério (ESTADO do Rio de Janeiro, *O Imparcial*, 20 maio 1917, p. 4).

Diante deste panorama, podemos concluir que a jubilação não era um processo exatamente acessível. Primeiramente, o pré-requisito fundamental para concessão deste “benefício” não era uma idade ou tempo de serviço mínimos, mas sim a inabilitação por motivo de doença para o serviço. Em outras palavras, se o professor ou professora tivesse mais de 35 anos de trabalho, por exemplo, mas não apresentasse problemas de saúde considerados graves o suficiente pela junta médica a ponto de os desabilitarem para o serviço, a jubilação não seria concedida. A jubilação, portanto, era restrita a quem desse provas de sua falta de saúde. Era um direito do funcionário público que não estava à disposição de todos.

Era necessário ao funcionário gastar-se por inteiro em suas atribuições para, só então, obter o descanso necessário delas. No processo de “fazer-se” Estado, pretendia-se levar o “fazer-se” magistério às últimas consequências. O interessante é notarmos que ao longo desses 26 anos decorridos entre a regulação da lei n. 70 de 1893 e do decreto 1721 de 1919, praticamente não houve alterações no que tange à jubilação. Os pressupostos para concessão da mesma se mantiveram. A quantidade mínima de tempo de serviço necessário para recebimento do ordenado integral também não se alterou. Não houve afrouxamento. Não houve concessões. Entretanto, por outro lado, o “fazer-se” magistério para alguns foi se construindo com base nas experiências de exercício e reivindicação de direitos, bem como na construção de estratégias para “driblar” certas regras estabelecidas. É deste modo que podem ser explicados casos de professores que conseguem jubilação por duas vezes, de uns que aparentemente não a alcançam e de outros que tentam adquiri-la mesmo não estando necessariamente dentro dos padrões estabelecidos por lei para isso.

Segue quadro com as informações que conseguimos coletar a respeito dos docentes que orientam nossa pesquisa, em relação à jubilação.

Quadro 15 - Informações sobre jubilação/fim de carreira dos professores efetivos pesquisados

Professor/professora	Informação sobre jubilação
Antonina Pessoa de Mello	Falecida em 1915, com aproximadamente 25 anos de serviço. Não há registros sobre jubilação para essa professora.
Antonio Vieira da Rocha	Em julho de 1897, pedia a jubilação, a qual lhe era negada em outubro do mesmo ano, visto não ter dado prova de invalidez. Em novembro do mesmo ano, o professor fazia novamente o pedido, o qual lhe era negado no mesmo mês. Em junho de 1898, foi exonerado por abandono de emprego. O próximo registro de retorno do professor Antonio ao magistério não foi encontrado, mas é provável que tenha sido entre 1912 e 1913. Entre março e outubro de 1914, realiza as duas inspeções médicas necessárias para a jubilação. É jubilado em julho de 1915.
Ataliba de Macedo Domingues	A última informação funcional encontrada para o professor data de 1925, quando era colocado em disponibilidade remunerada, sem que houvesse no texto menção aos motivos para esta disponibilidade. Após isso, não foi possível acompanhar a trajetória do professor Ataliba.
Cecilia Therezina de Freitas	A última informação funcional encontrada para

	esta professora é de 1919 e se refere ao pedido de informações sobre o laudo de inspeção de saúde realizada na professora.
Elisario Marques de Freitas	Jubilado entre os anos de 1911 e 1912, com mais de 35 anos de serviço.
Escholastica Maria da Conceição Bastos	Pediu jubilação em maio de 1996 e, três meses depois, sua jubilação foi concedida.
Francisco Lopes Lourenço	Jubilado em 1891, porém retorna ao professorado público em 1892. Em 1898, pede novamente a jubilação.
Francisco Salles C. Lobato de A. Lima	Faleceu em 1902, enfermo, enquanto regia escola em Teresópolis. É possível ter pedido, neste mesmo ano, a jubilação, tendo em vista que fora designado um médico para proceder exame de sanidade neste professor.
Garcia Mascarenhas dos S. Silva	Faleceu em 1908, com aproximadamente 23 anos de exercício, sem que tenhamos encontrado informações de pedido de jubilação para esse professor.
Isolina Gabriella de Paiva e Silva	Em 1919, tem seu pedido de jubilação negado em função do laudo da inspeção médica.
Januaria Rosa Surville	Jubilada em 1932, após mais de 30 anos de exercício do magistério.
João Bezerra de Paula Paiva	Em 1915, completou 30 anos de serviço, sendo jubilado em 1918.
João Evangelista P. Neves	Completou 30 anos de serviço em 1916, porém não encontramos informações de jubilação para esse professor.
Maria Fernandes Belém	Em 1907, era submetida à inspeção médica com fins de jubilação. Em 1911 era novamente submetida à inspeção a fim de ser jubilada. Em 1931, é convocada a nova inspeção médica. Não há indícios sobre jubilação para ela.
Rita Mattoso Souza Valente	Falecida em Maxambomba em 1898. Não houve nos periódicos informações sobre pedidos de jubilação para essa professora.
Virginia Brito	Em 24/02/1923, estava regendo escola isolada em Niterói. A última informação funcional encontrada para a professora data de 1925, quando era colocada em disponibilidade remunerada, sem que houvesse no texto menção aos motivos para esta disponibilidade. Após isso, não foi possível acompanhar a trajetória desta professora.
Virginia Martins do Couto	Em 1922, completara 30 anos de serviço. O último registro sobre ela é de 1937, quando foi convocada para fazer perícia médica (sem que houvesse identificação do motivo para esta perícia).

Fontes: Esse quadro foi organizado com base nas informações constantes nos periódicos que discriminamos ao longo do texto da seção.

3.3 Na escola, na família, na igreja, na associação: redes de sociabilidade e campos de ação docente

Mais do que professores e funcionários públicos, esses homens e mulheres eram parte de uma comunidade, de um núcleo familiar, estavam integrados a algum tipo de vivência religiosa, associavam-se das mais diversas formas e pelos mais variados motivos. Ao longo de nossa pesquisa, encontramos alguns desses professores e professoras vivenciando experiências associativas que julgamos necessárias para a compreensão do “fazer-se” magistério.

O associativismo é, talvez, uma das mais expressivas formas que o magistério primário encontrou para manifestar suas agências para além do exercício docente em si. Em uma tentativa de vislumbrar o processo histórico de profissionalização docente, tendo por base o “protagonismo dos professores”, Libania Xavier o faz através do estudo do associativismo docente, no qual estão consideradas todas as formas “de organização coletiva dos professores na defesa de seus interesses em diversas esferas da vida social, englobando as dimensões de âmbito profissional, político, social e cultural” (2013, p.59). Deste modo, o termo é abrangente, mas representa todas as possibilidades de ações empreendidas no coletivo em prol da categoria profissional.

Em nosso estudo, nem todas as formas associativas nas quais encontramos os professores e as professoras que conduziram a pesquisa estavam exatamente relacionadas ao magistério. Entretanto, julgamos que a investigação dos sujeitos não pode nem deve limitar-se ao ofício que praticam. A “experiência” (Thompson, 1891) dos sujeitos históricos deve ser investigada em todas as suas possibilidades, pois são elas que expressam o “fazer-se” dos homens e mulheres em sua prática social. Deste modo, além das associações de cunho profissional, interessou-nos observar outras formas associativas desenvolvidas pelos docentes de nosso estudo, na relação com o processo de “fazer-se” magistério. Além de expressarem a formação de possíveis redes de sociabilidade, essas experiências associativas demonstram o prolongamento do campo de ação destes homens e mulheres para fora de suas escolas.

Dentro do âmbito escolar verificamos algumas situações que nos levaram a perceber a possibilidade de formação de redes de sociabilidade entre os professores. Inicialmente

chamou-nos a atenção o fato de as professoras Cecilia Therezina de Freitas e Virginia Brito terem sido da mesma turma da escola normal. Isso atentou-nos para a possibilidade de que no interior dessa escola se estabelecessem relações e vínculos que poderiam ser levados para a vida funcional. Não sabemos se foi este o caso dessas professoras, mas o fato de terem estudado juntas e posteriormente serem encontradas trabalhando no mesmo município na mesma época, mesmo que depois cada uma tenha tomado um rumo diferente, leva-nos a pensar sobre essa possibilidade.

Não apenas a escola normal, mas os próprios exames de concurso de habilitação eram um momento de encontro, de conhecer pessoas com ao menos uma afinidade em comum, a profissional. Já demonstramos como em alguns exames realizados no concurso para o magistério encontravam-se pelo menos 4 candidatas que depois viriam a tornarem-se professoras no mesmo município (as professoras em questão são Antonina Pessoa de Mello, Virginia Brito, Cecilia Therezina de Freitas e Rita Mattoso Valente, do município de Iguazu). Além delas, vemos outros nomes repetirem-se nos mesmos dias de prova. Embora fossem momentos de avaliação e, provavelmente, tensão, isso não impossibilitaria que nos dias de exames, essas mulheres e homens, alguns já exercendo a profissão, travassem relações.

E por falar em exames, os que ocorriam no interior das escolas, para avaliação dos alunos ao final do ano letivo, também eram um momento de encontro entre professores. Compondo as bancas examinadoras, em geral de escolas próximas às que regiam, os professores eventualmente trocavam de posições, em um momento sendo o que recebia os colegas de profissão para avaliarem seus alunos, e em outro, sendo aquele que iria a outra escola avaliar os alunos de outrem. Pelos registros de alguns dos nossos professores, estes eram momentos de verdadeiras confraternizações, com oferecimento de lanches inclusive, cada qual querendo mostrar o seu melhor. Não podemos perder de vista que esses eram momentos privilegiados para mostrar seu trabalho às autoridades, como os inspetores, por exemplo, que costumavam participar desses eventos.

Em 1895, a escola regida pela professora Rita Mattoso de Souza Vallente realizou seus exames finais em 02 de dezembro. Os exames foram presididos pelo delegado municipal tenente-coronel Alfredo Cesar Soares, tendo como examinadores o dr. Caetano da Silva Junior, o professor João Bezerra de Paula Paiva e a própria professora (*O Paiz*, 06 dez. 1895, p. 2). Embora o artigo do jornal não esclareça onde se localizava a escola, supomos que era em Maxambomba, já que tanto a professora Rita Mattoso quanto o professor João Bezerra eram regentes lá neste ano, de acordo com o quadro do “Jornal do Commercio” de

14/02/1896. Além disso, como veremos a seguir, o tenente-coronel Alfredo Cesar Soares era inspetor distrital desta localidade.

Quando, em 1896, foram realizados os exames finais da escola masculina de Maxambomba, em Iguaçu, regida então pelo professor João Bezerra de Paula Paiva, o ato fora presidido pelos senhores Clodomiro de Vasconcelos, inspetor geral de ensino, e o tenente-coronel Alfredo Soares, inspetor distrital (NOTICIÁRIO, *Jornal do Brasil*, 07 dez. 1896, p. 1).

Em dezembro de 1905, realizavam-se os exames finais dos alunos da 10ª escola mista de S. Sebastião do Rio Bonito (Valença), sob a regência da professora Antonina Pessoa de Mello. Participaram desse evento o coronel Theophilo dos Santos, delegado escolar e a banca examinadora, composta pela professora Mariana Duboc e pelo professor Castro Leal, além da professora regente. Segundo o artigo do jornal, foram avaliados alunos e alunas da 1ª, 2ª e 3ª séries. Dos 77 alunos matriculados, compareceram 54. O êxito obtido nos exames foi coroado com “um magnífico lanche regado de finos vinhos – regalia do sec. XX, com o qual o sr. coronel Theophilo dos Santos brindou a professora e a’ O Fluminense na pessoa de seu correspondente” (S. SEBASTIÃO DO RIO BONITO, *O Fluminense*, 19 dez. 1905, p. 3).

Nesse mesmo mês eram realizados os exames na escola feminina de Santana de Japuíba (Cachoeiras de Macacu), regida pela professora Virginia Martins do Couto. Embora não haja registro do oferecimento de lanches, a composição da banca é bastante similar à dos exames da escola da professora Antonina Pessoa: presidindo o ato estava o capitão José da Costa Augusto, acompanhado dos professores Augusto da Silva, Maria de Mesquita e da professora da escola (JAPUHYBA, *O Fluminense*, 22 dez. 1905, p. 1).

Em 16 de novembro de 1915, realizavam-se os exames da escola do Largo da Batalha (Niterói), cuja regente era a professora Virginia Martins do Couto. A banca examinadora era composta do professor Jonathas de Macedo Domingues, como presidente, e da professora Carolina Vasconcellos Sodré, além da professora regente (ESCOLA do Largo da Batalha, *O Fluminense*, 25 nov. 1915, p. 2). No dia 18 do mesmo mês a professora Virginia Martins do Couto compunha banca examinadora da escola mista de Bad , acompanhada dos mesmos professores que examinaram sua escola (INSTRUÇÃO PUBLICA, *O Fluminense*, 14 nov. 1915, p. 1). No ano seguinte, na escola do Largo da Batalha, a banca examinadora era presidida novamente pelo professor Jonathas de Macedo Domingues, pela regente Virginia Martins do Couto e pela professora Lucinda de V. Sodré (que, pelo sobrenome, deveria ser parente da professora Carolina que compunha a banca no ano anterior) (ESCOLA do Largo da Batalha, *O Fluminense*, 25 nov. 1916, p. 2). Chamou-nos a aten o, em rela o aos exames

da escola do Largo da Batalha o fato de, em 1919, ainda sob regência da professora Virginia Martins do Couto, a banca examinadora ser composta, além da professora regente, pelas professoras Adilia Neves de Almeida (presidente) e Izolina Alves Pereira, que, nos exames de 1915 figurava como aluna da 3ª série aprovada com distinção. Neste ano, a professora oferecera uma recepção com biscoitos e licores (ESCOLA Mixta do Largo da Batalha, *O Fluminense*, 08 dez. 1919, p. 2).

No período por nós estudado, o magistério primário poderia parecer um trabalho solitário, com apenas um/uma professor/professora em cada escola, e escolas contando, algumas vezes, com distâncias consideráveis entre si. Entretanto, diante do que até aqui foi exposto, através desses momentos típicos do “fazer-se” magistério, havia possibilidades de estreitamento de relações e trocas de conhecimento entre os pares, construindo verdadeiras redes de sociabilidade.

Em se tratando de redes de sociabilidade, muitas vezes, essas começavam no interior da própria casa. Alessandra Schueler (2005) nos mostra como na cidade do Rio de Janeiro, o Regulamento de 1854 favoreceu a que os professores formassem, pela prática, seus próprios filhos como professores adjuntos. Esses adjuntos não gozavam dos mesmos direitos que os efetivos, mas era esta uma maneira de ingresso nos quadros do magistério público da Corte. Ao dar prioridade a que os professores escolhessem aqueles que poderiam assisti-los na condição de adjuntos, o Estado estava privilegiando a formação pela prática, estabelecendo, para além disso, uma cultura de formação de professores intrafamiliar. Schueler nos afirma que:

[...] não causa espanto o fato de encontrarmos entre os professores adjuntos da cidade do Rio de Janeiro, filhos dos professores efetivos, na medida em que a própria legislação estimulava as práticas de transmissão familiar do ofício. Esta era, evidentemente, uma das razões que podem explicar a existência de linhagens nos quadros do magistério carioca oitocentista, compostas de pais, mães, filhos e outros parentes (SCHUELER, 2005, p. 346).

Embora em tempo e lugares diferentes, pudemos observar, através das trajetórias de nossa pesquisa, a existência de professores com relação parental muito próxima, como se, ainda nesse período, o magistério ainda pudesse ser considerado um “negócio de família” em alguns casos. Entretanto, diferentemente do que ocorria na época do Regulamento de 1854 na cidade do Rio de Janeiro, em que, segundo Schueler (2005) a formação pela prática subtraía das Escolas Normais esta obrigação, há casos em que o conhecimento compartilhado pelos pais com os filhos era acrescido pela formação institucional via escola normal.

Se observarmos o quadro 10 (p. 124), encontraremos atuando em 1895 nas escolas do Brejo, em Iguaçu, ele na escola masculina, ela, na feminina, o professor Elisario Marques de

Freitas e a professora Cecília Therezina de Freitas, pai e filha. Em 1888, o professor Elisiário pedia exame de admissão na escola normal não apenas para Cecília Therezina, mas também para sua outra filha, Anália Emília de Freitas (REQUERIMENTOS despachados pela directoria da Escola Normal, *O Fluminense*, 05 fev. 1888, p. 1). Ambas foram admitidas à escola normal. Também encontramos em notícia sobre a missa de 7º dia do professor jubilado Aurélio Marques de Freitas⁴⁷, a informação de que este era irmão do professor Elisiário (*O Fluminense*, 07 jun. 1922, p. 3). Além disso, sendo viúvo, o mesmo professor Elisiário Marques de Freitas contraiu novamente casamento em 1888 com a também professora Izabel Francisca de Castro⁴⁸ (NOTICIÁRIO, *O Fluminense*, 12 set. 1888, p. 1). Como se vê, uma verdadeira “família de professores”.

É interessante notar que essas redes de sociabilidade familiares poderiam intervir nos rumos que estes homens e mulheres tomavam. Por exemplo, quando o professor Elisiário Marques de Freitas pediu remoção para Iguazu, em 1895, sua filha Cecília Therezina de Freitas já regia a escola do Brejo neste município, pelo menos, desde 1893. Em 1896, ele saiu de Iguazu, através de permuta, para reger escola em Valença (ESTADO DO RIO, *Jornal do Brasil*, 9 maio 1896, p. 1). Um ano depois, encontramos sua filha Cecília regendo escola no mesmo município (QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1897, *Jornal do Commercio*, 4 ago. 1898, p. 5). Em fevereiro de 1900, o nome de Elisiário consta como professor da escola masculina da rua 13 de maio, em Petrópolis (INSTRUÇÃO PÚBLICA, *Gazeta de Petrópolis*, 13 fev. 1900, p. 1). Em setembro do mesmo ano, sua filha Cecília Therezina era removida a pedido de Vassouras, onde estava lotada, para a 12ª escola masculina de Vila Tereza, em Petrópolis (O FLUMINENSE, 22 set. 1900, p. 1). Por essas movimentações, podemos perceber como, apesar de estarem a serviço do Estado, esses homens e mulheres tentavam, dentro de suas limitações, manterem-se próximos fisicamente, em função dos laços de família e afetividade que possuíam.

Também casado com esposa professora era o professor Antonio Vieira da Rocha. Em 1880, ele e sua esposa Maria Candida da Rocha (ambos admitidos no mesmo dia ao magistério estadual) eram juntamente nomeados para reger escolas em Macuco, Cantagalo

⁴⁷ O professor Aurélio Marques de Freitas, embora jubilado no magistério, trabalhou em seus últimos anos de vida como administrador do Hospital Santa Casa de Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro (SANTA CASA de Misericórdia, *A Noite*, 30 jul. 1920, p. 5)

⁴⁸ Não foram encontradas informações funcionais para a professora Izabel Francisca de Castro após a data de seu casamento. Diante disso, somos levados a crer que ela teria deixado de lecionar após o matrimônio. Se permaneceu no magistério, não conseguimos, em função dessa ausência de informações, mapear se regia nos mesmos municípios que seu marido.

(INSTRUCCÃO PUBLICA, *O Fluminense*, 02 jun. 1880, p. 2). A partir de então, em todas as notícias sobre o professor Antonio Vieira da Rocha em escolas nas quais era regente, consta a presença de sua esposa atuando como professora na mesma localidade (sendo sempre removidos juntos), até quando ele é nomeado para Iguaçu e ela permanece em Niterói. Além de serem um casal de professores, sua filha Therezina Capellani das Dores Rocha também era professora pública⁴⁹ (THEREZINA Capellani das Dores Rocha, *O Fluminense*, 21 out. 1910, p. 3), formada pela escola normal (ESCOLA Normal de Nictheroy, *A Capital*, 21 jan. 1904, p. 1).

Antonio Vieira da Rocha também estava engajado em associações beneficentes, algumas com referência à instrução pública. Normalmente ocupando cargos de presidência ou compondo comissões, este professor esteve ligado a um número considerável de associações ao longo de sua trajetória. Dentre elas estão as seguintes associações: Sociedade beneficente “Homenagem ao Dr. March” – na qual era vice-presidente e sobre a qual não encontramos maiores informações (*O Fluminense*, 29 jan. 1899, p. 2); Congresso Litterario Guarany (INSTRUCCÃO Publica, *O Fluminense*, 19 jan. 1893, p. 2); Associação Beneficente Campos Salles, como secretário (ASSOCIAÇÃO B. Campos Salles, *O Fluminense*, 01 ago. 1899, p. 1); Congregação Beneficente Homenagem ao dr. Sá Pinto, como presidente (*O Fluminense*, 15 nov. 1899, p. 2); Sociedade Amparo Operario, que mantinha uma escola noturna, na qual Antonio Vieira da Rocha atuava como professor de Português (S AMPARO OPERARIO, *O Fluminense*, 23 jan. 1901, p. 2); Congregação de Auxilios Mutuos á Infancia, que também mantinha uma escola, que era mista, com aulas diurnas e noturnas, onde o professor Rocha lecionava também (CONGREGAÇÃO de Auxilios Mutuos á Infancia, *O Fluminense*, 06 dez. 1905, p. 1). Ao longo da pesquisa nominal pelo professor Antonio Vieira da Rocha na Hemeroteca foram inúmeras as ocorrências deste professor nos diversos eventos e debates pedagógicos ocorridos na cidade de Niterói.

O professor Ataliba de Macedo Domingues (regente em Piedade, Iguaçu, pelo menos entre 1895 e 1897) tinha um irmão professor, Jonathas de Macedo Domingues (D. LAURA de Macedo Domingues, *O Fluminense*, 13 out. 1905, p. 3), o qual mencionamos acima como presidente de banca examinadora de exames finais. Inclusive, ambos participavam do Centro dos Professores Públicos de Instrução Primaria do Estado do Rio de Janeiro, o primeiro na condição de presidente e o segundo ocupando o cargo de vice-presidente (CENTRO dos Professores Públicos de Instrução Primaria do Estado do Rio de Janeiro, *O Fluminense*, 26

⁴⁹ A professora Therezinha Capellani das Dores Rocha, quando faleceu, em 1910, estava lotada no município do Carmo (ALMANAK Laemmert para o ano 1910, Rio de Janeiro, 1910, p. 43)

jan. 1921, p. 1). Esta associação tinha o objetivo de “tratar da defesa dos interesses da classe” (OS PROFESSORES, *O Fluminense*, 26 jan. 1920, p. 1), já que o professorado público fluminense julgava-se “prejudicado em seus direitos e mesmo considerando inexecutáveis certas e determinadas exigências da nova Reforma da Instrução Pública” (O MAGISTÉRIO público fluminense movimenta-se, *O Jornal*, 01 fev 1920, p. 7). Provavelmente a reforma a que se refere o artigo do jornal tratava-se do Regulamento do Decreto 1723, de 29 de dezembro de 1919, do qual falamos mais pormenorizadamente no capítulo anterior. Em função desse regulamento, o Centro dos Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Rio de Janeiro redigiu um memorial que se destinava ao presidente do estado fluminense, Raul da Veiga. Além das queixas e questionamentos sobre os baixos salários determinados para o professorado (sempre comparado com o de outras funções consideradas menos importantes dentro da própria instrução pública), este memorial reclamava da extinção do Conselho Superior de Ensino e da vedação ao direito dos professores permutarem entre si, caso fosse de municípios diferentes. De acordo com este memorial, esta última medida “cercea [sic] a liberdade do professor, fulmina um direito que os demais Regulamentos sempre respeitaram” (CENTRO dos Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Rio de Janeiro *O Fluminense*, 14 fev. 1920, p. 2-3). Como podemos ver, esta era uma associação engajada na luta pelos direitos da categoria docente.

Outra professora de nossa pesquisa que também participava do Centro dos Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Rio de Janeiro, como membro do conselho administrativo era Virginia Brito, que regeu em Rio de Ouro, Iguaçu, entre os anos de 1895 e 1897, (CENTRO dos Professores Públicos de Instrução Primária do E. do Rio de Janeiro, *O Fluminense*, 17 jan. 1921, p. 1). Neste período a presidência e a vice-presidência do Centro estavam sob a responsabilidade do professor Ataliba de Macedo Domingues e de seu irmão Jonathas de Macedo Domingues, respectivamente. Pelas ocorrências do nome da professora Virginia Brito nos jornais, sabemos que, neste período, ela regia a escola da rua Fróes da Cruz, em Niterói (PELA INSTRUCÇÃO, *O Paiz*, 24 fev. 1923, p. 2). Deste modo, tanto a professora Virginia Brito quanto o professor Ataliba de Macedo Domingues e seu irmão Jonathas de Macedo Domingues regiam em escolas da capital estadual no período de seu engajamento nesta associação.

Quanto ao Centro dos Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Rio de Janeiro, pelo que pudemos conhecer através dos jornais, tratava-se de um modelo de associação que estava organizado, pelo menos, em torno de uma das dimensões descritas por Nóvoa (1991, p. 127-128): “a defesa dos interesses corporativos de seus membros”. A outra

dimensão destacada por Nóvoa refere-se à defesa do ensino. É possível que a associação na qual se inseriram os professores de nossa pesquisa também orbitasse em torno desta questão. Entretanto, os dados que conseguimos reunir não nos possibilitam afirmar isso.

Em trabalho sobre as formas associativas de professores na Corte Imperial, Daniel Lemos (2011, p. 146) afirma que estas associações eram, cada uma a seu modo, formas de “resistência organizada dos trabalhadores” do ensino primário. Porém, além disso, elas representavam “ajuda mútua” e “solidariedade” no interior da classe de professores (MARTINS, 2008 apud LEMOS, 2011, p. 147).

Lemos identifica que, no Brasil, as associações docentes desenvolveram-se, sobretudo, na segunda metade do século XIX, com caráter essencialmente mutualista e sob a organização dos professores primários. Para o autor, esta preponderância dos docentes de instrução primária no processo de associativismo explica-se pelo fato de ser justamente esta categoria a que mais sofria com as péssimas condições em que estava a educação pública primária: “são os professores de primeiras letras os impulsionadores do associativismo docente, fato talvez explicável pela precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida” (LEMOS, 2011, p. 149). Deste modo, associações como esta onde estavam inseridos o professor Ataliba de Macedo Domingues e a professora Virginia Brito, podem ser entendidas como a representação desta necessidade dos professores primários de lutarem por seus direitos, pela reversão de sua “precária” situação.

A participação em associações diversas, mais do que representar a formação de redes, demonstra também como o campo de ação dos docentes poderia ser ampliado para além das paredes da sala de aula. Através das variadas formas associativas, os professores descritos aqui (e os demais que poderiam também ter participado desses ambientes, sem que, contudo, tivéssemos acesso a seus registros) aumentavam suas possibilidades de agências e resistências, seja em temas sociais, seja em temas relacionados a sua carreira.

Outro espaço de sociabilidade frequentado por alguns dos nossos pesquisados é a igreja. Pelos registros lidos, não apenas eram frequentadores, mas estabeleciam uma relação participativa, promovendo eventos ou presidindo associações. O professor João Bezerra de Paula Paiva, durante o período em que regia em Iguazu, participou como secretário na festa de S. Sebastião, em Maxambomba no ano de 1894 (MAXAMBOMBA, *O Paiz*, 04 fev. 1894, p. 2)

O professor Antonio Vieira da Rocha não se limitou à participação em associações beneficentes. Ele também era bastante envolvido com a associação religiosa Devotos de N. Sra. da Penha, em cujos registros dos jornais era identificado como “provedor”, por vezes

presidindo as reuniões que eram realizadas com os devotos (DEVOTOS de N. Sra. da Penha *Jornal do Commercio*, 21 dez. 1897, p. 3). As reuniões desta associação aconteciam com certa frequência na cidade de Niterói, inclusive no período em que ele ainda era professor em Iguaçú. Mesmo trabalhando tão distante, o professor manteve o vínculo com a associação religiosa.

Em 1905, a professora Antonina Pessoa de Mello participava como juíza da festa de S. Sebastião do Rio Bonito, a qual aumentara “ainda mais a pompa dos festejos” com seus esforços, pois:

[...] não se poupou para abrilhantar e desempenhar o cargo para o qual foi escolhida no ano passado, passando de suas atribuições de juíza para as de festeira, porque concorreu com todo o serviço de padres para o sermão, missa e novenas, e tomando a seu cargo três noites de leilão e uma para dons [...] cujos leilões produziram 784\$000. Não temos significativos para elogiar o quanto mereceu a exma. Juíza nos festejos ao grande martir S. Sebastião, quer na escolha do padre para o sermão, quer nas prendas para os leilões, quer nos aparatos para formoseamento do martir, não encarando, de modo nenhum, economias. Todos os andores foram à sua custa e por si enfeitados, assim como a ornamentação da igreja, feita pelas suas mãos delicadas em trabalhos de papel o que muito honra o Estado do Rio e o povo deste lugar pela professora que têm para a educação de suas filhas (PELO INTERIOR, *O Fluminense*, 22 jul. 1905, p. 2).

Em todos estes casos, podemos perceber as inserções docentes na sociedade local. Os envolvimento destes professores e professoras com assuntos inerentes à sua profissão, à sua fé, à sua comunidade intervinham nas formas de sociabilidade que se desenvolviam em seu “fazer-se” enquanto magistério. Suas posturas diante dos grupos aos quais compunham contribuíam para a elaboração de uma determinada imagem docente perante a sociedade. Por exemplo, a professora Antonina do caso relatado acima, na festa católica da qual foi juíza, no relato sobre a festividade não foi identificada apenas como uma fiel que havia se empenhado muito para o sucesso do evento. Ela era a “professora” que honrava não apenas a comunidade à qual servia como também ao estado fluminense. Assim, a construção das representações sobre o professor extrapolavam os limites da escola e atingiam esses outros ambientes por onde circulavam.

Fosse no seio de suas famílias, nos momentos formais de formação, nas associações, nos momentos informais de trocas com outros professores, essas mulheres e homens estavam construindo uma rede que, de forma consciente ou não, reverberava no modelo de docência que foram construindo ao longo de suas trajetórias. As experiências vividas para além da sala de aula poderiam facilitar ou não a realização de seu ofício. Os contatos com pessoas influentes poderiam permitir possibilidades de ampliação de seu campo de ação. Por fim, as

redes de sociabilidade dos docentes poderiam ser muito variadas e exerciam influência no “fazer-se” magistério.

3.4 “**Distinto professor**”, “**distinta professora**”: a docência respeitada e admirada

Se retomarmos as reflexões de Nóvoa a respeito do estatuto socioeconômico que permeia o processo de profissionalização docente, vamos notar que à medida que o saber exigido para o exercício da docência torna-se cada vez mais especializado e a “missão” do ensino é redimensionada, tomando ares de responsável pelas transformações sociais necessárias, o estatuto do professorado eleva-se. Sua função social ganha respeitabilidade, embora isso não necessariamente represente reconhecimento financeiro do trabalho exercido e tampouco seja sinônimo de que o magistério passe ao posto de uma das mais influentes profissões da sociedade. Entretanto, é inegável que o magistério “faz-se” mais importante socialmente e “os protagonistas desse desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes” (NÓVOA, 1995, p. 19).

Em meio a nossa pesquisa, não foram raros os registros de elogios e homenagens prestados a alguns professores. Seja pela imprensa, seja por anônimos, as opiniões favoráveis aos docentes levaram-nos a refletir sobre as representações da docência perante a sociedade local em contraposição às ações estatais para com seu professorado. Essa análise foi fomentada pelo fato de alguns professores que receberam elogios publicados em jornais terem sofrido sanções e aplicações de penas por parte do Estado, conforme veremos.

O professor Antonio Vieira da Rocha acumulou elogios e reconhecimento a seu trabalho por alguns lugares por onde passou pelas vias do magistério. Regendo a escola de S. José de Leonissa, teve a iniciativa de fundar uma associação com a finalidade de “fornecer roupa e calçado aos meninos pobres, que por esse motivo deixavam de comparecer regularmente às aulas das escolas publicas de ambos os sexos”. Batizada com o nome “Gremio Protector Leonissense”, esta associação reuniu todas as “pessoas gradadas da freguezia” (de São José de Leonissa, em São Fidelis) em torno desta “ideia humanitária”. Além dessa ação, o professor também planejava fundar outra associação com o fim de criar uma biblioteca pública (S. JOSÉ DE LEONISSA, O Fluminense, 17 out. 1884, p. 1).

Provavelmente por esse motivo, quando foi transferido desta localidade para o lugar conhecido como Pachecos, na freguesia de N. S. de Cordeiros, em Niterói, juntamente com

sua esposa, Maria Candida da Rocha, a notícia foi dada em tom de comemoração para os habitantes da comunidade que receberiam a ambos:

A localidade muito lucrará com este acto do governo, máxime tendo sido designados para reger essas escolas dous professores distintos, que tem dado de si as melhores provas durante mais de cinco annos de exercicio no magistério. É caso de se felicitar os moradores de Pachecos, o que fazemos com todo o prazer (NOTICIARIO, *O Fluminense*, 06 ago. 1886, p. 1).

De fato, no ano seguinte a sua chegada nesta escola, o professor já organizava “um centro para tratar de todos os melhoramentos materiaes e intellectuaes da freguezia de N. S. da Conceição de Cordeiros [...], ficando desde logo fundada uma bibliotheca”. Esta associação tinha o objetivo de “manter escolas, nocturna e agrícola, promover a colonisação, proteger a industria, artes e classes laboriosas, e manter um grêmio protector da infância, etc.”. A presidência deste centro ficara a cargo do professor Antonio Vieira da Rocha (*O Fluminense*, 21 nov. 1887, p. 2).

Contudo, em fevereiro de 1891, o professor Antonio Vieira pedia sua disponibilidade sem vencimentos (ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, 15 out. 1895, p. 3). É provável que seu afastamento do magistério nesse período deva-se a seu envolvimento com as eleições, estando inserido no Partido Moderado (CORDEIROS de S. Gonçalo, *Gazeta de Noticias*, 12 mar. 1891, p. 3). Porém, apesar de ter feito pedido para ficar em disponibilidade não remunerada, o professor foi enquadrado no art. 238 do Regulamento de 16 de dezembro de 1876, que determinava abandono de emprego.⁵⁰ A partir de então, o professor passa quatro anos afastado das salas de aula de escolas públicas, identificado sempre como professor em disponibilidade nos despachos de seus processos (DIRECTORIA da Instrucção, *Jornal do Commercio*, 24 abr. 1895, p. 2; SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, 05 dez. 1895, p. 3). Em 1895, ele seria removido para Iguaçu, porém, em 1898, seria novamente exonerado por abandono de emprego (ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, 11 jun. 1898, p. 4).

Quando de sua morte, em 1923, o jornal “O Fluminense” publicou um texto em homenagem ao professor, no qual ele é caracterizado como “distinto e estimado Professor jubilado”. O texto narra os envolvimento do professor com “varias instituições e associações beneficentes (sic), de cujos interesses se preocupava com manifesto zelo”. Dizia ainda que “o extinto que prestou relevantes serviços á instrucção, era muito relacionado na sociedade nichtheroyense, nunca deixando de se associar a todo e qualquer movimento

⁵⁰ Não tivemos acesso ao texto do Regulamento de 16 de dezembro de 1876. A informação sobre o conteúdo do artigo 238 foi pautada na notícia do jornal.

sympathico de character popular”. Após dar detalhes sobre sua família e os cargos ocupados nas diversas associações a que pertenceu, o artigo conclui designando-o como “velho e respeitável educador” (PROFESSOR Vieira da Rocha, *O Fluminense*, 10 jan. 1923, p. 1).

O caso deste professor é bastante emblemático, pois nos possibilita vislumbrarmos o quanto podem ser destoantes as percepções acerca das agências dos professores perante a sociedade local e perante o poder público. O professor, embora bastante envolvido com causas inerentes ao ensino e à caridade e, por isso, bem visto pelos locais, tinha em suas ações tendências ao descumprimento daquilo que estava proposto em lei para o professorado (como a questão do abandono de emprego). Seu envolvimento extremado com causas aparentemente alheias ao magistério público, sempre na cidade de Niterói, fez com que, para a sociedade local, fosse respeitado e bem quisto. Contudo, para o Estado, ele não representava necessariamente a imagem do “bom professor”.

Quando, em 1880, a professora Escholastica Maria da Conceição Bastos (que em 1895 regia em Iguazu) fora removida da escola de Angra para a de S. João da Barra, no jornal “O Fluminense” foi publicado texto, de tamanho considerável, homenageando-a. Replicamos o registro, por considerá-lo extremamente eloquente, expressando a imensa admiração despertada pela professora:

Consta-nos que segue no vapor MARAMBAIA, desta cidade para a de S. João da Barra, a Exma. Sra. D. Escholastica Maria da Conceição Bastos, desta cidade ex-professora da 1ª escola pública. Sentimos ter ocasião de dar esta noticia, pois em d. Escholastica víamos a virtude e a illustração personificadas. Seus modos claros, suas maneiras affáveis prendiam a todos quantos com ella tratavam – que o diga a população angrense. Suas discípulas nela não viam a professora ríspida, orgulhosa e má, como muitas que por ahi existem, replectas de fofa orgulho, não. Em d. Escholastica reparávamos uma segunda mai, cheia de meigos carinhos e maternaes affagos! Disto podem dar solemne testemunho, estas moças que são as estrellas do firmamento angrense, pela educação que revelam, pela illustração que possuem. Traçamos estas linhas com o coração partido de dor! Oh! O espectáculo que vamos presenciar será commovedor. Quando D. Escholastica embarcar recebendo a mais brilhante demonstração de amor, respeito e gratidão de suas discípulas, em número considerável e forem estas acompanhál-a até o embarque... Oh! que quadro! Sentimos não ter a penna de Castellar, ou um pincel de um Pedro Américo para reproduzil-o. Como não será triste ver aquellas inocentes crianças, flores puras dos jardins domésticos chorarem pela sua ex-professora? Sim, creio que devem chorar, pois aquella que lhes illuminou o espirito e desenvolveu-lhes a intelligencia, soube também inculcirlhes n’alma o sentimento da gratidão. Felizes, pois, julguem-se as meninas de S. João da Barra pela aquisição de tão illustre preceptora e daqui lhes enviamos os nossos parabéns. O pai justiceiro. Angra, 30 de julho de 1880. (INSTRUCCÃO Publica, *O fluminense*, 20 ago. 1880 p. 3).

Pelo artigo lido, vemos o quanto o “pai justiceiro” admirava a professora Escholastica, principalmente por seu caráter maternal. O valor da referida professora relacionava-se menos a questões pedagógicas do que à afetuosidade demonstrada por ela para com suas alunas e

todos que a cercavam. Tanto que, ao longo do extenso texto, apenas uma vez é citado o fato de Escholastica ter “desenvolvido” a inteligência das meninas, enquanto que, por várias vezes, são feitas colocações a respeito da postura de “segunda mãe” da professora. Carinhosa e amável foi capaz não apenas de “iluminar o espírito”, como de “incutir na alma” de suas alunas o “sentimento de gratidão”. O texto do artigo revela-nos o que, para o “pai justiceiro” configurava a boa docência: a “virtude”, os “modos claros” e “maneiras afáveis”.

Falecido após 29 anos de exercício do magistério, o professor Francisco Salles C. Lobato de A. Lima (regente em Iguazu nos quadros de 1895 e 1898) foi considerado digno de homenagem póstuma publicada no jornal “O Fluminense”. Na verdade, foram dois textos publicados com diferença de três dias entre si. O primeiro artigo é iniciado com informações referentes a sua formação e ingresso no magistério público, para o qual “trouxe o professor Lobato [...] um valioso contingente de ilustração e de exemplos de honestidade pública e privada à obra santa da educação popular”. Segue explicando que ultimamente o professor Lobato lecionava em Teresópolis, “onde era geralmente querido e conceituado”. Por fim, dá-se a saber que o falecido, mesmo após todos os anos dedicados ao magistério, havia deixado a família “na maior pobreza”, e são listados os poucos presentes no ato do sepultamento do “infatigável educador”. Dentre os presentes, estava a professora Virginia Martins do Couto, que, aliás, era irmã de seu “desvelado amigo, o ilustre capitão Antonio Couto” (PROFESSOR Lobato, *O Fluminense*, 20 fev. 1902, p. 2).

O outro artigo, embora se refira à trajetória profissional e pessoal do professor Lobato, tem um forte tom de crítica ao Estado enquanto empregador. Após narrar os infortúnios vivenciados pelo professor ao longo dos anos, como enfermidades e mortes na família, além da falta de crédito, o poder público é responsabilizado pelo estado calamitoso no qual veio a falecer o professor. Eis um trecho:

[...] vendo-se sem vintem e sem recursos e expira angustioso, refletindo em meio das mais miseráveis condições, no valor da sua solida educação literária e nos prêmios e recompensas que as leis oferecem a quem se destina a esse árduo mister de professor primário. As suas últimas lágrimas caíram diante da caridade particular e o espírito que o acolheu deve estar cheio de impressões desse assombroso desastre. Estamos em 1902 depois de Cristo. E os professores primários precisam ainda da caridade alheia para extinguir-lhe a sua última sede! Infeliz Estado Fluminense! A que te reduziram as grandezas dos palácios de Petrópolis! Mais ainda lastima merece a pátria ingrata do que a morte de seus bons e leais servidores (O LOBATO, *O Fluminense*, 23 fev. 1902, p. 1).

A homenagem prestada ao professor Francisco Salles C. Lobato de A. Lima, para além de enaltecê-lo enquanto educador, contrapõe sua postura de excelente profissional com o tratamento, de acordo com o autor do texto, indigno que o Estado lhe dispensava. De acordo

com este artigo, era inadmissível que um profissional competente e com a bagagem cultural que possuía o professor Lobato passasse pelos apertos financeiros e morais que ele passara. Mais do que homenagens, a trajetória do professor Francisco Lobato⁵¹ despertava indignação frente ao poder público que não valorizava seus professores.

O professor Garcia Mascarenhas dos Santos Silva, que em 1895 e em 1898 lecionava em Queimados, Iguçu, ao ser nomeado, na década anterior, para reger a escola do Comercio, em Vassouras, despertou naquela comunidade o desejo de expressar o entusiasmo por tal aquisição. No “Jornal do Comercio” foi publicado um abaixo-assinado, no qual alguns dos locais agradeciam e parabenizavam o presidente da província, pela “justa e conscienciosa escolha que se dignou fazer”, afinal, este gesto demonstrava o quanto o sr. presidente de província era um “juiz recto e justiceiro” (ESTAÇÃO do Comercio, *Jornal do Comercio*, 09 abr. 1886, p. 4). No jornal local “Vassourense”, a nomeação do professor era retratada como “um acto acertado, pois que o Sr. Silva é um dos raros professores públicos que sabem cumprir o seu dever, sempre solícito pela instrução e educação de seus alumnos” (NOTICIARIO, *Vassourense*, 11 abr. 1886, p. 1). O que nos chama a atenção neste caso é o fato de, a despeito de toda a efusão demonstrada pela localidade com a nomeação do professor Garcia Mascarenhas dos S. Silva, dois anos depois, “por conveniência do serviço publico”, este professor ter sido removido para Araruama (*Gazeta de Notícias*, 27 mar. 1888, p. 1). Os registros sobre o professor Garcia nos fazem ver que a permanência dos professores nas localidades onde trabalhavam independiam do “bem-querer” destas para com eles. Apesar dos moradores de Comercio terem feito questão de registrarem sua satisfação com a aquisição daquele professor, tecendo elogios não só a ele, mas também às autoridades por terem-no nomeado, quando para o Estado tornou-se mais viável enviá-lo para outro lugar (muito distante, aliás), isso foi feito sem pestanejar.

Outra professora que também suscitava elogios e congratulações publicados na imprensa era Antonina Pessoa de Mello. Por ocasião dos exames finais realizados na escola de Sana, regida por essa professora, foram publicadas no “Jornal do Comercio” as impressões de “um dos convidados” (conforme estava assinado o artigo). Segundo ele, a professora “revelou tanta vocação para o magistério quanta proficiência”. O autor se espanta com o nível de adiantamento das crianças, demonstrado também através do recital de poesias

⁵¹ Em nossa pesquisa, a última informação que encontramos sobre o professor Francisco de Salles Cordeiro Lobato de Araujo Lima data de 16 de fevereiro de 1902 (apenas três dias antes de seu falecimento) era de que havia sido designado um médico da diretoria de higiene e assistência pública para realizar exame de sanidade no professor (O FLUMINENSE, 16 fev. 1902, p. 1). Embora não tenhamos encontrado registros nos periódicos, podemos pressupor que ele havia pedido licença médica ou jubilação, já que o exame de sanidade era um procedimento previsto por lei para ambos os casos.

e dos belos trabalhos de agulha expostos. Acrescenta, ainda, que diante da total falta de mobiliário na escola (da qual “se ressentem quase todas as escolas ultimamente criadas”), os presentes se reuniram e levantaram a quantia de 200\$, para a compra de moveis indispensáveis. E o autor assim arremata:

Podemos dizer que o tal exame foi uma festa escolar das mais belas que temos presenciado, portanto, congratulando-nos com o povo de Sanna pela aquisição de tão digna professora, dirigimos a esta as nossas felicitações pelo modo a que tem desempenhado a sua árdua tarefa (SANNA, *Jornal do Commercio*, 24 dez. 1891, p. 6)

Em 10 de maio de 1893, dia do aniversario da professora Antonina Pessoa, “um pai de família” publicava um artigo parabenizando-a:

Completa hoje mais um ano de existencia a distinta professora normalista, dos Campos Elyseos, em Rezende, Exma. Sra. D. Antonina Pessoa de Mello. A proficiencia, inexcedível dedicacão e genio dócil e meigo para o ensino, a par de um comportamento digno, são os característicos que a distinguem em alto grau, fazendo-a conquistar a estima e consideracão, especialmente dos pais que, pelo progressivo aumento e aproveitamento de suas alunas, em número superior a setenta atualmente, em boa hora confiaram-lhe a educacão e instrucão. Prestando, pois, homenagem à exma. Sra., cumprimenta-a respeitosamente fazendo votos para que seja sempre digna de palmas e louros. 10 de maio de 1893. Um pai de família (ANNIVERSARIO, O Paiz, 10 maio 1893, p. 3).

Mais uma vez, a professora era lembrada em função do “aproveitamento” de suas alunas. Além disso, seu jeito “dócil e meigo” também eram referências para sua competência enquanto professora. Estas características faziam com que Antonina conquistasse “a estima e consideracão” dos pais em especial.

Entretanto, seis anos depois, a professora Antonina Pessoa de Mello, então regente em Igaçu, era eliminada do quadro do professorado público fluminense. No registro que encontramos esta notícia, não havia o motivo que levou à eliminacão da professora. Entretanto, fomos buscar na lei n. 41, de 1893, quais faltas poderiam levar a este tipo de penalidade. O artigo 44 desta lei diz que a eliminacão do quadro se daria nos seguintes casos: “condenacão a prisao cellula; suspensão por três vezes; abandono de emprego; actos immoraes, habitos viciosos, máos exemplos aos alumnos, icnotinencia publica” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 23). Assim sendo, uma destas pode ter sido a causa da eliminacão da professora Antonina.

Porém, em 1900, um ano após sua eliminacão, verificamos sua nomeaçã para a escola de Paratimirim, em Parati, através da seguinte nota: “Foi nomeada professora da escola de Paratimirim a exma. Sra. D. Antonina Pessoa de Mello. Por esta acertada escolha, felicitamos o digno e independente sr. dr. diretor da Instrucão” (INSTRUCÃO Publica, *O Fluminense*, 16 fev. 1900, p. 3). Esta nota é interessante, pois salienta o fato de o diretor de

instrução pública ser “independente”, passando-nos a impressão de que ele poderia ter, por sua conta, nomeado a professora, mesmo com a pena de eliminação que fora imposta a ela.

Em 1908, vimos mais uma demonstração de admiração pela professora Antonina e por seu trabalho. Em artigo que descreve uma viagem de trem de Valença até Rio Bonito, o autor fala, além de outros lugares de Rio Bonito aos quais visitou, sobre a escola pública mista da localidade, regida pela professora Antonina Pessoa. A escola, alunos e professora eram assim descritos:

Vimos 62 crianças que daquela casa recebem educação deixando cada uma transparecer a alegria que ali reina, pela dedicação da professora, a par da sua competência. Ainda bem que no Estado do Rio, onde infelizmente a instrução sofreu reveses terríveis no seu reduzido magistério, os professores do município de Valença, anualmente, patenteiam perante os representantes do governo a sua dedicação, preparo e amor à instrução que tem sido descuidada no Estado do Rio (ESTADO do Rio, *Jornal do Brasil*, 13 jun. 1908, p. 8).

Como podemos perceber, a professora Antonina Pessoa de Mello foi, em alguns dos lugares onde exerceu o magistério, felicitada por seu bom trabalho, moral e trato com os alunos, demonstrando, assim, certa constância em suas agências. Apesar da boa fama que recebia dos pais dos alunos e demais observadores de seu trabalho, chegou a sofrer a penalização máxima prevista na lei de instrução, que era a eliminação do quadro. Não sabemos como, mas ela conseguiu reassumir seu cargo e, ao reassumi-lo foi novamente elogiada, como se o motivo que a levou a ser demitida não fosse tão relevante quanto as boas referências a seu respeito.

As homenagens e elogios feitos aos professores acima mencionados permitem-nos conhecer como, individualmente, esses homens e mulheres realizavam o seu próprio “fazer-se” magistério. As características descritas em cada um dos artigos de jornal dão-nos pistas não só de como estes homens e mulheres se comportavam frente ao ensino e à sociedade local, como também nos permitem verificar o que alguns membros desta sociedade priorizavam enquanto qualidade profissional para o professor.

Outro fato interessante de ser enfatizado é a presença, em quase todos os registros, de menção ao Estado. Na qualidade de funcionários públicos, esses docentes estavam vinculados ao poder público a tal ponto que era praticamente impossível falar sobre um sem mencionar o outro. A representação que o Estado tem nessas homenagens aos docentes é bastante curiosa. Quando não está sendo felicitado por nomear tal professor para tal localidade, o poder público é questionado, criticado, apontado seja pela falta de mobiliário, seja pelo abandono à instrução pública de modo geral, seja por não valorizar seu professorado. Se pensarmos dialogicamente essas falas das homenagens a professores e as menções a eles nas mensagens

dos presidentes de estado, que vimos no capítulo anterior, poderemos fazer um contraponto interessante. Enquanto para alguns dos governantes, o problema da instrução pública situava-se exatamente em seu professorado (via de regra, despreparado), para estes anônimos dos artigos de jornais cheios de admiração pelos docentes, eram estes últimos os responsáveis pelo êxito na instrução. Para alguns deles, o Estado não representava nada além da ausência (de investimento, de valorização), do entrave que era superado pela excelência do trabalho dos docentes. Assim, podemos ver que, de acordo alguns desses admiradores dos professores e professoras, o magistério “fazia-se” apesar do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos por explicar por que preferimos nomear este tópico como “considerações finais” e não como “conclusão”. Para nós, o estudo que realizamos permitiu-nos conhecer um pouco mais sobre o grande objeto que é a funcionarização docente no estado fluminense, mais especificamente em Iguazu. Assim, sinalizamos que o trabalho que ora apresentamos trata-se de uma das várias possibilidades de pesquisa para essa área, reconhecendo, sobretudo, os limites e fragilidades nele existentes. Côncios disto, é que podemos dizer que passaremos agora a fazer apenas algumas considerações sobre a pesquisa realizada, sem, de maneira alguma, termos condições de concluir o tema. Ao contrário, esperamos mesmo que este trabalho tenha a oportunidade de suscitar novas questões, de levar outros a aprimorarem o que por agora nos foi possível apresentar como resultado de pesquisa. Enfim, esperamos que a pesquisa não se esgote em si mesma, mas que possibilite a realização de novos trabalhos para enriquecimento do campo da história da educação da Baixada Fluminense.

O período de transição do século XIX para o XX foi marcado no Brasil por ideias positivistas, higienistas, eugenistas, com vias ao “progresso” e à “modernização” social. Por esses ideais, a instrução pública era vista como principal dispositivo de veiculação da transformação social necessária à nação, principalmente para a extinção do analfabetismo, um dos principais entraves ao desenvolvimento da sociedade brasileira, de acordo com esta visão.

É neste contexto que se explica a presença constante da instrução pública nos discursos dos governantes, com suas tentativas de controle e normatização deste setor do serviço público. Com o relevo dado à instrução pública, através do oferecimento da escolarização, o magistério passa a ser também valorizado enquanto parte do ferramental necessário às demandas de oferecimento do mundo letrado à sociedade analfabeta. Esta valorização passava mais pelas questões ideológicas, no campo do discurso, do que por ações efetivas em prol do professorado. É, na verdade, mais uma valorização do seu estatuto social do que de seu estatuto econômico.

Pelo presente estudo, vimos como, no estado fluminense, o processo de “fazer-se Estado” da virada do século XIX para o XX estava imbricado com as questões inerentes à constituição de uma instrução pública. Nesse sentido, “fazer-se Estado” envolvia também “fazer o magistério”. Disputas do jogo político em diversas escalas (fosse no federal, no estadual ou no municipal) reverberavam nas normatizações sobre a instrução pública e a docência. Deste modo é que se vão criando regulações cada vez mais detalhadas sobre direitos

e deveres dos docentes, sobre possíveis penalizações, sobre setores do serviço público específicos para a fiscalização, intervenção e controle do magistério.

Pelas mensagens anuais dos presidentes de estado à Assembleia, pode-se perceber como podia ser contraditória a representação da docência: ora culpada pelas mazelas da instrução, pelo atraso, pela falta de interesse da população em aderir aos projetos de escolarização; ora enaltecida por sua “missão” quase sacerdotal, pela responsabilidade que carregava nos ombros de levar o ensino à população. Situação similar pode ser percebida pela leitura dos relatórios dos diretores de instrução pública a que tivemos acesso. Invariavelmente, o problema da instrução pública era situado na figura do professor, principalmente aqueles que estivessem em desacordo com as regras estabelecidas pelo Estado para formação/habilitação para o magistério. Entretanto, em algumas vezes, as falhas estatais em relação ao pagamento de baixos salários ao professorado, aos poucos investimentos feitos em prédios escolares mais salubres ou à falta de oferta de escolas também podiam ser pontuadas, principalmente se para desmerecer a gestão anterior. Neste jogo de “encontrar os responsáveis” pelos problemas educacionais, nem mesmo a população mais pobre, das áreas rurais, escapava. De acordo com essas autoridades, a sua falta de interesse, de reconhecimento da importância da instrução, desrespeitando a obrigatoriedade do ensino primário, não matriculando ou retirando seus filhos da escola antes mesmo de concluírem a instrução primária era um dos grandes problemas a serem superados.

Para algumas autoridades, os problemas da instrução pública apenas seriam superados com um serviço de inspeção eficiente, bem treinado, que não apenas detectasse os problemas, mas que fosse também capaz de atuar sobre eles. Professores e professoras precisavam ser fiscalizados e, se necessário, mesmo penalizados para apresentarem bons resultados diante de todo o investimento do poder público no ramo da instrução. Contudo, as formas pelas quais se processou essa inspeção variaram de acordo com o tempo e o governo no poder. Para uns, pessoas indicadas, sem mesmo ter vínculo funcional com o Estado, sendo antes indicados por autoridades locais, eram o suficiente para o exercício desta empreitada. Para outros, era necessário ao inspetor ser funcionário público estadual, ter certa neutralidade, realizar seu serviço pensando apenas no “bem público”, sem sujeitar-se a interesses pessoais ou políticos. Essas formas de inspeção foram sendo alternadas ao longo dos anos, com alguma variação de formato, levando-se em consideração, também, os gastos provenientes de cada uma delas.

À medida que se sucediam os governos, as leis de instrução pública também sofreram alterações. Quando as observamos linearmente, podemos perceber certo refinamento nas formas de intervenção e controle estatais sobre a instrução e o magistério. A impressão que

temos é que, de acordo com as situações que se apresentavam ao longo dos anos, foi necessário serem gestados novos modos de normatizar e regular instrução e magistério. Se as avaliamos individualmente, vemos como estavam permeadas pelos interesses hegemônicos de seu tempo e por questões do jogo político.

Se nos voltarmos especificamente para o professorado, vemos como o aparato normativo criou ao longo do tempo diferentes categorias docentes, classificando-as de acordo com o tempo de serviço, com o “merecimento”, com a localização geográfica das escolas que regiam, com as formas de habilitação/formação a que se submeteram (ou não). Ainda dentro desta questão, os vencimentos dos docentes referiam-se à categoria à qual pertenciam, variando para mais ou menos de acordo com os critérios determinados pelas legislações. Ademais, as variações salariais ao longo do tempo demonstraram no decurso de 24 anos (1893-1919) que não houve valorização salarial, com salários que chegavam a apresentar quedas de um período a outro.

Ao ajustarmos as lentes da análise e focarmos em Iguazu, identificamos a historicidade desta região de território vasto, de confluências entre urbano e rural, caracterizada por ser lugar de entreposto. Vemos como historicamente se constituiu a escolarização do município, com abertura de escolas em regiões de maior concentração populacional e com características mais urbanas, nas quais conseqüentemente abrigavam-se mais professores e professoras. Estas situações, via de regra, não eram determinadas por questões de ordem pessoal, mas estavam alinhadas a um projeto ruralista em desenvolvimento no estado fluminense, de modo a atender as demandas das frações agrárias dirigentes. Quando comparamos os quadros de professores e escolas públicas primárias estaduais em Iguazu ao longo de trinta anos (1895-1925), vemos nitidamente a realização deste projeto na região, com uma tendência à concentração de maior número de escolas no primeiro distrito e nas demais áreas mais populosas e de paisagens de características mais urbanas. Entretanto, ao longo dos anos, as demais áreas foram sendo escolarizadas, também atendendo aos pressupostos ruralistas, a fim de preparar para o trabalho na lavoura as populações rurais.

Por esses dados oficiais apenas, já teríamos uma boa amostragem de como se processou a funcionarização docente no estado fluminense e em quais circunstâncias ela ocorreu em Iguazu. Contudo, uma história contada apenas através do prisma estatal não era exatamente o que almejávamos para esse estudo. Com o objetivo de conhecer as experiências do professorado primário estadual iguaçuano, perseguimos as trajetórias de um grupo de professores e professoras que aí trabalharam. Apenas pelos nomes que compunham os quadros dos docentes em Iguazu já nos foi possível avaliar o impacto do processo de

feminização do magistério na região. Inicialmente ocupando cerca de metade do professorado, à medida que os anos se passaram, as mulheres passaram a representar quase a totalidade de docentes da região, a despeito das disputas que ocorriam em torno da capacidade profissional que elas poderiam ter ou não. O crescimento considerável do percentual feminino não só em Iguazu, mas em todo o estado fluminense representa o triunfo destas mulheres sobre estes embates, confirmando para muitas a necessária emancipação financeira, com a inserção no mercado de trabalho, além da ascensão de seu *status* social como funcionárias públicas.

As trajetórias dos docentes por nós pesquisados também demonstraram como poderiam ser múltiplas as possibilidades de formação e/ou habilitação para o magistério. Para alguns, a inserção no magistério público estadual foi possibilitada pela formação através da escola normal (concluindo ou não o curso); para outros, o ingresso se deu através de concursos de habilitação; para outros, ocorreu a combinação das duas últimas situações, e para outros, fora necessário apenas ter bastante experiência profissional, adquirida ao longo dos anos de exercício do magistério. Essas mudanças de possibilidades eram determinadas não apenas pelas diferentes legislações de instrução pública ao longo do tempo, mas também por disputas na política estadual, com mudanças de regras determinadas em função da intenção de dar continuidade ou não às políticas iniciadas pelo governo antecessor.

Outra questão que era inerente ao fazer-se magistério deste grupo de professores e professoras iguaçuanos era o constante ir e vir pelas escolas do estado fluminense. Suas trajetórias demonstram que “estar de passagem” foi a realidade de boa parte dos docentes pesquisados, não apenas em Iguazu, como também em toda a extensão do território estadual. Esse ir e vir poderia ser determinado por diversos motivos, fossem eles pessoais, fossem por determinação estatal (quando da abertura/fechamento/transferência de escolas de algumas localidades), fossem por questões da “politicagem” local. O fato é que não nos foi possível identificar trajetórias docentes atreladas a Iguazu do início ao fim. Contudo, esta ausência de trajetórias totalmente iguaçuanas, longe de representar a impossibilidade de realizar estudos sobre o magistério estadual exclusivo em Iguazu, mostra-nos que essa é uma característica deste magistério na região neste período. Aliás, uma característica não apenas de Iguazu, mas de boa parte dos municípios fluminenses, uma vez que esta característica foi percebida pelos vários municípios por onde esses homens e mulheres transitaram.

Este magistério pautado na itinerância, no nomadismo, permitiu-nos fazer uma analogia dos docentes primários pesquisados com os tropeiros, que, em função do ofício, estavam sempre em trânsito, não apenas sendo impactados pelas culturais dos lugares por onde passavam, mas também contribuindo, com seus costumes e as informações que traziam,

para a formação da cultura dos locais por onde iam. Transitando entre urbano e rural, de localidade em localidade, os professores e professoras de nossa pesquisa iam contribuindo com os processos de escolarização dos quais eram parte fundamental.

Assim, expandindo nosso olhar para além de Iguazu, encontramos esses docentes vivenciando experiências as mais variadas dentro do fazer-se magistério. Na condição de funcionários públicos, eles possuíam, além dos deveres, determinados direitos legitimados pelo Estado. O exercício desses direitos foi parte importante de sua experiência como magistério público, possibilitando agências e resistências diante de certas imposições estatais. Esses direitos também poderiam ser utilizados para “burlar” alguns deveres. As licenças permitidas pelo Estado (para tratar da saúde ou de interesses) foram consideravelmente utilizadas por grande número dos professores da pesquisa. Para tratar da saúde, para resolver situações pessoais, para vivenciar o luto por algum familiar, para afastar-se da escola que regiam por algum tempo, estas são algumas das possibilidades que encontramos nos pedidos de licença dos docentes desta pesquisa. Contudo, nem sempre esses pedidos eram atendidos pelo Estado, ou o eram em parte, reduzindo, assim, as possibilidades de agência destes professores através do exercício deste direito.

Como funcionários públicos, os professores e professoras tinham direito à jubilação após, pelo menos, 15 anos de serviço prestado, caso estivessem doentes, a ponto de acharem-nos impossibilitados para o trabalho. Mas esse direito não se mostrou ao alcance de todos. Alguns conseguiram com relativa facilidade, outros após algumas tentativas, enquanto outros faleceram enfermos sem chegarem a jubilar-se. A pesquisa em torno deste direito nas trajetórias docentes mostrou que a forma como estava organizado o aparato normativo que tratava desta questão pressupunha o exercício do magistério até que o professor ou professora já não tivesse mais condições físicas mínimas para o trabalho. Tratava-se, portanto, de um “fazer-se magistério” até o fim para “fazer o Estado”.

Além das questões subjacentes ao serviço público através da docência, outros enredos destacaram-se nas trajetórias pesquisadas. Por exemplo, as variadas formas de sociabilidade desenvolvidas pelos professores e professoras e os campos de ação nos quais atuavam além das escolas que regiam. Além dos eventos típicos do fazer-se magistério daquele tempo, como os momentos nos quais docentes de escolas próximas se encontravam para participarem das bancas de exames finais dos alunos, havendo pequenas confraternizações, inclusive, encontramos dentro do grupo de professores que pesquisamos, alguns que realizaram juntos provas de concursos para professor primário, além de duas professoras que estudaram juntas na escola normal. Conseguimos localizar também famílias de professores, com pais, mães e

irmãos ganhando o sustento da casa através do magistério. Também foi possível ver os envolvimento destes docentes com as sociedades locais através das participações nos eventos católicos das localidades nas quais regiam. A inserção de alguns dos docentes em associações variadas também foi mapeada, demonstrando o engajamento destes não apenas nas questões sociais mais amplas, como também na defesa dos direitos de sua categoria profissional. Assim, a formação de redes de sociabilidade dentro e fora do magistério demonstrou suas agências em outros campos de ação, além de também contribuir para a figura de professor ou professora que se formava sobre eles.

Por fim, as imagens e representações que os locais faziam de alguns destes docentes e faziam questão de divulgar através da imprensa também chamou-nos a atenção. Os motivos que levavam à admiração dos locais nem sempre eram inerentes ao exercício da profissão, embora estivessem sendo elogiados na qualidade de professor. Muitas vezes, os motivos para serem considerados bons professores e professoras relacionava-se com seu caráter, sua moral, com as ações beneficentes praticadas e, no caso de algumas professoras, com características maternas, de “mulheres dignas” expressadas em sua conduta. Entretanto, nem sempre a boa imagem que os docentes tinham perante a sociedade local era condizente com a visão do Estado sobre eles. Ao mesmo tempo em que eram admirados e respeitados por pessoas externas ao magistério, poderiam estar sofrendo sanções por parte do poder público. Quanto ao poder público, em boa parte das homenagens prestadas aos professores, ele era apontado pelas faltas, pela insuficiência do que oferecia à instrução pública. Esta contraposição demonstra como, em algumas vezes, o “fazer-se magistério” foi mais eficiente que o “fazer-se Estado”.

Investigar o “fazer-se Estado” e o “fazer-se magistério” através dos documentos oficiais e das trajetórias docentes revelou-se um trabalho extremamente rico, no sentido em que através das fontes oficiais, podem-se vislumbrar possibilidades de agências docentes, conforme foi mostrado em alguns momentos da pesquisa. Em contrapartida, pelo estudo das trajetórias docentes revela-se o agir do poder público para além das leis, dos discursos oficiais, através de artefatos variados. Além disso, identifica-se também um magistério cujas experiências profissionais nem sempre refletem as determinações do poder público, e cujas sanções estatais nem sempre são levadas a cabo pelo Estado. Assim sendo, “fazer-se Estado” e “fazer-se magistério” foram processos que, embora imbricados em alguns momentos, em outros poderiam ser incompatíveis ou criar situações nas quais um tirasse proveito do outro, sem necessariamente atender as suas demandas. Revelam-se assim, determinações estatais que mais se referiam a projetos do que a realidades vividas, bem como práticas funcionais dos

docentes que demonstram diferentes formas de apreensão destas determinações, com aceitações e resistências coexistindo dentro de um mesmo grupo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Joaquim Mauricio de. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 15 de setembro de 1896*. Petrópolis: Pap. E Typ. Dupin & C. 1896. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 10 fev. 2017.

ABREU, Joaquim Mauricio de. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1897. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 10 fev. 2017.

ACTOS do Governo, Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 19 abr. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=maria%20fernandes%20belem> Acesso em: 06 maio 2017.

ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 04 fev. 1892, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=Jo%C3%A3o%20Bezerra%20de%20Paula%20Paiva> Acesso em 01 jun. 2017.

ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 07 fev. 1892, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/6541> Acesso em: 06 maio 2017.

ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 16 maio 1892, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=cecilia%20therezina%20de%20freitas> Acesso em: 03 maio 2017.

ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 02 jun. 1892, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/7597> Acesso em: 05 maio 2017.

ACTOS do Governo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 19 jul. 1892, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/8050> Acesso em: 02 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 08 jul. 1893, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20189&pesq=joao%20evangelista%20pereira%20neves> Acesso em: 10 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 02 mar. 1895, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/16491> Acesso em: 07 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 20 jul. 1895, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/17949> Acesso em: 07 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 07 set. 1895, p. 3.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/18514> Acesso em: 07 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 15 ago. 1896, p. 3.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/22130> Acesso em: 08 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 27 abr. 1897, p. 4.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/24611> Acesso em: 08 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 14 set.1897, p. 3.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25946> Acesso em: 08 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 27 out. 1897, p. 5.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26380> Acesso em: 08 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 11 jun. 1898, p. 4.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/28649> Acesso em: 09 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 10 ago. 1898, p. 4.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/29247> Acesso em: 09 maio 2017.

ACTOS do Poder Executivo, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro:13 jul. 1899, p. 5.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/32751> Acesso em: 09 maio 2017.

ACTOS Officiaes, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 14 fev. 1892, p.2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/1425> Acesso em: 09 maio 2017.

ACTOS Officiaes, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 4 jun. 1892, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/1687> Acesso em: 10 maio 2017.

ACTOS Officiaes, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 26 set. 1892, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/2145> Acesso em: 10 maio 2017.

ADMINISTRAÇÃO Provincial, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 04 set. 1882, p. 1.
Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=6345&Pesq=Jo%20C3%A3o%20Bezerra%20de%20Paula%20Paiva> Acesso em: 01 jun. 2017.

ADMINISTRAÇÃO Pública Provincial, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 27 dez. 1880, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=maria%20fernandes%20belem> Acesso em: 03 maio 2017.

ADMINISTRAÇÃO Pública Provincial, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 24 jun. 1881, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=Francisco%20Salles%20Cordeiro%20Lobato%20de%20Araujo%20Lima> Acesso em: 02 maio 2017.

ALMANAK Laemmert do Rio de Janeiro para 1904, Rio de Janeiro, 1904. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&PagFis=25715&Pesq=salustiano%20alves%20de%20almeida>> Acesso em: 13 set. 2017.

ALMANAK Laemmert para o ano 1910, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=Therezina%20Capellani%20das%20Dores%20Rocha&pasta=ano%20191>> Acesso em: 10 ago. 2017.

ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ANNIVERSARIO, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 maio 1893, p. 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/7632> Acesso em: 04 maio 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 15 out. 1895, p. 3.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/18930> Acesso em: 02 abr. 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 12 nov. 1896, p. 3.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/23006> Acesso em: 07 maio 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 10 dez. 1896, p. 3.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/23294> Acesso em: 07 maio 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro : 14 dez. 1897, p. 2.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26889> Acesso em: 08 maio 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 19 dez. 1897, p. 4.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26947> Acesso em: 08 maio 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *O Fluminense*, Niterói: 18 nov. 1903, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5017> Acesso em: 12 maio 2017.

ASSEMBLÉA Legislativa, *O Fluminense*, Niterói: 11 set. 1918, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/12716> Acesso em: 15 maio 2017.

ASSOCIAÇÃO B. Campos Salles, *O Fluminense*, Niterói: 01 ago. 1899, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/8854> Acesso em: 10 maio 2017.

BACKER, Alfredo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1907*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1907. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 03 fev. 2017.

BACKER, Alfredo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1908*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1908. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 03 fev. 2017.

BACKER, Alfredo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1909*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1909. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 03 fev. 2017.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As Chaves da Liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Niterói: EdUFF, 2008.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

BOCAÍUVA, Quintino. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 15 de julho de 1902*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1902. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 05 fev. 2017.

BOCAÍUVA, Quintino. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 10 de agosto de 1903*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1903. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 05 fev. 2017.

BORGES, Angelica. *Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. 2008. 288f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1911*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1911. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 04 fev. 2017.

BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1912. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 04 fev. 2017.

BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1913*. Rio de Janeiro:

Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1913. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 04 fev. 2017.

BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1914*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1914. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 04 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1998. p. 183-191.

CABRAL, Vivian da Silva. *Maria Rosa Paris e Augusto Monteiro Paris: experiências de magistério em Iguazu (1875-1935)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, 2017.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários H. Laemmert & Co. 1881. Disponível em : <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20188&pesq=>>> Acesso em: 20 maio 2017.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. O valor do exemplo. In: CARDOSO, Tereza Fachada Levy (org). *História da Profissão Docente no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014.

CARNEIRO, Lillian Auguste Bruns. *A professora primária e as operações de valorização/desvalorização profissional nos anos 1920-1930*. 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Paulo Celso Russi de. O primeiro livro de resistência dos materiais publicado no Brasil. In: *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 33, n. 1, p. 57-64, 2014. Disponível em: <<http://198.136.59.239/~abengeorg/revista/index.php/abenge/article/viewFile/206/182>> Acesso em: 11 jul. 2017.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 309-331, abr 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art22_41e.pdf> Acesso em: 13 jul. 2017.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo*. São Paulo: Annablume, 2003.

CENTRO dos Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Rio de Janeiro. *O Fluminense*, Niterói: 14 fev. 1920, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/186> Acesso em: 14 set. 2017.

CENTRO dos Professores Públicos de Instrução Primária do E. do Rio de Janeiro, *O Fluminense*, Niterói: 17 jan. 1921, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/1549> Acesso em: 23 maio 2017.

CENTRO dos Professores Públicos de Instrução Primária do Estado do Rio de Janeiro, *O Fluminense*, Niterói: 26 jan. 1921, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/1585> Acesso em: 23 maio 2017.

CEZAR Couto de Mattos, *O Fluminense*, Niterói: 16 abr. 1903, p. 3. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/4147> Acesso em: 21 maio 2017.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais. In: VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO - Regulação Educacional e Trabalho Docente. Rio de Janeiro, UERJ, 2006.

COLLEGIO de Meninas, *O Vassourense*, Vassouras: 04 dez. 1887, p. 4. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/217930/1269>> Acesso em: 05 abr. 2017.

COLLEGIO N. S. da Conceição, *O Vassourense*, Vassouras: 09 mar. 1884, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217930/463>> Acesso em: 05 abr. 2017.

COLLEGIO N. S. da Conceição, *O Vassourense*, Vassouras: 15 jan. 1888, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217930/1293>> Acesso em: 05 abr. 2017.

COLLET, Agnello Geraque. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1917*. Rio de Janeiro. 1917.
Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 06 fev. 2017.

COLLET, Agnello Geraque. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1918*. Rio de Janeiro. 1918.
Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 06 fev. 2017.

CONCURSO, *O Fluminense*, Niterói: 01 jul. 1893, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/2215> Acesso em: 11 maio 2017.

CONGREGAÇÃO de Auxílios Mutuos á Infancia, *O Fluminense*, Niterói: 06 dez. 1905, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/8027> Acesso em: 12 maio 2017.

CORDEIROS de S. Gonçalo, *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro: 12 mar. 1891, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/2939> Acesso em: 12 maio 2017.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Migração? Para a Favela não!* A experiência da população preta e parda na região metropolitana do Rio de Janeiro. Vale do Paraíba e Baixada fluminense, RJ. (1888- 1940). XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH São Paulo, julho 2011. Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307447732_ARQUIVO_CarlosCosta\(anpuh_2011\)rev.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307447732_ARQUIVO_CarlosCosta(anpuh_2011)rev.pdf)> Acesso em: 04 jul. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O leitor de Gramsci*. Escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

D. LAURA de Macedo Domingues, *O Fluminense*, Niterói: 13 out. 1905, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/7813> Acesso em: 20 maio 2017.

DECRETO n. de 8 de janeiro de 1892, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 9 jan. 1892, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/6259> Acesso em: 10 out. 2017.

DEVOTOS de N. Sra. da Penha, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 21 dez. 1897, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26968> Acesso em: 20 maio 2017.

DIAS, Amália. *Apostolado Cívico e Trabalhadores do Ensino: História do Magistério do ensino Secundário no Brasil (1931-1946)*. 2008. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

_____. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

_____. Fotografias de escolas: fontes para uma história social da educação de Iguaçu (1933). In: *X Seminário Nacional do HISTEDBR: 30 anos do HISTEDBR (1896-2016) – Contribuições para a História e Historiografia da Educação Brasileira*. Campinas, UNICAMP, 2016. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/viewFile/1005/14>> Acesso em: abr. 2017.

DIAS, Sonia, In: *Dicionário histórico-biográfico a Primeira República*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em: 12 ago. 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 24 abr. 1895, p. 2. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/17023> Acesso em: 17 maio 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 10 jun. 1895, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/17523> Acesso em: 16 maio 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 27 set. 1895, p. 3. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/18730> Acesso em: 16 maio 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 26 abr. 1896, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/20977> Acesso em: 16 maio 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 13 dez. 1899, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/34380> Acesso em: 21 maio 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *O Fluminense*, Niterói: 17 abr. 1901, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_04&pasta=ano%20190&pesq=virginia%20martins%20do%20coute> Acesso em: 21 maio 2017.

DIRECTORIA da Instrução, *O Fluminense*, Niterói: 03 maio 1901, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/1654> Acesso em: 21 maio 2017.

DIRECTORIA de Assistencia Publica, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 29 abr. 1897, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/24631> Acesso em: 21 maio 2017.

DIRECTORIA de Fazenda, *O Fluminense*, Niterói: 25 set. 1915, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/8364> Acesso em: 21 maio 2017.

DIRECTORIA de Hygiene e Assistencia Publica do Estado, *O Fluminense*, 22 nov. 1901, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_04&pasta=ano%20190&pesq=Jo%C3%A3o%20Bezerra%20de%20Paula%20Paiva> Acesso em: 20 maio 2017.

DIRECTORIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 20 abr. 1903, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/4161> Acesso em: 20 maio 2017.

DIRECTORIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 07 maio 1903, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/4229> Acesso em: 17 maio 2017.

ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos Pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: a formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915). 281f. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

ECHOS do Estado, *Gazeta de Petropolis*, Petrópolis: 03 nov, 1898, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=304808&pasta=ano%20189&pesq=Francisco%20Lopes%20Louren%C3%A7o>> Acesso em: 14 maio 2017.

ENSINO Publico, *O Fluminense*, Niterói: 05 maio 1893, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/2023> Acesso em: 13 maio 2017.

ESCOLA do Largo da Batalha, *O Fluminense*, Niterói: 25 nov. 1915, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/8620> Acesso em: 21 maio 2017.

ESCOLA do Largo da Batalha, *O Fluminense*, Niterói: 25 nov. 1916, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/10096> Acesso em: 22 maio 2017.

ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, Niterói: 28 nov. 1879, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_01/949> Acesso em: 02 maio 2017.

ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, Niterói: 13 abr. 1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5143> Acesso em: 12 maio 2017.

ESCOLA NORMAL, Niterói: *O Fluminense*, 16 nov. 1888, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5508> Acesso em: 07 jun. 2017.

ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, Niterói: 18 mar. 1893, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1863> Acesso em: 13 maio 2017.

ESCOLA NORMAL, *O Fluminense*, Niterói: 29 nov. 1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1499> Acesso em: 13 maio 2017.

ESCOLA NORMAL da província do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 13 nov. 1878, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/19673> Acesso em: 13 maio 2017.

ESCOLA Normal de Nitheroy, *A Capital*, Niterói: 21 jan. 1904, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/223085/1344>> Acesso em: 13 maio 2017.

ESCOLA Normal de Nitherohy, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 10 jul. 1895, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/17831> Acesso em: 13 maio 2017.

ESCOLA Normal de Nitherohy, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 02 abr. 1896, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/20744> Acesso em: 13 maio 2017.

ESTAÇÃO do Comercio, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 09 abr. 1886, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=GARCIA%20MASCARENHAS%20DOS%20SANTOS%20SILVA> Acesso em: 14 maio 2017.

ESTADO do Rio, *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro: 08 nov. 1931, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=maria%20fernandes%20belem&pasta=ano%20193> Acesso em: 21 ago. 2017.

ESTADO do Rio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 9 maio 1896, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/6004> Acesso em: 14 maio 2017.

ESTADO do Rio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 06 maio 1902, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/10876> Acesso em: 22 maio 2017.

ESTADO do Rio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 13 jun. 1908, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/27009> Acesso em: 13 maio 2017.

ESTADO do Rio, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 24 nov. 1899, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/24045> Acesso em: 23 maio 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 70, de 15 de abril de 1890. *Leis e Decretos do Estado do Rio de Janeiro*, 1890.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Decreto n. 204, de 1 de maio de 1891. *Leis e Decretos do Estado do Rio de Janeiro*, 1891a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Decreto n. 263, de 19 de junho de 1891. *Leis e Decretos do Estado do Rio de Janeiro*, 1891b.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 236, de 31 de outubro de 1895. *Coleção de Leis, leis não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, 1895.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 588, de 25 de janeiro de 1900. *Coleção de Leis, leis não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, 1900.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 1200, de 07 de fevereiro de 1911. *Coleção de Leis, leis não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, 1911.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 1721, de 29 de dezembro de 1919. *Regulamento Geral de Reforma dos departamentos e serviços da Administração Pública do Estado*, 1919a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 1723, de 29 de dezembro de 1919. *Regulamento da Instrução Pública Primária e do Ensino Profissional do Estado do Rio de Janeiro*, 1919b.

ESTADO do Rio de Janeiro, *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro: 05 set. 1891, p. 2. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20189&pesq=Francisco%20Lopes%20Louren%C3%A7o>> Acesso em: 25 maio 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 40, de 28 de janeiro de 1893. *Coleção de Leis, lei não sancionada e decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, Volume I, 1893a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893. *Coleção de Leis, lei não sancionada e decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, Volume I, 1893b.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 277, de 10 de fevereiro de 1896. *Coleção de Leis, resoluções não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, 1896.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 376, de 23 de dezembro de 1897. *Coleção de Leis, leis não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro*, 1897.

ESTADO do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 11 jan. 1891, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=antonina%20pessoa%20de%20mello&pasta=ano%20189> Acesso em: 05 abr. 2017.

ESTADO do Rio de Janeiro, *O Imparcial*, Rio de Janeiro: 20 maio 1917, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/16180> Acesso em: 29 maio 2017.

ESTADO do Rio de Janeiro, *O Tempo*, Rio de Janeiro: 8 dez 1891, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/218731/787>> Acesso em: 03 maio 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e Cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.1, pp.10-24, Jan/Jun 2009.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. 2009, 272 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1989.

_____. *Em busca da idade de ouro: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf> Acesso em: 03 maio 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes, In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em: 14 ago. 2017.

FITZ, Lucimara da Silva. *O tropeirismo no Paraná "A cultura tropeira em Castro"*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1627/CULTURA%20TROPEIRA%20EM%20CASTRO.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21 set. 2017.

FORTE, José. Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Typografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.

FRAGA, A. M. Num olhar para além da saga de tropeiro. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: 2004.

FREGUEZIA de São João Baptista, *O Fluminense*, Niterói: 22 dez. 1886, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/4338> Acesso em: 03 maio 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: 27 mar. 1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/13575> Acesso em: 03 maio 2017.

GAZETA DE PETROPOLIS, Petrópolis: 23 ago. 1900, p. 1. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=304808&pasta=ano%20190&pesq=ataliba%20de%20macedo%20domingues>> Acesso em: 03 maio 2017.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1991. p. 169-178.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara*. História do Processo de Escolarização no Município de Iguassú (1833-1862). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ. Rio de Janeiro. 2009.

_____. *Cenários do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: A história de Iguassú (1833-1858)*. 2012, 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro: 2012.

HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

IGUASSÚ, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 13 maio 1891, p. 4. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/4062> Acesso em: 04 maio 2017.

IMPERIAL Sociedade Amante da Instrução, *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 01 out. 1871, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=Antonina%20Pessoa%20de%20Mello&pasta=ano%20187> Acesso em: 14 abr. 2017.

INECDITORIAES, *O Fluminense*, Niterói: 21 abr. 1889, p. 3. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5769> Acesso em: 06 jun. 2017.

INSPECÇÃO de Saúde, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro: 25 mar. 1930, p. 10. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=Januaria%20Rosa%20Survill> Acesso em: 08 jun. 2017.

INSPECTORIA de Fazenda, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 21 set. 1911, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/7033> Acesso em: 06 jun. 2017.

INSPECTORIA de Fazenda, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 17 jan. 1914, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/21606> Acesso em: 21 jun. 2017.

INSPECTORIA de Hygiene e Saúde Pública, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 29 mar. 1914, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/22904> Acesso em: 12 set. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro: 14 nov. 1930, p. 15. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_01&pasta=ano%20193&pesq=Januaria%20Rosa%20Surville> Acesso em: 11 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 02 jun. 1880, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_02&pasta=ano%20188&pesq=antonio%20vieira%20da%20rocha> Acesso em: 12 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O fluminense*, Niterói: 20 ago. 1880 p. 3. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_02&pasta=ano%20188&pesq=Escholastica%20Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Bastos> Acesso em: 11 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 07 jan. 1881, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_02&pasta=ano%20188&pesq=maria%20fernandes%20belem> Acesso em: 13 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 11 fev. 1881, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/694> Acesso em: 13 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 13 fev. 1881, p. 3. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/697> Acesso em: 13 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 19 jan. 1893, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1668> Acesso em: 14 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 15 jan. 1896, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=100439_03&pagfis=4553> Acesso em: 11 ago. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 16 fev. 1900, p. 3. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_04&pesq=antonina%20pessoa%20de%20mello&pasta=ano%20190> Acesso em: 02 jun. 2017.

INSTRUÇÃO Pública, *O Fluminense*, Niterói: 14 nov. 1915, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/8575> Acesso em: 09 jun. 2017.

JAPUHYBA, *O Fluminense*, Niterói: 22 dez. 1905, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/8091> Acesso em: 08 jun. 2017.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro: 02 ago. 1914, p. 6. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=27971&Pesq=antonio%20vieira%20da%20rocha> Acesso em: 08 set. 2017.

JUBILAÇÃO, *A Imprensa*, Rio de Janeiro: 02 dez. 1911, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/245038/14151>> Acesso em: 01 jun. 2017.

JUBILAÇÃO, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 23 dez. 1912, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/13874> Acesso em: 01 jun. 2017.

JUBILAÇÃO, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 06 jul. 1915, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=98&Pesq=antonio%20vieira%20da%20rocha> Acesso em: 02 set. 2017.

JUIZOS de Direito, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 15/16 fev. 1937, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&PagFis=59366&Pesq=maria%20fernandes%20belem> Acesso em: 12 ago. 2017.

JULGAMENTOS, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 14 out. 1897, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26246> Acesso em: 01 jun. 2017.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *Professores em movimento: A emergência do associativismo docente na Corte Imperial*. 2011. 545f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

LEMOS, Renato. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em: 03 ago. 2017.

LOPES, Raimundo Helio. In: *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em: 02 ago. 2017.

LYCÊO de Humanidades em Niterohy, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 16 maio 1892, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/7443> Acesso em: 05 jun. 2017.

LYCÊO de Humanidades em Niterohy, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 18 jun. 1892, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/7757> Acesso em: 03 jun. 2017.

LYCÊO de Humanidades em Niterohy, Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 21 ago. 1892, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/8367> Acesso em: 04 jun. 2017.

MACHADO, Rubens da Mota. Nas terras dos Barões: repensando a estrutura agrária de Iguazu na segunda metade do Oitocentos. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: 2014.

MARAPICÚ, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 26 maio 1902, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/4580> Acesso em: 05 jun. 2017.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARICÁ, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 30 abr. 1893, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/10879> Acesso em: 05 jun. 2017.

MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de comunicação. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do império. História geral da civilização brasileira. t. 2, v. 4*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MAXAMBOMBA, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 04 fev. 1894, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/9147> Acesso em: 05 jun. 2017.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

_____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ FAPERJ, 2007.

_____. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. In: *Marx e o Marxismo*. NIEP, UFF, Vol. 2, nº 2, p. 27-43, jan./jul. 2014.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: A experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro (1890-1910)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade, 2011.

MONTEIRO, Luiz Alves. *Relatório apresentado ao Dr. Martinho Alvarez da Silva Campos pelo Director da Instrucção Pública*. Rio de Janeiro: Typ. Jeronymo Silva & C., 1898.

NITHEROHY, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 18 nov. 1897, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26603> Acesso em: 03 jun. 2017.

NITHEROHY, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 21 dez. 1897, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26968> Acesso em: 07 jun. 2017.

NOTICIARIO, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 07 dez. 1896, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/7072> Acesso em: 04 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 02 mar. 1879, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_01/501> Acesso em: 09 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 29 jan. 1882, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/1294> Acesso em: 09 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 17 maio 1882, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/1474> Acesso em: 05 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 19 abr. 1885, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/3278> Acesso em: 13 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 06 ago. 1886, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/4099> Acesso em: 10 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 05 fev. 1888, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5031> Acesso em: 02 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 04 abr. 1888, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5127> Acesso em: 12 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 12 set. 1888, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5395> Acesso em: 08 jun. 2017.

NOTICIARIO, *O Fluminense*, Niterói: 06 nov. 1889, p. 1-2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/6109> Acesso em: 09 jun. 2017.

NOTICIARIO, *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro: 14 jan. 1890, p. 347. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/709743/3450>> Acesso em: 05 jun. 2017.

NOTICIARIO, *Vassourense*, Vassouras: 11 abr. 1886, p. 1. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/217930/896>> Acesso em: 08 jun. 2017.

NOTICIAS de Nictheroy, *Jornal do Commercio*, 4/5 abr. 1932, p. 7. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/15469> Acesso em: 11 jun. 2017.

NOTICIAS do Estado, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 30 abr. 1911, p. 8. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=joao%20bezerra%20de%20paula%20paiva&pasta=ano%201911> Acesso em 09 ago. 2017.

NOTICIAS do Estado do Rio, *A Época*, Rio de Janeiro: 30 abr. 1913, p. 7. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/720100/2326>> Acesso em: 09 jun. 2017.

NOTICIAS do Estado do Rio, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 26 ago. 1911, p. 6. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/8113> Acesso em: 06 jun. 2017.

NOTICIAS do Estado do Rio de Janeiro, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 16 dez. 1913, p. 5.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/20581> Acesso em: 07 jun. 2017.

NÓVOA, A. *O passado e o presente dos professores*. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. p.13-34.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, 4, 1991.

O DECRETO n. 696, de 26 de maio de 1895, *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro: 07 jun. 1895, p. 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=Adolpho%20A.%20de%20Macedo%20Soares&pasta=ano%20189> Acesso em 01 set. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 21 nov. 1887, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/4904> Acesso em: 07 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 02 mar. 1895, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/3493> Acesso em: 12 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 24 abr. 1895, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/3666> Acesso em: 12 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 19 fev. 1898, p. 4. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/7104> Acesso em: 13 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 26 jun. 1898, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/7509> Acesso em: 13 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 29 jan. 1899, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/8241> Acesso em: 12 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 15 nov. 1899, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/9208> Acesso em: 15 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 22 set. 1900, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_04&pesq=cecilia%20therezi%20de%20freitas&pasta=ano%20190> Acesso em 09 ago. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 22 nov. 1901, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/2341> Acesso em: 09 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 16 fev. 1902, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_04&pasta=ano%20190&pesq=Francisco%20de%20Salles%20Cordeiro%20Lobato%20de%20Araujo%20Lima> Acesso em: 20 fev. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 06 maio 1904, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_04&pesq=januaria%20rosa%20surville&pasta=ano%20190> Acesso em: 09 jul. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 22 maio 1904, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5761> Acesso em: 09 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 11 mar. 1906, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/8399> Acesso em: 13 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 23 jul. 1915, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/8086> Acesso em: 20 jun. 2017.

O FLUMINENSE, Niterói: 07 jun. 1922, p. 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/3385> Acesso em: 22 jun. 2017.

O LOBATO, *O Fluminense*, Niterói: 23 fev. 1902, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/2663> Acesso em: 14 jun. 2017.

O MAGISTÉRIO publico fluminense movimenta-se, *O Jornal*, Rio de Janeiro: 01 fev 1920, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/408> Acesso em: 15 jun. 2017.

O PAIZ, Rio de Janeiro: 18 mar. 1891, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/2746> Acesso em: 12 jun. 2017.

O PAIZ, Rio de Janeiro: 06 dez. 1895, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/14365> Acesso em: 23 jun. 2017.

O QUADRO das escolas publicas, *O Fluminense*, Niterói: 11 mar. 1914, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/6139> Acesso em: 01 jun. 2017.

O QUADRO dos professores, *O Fluminense*, Niterói: 27 jan. 1904, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5307> Acesso em: 01 jun. 2017.

OBITUÁRIO, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 02 ago. 1908, p. 6. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/16939> Acesso em: 09 jun. 2017.

OBITUÁRIO, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 10 jun. 1939, p. 7. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/59366> Acesso em: 02 ago. 2017.

OLIVEIRA, Alberto de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, por A. M. Alberto de Oliveira, Director da Instrução Pública. In: LACERDA. Sebastião Eurico Gonçalves de. *Relatório do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça*. Rio de Janeiro: Typ. Jeronymo Silva & C., 1897.

OLIVEIRA, Alberto de. Relatório do Director da Instrução Pública. In: LACERDA. Sebastião Eurico Gonçalves de. *Relatório apresentado ao Dr. Joaquim Maurício de Abreu, presidente do Estado do Rio de Janeiro, pelo Secretário dos Negócios do Interior e Justiça*. Rio de Janeiro: Typ. Jeronymo Silva & C., 1896.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Os eixos de transporte e as transformações na organização espacial do Recôncavo da Guanabara entre os séculos XVIII e XIX: os exemplos de Iguazu e Estrela. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. a. 168, n. 435, p. 91-118, abr./jun. 2007. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/158-volume-435.html>> Acesso em: 08 jan. 2017.

OS PROFESSORES, *O Fluminense*, Niterói: 26 jan. 1920, p. 1. Disponível em :

<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/109> Acesso em: 07 maio 2017.

OS PROFESSORES vão reclamar, *O Fluminense*, Niterói: 23 jan. 1920, p.1. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/97>. Acesso em: 04 set. 2017.

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1904*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1904. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em 05 fev. 2017.

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1905*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1905. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 05 fev. 2017.

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1906*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1906. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 05 fev. 2017.

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1915*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1915. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 05 fev. 2017.

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1916*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp. 1916. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 05 fev. 2017.

PELA INSTRUCÇÃO, *O Paiz*, Rio de Janeiro: 24 fev. 1923, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=professora%20virginia%20brito&pasta=ano%20192> Acesso em: 12 ago. 2017.

PELO INTERIOR, *O Fluminense*, Niterói: 22 jul. 1905, p. 2. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/7476> Acesso em: 10 maio 2017.

PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila*. História Iguazuana. Nova Iguaçu, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997.

PORCIÚNCULA, José Thomaz da. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1 de agosto de 1892 pelo presidente do estado*. Rio de Janeiro: Typ. a vapor Jeronymo Silva, 1892. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 06 fev. 2017.

_____. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1 de agosto de 1894 pelo presidente do estado*. Petrópolis: Typ. Werneck, 1894. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 06 fev. 2017.

PRO JUSTICIA, *O Fluminense*, Niterói: 27 ago. 1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1187> Acesso em: 07 maio 2017.

PROFESSOR Lobato, *O Fluminense*, Niterói: 20 fev. 1902, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/2652> Acesso em: 07 maio 2017.

PROFESSOR Vieira da Rocha, *O Fluminense*, Niterói: 10 jan. 1923, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_06/4159> Acesso em: 10 maio 2017.

PROVÍNCIA do Rio, *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro: 23 jan. 1886, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/369365/914>> Acesso em: 11 maio 2017.

QUADRO das escolas públicas elementares, Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 10 mar. 1914, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/22553> Acesso em: 20 maio 2017.

QUADRO de antiguidade dos professores effectivos do estado do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1895, organizado em cumprimento do art. 36 da lei n. 41, de janeiro de 1893 para os efeitos do art. 32 da referida lei, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1896, p. 4. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/20257> Acesso em: 13 maio 2017.

QUADRO Geral de Escolas Elementares do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 01 fev. 1913, p. 7. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/14675> Acesso em: 06 maio 2017.

RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2013.

RECTIFICAÇÃO, *Jornal do Commercio* Rio de Janeiro: 02 jul. 1897, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25238> Acesso em: 05 mar. 2017.

REFORMA da instrução, *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis: 21 mar. 1901, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/4695>> Acesso em: 08 mar. 2017.

REQUERIMENTOS despachados pela directoria da Escola Normal, *O Fluminense*, Niterói: 05 fev. 1888, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/5031> Acesso em: 02 mar. 2017.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIO DE JANEIRO, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro: 12 abr. 1892, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/5563> Acesso em: 22 maio 2017.

RIO DE JANEIRO, *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro: 07 maio 1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/5687> Acesso em: 11 maio 2017.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90.s): economia e território em processo*. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

S. AMPARO OPERARIO, *O Fluminense*, Niterói: 23 jan. 1901, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_04/1314> Acesso em: 11 maio 2017.

S. JOSÉ DE LEONISSA, *O Fluminense*, Niterói: 17 out. 1884, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_02/2981> Acesso em: 02 maio 2017.

S. SEBASTIÃO DO RIO BONITO, *O Fluminense*, Niterói: 19 dez. 1905, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_04/8081> Acesso em: 12 maio 2017.

SANNA, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 24 dez. 1891, p. 6. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/6122> Acesso em: 21 maio 2017.

SANTA CASA de Misericórdia, *A Noite*, Rio de Janeiro: 30 jul. 1920, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&pesq=AURELIO%20MARQUES%20DE%20FREITAS&pasta=ano%20192> Acesso em: 31 ago. 2017.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários H. Laemmert & Co. 1883. Disponível em : <<http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/53495>> Acesso em: 30 maio 2017.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SCHUELER, Alessandra Frota de. De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. *Educação*. Porto Alegre/ – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 333 – 351, Maio/Ago. 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: Espansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). In: *Revista de Educação Pública*. Cuiabá. vol. 19. nº 41. p. 535-550, set./dez. 2010.

SECRETARIA das Finanças, *O Fluminense*, Niterói: 07 set. 1894, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/2906 > Acesso em: 11 maio 2017.

SECRETARIA das Finanças, *O Fluminense*, Niterói: 10 jul. 1897, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/6351> Acesso em: 11 maio 2017.

SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 05 dez. 1895, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/19500> Acesso em: 11 maio 2017.

SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 19 ago. 1896, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/22169> Acesso em: 12 maio 2017.

SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 08 jul. 1898, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/28912> Acesso em: 09 maio 2017.

SECRETARIA de Estado das Finanças, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 23 dez. 1899, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=34484&Pesq=salustiano%20alves%20de%20almeida> Acesso em 12 set. 2017.

SECRETARIA de Estado das Finanças, *O Fluminense*, Niterói: 08 dez. 1894, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/3214> Acesso em: 15 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 29 abr. 1893, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/10864> Acesso em: 12 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 03 fev. 1893, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1719> Acesso em: 11 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 13 fev. 1893, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1755> Acesso em: 14 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 01 mar.1893, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1803> Acesso em: 20 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 17 mar. 1893, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/1859> Acesso em: 18 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 25 ago. 1896, p. 3. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/5297> Acesso em: 17 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 15 set. 1897, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/6574> Acesso em: 17 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 16 out. 1897, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/6679> Acesso em: 16 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 20 jan. 1898, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/7002> Acesso em: 17 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 22 jan. 1898, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/7006> Acesso em: 19 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 17 ago. 1898, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/100439_03/7685> Acesso em: 20 maio 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 02 nov. 1901, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_04&pesq=januaria%20rosa%20surville&pasta=ano%20190> Acesso em: 25 abr. 2017.

SECRETARIA do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 16 fev. 1902, p. 1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/2639> Acesso em: 08 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 11 maio 1894, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/13683> Acesso em: 28 maio 2017.

SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 21 maio 1896, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/21246> Acesso em: 30 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Niterói: 23 jun. 1896, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/21600> Acesso em: 30 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 23 ago. 1896, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/22209> Acesso em: 25 maio 2017.

SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 12 set. 1896, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/22398> Acesso em: 28 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 02 jul. 1897, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25237> Acesso em: 29 maio 2017.

SECRETARIA dos Negócios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 31 jul. 1897, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25507> Acesso em: 25 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 30 nov. 1897, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26730> Acesso em: 27 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 23 set. 1898, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/29721> Acesso em: 31 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 20 dez. 1894, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/3254> Acesso em: 28 maio 2017.

SECRETARIA dos Negocios do Interior e Justiça, *O Fluminense*, Niterói: 01 mar. 1896, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/4702> Acesso em: 05 maio 2017.

SECRETARIA Geral, *O Imparcial*, Rio de Janeiro: 16 abr. 1915, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107670_01&pasta=ano%20191&pesq=Izabel%20Gomes%20Ferreira> Acesso em: 22 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *A Imprensa*, Rio de Janeiro: 25 maio 1912, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/245038/15681>> Acesso em: 13 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1912, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/245038/16452>> Acesso em: 16 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 03 dez. 1912, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/13430> Acesso em: 08 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 08 out. 1914, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/26171> Acesso em: 21 set. 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 03 mar. 1904, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5447> Acesso em: 09 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 13 mar. 1904, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100439_04&pasta=ano%20190&pesq=Garcia%20Mascarenhas%20dos%20Santos%20e%20Silva> Acesso em: 12 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 17 mar. 1904, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5503> Acesso em: 13 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 23 abr. 1904, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5647> Acesso em: 15 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 29 jan. 1905, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/6783> Acesso em: 24 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 09 mar. 1906, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/8391> Acesso em: 19 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 02 fev. 1907, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/9723> Acesso em: 18 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 12 set. 1915, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/8310> Acesso em: 21 maio 2017.

SECRETARIA Geral do Estado, *O Fluminense*, Niterói: 10 fev. 1919, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/13276> Acesso em: 22 maio 2017.

SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1 de março de 1892 pelo presidente do estado*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & filhos, 1892. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 13 fev. 2017.

SOARES, Maria T. Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 24, n. 2, abr./jun. 1962.

SODRÉ, Feliciano Pires de Abreu. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1924 pelo presidente do*

estado Feliciano. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1924. Disponível em : < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 08 fev. 2017.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000.

SOUTO, Adriana Branco Correia. Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e Saneamento nos anos 10. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399304_ARQUIVO_AdrianaBranco.pdf> Acesso em: 12 jan. 2017.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. In: *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*. Ano 4, n. 6, p. 17-25, Abril 2016. Disponível em: <http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474> Acesso em: 08 jan. 2017.

SOUZA, Ricardo Luiz. E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940. In: *Epígrafe*. São Paulo, v. 3, n. 3, pp. 171-194, 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1919)*. 2016. 350f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2016.

TELEGRAMMAS, *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro: 06 maio 1891, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/3324> Acesso em: 23 maio 2017.

THEREZINA Capellani das Dores Rocha, *O Fluminense*, Niterói: 21 out. 1910, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/1176> Acesso em: 10 maio 2017.

THOMPSON, Eduard P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Renata Pereira. *Nos trilhos do progresso: a expansão do ensino primário em Maricá na Primeira República (1889-1926)*, 2015, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2015.

TORRES, Alberto de Seixas Martins. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 15 de setembro de 1899*. Rio de Janeiro: Papeleria Jeronymo Silva, 1899. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 10 fev. 2017.

TRIBUNAL de Contas, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 20 jul. 1897, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25405> Acesso em: 05 maio 2017.

TRIBUNAL de Contas do Estado do Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 08 set.1895, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/18524> Acesso em: 04 maio 2017.

UEKANE, Marina Natsume. *Com o bom professor tudo está feito, sem ele nada se faz. A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)*. 2016, 274 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2016.

VASCONCELLOS, Claudio Beserra de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em: 17 ago. 2017.

VEIGA, Raul de Moraes. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1919*. Rio de Janeiro. 1919. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 21 fev. 2017.

VEIGA, Raul de Moraes. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente de estado em 1 de agosto de 1920*. Rio de Janeiro. 1920. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro> Acesso em: 21 fev. 2017.

VERT, Germano. Agricultura Moderna. In: *Almanach Agricola Fluminense*. Rio de Janeiro: Centro Agrícola de Vargem Alegre, 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/336270/52>> Acesso em: 30 maio 2017.

XAVIER, Libania. *Associativismo docente e construção democrática (Brasil-Portugal: 1950-1980)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.